

José Lopes da Silva

A Graça de Deus
revelada em Cristo:
co-herdeiro de
todas as raças

 MENSAGEIRO
CATÓLICO

José Lopes da Silva

**A Graça de Deus
revelada em Cristo:
co-herdeiro de
todas as raças**

APRESENTAÇÃO

**Senhor Jesus Cristo,
que nasceste de mãe judia,
mas que te encheste de alegria com a fé
de uma mulher fenícia
e de um soldado romano;
que recebias os gregos que te procuravam
com cordialidade e afabilidade
e permitiste que um africano levasse tua cruz,
ajuda-nos a levar os homens de todas as raças,
como coerdeiros, para o teu reino, Amém!**

Prezado(a) Irmão(ã), aqui falamos sobre a Graça. Possa o Dom de Deus frutificar plenamente em seu coração para que, ainda como peregrino(a), desfrute um pouco da alegria do reino de Deus aqui na Terra e na vida celeste!

A Graça é Dom de Deus e o Cristianismo é o Dom do amor de Deus “*que nos amou primeiro*” (1 Jo 4,19). Isso diferencia o Cristianismo de qualquer outro sistema religioso, pois não é difícil ao homem compreender que ele deve amar a Deus, que é Santo e Perfeito.

Porém, a criatura por Deus amada não é tão fiel quanto o Criador, pois ela é livre para dizer Sim ou Não a quem a convida para a sua plena realização. Deus não força ninguém a amá-lo, disso resulta o pecado, que se opõe à graça. A sobre-rania de Deus é inegável, mas onde fica a responsabilidade do homem? Assim, entende-se a importância de reconhecermos um pouco mais

a transcendência de Deus e o mistério da sua Providência.

A graça de Deus é revelada em Cristo. Nesse sentido, a salvação é um dom de Deus para nós e, sendo dom, ela não vem em resposta às nossas boas obras ou em recompensa aos nossos méritos. A salvação é graça e graça é justamente aquilo que não temos direito algum de receber.

A obra expiatória de Cristo é a maior manifestação da graça de Deus. Portanto, quando Cristo veio ao mundo para salvar os pecadores que deveriam sofrer no inferno, a palavra “graça” tem o significado mais completo. É, pois, com saudável e justa admiração, que o cristão necessita conhecer o fenômeno da Graça.

José Lopes da Silva

O AUTOR

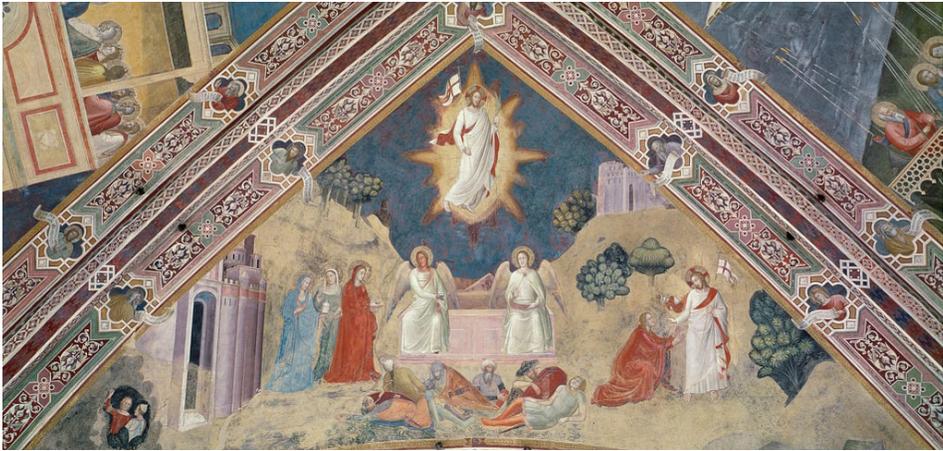
JOSÉ LOPES DA SILVA

É graduado em Teologia e pós-graduado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. É casado, pai de três filhos e avô de quatro netos. Publicou, em várias editoras, livros voltados a formação católica: *Religião e Religiosidade & Individualismo: A emergente autoajuda*; *Nova Era, Religião Universal e Nova Ordem Mundial*; *Pluralismo Religioso e Identidade Cristã*; *A Percepção Católica acerca do Final dos Tempos e Dízimo - Nossa Realidade: Implantação da Pastoral do Dízimo na Arquidiocese*. Ultimamente vem se dedicando a publicar livros de conteúdo específico, voltados para a formação e o fortalecimento da “Igreja Doméstica”. Para tanto criou o site “Mensageiro Católico”, onde dezenas de cursos teóricos e práticos estão sendo publicados.

SUMÁRIO

MÓDULO I - A IMPORTÂNCIA DO TRATADO DA GRAÇA.....	8
1.1 GRATUIDADE NO ANTIGO TESTAMENTO.....	9
1.2 EVANGELHOS SINÓTICOS - PARÁBOLAS	13
1.3 EVANGELHOS SINÓTICOS - REINO DE DEUS	20
1.4 ESCRITOS JOANINOS	22
1.5 ESCRITOS PAULINOS.....	25
1.6 OUTROS ESCRITOS DO NOVO TESTAMENTO.....	29
MÓDULO II - HISTÓRIA DO DOGMA.....	33
2.1 OS QUATRO PRIMEIROS SÉCULOS	33
2.2 A CONTROVÉRSIA PELAGIANA (SÉC. IV / V)	40
2.3 OS DOCUMENTOS DA IGREJA ANTIPELAGIANOS.....	48
2.4 O SEMIPELAGIANISMO (SÉC. V / VI)	52
2.5 A CONTROVÉRSIA SOBRE A PREDESTINAÇÃO.....	57
2.6 O PENSAMENTO DE LUTERO (SÉC. XVI)	63
2.7 O CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563).....	69
2.8 BAIANISMO E JANSENISMO (SÉC. VI/XVIII)	74
2.9 A TEOLOGIA DOS SÉCULOS XVII A XX.....	82
2.10 O ACORDO LUTERANO-CATÓLICO (1999)	88
MÓDULO III - APROFUNDAMENTO TEOLÓGICO	95
3.1 O DOM INCRIADO	95
3.2 O DOM CRIADO	104
3.3 OS DONS DO ESPÍRITO SANTO	111
3.4 OS CARISMAS	120
3.5 O DOM DAS LÍNGUAS	127
3.6 A GRAÇA ATUAL	132
3.7 A GRAÇA SACRAMENTAL.....	137
3.8 A PREPARAÇÃO PARA A JUSTIFICAÇÃO	142
3.9 O MÉRITO	149
3.10 A PREDESTINAÇÃO.....	156

3.11 A GRAÇA DE DEUS E A LIBERDADE DO HOMEM.....	162
3.12 GRAÇA SUFICIENTE E GRAÇA EFICIENTE.....	170
3.13 PROPRIEDADES DO ESTADO DE GRAÇA.....	176
3.14 EM CRISTO JESUS	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
PERGUNTAS E RESPOSTAS	191
MÓDULO I - A IMPORTÂNCIA DO TRATADO DA GRAÇA....	191
MÓDULO II - HISTÓRIA DO DOGMA.....	195
MÓDULO III - APROFUNDAMENTO TEOLÓGICO	206
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222



MÓDULO I - A IMPORTÂNCIA DO TRATADO DA GRAÇA

A palavra graça significa *cháris*, que em grego é dádiva ou Dom gratuito. Esse Dom equivale à salvação dada por Deus ao homem abatido pelo pecado e as consequências dele decorrentes. A grande mensagem da Revelação bíblica é a mensagem da salvação concedida gratuitamente ao pecador maltratado pelo pecado.

São Paulo em Mileto, ao despedir-se dos presbíteros de Éfeso, era como se estivesse encerrando seu ministério apostólico, em (At 20,24): *“De forma alguma considero minha vida preciosa a mim mesmo, contanto que leve a bom termo a minha carreira e o ministério que recebi do Senhor Jesus: dar testemunho do Evangelho da graça de Deus”*.

Paulo apregoava a salvação gratuita que se tornou concreta e presente na pessoa de Jesus Cristo. A Cruz de Cristo ilustra bem o que seja o pecado (é dilaceração e morte) e a ressurreição de Cristo ilustra a vitória sobre o pecado oferecida ao homem pecador. O binômio *“pecado/ salvação gratuita”* é formulado pelo Apóstolo em Rm 3,23s: *“Todos pecaram e estão privados da glória de Deus, e são justificados gratuitamente por sua graça em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus”*.

Essa gratuidade é explanada pela pregação do próprio Cristo, especialmente nas parábolas do filho pródigo (Lc 15,11-32) e dos operários chamados a trabalhar na vinha (Mt 20,1-15), como também no discurso da última ceia, em

que Jesus fala da amizade ou, melhor, da comunhão com Deus (Jo 15,1-17). A salvação produz uma nova criatura (2Cor 5,17) e, em geral, a Grande Novidade que no Apocalipse se exprime em cântico novo (5,9), Jerusalém nova (21,2), céus novos e terra nova (21,5).

Em consequência, vê-se que o tratado da Graça ocupa um lugar central na Teologia e supõe os tratados da Ssma. Trindade, da criação e do pecado, de Cristo e sua obra redentora e entra nos tratados da Igreja, dos sacramentos e da escatologia. É um fio condutor que nos revela Deus e seu eterno plano de amor.

1.1 GRATUIDADE NO ANTIGO TESTAMENTO

No Antigo Testamento não podemos encontrar senão as grandes linhas que esboçam o conceito cristão de graça, que são três: escolha gratuita, aliança, justificação. A gratuidade da escolha é frequentemente afirmada em Dt 7, 7s: *“Se o Senhor se afeiçãoou a vós e vos escolheu, não é por serdes o mais numeroso de todos os povos, pelo contrário, sois o menor dentre os povos! E sim por amor a vós e para manter a promessa que Ele jurou aos vossos pais. Por isto o Senhor vos fez sair com mão forte e te resgatou da casa da escravidão, da mão do Faraó, rei do Egito”*.

E em Dt 10, 14s: *“Vê: é ao Senhor teu Deus que pertencem os céus e os céus dos céus, a terra e tudo o que nela existe. Contudo foi somente com teus pais que o Senhor se ligou para amá-los! E, depois deles, escolheu dentre todos os povos a sua descendência - a vós próprios! Como hoje se vê”*. Dt 4, 37: *“Porque o Senhor amava teus pais e, depois deles, escolheu a sua descendência, Ele próprio te fez sair do Egito por meio da sua presença e da sua grande força”*. Am 3, 2: *“Só a vós conheci entre todas as famílias da terra”*.

O Senhor domina a história dos povos como um oleiro domina a argila, como visto em Jr18, 1-6: *“Palavra que foi dirigida pelo Senhor a Jeremias: Levanta-te e desce à casa do oleiro; lá te farei ouviras minhas palavras. Eu descí à casa do oleiro, e eis que ele estava trabalhando no forno. E estragou-se o vaso que ele estava fazendo, como acontece à argila na mão do oleiro. Ele fez novamente outro vaso como pareceu bem aos olhos do oleiro. Então a palavra do Senhor foi-me dirigida nestes termos: Não posso eu agir*

convosco como este oleiro, ó casa de Israel? Oráculo do Senhor. Eis que, como a argila na mão do oleiro, assim sereis vós na minha mão, ó casa de Israel?.

Se a escolha do Senhor em favor de Israel é totalmente livre, ela não é arbitrária; faz-se em vista de um plano a ser cumprido. Por isto é que o Senhor liberta do Egito o seu povo, como mostra Is 43, 16-19: *“Assim fala o Senhor, aquele que abre um caminho pelo mar, uma vereda por entre as águas impetuosas, que conduziu para a luta carros e cavalos, um exército de homens. Ei-los prostrados, para não tornarem a levantar-se, extinguiram-se, foram apagados como uma mecha. Não fiqueis a lembrar coisas passadas, não vos preocupeis com acontecimentos antigos. Eis que vou fazer uma coisa nova; ela já vem despontando; não a percebeis? Com efeito; estabelecerei um caminho no deserto, e rios em lugares ermos”.*

Continuando em Is 51, 9-11: *“Desperta, desperta! Mune-te de força, ó braço do Senhor. Desperta como nos dias antigos, nos dias de outrora. Por acaso não és tu aquele que despedaçou Raab, que trespassou o Dragão? Não és tu aquele que secou o mar, as águas do Grande Abismo? E fez do fundo do mar um caminho, a fim de que os resgatados passassem? Assim voltarão os que foram libertados pelo Senhor, chegarão a Sion gritando de alegria”.* Is 41, 8-10: *“E tu, Israel, meu servo, Jacó, a quem escolhi, descendência de Abraão, meu amigo, tu a quem tomei desde os confins da terra, a quem chamei desde os recantos mais remotos, e te disse: ‘Tu és o meu servo, eu te escolhi, não te rejeitei. Não temas porque eu estou contigo, não fiques apavorado, porque eu sou o teu Deus’”.*

Todavia, os textos mais antigos até o século a. C., têm em vista uma escolha coletiva ou da coletividade, mais do que de indivíduos. Com Jeremias e Ezequiel toma vulto o indivíduo como tal; cf. Jr 31, 29s; Ez 18, 1 -9. Excetuaram-se apenas o rei, porque através do rei o Senhor dirigia seu povo; cf. 1 Sm 10, 24: *“Samuel disse a todo o povo: Vedes agora a quem o Senhor escolheu? Não há quem se lhe compare dentre todo o povo!? Então todos começaram a aclamá-lo e a bradar: Viva o rei (Saul)!”*

E o sacerdote, pelo mesmo motivo: *“Foi ele que o Senhor teu Deus escolheu dentre todas as tuas tribos, ele e seus filhos, para estar diante do Senhor teu Deus, realizando o serviço divino e dando a bênção em nome do Senhor todos os dias”* (Dt 18, 5). Cf. 2 Cr 29, 11; E o profeta, chamado a falar em nome do Senhor, diz: *“Antes mesmo*

de te formar no ventre materno, eu te conheci. Antes que saíesses do seio, eu te consagrei. Eu te constituí profeta para as nações” (Jr 1, 5). O Servidor de Javé, luz dos povos e instaurador de nova ordem, como em (Is 42,1). Cf. Is 49, 7: “*Eis o meu Servo, que sustento, o meu eleito, em quem me comprazo. Pus sobre ele o meu espírito; ele levará o julgamento às nações*”.

Com isto, a Aliança, como pacto entre duas pessoas ou duas facções interessadas em mútua colaboração, era praticada no foro civil, político, profano. O conceito passou a designar as relações entre Deus e seu povo. Originariamente a aliança (berith) era concebida como um pacto bilateral, em consequência do qual Israel devia ajudar o Senhor como o Senhor ajudava Israel. Jz 5, 23: “*Maldito seja Meroz, diz o Anjo do Senhor; amaldiçoai, amaldiçoai os seus descendentes, pois não vieram em auxílio do Senhor entre os heróis, em auxílio do Senhor!*”

Com o passar do tempo, foi-se acentuando a soberania do Senhor, que, só por condescendência gratuita, pode ser tido como o aliado do homem: Jr 11,1-8: “*Palavra que foi pelo Senhor dirigida a Jeremias: Escutai as palavras desta aliança. Vós as direis aos homens de Judá e aos habitantes de Jerusalém. E lhes dirás: Assim falou o Senhor, o Deus de Israel: Maldito o homem que não escuta as palavras desta aliança que eu prescrevia vossos pais, no dia em que vos tirei da terra do Egito, da fornalha de ferro, dizendo: Escutai a minha voz e fazei tudo como eu vos ordenei; então sereis meu povo, e eu serei o vosso Deus, para cumprir o juramento que fiz a vossos pais, de lhes dar uma terra onde correm o leite e o mel, como hoje. Eles não escutaram nem prestaram atenção, cada qual seguiu a obstinação do seu coração perverso. Então fiz cair sobre eles todas as palavras desta aliança, que eu lhes ordenara que observassem e eles não observaram*”.

Como se vê, o Senhor é quem toma a iniciativa, e procede como Senhor frente ao povo infiel. E conscientes da soberania de Deus, os judeus de Alexandria, no século III a. C., traduziram o hebraico berith (aliança) pelo vocábulo grego diathéke = disposição, vocábulo o pai ressalva a autoridade e a primazia de Deus; quem dispõe, é soberano, pois determina e define. Finalmente os cristãos ocidentais traduziram diathéke por testamentum (testamento), pois as disposições de Deus concernentes ao povo de Israel se tornaram plenamente válidas pela morte de Cristo. Daí falar-se de testamento para designar a obra

de Cristo, testamento novo em relação à aliança com Israel, que passou a ser Aliança antiga (subentendida sempre a soberania de Deus).

Os Profetas de Israel previram a nova Aliança, que seria interior, nos corações e não em tábuas de pedra e universal, voltada para todos os homens, e não nacional. Cf. Is 49, 6: *“Pouca coisa é que sejas o meu Servo, para restaurares as tribos de Jacó e reconduzires os sobreviventes de Israel. Também te estabeleci como luz das nações, a fim de que a minha salvação chegue até as extremidades da terra”*. E em Ez 16, 60: *“Lembrar-me-ei da aliança que fiz contigo na tua juventude e estabecerei contigo uma aliança eterna”*. E em Is 55, 3: *“Escutai-me e vinde a mim, ouvi-me e haveis de viver. Farei conosco uma Aliança eterna, assegurando-vos as graças prometidas a Davi”*.

Em relação ao “Justificar”, significa fazer justo ou amigo de Deus. Justo é o homem que está conforme o Senhor quer; é o indivíduo reto, aprovado pelo Senhor. Ao justificar o homem, o Senhor apaga-lhe os pecados, conforme Is 1,18: *“Mesmo que os vossos pecados sejam como escarlates, tomar-se-ão alvos como a neve; ainda que sejam vermelhos como carmesim, tornar-se-ão como a lã”*.

O Senhor santo comunica sua santidade ao povo - o que será especialmente evidente nos tempos messiânicos. Is 4,3: *“Então o resto de Sião e os remanescentes de Jerusalém serão chamados santos, a saber, os que estão inscritos para a vida em Jerusalém”*; E em Is 1, 26: *“Quando isto se der (nos tempos messiânicos), então te chamarão Cidade da Justiça e Cidade Fiel”*.

Contudo, para obter o perdão, não bastam os ritos meramente formais, Jr 6, 20: *“Que me importa o incenso que vem de Seba e a cana aromática de países longínquos? Vossos holocaustos não me agradam e vossos sacrifícios não têm a minha complacência”*. E em Mq 6, 7: *“Terá o Senhor prazer nos milhares de carneiros ou nas libações de torrentes de óleo?”*.

São, assim, indispensáveis o arrependimento e a conversão do coração. Em Jr 14, 20: *“Nós reconhecemos, Senhor, nossa maldade, a falta de nossos pais, porque pecamos contra Ti”*. Is 57,15: *“Assim fala aquele que está nas alturas, em lugar excelso, que habita a eternidade e cujo nome é santo: ‘Eu habito em lugar alto e santo, mas estou junto ao abatido e humilde, a fim de animar o espírito dos humildes, a fim de animar os corações abatidos’*. Ez 18,30-32: *“Converti-vos e abandonai todas as vossas transgressões.*

Não torneis a buscar pretexto para fazerdes o mal. Lançai fora todas as transgressões que cometestes, formai um coração novo e um espírito novo. Por que haveis de morrer, ó Casa de Israel? Eu não tenho prazer na morte de quem quer que seja, oráculo do Senhor. Convertedei-vos e vivereis!"

Em síntese, verifica-se que na literatura do Antigo Testamento Deus aparece como Aquele que gratuitamente escolhe, faz aliança e enriquece seu povo transformando-o interiormente. Ser escolhido não dispensa o homem de suas obrigações morais; ao contrário, reforça-as. A violação da Aliança é apagada pela misericórdia de Deus, desde que o pecador se mostre arrependido e disposto a converter-se.

Justificação é a ação misericordiosa e gratuita de Deus, que perdoa os nossos pecados e nos torna justos e santos em todo o nosso ser. Isto tem lugar por meio da graça do Espírito Santo, que nos foi merecida pela paixão de Cristo e nos foi dada no Batismo.

PERGUNTAS

1. No antigo testamento, menciona-se 3 grandes linhas que esboçam o conceito de cristão e graça. Quais são?
2. Exemplifique o que significa:
 - Escolha gratuita:
 - Aliança:
 - Justificação:
3. Como os Profetas de Israel previram a nova Aliança?

1.2 EVANGELHOS SINÓTICOS - PARÁBOLAS

O Novo Testamento é muito explícito em suas referências à gratuidade e à Graça de Deus. Embora os Evangelhos não apresentem doutrina sistemática sobre a graça, exprimem tal conceito mediante parábolas, como em Mt 20,1-16: “*Os operários chamados à vinha: Jesus narra a estória de cinco turmas de operários chamados para trabalhar numa vinha em diversas horas do dia. Às 18 horas, concluída a jornada, o patrão paga a cada qual o mesmo salário, de um denário, embora tenham prestado*

serviços de duração desigual: uns, por doze horas. outros, por uma hora”.

Vendo isto, um dos mais cansados reclama, pois os que menos trabalharam são equiparados aos que mais trabalharam. O patrão lhe responde, observando que não cometeu injustiça: pagou o justo salário (um denário), estipulado por contrato, a quem trabalhou doze horas; aos demais pagou a fração de denário devida mais um suplemento gratuito, tirado do bolso do próprio patrão. Foi precisamente esse gesto de gratuidade que irritou o operário descontente. Se o patrão tivesse sido estritamente justo, não teria “*escandalizado*”; mas, porque foi surpreendentemente bondoso, dando de graça, provocou protestos. Daí a observação do senhor da vinha: “*Não tenbo o direito de fazer o que eu quero com o que é meu? Ou o teu olho é mal porque eu sou bom?*” (Mt 20,15). O que surpreende no patrão, não é a injustiça, mas é a bondade gratuita.

A parábola assim ilustra as relações de Deus com os homens. Das cinco turmas de trabalhadores somente uma é paga em estrita justiça; quatro são pagas com justiça e gratuidade; da mesma forma Deus trata os homens com gratuidade mais do que com justiça. Com efeito; as obras meritórias que o homem realiza, são suscitadas e acompanhadas pela graça de Deus. Nada há de bom na criatura que ela não tenha gratuitamente recebido de Deus. A propósito pergunta São Paulo: “*Que é que possuis que não tenhas recebido? E, se recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?*” (1Cor 4,7).

A lição da parábola se torna mais enfática ainda se considerarmos o seu pano de fundo: em Mt 19, 16-22 o jovem rico, cheio de entusiasmo, deseja progredir no caminho da perfeição e pergunta a Jesus o que deve fazer; o Senhor lhe responde que venda seus bens e siga o Cristo pobre; diante desta recomendação o jovem recua e desiste do seu propósito porque estava apegado à sua riqueza. Observa então Jesus que é muito difícil um rico ganancioso entrar no Reino dos Céus (Mt 19,23-26). Ao ouvir isto, Pedro pergunta em tom quase triunfante: “*Eis que nós deixamos tudo e te seguimos. Que vamos receber?*” Jesus coerentemente responde: “*Receberá muito mais e herdará a vida eterna*” (Mt 19, 27-29).

Ora o desenrolar dos acontecimentos poderia sugerir que o cristão “compra”

o Reino dos Céus por seus esforços; ele se imporia a Deus exigindo a recompensa de seus empreendimentos espirituais. Tal, porém, não é a mensagem cristã. Se Pedro deixou tudo para seguir Jesus, ele o fez sustentado pela graça, à qual ele se abriu; o jovem rico também recebeu a graça, mas fechou-se covardemente a ela. Para ilustrá-lo, segue-se a parábola, que mostra que os méritos do homem estão acompanhados pela graça de Deus, da qual são frutos.

Na parábola do filho pródigo, em Lc 15,11-32, São Lucas propõe as três parábolas da misericórdia: a da ovelha perdida (Lc 15,4-7), a da dracma perdida (Lc 15,8-10) e a do filho perdido (Lc 15, 11-32). Um pai tinha dois filhos: o mais velho, tranquilo e trabalhador no campo; o mais jovem, irrequieto e sonhador. Um belo dia, o mais jovem pede ao pai a sua porção de herança e vai para a cidade, onde espera poder gozar a vida. Todavia a experiência o decepciona: esbanja todo o seu dinheiro e, vítima da fome que sobrevêm, aceita o emprego de guarda de porcos; chega a ter inveja destes, porque, em tempo de fome, o patrão está mais interessado em alimentar um porco do que um homem.

Premido pela humilhação e o sofrimento, o jovem retorna à casa paterna e é recebido como filho muito amado após ter reconhecido a sua falta. O filho mais velho, ao saber disto, se irrita e protesta junto ao pai: *“Há tantos anos que eu te sirvo e jamais transgredi um só dos teus mandamentos, mas nunca me deste um cabrito para festejar com meus amigos”* (Lc 15,29). O pai lhe responde que não tenciona fazer contabilidade nem avaliar méritos e deméritos; tudo o que era do pai, era também do filho mais velho; quanto ao mais jovem, foi esbanjador, sim, mas arrependeu-se e recebe a graça do perdão. Essa gratuidade desconcerta o filho mais velho, que estranha a liberalidade e o amor do pai.

Assim trata Deus o homem desde que o pecador arrependido peça sinceramente o perdão, ele o recebe do Pai do céu, inesgotável em sua misericórdia. Em Lc 14, 15-24 se relata sobre os convidados à ceia nupcial. O Senhor refere a história de um homem que preparou uma grande ceia e convidou seus amigos. Estes recusaram a cortesia, cada qual alegando um motivo. Mandou então chamar para o festim os pobres, os estropiados, os cegos, os coxos, de modo a encher a sala da refeição. Esta se realizou em favor

de todos os deserdados que vagueavam pelas ruas.

Ouvindo isso, um dos comensais lhe disse: “*Feliz aquele que tomar refeição no Reino de Deus!*” Mas ele respondeu: “*Um homem estava dando um grande jantar e convidou a muitos*”. À hora do jantar, enviou seu servo para dizer aos convidados: “*Vinde, já está tudo pronto*”. Mas todos, unânimes, começaram a se desculpar. O primeiro disse-lhe: “*Comprei um terreno e preciso vê-lo; peço-te que me des por escusado*”. Outro disse: “*Comprei cinco juntas de bois e vou experimentá-las; rogo-te que me des por escusado*”. E outro disse: “*Casei-me, e por essa razão não posso ir*”.

Voltando, o servo relatou tudo ao seu senhor. Indignado, o dono da casa disse ao seu servo: “*Vai depressa pelas praças e ruas da cidade, e introduz aqui os pobres, os estropiados, os cegos e os coxos*”. Disse-lhe o servo: “*Senhor, o que mandaste já foi feito, e ainda há lugar*”. O senhor disse então ao servo: “*Vai pelos caminhos e trilhas e obriga as pessoas a entrarem, para que a minha casa fique repleta. Pois eu vos digo que nenhum daqueles que haviam sido convidados provará o meu jantar*”.

É evidente a intenção, de Jesus, de significar, mediante a imagem dos convidados descorteses, os judeus chamados na primeira hora para o Reino do Messias. Dado que se recusaram a atender, embora tivessem o título de povo escolhido, foram chamados os que não tinham título algum: os pagãos, que jaziam na idolatria e só mereciam (humanamente falando) o desdém do Senhor da ceia.

Por conseguinte, foram chamados gratuita e imerecidamente. Este fato é paradigmático: ninguém merece ser membro do Reino de Deus; a iniciativa é sempre do Senhor, que não olha para os títulos de suas criaturas, mas confere a estas todo e qualquer valor. É de notar, no texto da parábola, a expressão: “*Obriga as pessoas a entrar para que a minha casa fique repleta*”.

Verifica-se em Mc 4,26-29 que a semente que germina por si. Jesus compara o Reino de Deus a uma semente lançada à terra e tão rica de dinamismo que ela germina e cresce sem que o semeador saiba como. Isto quer dizer que a graça de Deus tem poder para converter o homem, até o mais endurecido no pecado, desde que este não lhe oponha resistência. A graça faz uma nova criatura (cf. 2Cor 5,17), nova não só de nome, mas

real e ontologicamente.

Em Mt 21,28-32 relata-se sobre os dois filhos. “*Que vos parece? Um homem tinha dois filhos*”. Dirigindo-se ao primeiro, disse: “*Filho, vai trabalhar hoje na vinha*”. Ele respondeu: “*Não quero*”; mas depois, reconsiderando a sua atitude, foi. Dirigindo-se ao segundo, disse a mesma coisa. Este respondeu: “*Eu irei, senhor*”; mas não foi. Qual dos dois realizou a vontade do pai? Responderam-lhe: “*O primeiro*”. Então Jesus lhes disse: “*Em verdade vos digo que os publicanos e as prostitutas estão-vos precedendo no Reino de Deus. Pois João veio a vós num caminho de justiça, e não crestes nele. Os publicanos e as prostitutas creram nele. Vós, porém, vendo isso, nem sequer reconsiderastes para crer nele*”.

Esta parábola significa que os homens aparentemente mais credenciados e merecedores podem ser menos agradáveis a Deus do que aqueles que fizeram a experiência do pecado grave e posteriormente se converteram. O primeiro dos dois filhos representa precisamente os publicanos e as prostitutas ou os pecadores em geral; tendo chegado ao fundo do poço, não se iludem a respeito da fragilidade humana e estão abertos para a graça, que os pode converter em grandes Santos.

O segundo dos dois filhos simboliza os fariseus, que não incorrem em graves faltas, mas são satisfeitos consigo mesmos e julgam poder dispensar a graça de Deus; são, por isto, menos dóceis às moções do Espírito Santo e correm o risco de ser preteridos em favor dos grandes pecadores convertidos ao Senhor. Mais uma vez é posta em relevo a gratuidade do Dom de Deus ao homem.

A mesma verdade é professada no episódio de Lc 7,36-50, sobre a pecadora anônima e o fariseu. Um fariseu convidou-o para comer com ele. Jesus entrou, pois, na casa do fariseu e reclinou-se à mesa. Apareceu então uma mulher da cidade, uma pecadora. Sabendo que ele estava à mesa na casa do fariseu, trouxe um frasco de alabastro com perfume. E, ficando por detrás, aos pés dele, chorava; e com as lágrimas começou a banhar-lhe os pés, a enxugá-los com os cabelos, a cobri-los de beijos e a ungi-los com o perfume.

Vendo isso, o fariseu que o havia convidado pôs-se a refletir: “*Se este homem*

fosse profeta, saberia bem quem é a mulher que o toca, porque é uma pecadora!” Jesus, porém, tomando a palavra, disse-lhe: “*Simão, tenho uma coisa para dizer-te*”. “*Fala, mestre*”, respondeu ele. “*Um credor tinha dois devedores; um lhe devia quinhentos denários e o outro cinquenta. Como não tivessem com que pagar, perdoou a ambos. Qual dos dois o amará mais?*”. Simão respondeu: “*Suponho que aquele ao qual mais perdoou*”. Jesus lhe disse: “*Julgaste bem*”.

E, voltando-se para a mulher, disse a Simão: “*Vês esta mulher? Entrei em tua casa e não me derramaste água nos pés; ela, ao contrário, regou-me os pés com lágrimas e enxugou-os com os cabelos. Não me deste um ósculo; ela, porém, desde que eu entrei, não parou de cobrir-me os pés de beijos. Não me derramaste óleo na cabeça; ela, ao invés, ungiu-me os pés com perfume. Por essa razão, eu te digo, seus numerosos pecados lhe estão perdoados, porque ela demonstrou muito amor*”. Em seguida, disse à mulher: “*Teus pecados estão perdoados*”. Logo os convivas começaram a refletir: “*Quem é este que até perdoa pecados?*” Ele, porém, disse à mulher: “*Tua fé te salvou; vai em paz*”.

Este texto põe em confronto contrastante a pecadora infame e o fariseu observante da Lei. A pecadora, por ser pecadora, tem mais consciência da fragilidade humana e da necessidade do perdão; por isto ela se apresenta ao Senhor como um grande vazio sequioso de ser preenchido gratuitamente; e o Senhor lhe atende na medida do seu anseio: “*Porque muito amou, muitos pecados lhe são perdoados*” (Lc 7,47). Ao contrário, o fariseu Simão, contente consigo mesmo, torna-se juiz do Senhor: “*Se esse homem fosse profeta, bem saberia qual é a mulher que o toca, porque é uma pecadora*” (Lc 7,39).

Conforme esta mentalidade, só tem acesso a Deus quem é puro e santo, ao passo que Jesus quer dizer que o pecador, desde que contrito e humilde, é bem recebido pelo Senhor; é este que faz gratuitamente a santidade do homem e da mulher; apenas requer que a criatura deseje ser assim santificada. Por isto o fariseu nada lucra pelo contato com Jesus; antes, definha na sua autossuficiência satisfeita.

Dizia muito a propósito S. Ambrósio (t 397): “*Pecar é comum a todos os homens, mas arrepender-se é próprio dos santos*” (Apologia David ad Theodosium Augustum II 5-6). Na verdade, ninguém tem motivo para se surpreender pelo fato de

que um semelhante peque, pois a condição de pecador é comum a todos os homens. Há, porém, motivo para surpresa e mesmo admiração quando alguém reconhece seu pecado, pois tal sinceridade não é muito frequente; ela exprime a nobreza de caráter de alguém, que se manifesta não quando diz que não peca (isto, tomado em termos absolutos, é falso), mas quando aponta sinceramente o seu pecado e se distancia dele, em vez de o encobrir com máscaras. Pôr máscaras no plano moral é menos digno do que reconhecer a verdade quando necessário e propor reparar o que haja de falho.

A parábola que Jesus conta para ilustrar o caso, merece atenção: visa à situação de dois devedores humanos que devem a um credor humano; ora entre os homens o amor ao credor só existe depois do cancelamento da dívida. O mesmo, porém, não se dá quando os devedores humanos devem a Deus; com efeito, a procura de perdão movida por arrependimento sincero já é amor que Deus leva em conta; é um amor inicial, amor de desejo ou de gravitação, que obtém de Deus o perdão.

Uma vez concedido o perdão, tal amor se intensifica e transforma-se em amor de deleite, de posse, de repouso em Deus. Pode-se, pois, dizer que o amor de Deus antecede o perdão e se segue ao perdão; antecede como amor-aspiração, procura; segue-o como amor, fruição e gozo de Deus. Na sua explicação, Jesus diz: *“Seus numerosos pecados lhes são perdoados, porque ela demonstrou muito amor”*. *“Mas aquele a quem pouco foi perdoado, mostra pouco amor”*. Na verdade, quem procura algo, já ama essa coisa, mesmo sem a possuir. E quem encontra esse algo, ama-o, mas de outro modo; ama-o, possuindo-o, deleitando-se, assim, são as criaturas no seu relacionamento com Deus: amam-no de um modo, ao procurá-lo; amam-no de outro modo, ao descobri-lo.

PERGUNTAS

1. Como conduzir uma vida de gratuidade de serviços e à Graça de Deus?
2. Em Mt 21,28-32 relata-se sobre a parábola dos dois filhos. O que Deus quis mostrar a todos?
3. No Novo Testamento está a gratuidade e à Graça de Deus. Embora os

Evangelhos não apresentem doutrina sistemática sobre a graça, exprimem tal conceito mediante parábolas. Explique.

1.3 EVANGELHOS SINÓTICOS - REINO DE DEUS

DAI-ME UM CORAÇÃO...

Senhor Jesus Cristo, uno-me aos louvores, com que por toda a eternidade glorificais a Deus, ofereço-Vos agora este louvor e estas orações. Suplico-Vos por vossa misericórdia infinita que me concedais um coração contrito e devoto, um coração humilde, casto, zeloso, um coração fiel e puro, um coração santificado por Vós em vosso coração, unido a ele e nele encerrado, para que não me dedique senão a Vós, para que só a Vós veja e só creia em Vós, a fim de que Vos louve e bendiga sempre, para que doravante Vos ame em tudo e sobre tudo.

A gratuidade do Dom de Deus é expressa, nos sinóticos, pelo conceito de Reino de Deus. Tal noção já era comum na literatura apócrifa de Israel. No Novo Testamento traz as seguintes características:

- É definitivo, começa na terra e não terá fim; cf. Lc 1,33;
- É interior e vem sem estardalhaço; cf. Lc 17,20s. Daí o valor da oração íntima (Mt 6,6), da esmola oculta (Mt 6,3) e do jejum (Mt 6,17); é universal ou destinado a todos os homens. Cf. Mt 21,43: “*O Reino vos será tirado e confiado a um povo que produza seus frutos*”;
- É gratuito: pertencer ao Reino é livre dom de Deus. Cf. Mt 13,11: “*A vós foi dado conhecer os mistérios do Reino dos Céus, a outros não*”. Conhecer a Deus é uma graça especial: “*Ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar*” (Mt 11,27); ver ainda Mt 16,17. Acontece, porém, que a má vontade do homem pode tornar vã a ação salvífica de Deus: “*Jesus começou a verberar as cidades onde havia feito a maior parte de seus milagres, por não se terem arrependido: “Ai de ti, Corozaim! Ai de ti, Betsaida! Porque, se em Tiro e Sidônia tivessem sido realizados os milagres que em vós se realizaram, há muito se teriam arrependido, vestindo-se de cilício e cobrindo-se de cinzas*” (Mt 11,21).

Há duas novidades no Reino comparado com a Aliança:

- Está centrado em Cristo, de modo que, para pertencer ao Reino, é

preciso estar em especial relação com Ele ou ser enxertado em Cristo. A Encarnação do Filho é o ponto alto da aliança entre Deus e os homens;

- Para pertencer ao Reino, é preciso preencher condições novas além das que a Aliança impunha: ter um coração de pobre (Mt 5,3), ser simples e puro como as crianças (Mt 18,3s), estar disposto a renunciar (Mc 9,47; Mt 19,12; Lc 9,60-62). Estas atitudes são expressões da metanoia (mudança de mente, conversão) que o Senhor proclama como condição fundamental (Mc 1,15).

O Reino de Deus é futuro e presente:

- Aproximou-se (Mt 3,17; Mc 1,15; Lc 10,9s; 21,31);
- Chegou (Mt 12,28);
- Está dentro de nós (Lc 17,21).

O Reino de Deus se concretiza em cada cristão pessoalmente pelo Dom da filiação divina, enfaticamente formulada por Jesus em Mt 5,43-48: *“Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; desse modo vos tornareis filhos do vosso Pai que está nos céus, porque ele faz nascer o seu sol igualmente sobre maus e bons e cair a chuva sobre justos e injustos. Com efeito, se amais aos que vos amam, que recompensa tendes? Não fazem também os publicanos a mesma coisa? E, se saudais apenas os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem também os gentios a mesma coisa? Portanto, deveis ser perfeitos como o vosso Pai Celeste é perfeito”*.

Em consequência Jesus ensina a rezar ao *“Pai nosso..”* (Mt 6,9). Sem dúvida, já os judeus no Targum preconizaram a imitação do Pai celeste; o que há de novo no Evangelho, é a insistência no mútuo perdão e no amor aos inimigos. A paternidade divina se exerce, por excelência, quando Deus ama o pecador e lhe perdoa as faltas, de modo que a filiação divina exige, da nossa parte, que amemos e perdoemos generosamente a todos os nossos irmãos.

PERGUNTAS

1. Conceitue Reino de Deus, segundo o que está posto no texto.
2. Como se distingue ou se assemelha do conceito de Aliança?

3. Quais as novidades no Reino comparado com a Aliança que Deus fez com os homens?
4. Complete: segundo (Lc 17,21) o Reino de Deus está no meio de nós, está dentro de nós. Por quê?

1.4 ESCRITOS JOANINOS

CANTAI UM CÂNTICO NOVO (Agostinho de Hipona, t 430).

Somos convidados a cantar um cântico novo ao Senhor. O homem novo conhece o cântico novo. Cântico é expressão de alegria e, se bem examinarmos, é expressão de amor. Quem, portanto, sabe amar a vida nova, recorda o cântico novo. Ao único Reino, tudo pertence: o homem novo, o cântico novo, a aliança nova. Por isso o homem novo cantará o cântico novo e tomará parte na aliança nova.

Não há quem não ame. A questão é saber o que amar. Ninguém nos diz que não amemos. Saibamos, porém, escolher o que amaremos. Deus se nos oferece pelo caminho mais curto. Gritou-nos: “Amai-me e haveis de me possuir; não podereis amar-me se me não possuídes”.

Ó irmãos, ó filhos, ó povo católico, ó santa e suprema comunidade, ó rege-nerados em Cristo, nascidos do alto, ouvi-me, ou melhor, ouvi por minha voz: “Cantai ao Senhor um cântico novo”. Respondes-me: já estou cantando. Tu cantas, cantas bem, escuto.

Mas não dê tua vida testemunho contra tuas palavras. Cantai com a voz, cantai com o coração, cantai com os lábios, cantai com a vida: “Cantai ao Senhor um cântico novo”. Queres saber o que cantar a respeito daquele a quem amas? Não se duvida de teu desejo de cantar àquele que amas. Buscas com que louvores irás cantá-los? Ouviste: “Cantai ao Senhor um cântico novo”. Que louvores? “Seu louvor na assembléia dos santos”. O louvor de quem canta é o próprio cantor. Quereis cantar louvores a Deus? Sede aquilo que dizeis. Sereis o próprio louvor se viverdes bem, Amém.

Em S. João, o vocábulo-chave para designar a renovação do ser humano é Vida Eterna. Nos escritos joaninos a vida já está presente no homem, embora deva consumir-se na ressurreição. Disse Jesus, visto em Jo 11,25s: “*Eu sou a*

ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá. E quem vive e crê em mim, jamais morrerá”.

Já em Jo 5,24-29: *“Em verdade, em verdade vos digo: quem escuta a minha palavra e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna e não vem a julgamento, mas passou da morte para a vida. Em verdade, em verdade eu vos digo: vem a hora e é agora em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus e os que a ouvirem viverão. Assim como o Pai tem a vida em si mesmo, também concedeu ao Filho ter a vida em si mesmo e lhe deu o poder de exercer o julgamento, porque é Filho do Homem. Não vos admireis com isto: vem a hora em que todos os que repousam nos sepulcros ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para uma ressurreição de vida; os que tiverem cometido o mal, para uma ressurreição de julgamento”.*

A fonte imediata da vida é Jesus, a ponto de se identificar Ele com a Vida:

Jo 14,6: *“Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.* Jo 5,12: *“Quem tem o Filho, tem a vida. Quem não tem o Filho, não tem a vida”.* A vida do Filho é a do próprio Pai, fonte primeira e absoluta de vida: Jo 5,26: *“Assim como o Pai tem a vida em si mesmo, concedeu ao Filho também ter a vida em si mesmo”.* Jo 6,57: *“Assim como o Pai, que vive, me enviou, e eu vivo pelo Pai, também aquele que de mim se alimenta viverá por mim”.*

Para poder viver, a criatura tem que estar em comunhão com Cristo, que é água viva (Jo 4,10), pão da vida (Jo 6,51), luz da vida (Jo 8,12). A mesma comunhão é expressa pela imagem da videira e dos ramos: Jo 15,5: *“Eu sou a videira e vós, os ramos. Aquele que permanece em mim, e eu nele, produz muito fruto, porque sem mim nada podeis fazer”.*

A comunhão de vida com Cristo não se limita a uma transformação psicológica (afetando o conhecimento e a vontade apenas), mas é ontológica:

- Nascer de Deus: *“Todo aquele que ama, nasceu de Deus e conhece a Deus”* (1Jo 4,7); *“Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo, nasceu de Deus”* (1Jo 5,1); *“Nós sabemos que todo aquele que nasceu de Deus, não peca.”* (1Jo 5,18).
- Nascer do alto: *“Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer do alto, não poderá ver o Reino de Deus”* (Jo 3,7).
- Nascer do Espírito: *“O que nasceu do Espírito, é espírito”* (Jo 3,6). *“Assim*

acontece com todo aquele que nasceu do Espírito” (Jo 3, 8); cf. 1 Jo 3, 1-3.

Em consequência, S. João fala da semente de Deus em nós: *“Todo aquele que nasceu de Deus, não comete pecado, porque a semente de Deus permanece nele” (1Jo 3, 9).* Tal semente pode ser a Palavra recebida (1 Jo 2,7. 24).

A participação na vida de Deus é livre dom de Cristo; o Filho dá a vida a quem Ele quer:

Jo 5,21: *“Como o Pai ressuscita os mortos e os faz viver, também o Filho dá a vida a quem quer”.* Em última análise, porém, o Pai é quem escolhe: Jo 17, 6: *“Manifestei teu nome aos homens que do mundo me deste. Eram teus e os deste a mim e eles guardaram a tua palavra”.* A todos é dada a graça ou a luz para a conversão: Jo 1,7.9: *“João veio como testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele... O Verbo era a luz verdadeira que ilumina todo homem”.*

O dom de Deus estipula alguns requisitos: fé em Jesus, Deus feito homem: *“A todos os que o receberam, deu o poder de se tornarem filhos de Deus, aos que creem em seu nome” (Jo 1, 12s; cf. 20,31);* amor ao próximo: *“Sabemos que passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos” (1 Jo 3,14);* O Batismo: *“Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito, não poderá entrar no Reino de Deus”;* a Eucaristia: *“Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós”.*

As consequências da comunhão são surpreendentes:

- Somos filhos de Deus: *“Vede que prova de amor nos deu o Pai: sermos chamados filhos de Deus. E nós o somos! Caríssimos, desde já somos filhos de Deus, mas o que seremos ainda não se manifestou. Sabemos que, por ocasião dessa manifestação, seremos semelhantes a Ele porque O veremos tal como Ele é” (1 Jo 3,1-3).*
- Há mútua imanência entre Deus e nós: *“Aquele que confessar que Jesus é o Filho de Deus, Deus permanece nele e ele em Deus. Deus é Amor; quem permanece no Amor, permanece em Deus e Deus permanece nele” (1 Jo 4,15s).*
- Deus habita no cristão: *“Se alguém me ama, guardará minha palavra, e meu Pai o amará, e a ele iremos e nele estabeleceremos nossa morada” (Jo 14,23).*

PERGUNTAS

1. Nos escritos joaninos, a vida já está presente no homem, embora deva consumir-se na ressurreição. Explique.
2. No dom de Deus, é estipulado alguns requisitos. Quais são eles?
3. A comunhão de vida com Cristo significa uma transformação psicológica (afetando o conhecimento e a vontade) e ontológica. Exemplifique.
4. Quais são as consequências da comunhão?

1.5 ESCRITOS PAULINOS

O pensamento de São Paulo é rico e variado. Morte (pecado) e Vida (graça). A transgressão de Adão introduziu no mundo o pecado e a morte: Rm 5,12: *“Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte”*. Rm 5,18: *“Pela falta de um só homem resultou a condenação de todos os homens”*.

O pecado, que acarreta a morte, é personificação devida a São Paulo. Domina o homem, tornando-se o princípio de más ações: Rm 7,20: *“Se faço o que não quero, já não sou eu que estou agindo, mas o pecado que habita em mim”*. Morte, para São Paulo, significa separação de Deus ou estado de oposição a Deus. Rm 7,9-11.13: *“O pecado reviveu, e eu morri... O pecado me matou... O pecado...produziu a morte em mim”*. Rm 6,21-23: *“Que fruto colhestes daquelas coisas de que agora vos envergonhais? Pois seu desfecho é a morte. Agora, libertos do pecado e postos a serviço de Deus, tendes vosso fruto para a santificação e, como desfecho, a vida eterna. Porque o salário do pecado é a morte, e a graça de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor”*.

São Paulo não esquece a morte física (cf. Rm 7,1-3), mas diria que ela só é plenamente morte quando implica separação de Deus ou perda da comunhão com a vida divina. Todas as pessoas que incorrem em pecados pessoais confirmam o seu estado de morte. Isto vale tanto para os gentios (cf. Rm 1,18-32) quanto para os judeus: Rm 2,13s: *“Todos aqueles que pecaram sem Lei, sem Lei perecerão, e todos aqueles que pecaram com Lei, pela Lei serão julgados”*.

Daí o pessimismo de São Paulo ao contemplar o mundo anterior a Cristo: Rm 3,9.23: *“Todos, tanto os judeus como os gregos, estão debaixo do pecado, conforme está*

escrito: Não há um homem justo, não há um sequer” (S114,1.3). “Todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus”.

Deus quer salvar o homem do jugo do pecado e da morte. Mas quer que o homem receba a salvação como dom totalmente gratuito ou não merecido. É o que explica o papel da Lei dada a Israel por Moisés no século XIII a. C.: a Lei, propondo explicitamente o bem a praticar (não matar, não roubar, não adulterar), fez que o homem tomasse consciência de sua fragilidade e pecaminosidade; o homem se viu incapaz de observar os santos preceitos da Lei e assim foi despojado de qualquer presunção ou vã glória; concebeu então mais ardente desejo de salvação, que lhe foi dada gratuitamente por intermédio de Jesus Cristo. A Lei era boa e santa, mas tornou-se ocasião de pecado para o homem que, sem a graça do Redentor, não a podia observar:

Em Rm 7,7-11: *“Que diremos então? Que a Lei é pecado? De modo algum. Entretanto eu não conheci o pecado senão através da Lei, pois eu não teria conhecido a concupiscência se a Lei não tivesse dito: Não cobiçarás”. “O pecado, aproveitando a situação, através do preceito, engendrou em mim toda espécie de concupiscência, pois, sem a Lei, o pecado está morto. Outrora eu vivia sem Lei, mas, sobrevivendo o preceito, o pecado reviveu, e eu morri?”. “Verificou-se assim que o preceito, dado para a vida, produziu a morte. Pois o pecado aproveitou a ocasião e, servindo-se do preceito, me seduziu e por meio dele me matou”. Em Rm 5,20 São Paulo chega a dizer que “a Lei interveio para que avultasse a falta; mas, onde avultou o pecado, a graça superabundou”.*

Na verdade, a Lei de Moisés mandava evitar o pecado e foi dada neste intuito, mas encontrou o homem desprovido da graça de Cristo e, portanto, incapaz de observá-la; em consequência teve por função manifestar ao homem a sua deficiência e excitar nele o anseio de salvação.

À situação de morte em que se encontrava o homem antigo, corresponde o dom (a graça) da vida outorgada por Jesus Cristo. Este, aliás, é identificado com a própria vida, pois é a fonte e o portador da vida: Cl 3,3s: *“Morrestes (ao pecado) e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus. Quando Cristo, que é a vossa vida, se manifestar, então vós também, com Ele, sereis manifestados em glória”.* Em Cor 15,22: *“Assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida”.*

A vida, segundo São Paulo, liberta o homem do que é mau, e confere-lhe valores positivos. A vida consiste em libertação ou redenção frente à escravidão do pecado; cf. Rm 5,12-21: *“Assim como pela falta de um só resultou a condenação de todos os homens, do mesmo modo, da obra de justiça de um só resultou para todos os homens a justificação que traz a vida. De modo que, como pela desobediência de um só homem, todos se tornaram pecadores, assim pela obediência de um só todos se tornarão justos”*.

Essa redenção estende-se a todos os elementos constitutivos da morte:

- A culpa e a condenação: *“Nenhuma condenação existe para aqueles que estão em Cristo Jesus”* (Rm 8,1);
- A força malvada do pecado: *“Quando éreis escravos do pecado...que fruto colhestes daquelas coisas de que agora vos envergonhais? Pois seu desfecho é a morte. Mas agora, libertos do pecado.”* (Rm 8,20-22). *“Não reine mais o pecado em vosso corpo mortal”* (Rm 6,12);
- Marcos o ignoram; João emprega-o duas vezes apenas (Jo 1,14.16); Lucas, oito vezes no Evangelho e dezessete vezes nos Atos. Visto que Lucas é discípulo de São Paulo, pode-se dizer que o termo *cháris* (graça) foi introduzido na linguagem cristã por São Paulo.
- No Evangelho de Lucas, *cháris* tem importância teológica em quatro casos, sempre no Evangelho da Infância (Lc 1,28.30;2,40.52). Tem o sentido do hebraico *hen*, indicando o favor de Deus ou a sua gratuita benevolência para com o homem.
- Nos Atos dos Apóstolos *cháris* designa a ação de Deus neste mundo ou o próprio Evangelho, a revelação da nova aliança, o relacionamento filial do homem com Deus; cf. At 4,33;11,23...
- No prólogo do Evangelho de João, *graça* é vocábulo associado a verdade-, indica a fidelidade de Deus que se dá ao homem, e a participação deste na vida divina; cf. Jo 1,14-17.
- Nos escritos paulinos, *cháris* é o amor manifestado pelo Pai, que em Cristo perdoa os pecados e nos comunica a sua vida.
- A expressão mais elevada da *graça* é a morte e a ressurreição de Cristo, porque é da Páscoa que procedem a remissão dos pecados e a vida nova.

São Paulo diz que a graça é uma só, como um só é o Deus que se dá. *Cháris* é o dom pessoal de Deus.

ORAÇÃO UNIVERSAL (Clemente XI (Papa, f 1721).

Senhor, creio em vós, fazei que creia com mais firmeza; espero em vós, fazei que espere com mais confiança; amo-vos, aumentai o meu amor; arrepen-do-me, avivai a minha dor.

Adoro-vos como primeiro princípio; desejo-vos como último fim; exalto-vos como benfeitor perpétuo; invoco-vos como defensor propício.

Dirigi-me com a vossa sabedoria; atraí-me com a vossa justiça; consolai-me com a vossa clemência; protegei-me com o vosso poder.

Ofereço-vos meus pensamentos, para que se dirijam a vós; minhas pala-vras, para que falem a vós; minhas obras, para que sejam vossas; minhas contrariedades, para que as aceite por vós.

Quero o que quereis, quero porque o quereis, quero como o quereis, quero enquanto o quiserdes.

Senhor, peço-vos que ilumineis minha mente, inflameis minha vontade, limpeis meu coração, santifiqueis minha alma.

Que me afaste das faltas passadas; rejeite as tentações futuras; corrija as más inclinações; pratique as virtudes necessárias.

Concedei-me, Deus de Bondade, amor por vós, ódio por mim, zelo pelo próximo, desprezo pelo mundano.

Que saiba obedecer aos superiores, ajudar aos inferiores, acolher os ami-gos, perdoar os inimigos.

Que vença a sensualidade com a mortificação, a avareza com a generosi-dade, a ira com a bondade, a tibieza com a piedade.

Fazei-me prudente nos conselhos, constante nos perigos, paciente nas contrariedades, humilde na prosperidade.

Senhor, fazei-me atento na oração. Sóbrio no comer, perseverante no tra-balho, firme nos propósitos.

Que procure ter inocência interior, modéstia exterior, conduta exemplar, vida ordenada.

Que lute para dominar a minha natureza, fomentar a graça, servir a vossa lei e obter a salvação.

Que aprenda de vós como é pouco o terreno, como é grande o divino, como é breve o temporâneo, como é duradouro o eterno.

Fazei-me preparar a morte, temer o juízo, evitar o inferno e alcançar o pa-raíso. Por Cristo Nosso Senhor. Amém.

PERGUNTAS

1. Que entende São Paulo por “*morte*” e “*vida*”?
2. Deus quer que o homem receba a salvação como dom totalmente gratuito. Nisso, qual é o papel da Lei dada a Israel por Moisés no século XIII a. C.?

1.6 OUTROS ESCRITOS DO NOVO TESTAMENTO

Percorremos os demais escritos do Novo Testamento, procurando neles o que se possa referir à graça. A ideia de regeneração está muito viva na primeira carta de São Pedro, que a menciona logo no começo do seu escrito e a põe em conexão com a ressurreição de Cristo: “*Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que em sua grande misericórdia nos gerou de novo pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos*” (1Pd 1,3).

Como se depreende, a ressurreição de Cristo, que foi vitória sobre o pecado e a morte, é a fonte de uma vida nova para os homens, vida comunicada pelo Batismo (cf. 1 Pd 3,18-22). Esta carta, aliás, faz claro eco à catequese batismal. O batismo é “*o compromisso solene de uma boa consciência pela ressurreição de Jesus Cristo*” (1 Pd 3,21). Também São Tiago tem uma passagem significativa, que de certo modo lembra a doutrina de São João e São Paulo: “*Por vontade própria o Pai nos gerou por uma palavra de verdade, a fim de sermos como que as primícias dentre as suas criaturas*” (Tg 1,19).

São Tiago fala de geração pela Palavra de Deus; cf. Tg 1,18; 3,3; 1 Pd 1,23.

Associada à água, a Palavra confere a vida nova no ato do Batismo. Em 4,6 o apóstolo Tiago alude à *cháris* (graça) que Deus dá aos humildes: *“Ele nos dá uma graça maior, conforme diz a Escritura: ‘Deus, resiste aos soberbos, mas dá a graça aos humildes’* (Provérbios 3,34 LXX). (Tg 4,6).

Graça aqui tem o sentido de favor, complacência, ajuda. O texto mais importante de todos é o da 2Pd 1,3s, onde ocorre uma expressão inédita para significar o dom de Deus: *“O seu divino poder nos deu todas as condições necessárias para a vida e para a piedade mediante o conhecimento daquele que nos chamou pela sua própria glória e virtude. Por elas foram dadas as preciosas e grandíssimas promessas, a fim de que assim vos tornásseis participantes da natureza divina, depois de vos libertardes da corrupção que prevalece no mundo como resultado da concupiscência”*.

A íntima união do cristão com o próprio Deus é assim expressa com lucidez e ênfase singulares. Tal comunhão não implica panteísmo ou não significa que o homem encerra uma parcela da Divindade em seu íntimo; a Teologia posterior dirá que essa comunhão ocorre mediante um dom criado, a graça santificante - que habilita a criatura a conhecer como Deus conhece e amar como Deus ama.

A novidade do Novo Testamento é que a Aliança nova e o Reino anunciados pelos Profetas do Antigo Testamento (cf. Jr 31,31 -34; Is 9,7) já estão presentes entre nós mediante a missão (especialmente a morte e a ressurreição) de Jesus. Como predito pelos Profetas Jeremias e Ezequiel, a nova Aliança implica a transformação interior da criatura, que a enriquece de vida e dons espirituais: *“Eis que dias virão - oráculo de labweh - em que selarei com a casa de Israel (e com a casa de Judá) uma aliança nova. Não como a aliança que selei com seus pais, no dia em que os tomei pela mão para fazê-los sair da terra do Egito - minha aliança que eles mesmos romperam, embora eu fosse o seu Senhor, oráculo de labweh! Porque esta é a aliança que selarei com a casa de Israel depois desses dias, oráculo de labweh. Eu porei minha lei no seu seio e a escreverei em seu coração. Então eu serei seu Deus e eles serão meu povo. Eles não terão mais que instruir seu próximo ou seu irmão dizendo: ‘Conhece a labweh!’ Porque todos me conhecerão, dos menores aos maiores, - oráculo de labweh - porque vou perdoar sua culpa e não me lembrarei mais de seu pecado”* (Jr 31,31-34).

Em (Ez 36,25-28) “*Borrifarei água sobre vós e ficareis puros; sim, purificar-vos-ei de todas as vossas imundícies e de todos os vossos ídolos imundos. Dar-vos-ei um coração novo, porei no vosso íntimo um espírito novo, tirarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei um coração de carne. Porei no vosso íntimo o meu espírito e farei com que andeis de acordo com os meus estatutos e guardéis as minhas normas e as pratiqueis. Então habitareis na terra que dei a vossos pais: sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus; libertar-vos-ei de todas as impurezas*”.

Essa transformação ou transfiguração interior se deve à intimidade com Cristo, no qual o cristão é enxertado como membro de um corpo vivificado por Ele ou como ramo de uma videira cujo tronco é Cristo: “*Eu sou a verdadeira videira e meu Pai é o agricultor. Todo ramo em mim que não produz fruto ele o corta, e, todo o que produz fruto, ele o poda, para que produza mais fruto ainda. Vós já estais puros, por causa da palavra que vos fiz ouvir. Permanecei em mim, como eu em vós. Como o ramo não pode dar fruto por si mesmo, se não permanece na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira e vós os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele produz muito fruto; porque, sem mim, nada podeis fazer. Se alguém não permanece em mim, é lançado fora, como o ramo, e seca; tais ramos são recolhidos, lançados ao fogo e se queimam*” (Jo 15,1-6).

O Espírito Santo é o Artífice dessa inserção em Cristo e configuração a Ele, mediante a qual somos feitos filhos no FILHO e voltamos ao Pai: “*Porque sois filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama Abba, Pai! de modo que já não és escravo, mas filho. E, se és filho, és também herdeiro graças a Deus*” (Rm 8,6s).

A transfiguração do cristão não é meramente moral (nova conduta de vida), mas é ontológica e tão profunda que se pode falar de um novo nascimento, que se exprime num comportamento ético novo: “*Não andeis mais como andam os gentios, na futilidade dos seus pensamentos, com entendimento entenebrecido, alienados da vida de Deus pela sua ignorância e pela dureza dos seus corações... Fostes ensinados a remover o vosso modo de vida anterior - o homem velho que se corrompe ao sabor das concupiscências enganosas - e a renovar-vos pela transformação espiritual da vossa mente, e a revestir-vos do Homem Novo, criado segundo Deus na justiça e santidade da verdade*” (Ef4,17-24).

A escolha e a renovação de cada cristão dependem exclusivamente do beneplácito divino ou são totalmente gratuitas. Todavia ninguém é excluído arbitrariamente do plano do amor divino, pois Deus quer que todos os homens se salvem. Cf. 1Tm 2,4. A amizade com Deus requer fé viva e atuante (que também é dom de Deus) e que tem sua principal expressão nos sacramentos do Batismo e da Eucaristia.

PERGUNTAS

1. A ideia de regeneração está muito viva na primeira carta de São Pedro. Exemplifique.
2. Qual é a referência que o texto faz ao Batismo?
3. Qual o significado de Graça neste módulo?



MÓDULO II - HISTÓRIA DO DOGMA

2.1 OS QUATRO PRIMEIROS SÉCULOS

Houve quatro momentos importantes na história do dogma da graça: as controvérsias pelagiana e semipelagiana nos séculos V/ VI. Foi decisiva então a figura de S. Agostinho (t 430), dito posteriormente “*o Doutor da Graça*”; a controvérsia predestinacionista no século IX, com Godescalco, Rabano Mauro e Ratramno; a controvérsia luterana e o Concílio de Trento (1545-1563) e as controvérsias baianista e jansenista, nos séculos XVII e XVIII.

Nos séculos XIX e XX verifica-se a renovação da Teologia da graça. Os primeiros escritores cristãos eram de língua grega. Como tais, eram dotados de gênio especulativo. Muito acentuaram a divinização da natureza humana pelo fato de receber uma vida nova, que a põe em comunhão com Deus. Esta concepção, para eles, não implicava panteísmo, pois jamais admitiram a identidade entre Deus e o homem.

O modo de pensar dos antigos inspirava-se no texto de 2Pd 1,3s, que fala da participação da natureza divina para indicar a íntima união do cristão com Deus, sem admitir que no homem haja uma centelha da Divindade. A concepção grega é estática; valoriza o ser do cristão regenerado, baseando-se em S. João, que menciona os ramos da verdadeira videira (Jo 15,1-6), e em São

Paulo, que considera o Corpo de Cristo com seus membros (1Cor 12, 12-27).

A partir do século V, no Ocidente latino, os teólogos deram mais ênfase ao aspecto dinâmico da graça, sem negar a teologia grega. A ocasião para tanto foi a controvérsia pelagiana: Pelágio afirmava a capacidade da natureza humana para praticar o bem sem o auxílio divino. Isto provocou a réplica de S. Agostinho (+430), que acentuou a função da graça como ajuda para que o homem possa praticar o bem.

De resto, o gênio latino é, por si mesmo, prático, dinâmico, administrativo, de modo que os ocidentais passaram a cultivar com muita ênfase o aspecto dinâmico da graça divina. Esta concepção, aliás, tem seu fundamento nas próprias epístolas de São Paulo, que fez a experiência do pecado e da conversão, e se sentiu devedor à graça: Em Cor 15, 8: “*Em último lugar, Cristo apareceu também a mim como a um abortivo*”.

E em Gl 1,15s: “*Quando aquele que me separou desde o seio materno e me chamou por sua graça, houve por bem revelar em mim o seu Filho para que eu O evangelizasse entre os gentios...*”; Rm 1, 5: “*Jesus Cristo, por quem recebemos a graça e a missão de pregar para louvor do seu nome*”; Rm 5, 2: “*Jesus Cristo, por quem tivemos acesso, pela fé, a esta graça...*”

Consideraremos, em primeiro lugar, S. Irineu (t 202), o primeiro pensador propriamente dito no tocante à graça. Desenvolveu as teses de São João e São Paulo e tornou-se fonte inspiradora tanto da tradição grega como da latina. S. Irineu (t 202) parte do conceito de Encarnação, que recapitula todas as gerações anteriores e as configura de novo à imagem e semelhança de Deus. Deus se fez homem para que o homem se torne filho adotivo de Deus ou se torne participante de Deus; S. Irineu cita o SI 82,6, onde se diz: “*Vós sois deuses, todos vós sois filhos do Altíssimo*”; a palavra “deuses” aí traduz o hebraico Elohim, que significa, no caso, os juízes do povo de Israel.

É o Batismo que nos comunica a vida nova ou a segunda natividade, infundindo-nos o Espírito Santo. Santo Irineu distingue imagem e semelhança de Deus. A imagem decorre da realidade natural ou psicossomática do homem; jamais pode ser apagada. A semelhança, ao contrário, não é congênita, mas é

comunicada pelo Espírito Santo a quem é elevado à filiação divina. O escritor, com tais palavras, distingue, como foi dito posteriormente, entre ordem natural e ordem sobrenatural. A semelhança, diz ele, foi perdida quando os primeiros pais pecaram, mas nos foi devolvida pela Encarnação do Filho e o dom do Espírito. A semelhança nos habilita a ver Deus face-a-face, graça esta que é, por excelência, a vida do homem: “*A glória de Deus é o homem vivente, e a vida do homem é a visão de Deus*” (Contra as Heresias IV 20,7). A divinização do homem só estará consumada no fim dos tempos, quando se der a ressurreição dos corpos.

Clemente de Alexandria (f. entre 211 e 215) afirma que o Batismo confere a filiação divina ou mesmo a divinização. É este autor que cria o verbo *theopoiein*, deificar ou tornar Deus, expressão que, como dito, não implica panteísmo, mas íntima união da criatura com o Criador. A ação deífica é própria do Logos ou Verbo, que, com sua doutrina, ilumina as mentes. Os meios pelos quais a criatura se aproxima do Criador, são a leitura da Palavra de Deus e a Eucaristia; a consumação deste processo acarreta para o homem a participação da vida imortal de Deus.

A vida espiritual do cristão tem origem no Batismo, que liberta da escravidão do demônio e confere plena purificação do pecado. Orígenes (t. 254), à diferença de Clemente, enfatiza a ação do Espírito Santo na regeneração do cristão. É o Espírito que outorga a alegria e a consolação espirituais. Orígenes muito insiste na necessidade de união pessoal do cristão com Cristo: “*Que me adianta ter Ele descido à terra, se eu não o possuo?*” (In Jeremiam 9,1). “*Que adianta a ti Cristo ter-se feito carne, se Ele não veio à tua alma? Oremos para que diariamente se realize a sua vinda*” (In Lucam 22,1)

S. Atanásio de Alexandria (t. 373) desenvolve o pensamento dos alexandrinos anteriores: o grande dom de Deus é a divinização, à qual corresponde a filiação, que nos vem através do Logos ou do Filho. Fazendo-se homem, o homem novo, Ele nos restituiu a filiação perdida pelo pecado dos primeiros pais. Atanásio combate o arianismo, que negava a divindade do Filho, argumentando nos seguintes termos: se pelo Batismo nos tornamos filhos adotivos, deve haver um Filho segundo a natureza; se fomos divinizados pela vinda do Logos, isto

é um sinal de que o Logos é Deus. Tal era a persuasão, do santo mestre, de que a graça de Deus nos diviniza ou nos põe em comunhão com Deus!

Da mesma forma Atanásio quer provar a divindade do Espírito Santo: “O Espírito nos faz participar de Deus..., Mas, se fosse uma criatura, nós não poderíamos ter por ele uma participação em Deus. Seríamos unidos a uma criatura e estranhos à natureza divina, nada tendo em comum com ela... Se a participação do Espírito nos comunica a natureza divina, é insensato dizer que o Espírito tem uma natureza criada, e não uma natureza divina. Por isto aqueles nos quais Ele habita, são divinizados; mas, se Ele diviniza, não há dúvida de que a sua natureza é natureza de Deus” (Epístola a Serapião 2,24). Neste texto a palavra “natureza” significa simplesmente “aquilo pelo qual um ser é aquilo que é”. Equivale a essência.

Chamam-se “capadócios” os três escritores gregos que viveram na Capadócia (Turquia de hoje) no século IV: S. Basílio de Cesaréia (t 379), S. Gregório de Nazianzo (t 390) e S. Gregório de Nissa (t após 394). Foram beneméritos na elaboração da doutrina concernente ao Espírito Santo.

S. Basílio argumenta, como S. Atanásio, em favor da divindade do Espírito Santo partindo da premissa de que Ele nos diviniza, como um raio de sol torna luminoso o objeto que ele atinge, porque o próprio raio é luz. O santo doutor põe em relevo a ação santificadora do Espírito: “A criatura é escrava; o Espírito a liberta. A criatura precisa de receber vida; o Espírito dá a vida. A criatura precisa de ser instruída, o Espírito ensina. A criatura é santificada, o Espírito santifica. Também os anjos, também os arcanjos, todas as potências celestiais recebem do Espírito a santidade. Ele, porém, tem a santidade por sua própria natureza; ele não a recebe como graça, pois a santidade pertence à sua essência. Daí o nome de santo que, por preferência, lhe é dado” (Epístola 159,2).

São Gregório de Nazianzo enfatiza tais considerações. S. Gregório de Nissa é o mais especulativo dos três padres capadócios. Concebe a salvação de modo original, mas muito belo: a Redenção da humanidade se deu por contato físico. Sim; o Logos, que é Vida, tocou o cadáver da humanidade e infundiu-lhe a vida divina. Pela solidariedade ontológica que une os homens entre si, todos foram, a seu modo, contactados quando o Logos assumiu a natureza humana

no seio de Maria Virgem; Ele se uniu assim a todo homem. Esta união se torna eficaz e concreta através dos sacramentos do Batismo e da Eucaristia.

Gregório de Nissa concebe em três etapas o desenvolvimento da vida da graça no cristão: a via da luz: a criatura procura purificar-se de tudo o que é pecaminoso ou tenebroso para reconstituir em si a imagem de Deus, que é luminosa. Esta fase é caracterizada pela procura da apátheia ou da ausência de qualquer paixão desregrada e de toda vã preocupação; disto decorre a parrhesía ou a confiança filial; a via do conhecimento: o cristão consegue passar do conhecimento do visível ao do Invisível.

Deus é descoberto no “*espelho da alma*”; a sua presença na alma é objeto de experiência. Supõe-se aí a habitação da Ssma. Trindade na alma dos justos (cf. Jo 14,23); a via da escuridão: o cume do conhecimento de Deus consiste em tomar consciência de que Deus é incompreensível, envolto no Mistério da Transcendência. Esta verificação quase leva a alma ao desespero; finalmente, porém, ela compreende que encontrar Deus consiste em procurá-lo incessantemente. A alma é despojada de toda segurança humana e mergulha no Mistério de Deus.

Esses autores dos quatro primeiros séculos desenvolvem a doutrina da graça e da justificação em íntima conexão não só com a Cristologia e a doutrina do Batismo, mas também com a doutrina da Ssma. Trindade. Isto quer dizer que a tradição oriental acentuou mais o aspecto positivo do que o negativo da justificação, ou seja, empenhou-se mais por realçar a grandeza e a beleza do dom de Deus do que a miséria da qual o homem foi salvo. Esta observação é importante, pois a tradição latina se viu obrigada a pôr em relevo a fragilidade do ser humano ao qual a graça divina presta ajuda para livrar-se do pecado.

Na própria tradição grega distinguem-se duas tendências: de um lado, houve quem concebesse a renovação do homem como algo de meramente escatológico ou algo que só ocorrerá na ressurreição dos corpos, no fim dos tempos; de outro lado, houve também quem a considerasse já ocorrente na vida peregrina do cristão; este, desde o Batismo, estaria num processo de divinização (theiopoiesis). A primeira tendência é a dos escritores mais antigos,

ao passo que a segunda se foi aos poucos generalizando a ponto de tornar-se predominante.

Importa realçar mais uma vez que a divinização, no caso, não é entendida no sentido panteísta, como se o homem se pudesse tornar Deus, mas não é senão o equivalente ao que já os escritos do Novo Testamento propõem: participação da natureza divina (2 Pd 1,3s); nascer de Deus (1 Jo 3, 9), ser ramo do tronco da videira (Jo 15,1 -6), ser membro do Corpo de Cristo (1 Cor 12, 12-26).

A síntese do presente e do escatológico é formulada por Orígenes de Alexandria (+254):

“Os que seguirem o Salvador estarão sentados sobre os doze tronos julgando as doze tribos de Israel: um poder que receberão no momento da ressurreição dos mortos”. É esta a regeneração (Mt 19,28) que constitui o novo nascimento, quando serão criados o céu e a nova terra para os que foram renovados, e quando se dará a nova aliança e seu cálice.

O início desta regeneração é o que Paulo chama o banho da regeneração (Tt 3,5) e a nova condição resultante de tal banho, no que se refere à renovação do espírito. Porque, sem dúvida, na (primeira) geração ninguém está livre do pecado, nem mesmo se vive apenas um dia, por causa do mistério segundo o qual todo homem, ao nascer, pode fazer suas as palavras de Davi: fui concebido no pecado.

Na regeneração pela água e no Espírito, se torna livre do pecado, mas na outra geração, quando o Filho do homem aparecer sentado no trono de sua glória, todo aquele que tiver obtido tal regeneração em Cristo estará frente a ele, face a face, absolutamente puro do pecado; e a esta regeneração se chega passando pelo batismo da regeneração (Comentário ao Evangelho de Mateus 15,22s).

Isabel da Trindade foi Beatificada em 1984, dizia: “*Não fosse ele encher nosso claustro, tudo seria vazio..., com ele, nossa vida é um céu antecipado*”. Ó meu Deus, Trindade que adoro, ajudai-me a esquecer-me inteiramente de mim mesma, para fixar-me em vós, imóvel e calma, como se minha alma estivesse já na eternidade; que nada possa perturbar-me a paz, nem fazer sair de vós, ó meu imutável,

mas que cada instante me leve mais avante na profundidade de vosso mistério!

Apaziguai-me a alma, fazei dela o vosso céu, vossa morada preferida, o lugar de vosso repouso; que jamais aí vos deixe só, mas que esteja toda inteira, totalmente desperta em minha fé, toda em adoração, completamente entregue à vossa ação criadora. Ó Cristo, meu amado crucificado por amor, quisera ser uma esposa para vosso coração, quisera cobrir-vos de glória, amar-vos... até morrer de amor! Sinto, porém, a minha fraqueza e peço-vos me revistais de vós mesmo, identificando a minha alma com todos os movimentos da vossa, submergindo-me em vós, invadindo-me, substituindo-vos a mim para que minha vida seja uma verdadeira irradiação da vossa. Vinde a mim como adorador, como reparador, como salvador.

Ó, Verbo eterno, palavra de meu Deus, quero passar a vida a ouvir-vos, quero ser de uma docilidade absoluta para tudo aprender de vós; e, depois, através de todas as trevas, todos os vácuos, todas as fraquezas, quero fitar-vos sempre e ficar sob a vossa grande luz. Ó meu astro amado, fascinaí-me para que não me seja mais possível sair de vosso clarão radioso. Ó fogo consumidor, Espírito de amor, vinde a mim, para que se opere em minha alma como que uma encarnação do Verbo; que eu seja para ele um acréscimo de humanidade, na qual renove todo o seu mistério; e vós, ó Pai, inclinai-vos bondosamente sobre vossa pobre criatura, só considerando nela o muito amado, no qual pusestes todas as vossas complacências.

Ó meu “três”, meu tudo, minha beatitude, solidão infinita, imensidade onde me perco, entrego-me a vós como uma presa, sepultai-vos em mim, para que eu me seculte em vós, enquanto espero ir contemplar em vossa luz o abismo de vossas grandezas.

PERGUNTAS

1. Qual o aspecto da graça mais salientado pela tradição grega?
2. Como os escritores gregos entendiam a divinização do homem?
3. Qual o valor do Batismo em nós?

2.2 A CONTROVÉRSIA PELAGIANA (SÉC. IV / V)

Costuma-se dizer que a tradição grega se inspirou principalmente nos escritos de São João, o apóstolo contemplativo, desenvolvendo o conceito de graça estática, transfigurante (cf. Jo 1,10-12;17,1 -26), ao passo que a tradição latina desenvolveu o pensamento paulino, mais voltado para a dinâmica da graça, concebida como elemento propulsor do homem; cf. Rm 7,14-24; 1 Cor 4,7. Essa caracterização não há de ser levada ao extremo, pois também os latinos falam da filiação divina e da habitação do Espírito Santo nas almas justas, como os gregos falam do impulso da graça para a prática do bem.

Sem dúvida, porém, os latinos se detêm mais sobre a miséria do homem ferido pelo pecado e necessitado do auxílio divino para ser sanado. Daí surge a questão: como colaboram entre si a graça de Deus e a livre vontade do homem? Sobre este pano de fundo Pelágio é tipicamente ocidental.

Pelágio era monge provavelmente bretão, nascido em 354 (?). Foi para Roma em 380 aproximadamente e lá ensinou durante vários anos, conquistando prestígio. Levava vida exemplar; cultivava a ascese, era diretor de consciências e mestre de espiritualidade. Todavia não seguira o currículo de uma escola; era autodidata. Lutava contra a tibieza dos cristãos, que eram malformados ou insuficientemente catequizados.

Em 410 Alarico, o godo, cercou Roma, de modo que Pelágio fugiu para a África, onde ficou um ano. Passou depois para Jerusalém, onde foi muito bem recebido pelos Bispos da Palestina. Soube angariar discípulos entusiastas, dos quais alguns o acompanharam em seus deslocamentos; dentre todos destaca-se Geléstio, homem de grande inteligência, controversista apaixonado e dialético sutil; foi quem fez dos seguidores e das ideias de Pelágio uma escola, deduzindo as últimas conclusões dos princípios do mestre.

As ideias de Pelágio foram: o homem é livre. Por isto está igualmente habilitado a fazer o bem e o mal por suas próprias forças. A liberdade é a grande graça ou o grande Dom que Deus concede ao homem; Deus é justo. Por isto, quando recompensa ou castiga, leva em conta unicamente o comportamento humano.

Por conseguinte, o homem pode praticar o bem e chegar à salvação sem o auxílio de Deus. Se o reto comportamento do homem fosse condicionado pelo auxílio de Deus, os maus seriam injustamente punidos e os bons premiados sem mérito. O homem pode sempre, por si mesmo, evitar qualquer culpa, mesmo venial. Se não fosse assim, os pecados não lhe poderiam ser imputados. Eis uma oração de Pelágio que indignava São Jerônimo e Santo Agostinho (pois professa a impecabilidade teórica): *“Tu sabes, Senhor, quanto são santas, inocentes, puras da toda fraude, de toda injustiça, de todo furto as mãos que levanto a Ti..., quanto são justas, sem mancha e livres de mentira os lábios com os quais imploro a tua misericórdia”*.

Está em poder do homem realizar tanto o bem quanto o mal, a gosto seu: *“Deus, querendo conceder à criatura racional o dom do bem voluntário e a faculdade do livre arbítrio, dando ao homem a possibilidade de escolher entre duas opções, fez o homem de modo que ele se torne o que ele quer ser...Assim o homem é naturalmente capaz do bem e do mal e tem a possibilidade de realizar um e outro e de dobrar a sua própria vontade a uma e a outro”* (A Demetriade).

Pelágio distingue: a) a possibilidade de fazer o bem, b) o querer fazê-lo e c) o fazê-lo propriamente. A primeira é dom ou graça de Deus, que nos concedeu a liberdade. O segundo e o terceiro elementos são próprios do homem: *“Distinguimos estas três coisas e as dispomos em ordem precisa. Assinalamos o primeiro lugar à possibilidade, o segundo à vontade, e o terceiro ao agir. Colocamos a possibilidade na natureza, a vontade na livre disposição, a ação na execução. A primeira, a possibilidade, pertence estritamente a Deus, que a entregou às criaturas. As outras duas, isto é, a vontade e a ação, são próprias do homem, já que procedem do livre arbítrio. Por isto o querer e o reto agir redundam em louvor do homem ou, antes, do homem e de Deus, que ofereceu a possibilidade de querer e agir e que sempre ajuda esta possibilidade com o socorro da sua graça. Quanto à pura possibilidade de querer o bem e realizá-lo, é dom exclusivo de Deus”*.

Por conseguinte, a graça é a mera possibilidade de fazer o bem ou...a doutrina e o exemplo de Cristo. Em alguns casos, Pelágio diria que é um auxílio com o qual fazemos melhor o que muito bem poderíamos fazer a sós, com certa dificuldade. Pelágio nega, pois, a existência de uma ação interior de Deus que influa sobre o agir do homem. O homem é autônomo diante de Deus. Escrevia

Pelágio a Demetriade, jovem da família Arícia: “*Ninguém, a não ser tu mesma, poderá dar-te as riquezas espirituais*”.

No caso, os termos “escolha” e “predestinação” não têm muito sentido. A reação contra esse modo de pensar naturalista e racionalista começou com a denúncia de Celéstio ao Concílio de Cartago em 411 por parte do Bispo Paulino de Milão; Santo Agostinho estava então muito ocupado com os donatistas. Celéstio criticava o Batismo das crianças, que na África era praticado desde os tempos de São Cipriano (t 258); não aceitava o pecado original. O Bispo Aurélio, presidente do Concílio de Cartago, assim arguia Celéstio: “*Adão no paraíso, criado imortal, tornou-se mortal após a desobediência... As condições das crianças que batizamos hoje, serão idênticas às de Adão antes da desobediência ou não será que a criança contrai uma culpa de desobediência por nascer da fonte do pecado?*”

Celéstio foi “*condenado, mas não convencido*”. Partiu para a Sicília e, depois, para a Ásia Menor. Na Palestina Pelágio foi acusado pelo espanhol Paulo Orósio em 415. Orósio, porém, não era hábil; citava a autoridade de São Jerônimo, que não era grata aos orientais. Por isto Pelágio foi absolvido num sínodo regional de Dióspolis. Os orientais não estavam habituados a tal tipo de problemática; a sua atitude parecia desmentir a dos Bispos da África.

Em 416 os Bispos da África proconsular reunidos em Cartago e os Bispos da Numídia em Mileno renovaram a condenação das ideias de Pelágio e apelaram para a Sé Apostólica disto, três Bispos, entre os quais Agostinho de Hipona, escreveram uma carta pessoal ao Papa Inocêncio; enfatizaram as funestas consequências da doutrina de Pelágio, como seriam a inutilidade da oração e a ineficácia do Batismo das crianças.

O Papa Inocêncio respondeu favoravelmente aos Bispos; falava do auxílio divino de que precisamos e só podemos obter pela oração. Parece, porém, que Inocêncio não percebeu a gravidade do perigo que lhe apresentavam. Não chamou Pelágio a Roma, como lhe fora sugerido, e deixou entrever a possibilidade de perdão, caso Pelágio se arrependesse.

Santo Agostinho escreveu então famosos dizeres: “*Dois Concílios foram comunicados à Sé Apostólica. As respostas já chegaram. A causa está terminada. Possa*

algum dia terminar o erro!’ Abreviadamente: Poma locuta, causa finita. O Papa Inocêncio morreu aos 12/03/417. Seu sucessor Zózimo não compreendia bem o assunto, nem entendia por que tanto agir contra Pelágio e Celéstio e fazia votos para que os Bispos da África revissem o caso de Pelágio.

Assim intimados, os Bispos se reuniram num grande Concílio em Cartago a 1 s/05/418; estavam presentes 214 Bispos, que publicaram uma síntese da fé católica em nove artigos. O Papa Zózimo houve por bem confirmar tal doutrina e manter a excomunhão de Celéstio (cujo comportamento abusivo desagradou ao Papa) e Pelágio. O pronunciamento do Pontífice foi expresso pela Epístola Tractoria, que aponta e condena os erros de Pelágio, pondo fim à discussão em torno do assunto.

Pelágio desapareceu de cena, e veio a morrer em 422. Celéstio foi refugiar-se junto a Nestório, Patriarca de Constantinopla, e com este foi condenado pelo Concílio Geral de Éfeso em 431. Juliano de Eclana, bispo de Benevento, quis continuar a polêmica em nome do pelagianismo, mas teve que abandonar sua diocese em 418, refutado por Santo Agostinho

Santo Agostinho é representante típico do pensamento ocidental latino, muito voltado para a dinâmica da graça. Todavia, guarda os traços marcantes da tradição grega, como são:

A habitação de Deus nas almas justas, assim concebida: *“Deus, que é onipresente..., não habita em todos, mas somente naqueles que Ele constituiu seu templo feliz”* (ep. 187). Essa presença é um fato ontológico (Deus se faz presente realmente), não meramente psicológico (dependente do conhecimento e do afeto do cristão), pois ela ocorre também nas crianças: *“Afirmamos que o Espírito Santo habita nas crianças batizadas, embora elas não o saibam”* (ibid).

A participação na natureza divina: *“Ele desceu para que nós subíssemos, e, mesmo guardando a sua natureza, Ele se fez participante da nossa, a fim de que nós, embora permaneçamos em nossa natureza, fôssemos participantes da sua natureza”* (ep. 140). Acontece, porém, que, ao apresentar estas duas notas tradicionais, Agostinho lhes comunica uma nota pessoal, acentuando a função da caridade na santificação dos fiéis. Assim, por exemplo, diz *“Amas a terra? Terra serás! Amas a Deus? Que te*

direi? Serás Deus? Não ousou dizê-lo por iniciativa minha. Ouçamos a Escritura: ‘Eu disse: Vós sois divinos e todos os filhos do Altíssimo’” (In epistolam Iohannis), “*Começaste a amara Deus? Deus começou a habitar em ti*”.

Quanto a inserção em Cristo, Santo Agostinho vai além da tradição grega. Esta não realça a união a Cristo como o faz Agostinho, que chega a formulações audazes: “*Nós ipse sumus. Nós somos Ele*”; “*Christus totus. Cristo inteiro*”; “*Erit unus Christus amans seipsum. Haverá um só Cristo amando a si mesmo*”. Está claro que Agostinho está longe de professar o panteísmo. O que lhe importa é enfatizar a comunhão do cristão com Cristo.

Além de cultivar os aspectos enunciados, Agostinho dedica ampla reflexão à questão: como conciliar a graça de Deus com a liberdade de arbítrio do homem decaído? O Santo Doutor foi levado a tanto por alguns fatores que muito o impressionaram:

- Os escritos paulinos, que muito acentuam o absoluto domínio de Deus sobre as criaturas;
- A tradição latina anterior, muito sensível à fraqueza humana, ao pecado e à necessidade do auxílio divino;
- A experiência pessoal, que revelou ao mestre quanto a debilidade humana pode ceder ao mal, se não é sustentada pelo Senhor Deus;
- A controvérsia pelagiana, que chamou particularmente a atenção para o problema “*graça-liberdade*”.

A doutrina de Santo Agostinho se condensa em torno de dois princípios fundamentais: a absoluta necessidade da graça e a absoluta gratuidade da graça. Na absoluta necessidade da graça, o homem ferido pelo pecado, entregue às suas próprias forças, é incapaz de amar a Deus sobre todas as coisas; tornou-se escravo do pecado. A escravidão é precisamente essa incapacidade de amar o bem. Mesmo que conservemos o livre arbítrio, “*este não é capaz senão de pecar, se a via da verdade lhe fica oculta. No caso de tomar consciência do que deve fazer e da meta a que deve tender, o homem não progride, não se aplica ao bem, não vive corretamente se não há algo que traga alegria e provoque amor*” (Rouet de Journal, Enchiridion Patristicum 1729; citado como RJ a seguir).

Nessas condições, o homem não somente não consegue praticar o bem, mas nem mesmo pode evitar o pecado. Por conseguinte, é fruto da graça o não cometer o pecado: “*Atribuo à tua graça até mesmo todos os pecados que não cometi*” (ibid. 1592).

A graça de Cristo livra-nos da escravidão, dando-nos o amor ao bem, que supera a concupiscência desregrada, proporcionando-nos a *delectatio victrix* ou o deleite vitorioso, que transforma a nossa vontade, salvando-a do egoísmo. Afinal sempre o homem age por amor: um tipo de amor (bom ou mau) supera outro tipo de amor, mal ou bom.

Aqueles que estão em pecado, nada podem fazer de bom, mas somente obras pecaminosas? Santo Agostinho não responderia categoricamente. Diria ele que somente as obras inspiradas pela caridade são realmente boas; mas nos cristãos pecadores admite ele “*uma caridade imperfeita e incompleta*”.

Quanto aos não cristãos, Santo Agostinho afirma que todas as suas obras são pecaminosas, apoiando-se em Rm 14,23: “*Tudo o que não provém da fé, é pecado*”! Esta afirmação procede da concepção agostiniana de pecado original: este seria, na criança, um pecado propriamente dito, que dá orientação má a obras que como tais são boas. Segundo Agostinho, a própria fé é dom de Deus (RJ 1734). Se assim não fosse, por que pediríamos a Deus a conversão dos não crentes? (RJ 1940).

A necessidade da graça impõe-se também aos justos para que pratiquem o bem e nele perseverem (RJ 1958). Essa necessidade decorre das limitações da criatura a tal ponto que o próprio Adão precisava da graça para não pecar; ela é indispensável também aos descendentes de Adão, cuja vontade está ferida e propensa ao mal: “*Ninguém tem de seu senão a mentira e o pecado*” (RJ 1809). Por isto o auxílio necessário antes do primeiro pecado era o auxílio *sine quo non* (sem o qual não era possível obedecer a Deus); dava apenas a possibilidade de praticar o bem. Atualmente, porém, requer-se o *auxilium quo* (auxílio mediante o qual); dá não somente a possibilidade, mas também a realização do bem. -Tais noções serão reconsideradas e elucidadas na parte sistemática deste Curso.

E quanto a absoluta gratuidade da graça: até 397 Santo Agostinho pensava que a graça fosse dada na proporção dos méritos da criatura. Após tal data, meditando sobre tal assunto, o mestre compreendeu que tudo é dom incondicionado de Deus; o primeiro passo no caminho do bem já é devido à graça. Esta doutrina tem sua expressão mais completa e vigorosa na temática da predestinação, à qual Santo Agostinho se dedicou no fim da vida, valendo-se principalmente dos dizeres de São Paulo em Rm 9-11.

Que é predestinação? “*É a preciência e preparação dos benefícios divinos por meio dos quais são certamente redimidos aqueles que são redimidos*” (De donoperseverantiae 14,35). A predestinação, portanto, é um ato divino de eficácia infalível; quem é predestinado, pode momentaneamente desviar-se, mas finalmente será salvo. Não são os atos bons do homem que condicionam a predestinação, mas vice-versa.

Deus predestina todos? Não, responde Agostinho; são poucos aqueles que Ele subtrai à massa damnata (massa condenada por causa do pecado dos primeiros pais). E por que Deus escolhe este e não aquele? Responde Agostinho, frisando que o desígnio de Deus é insondável:

“Porque, dentre duas pessoas virtuosas, a uma é concedida a perseverança final e à outra não, eis os imperscrutáveis desígnios de Deus” (RJ 1995).
“Por que a graça de Deus não é concedida segundo os méritos? Porque Deus é misericordioso. Por que então não para com todos? Porque Deus é juiz” (RJ 1995; cf. 1456).

Como se conciliam estas ideias com a vontade salvífica universal de Deus, de que fala São Paulo em 1Tm2,4? Santo Agostinho não nega esta vontade salvífica. É certo também que não admite predestinação para a morte eterna ou para a condenação. Mas preocupa-se com enfatizar a gratuidade da escolha divina a ponto de propor diversas interpretações restritivas de 1 Tm 2,4, todas elas inadmissíveis. Em suma, não encontra resposta clara. Santo Agostinho foi de enorme importância para o desenvolvimento da Teologia. Afirmou verdades definitivas:

- A realidade universal do pecado;
- A salvação como dom gratuito de Deus;

- A constante necessidade do auxílio de Deus para que o homem pratique o bem, mesmo após o Batismo;
- O primado de Deus no relacionamento “Deus e homem” em vista da vida eterna.

Santo Agostinho compreendeu a não-autonomia do homem, que está em constante dependência de Deus Criador e Salvador. É por isto chamado “o Doutor da Graça”. Todavia ficam algumas lacunas no pensamento agostiniano:

- A vontade salvífica universal de Deus, que Santo Agostinho não negou, mas também não explicou plenamente;
- A liberdade que o homem tem para consentir ou resistir à graça. Como se concilia com a vontade salvífica universal?
- A concepção psicológica da graça como *delectatio victrix* (deleite vitorioso), que parece abrir a porta para o determinismo psicológico.

Em suma, pode-se dizer que Santo Agostinho é simultaneamente a principal fonte inspiradora da reflexão teológica ocidental e também a origem involuntária de quase todas as aberrações teológicas que se sucederam no âmbito latino.

A autoridade de Santo Agostinho é muito grande, mas a sua doutrina não coincide, sem mais, com a que foi sendo elaborada pela Igreja Católica. Não é herética, porque nunca se opôs a uma verdade claramente reconhecida como artigo de fé; Agostinho viveu numa época (séc. IV/ V) em que a Teologia ainda procurava a formulação exata de certos artigos de fé.

PERGUNTAS

1. Como diferem entre si a tradição grega e a latina no tocante à graça?
2. Quais são as ideias de Pelágio?
3. Por que Santo Agostinho é considerado representante típico do pensamento ocidental latino?
4. A doutrina de Santo Agostinho se condensa em torno de dois princípios fundamentais. Quais são? Explique.

2.3 OS DOCUMENTOS DA IGREJA ANTIPELAGIANOS

A controvérsia pelagiana deu ocasião a que o magistério da Igreja se pronunciasse repetidamente sobre o assunto. Dois são os principais documentos que daí resultaram: os cânones do Concílio Regional de Cartago XVI (418) e o *De Gratia Dei Indiculus* (Sumário relativo à graça de Deus). Examinemos um e outro. Estes cânones (Dz-Sch. 222-230) sempre foram muito considerados pela Teologia posterior. Ei-los:

Cânnon 1: Os primeiros pais foram dotados do dom da imortalidade preternatural. A Teologia atualmente entende este dom como sendo a isenção da morte brutal que acomete o homem.

Cânnon 2: O Batismo das crianças é necessário para apagar nelas a herança do pecado dos primeiros pais ou o pecado original originado. Este consiste na ausência da graça de Deus que devia ter sido guardada e transmitida pelos primeiros pais. O Batismo restitui a graça ou a comunhão de vida com a Ssma. Trindade.

Cânnon 3: Rejeita a sentença que julga possam as crianças mortas sem Batismo gozar da bem-aventurança celeste; Jesus o terá excluído em Jo 3, 5. - Este modo de pensar, proposto à assembleia dos Bispos em Cartago, não foi por eles aceito. A Teologia o reformulou sucessivamente; foi definitivamente posto de lado, no século XI, por S. Anselmo, que concebeu a noção de limbo (bem-aventurança natural) das crianças, e, em nossos dias, pelos teólogos que julgam poder atribuir a todas as crianças mortas sem Batismo a bem-aventurança sobrenatural ou a visão de Deus face-a-face, solicitada pela oração da Igreja (que pede por todas as criaturas carentes). Rejeita a tese de Pelágio segundo a qual a graça seria apenas a remissão dos pecados.

Cânnon 4: A graça também não é simplesmente a iluminação da mente para que reconhecamos o bem que devemos realizar.

Cânnon 5: A graça não é mera ajuda para que possamos cumprir mais facilmente o bem que por nós mesmos poderíamos corretamente executar.

Cânion 6: Este cânion e os dois seguintes condenam a tese pelagiana que afirma não haver pecado no homem. O cânion 6 apela para 1 Jo 1,8: “*Se dissermos ‘Não temos pecado’, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós’*”.

Cânion 7: Quando na oração dominical dizemos: “*Perdoai-nos as nossas ofensas*”, não o pedimos somente por nossos irmãos pecadores, mas pedimo-lo por cada um de nós, como se disséssemos: “*Perdoai-me os meus pecados*” (cf. Mt 6,12). Ver também Tg 3,2: “*Todos nós tropeçamos frequentemente*”. Ainda 1 Rs 8, 46: “*Não há quem não peque*”. Mais: Dn 5,15; S1143,2.

Cânion 8: Quando pedimos “*Perdoai-nos as nossas ofensas*”, não o fazemos por mera humildade, como se fôssemos inocentes, mas reconhecemos, diante de Deus e dos homens, ser pecadores.

Como se vê, as proposições de Pelágio foram assim condenadas por não levarem em conta os textos bíblicos, que fazem eco à experiência de todos os homens.

O Indiculus é uma coleção de declarações efetuada no ambiente de Roma entre 435 e 442 por obra de Próspero de Aquitânia ou de S. Leão Magno quando ainda era diácono. Recolhe diversas passagens dos escritos dos Papas Inocêncio, Zózimo e de Concílios do Norte da África; exprime o pensamento da Igreja de Roma e, como tal, foi aceito em geral por toda a Igreja. Tem, pois, grande autoridade, embora não se trate de definições dogmáticas.

Eis o seu conteúdo:

- A graça de Deus é absolutamente necessária para que o homem possa ressurgir do abismo do pecado no qual Adão o precipitou. Dz-Sch. 239.
- Ninguém é bom senão por participação da bondade daquele que é o único Bom. Dz-Sch. 240.
- Mesmo depois do Batismo ninguém é capaz de superar a tentação ao pecado senão por um cotidiano auxílio de Deus, que confere a graça da perseverança. Dz-Sch. 241.
- Ninguém faz bom uso da sua liberdade senão por graça de Cristo. Dz-Sch. 242.
- Ninguém pode agradar a Deus senão por graça de Deus. Todas as obras dos

Santos devem ser dirigidas para a glorificação do Senhor Deus. Dz-Sch 243.

- Deus de tal modo age no coração e na própria liberdade de arbítrio do homem que todo santo pensamento e desejo tem sua origem em Deus, pois sem Ele nada podemos (cf. Jo 15,5). Dz-Sch. 244.

- São confirmados o terceiro, o quarto e o quinto Cânones do Concílio de Cartago XVI. Dz-Sch. 245.

- Legem credendi lex statuat supplicandi, ou seja, as fórmulas da fé e as da oração devem concordar entre si. Daí a importância de que a Liturgia seja cuidadosamente elaborada para não induzir os fiéis em erro doutrinário. Dz-Sch. 246.

- O Sacramento do Batismo há de ser sempre precedido de exorcismos. Dz-Sch. 247. A graça de Deus não extingue a liberdade do homem. É tanta a bondade de Deus que Ele quer que os seus dons se tornem méritos nossos; Ele dá o prêmio eterno às boas obras que Ele nos concede realizar. Dz-Sch. 248.

- Evitemos descer a questões mais profundas e difíceis, que não são desprezíveis, mas não são necessárias para compreendermos o inestimável valor da Graça de Deus. Dz-Sch. 249.

Como se vê, o pensamento latino, à diferença da tradição grega, foi sacudido pela controvérsia pelagiana. Isto obrigou o magistério da Igreja a se pronunciar sobre alguns pontos doutrinários, explicitando assim a teologia ocidental. Todavia, a própria controvérsia teve também suas consequências negativas, pois tornou um tanto unilateral a tradição latina, que nem sempre pôs em foco toda a riqueza da doutrina da Graça. Esse caráter unilateral deu ocasião a calorosos debates no decorrer dos séculos.

PRECE DE UM QUÍMICO **Humphry Davy**

O verdadeiro químico vê a Deus em todas as formas diversas do mundo exterior... Seu coração deveria sempre abrir-se aos sentimentos da devoção. E assim, enquanto contempla a variedade e beleza do mundo exterior e lhe penetra as maravilhas científicas,

saberá sempre elevar-se até a Sabedoria infinita, cuja bondade lhe permite provar as alegrias da ciência; tornar-se-á melhor ao mesmo tempo que mais sábio. A influência da religião sobrepõe-se a todas as alegrias terrestres; fortifica-se, ao passo que nossos órgãos se enfraquecem e nosso corpo se dissolve; ela surge como a brilhante estrela da tarde no horizonte da nossa vida. Temos a certeza de que nos será um dia a estrela da manhã, cujo resplendor iluminará as sombras da morte.

ORAÇÃO AO CRISTO PADECENTE

Santo Efrém (f 373).

Senhor, caio aos teus joelhos para te adorar. A ti rendo graças, ó Deus de bondade; a ti dirijo a minha súplica, ó Deus de santidade. Diante de ti, dobro os joelhos.

Amas os homens e eu te glorifico, ó Cristo, Filho único e Senhor de todas as coisas. Só tu não tens pecado; tu te entregaste por mim, pecador e indigno, à morte, e à morte da cruz. Livraste, desse modo, as almas das ciladas do mal. Que retribuirei a ti, Senhor, por tanta bondade?

Glória a ti, amigo dos homens! Glória a ti, que és misericordioso! Glória a ti, pela tua longanimidade! Glória a ti, que absolves os pecados! Glória a ti, que vieste para salvar nossas almas! Glória a ti, que te fizeste carne no seio da Vir-gem! Glória a ti, que foste amarrado! Glória a ti, que foste flagelado! Glória a ti, que foste escarnecido! Glória a ti, que foste pregado à cruz! Glória a ti, que foste sepultado e que ressuscitaste! Glória a ti, que foste apregoado aos homens e em quem eles acreditaram! Glória a ti, que subiste ao céu! Glória a ti, que estás sentado à direita do Pai; voltarás com a majestade do Pai e com os santos anjos, para julgar, nessa hora temível e terrível, todas as almas que desprezaram tua santa Paixão.

As potências do céu serão abaladas; todos os anjos, os arcanjos, querubins e serafins aparecerão com temor e tremor diante da tua glória; os fundamentos da terra estremecerão, e tudo o que respira vibrará diante de tua soberana majestade.

Nessa hora, Senhor, deixa que tua mão me abrigue debaixo de tuas asas, a fim de que minha alma se salve do fogo terrível, do ranger de dentes, das trevas exteriores e das lágrimas eternas; e que eu possa glorificar-te cantando: Glória àquele que se dignou salvar o pecador, em sua misericordiosa bondade.

PERGUNTAS

1. Existem 8 cânones que sempre foram muito considerados pela Teologia. Quais são?
2. O Indiculus é uma coleção de declarações efetuada no ambiente de Roma entre 435 e 442 por obra de Próspero de Aquitânia ou de S. Leão Magno. Elenque estas declarações.

2.4 O SEMIPELAGIANISMO (séc. V / VI)

Ninguém se encaminha para a salvação a não ser com o auxílio da graça divina. Mas o primeiro passo de quem é? É do homem ou, também ele, é dom de Deus? Em torno destas perguntas surgiu a controvérsia semipelagiana. S. Agostinho, combatendo o otimismo exagerado de Pelágio, teve que acentuar fortemente o primado da graça e da ação de Deus na salvação do homem. Isto o levou a conceber rígida doutrina de predestinação, que assim se pode resumir:

Após o pecado dos primeiros pais, todo o gênero humano vem a ser “uma massa condenada” (*massa perditionis*). Ninguém pode por si escapar da condenação acarretada por Adão sobre o gênero humano. Acontece, porém, que Deus, em sua insondável misericórdia e prescindindo dos méritos dos homens, quer retirar alguns do estado de condenação, levando-os à glória final; os restantes são deixados na perdição que lhes é devida por justiça. A esses escolhidos Deus confere a graça eficaz e o dom da perseverança final para que se salvem realmente.

Tal doutrina, severa e rígida, suscitou contestação até mesmo dos discípulos de S. Agostinho. Havia quem lhe opusesse os dizeres de S. Paulo: “Deus quer que todos os homens sejam salvos” (1Tm 2, 4). O mestre, porém, explicava artificialmente tais palavras de três maneiras: 1) Todos aqueles que se salvam, salvam-se porque Deus o quer; 2) Deus quer salvar homens de todas as categorias (reis, nobres, plebeus, iletrados...); 3) Deus nos leva a querer que todos os homens se salvem.

A resistência mais tenaz à doutrina de S. Agostinho sobre a predestinação

partiu dos mosteiros do Sul da Gália (Marselha e Lerins): o abade João Cassiano de S. Vítor, o grande organizador do monaquismo naquela região, queria seguir uma via intermediária entre o pelagianismo e a doutrina predestinacionista de S. Agostinho, que lhe parecia equivaler ao fatalismo. Nós mosteiros, portanto, elaborou-se a doutrina seguinte:

Deus escolhe os homens para a vida eterna não de maneira absoluta e incondicionada, mas, sim, em previsão dos méritos de cada um. Deus quer salvar todos os homens sem exceção, mas a sua vontade não se realiza porque Ele mesmo sabe que nem todos corresponderão a esse desígnio divino. Por conseguinte, Deus salva apenas aqueles que apresentam méritos para isso. Essa doutrina ainda hoje pode ser professada na Igreja; foi no século XVI reavivada por Luis Molina S. J. Donde tirou o nome de Molinismo.

Todavia, os monges de Marselha foram mais longe, e nisto incorreram em erro: o *initium fidei* o primeiro passo para a salvação vem do homem só; a graça de Deus o levará adiante. Mais: não há necessidade do dom particular da perseverança final para conseguir a salvação eterna. A doutrina assim concebida foi, no século XVI, chamada “*Semipelagianismo*”; os antigos falavam apenas da doutrina dos Massilienses (marselheses).

Santo Agostinho defendeu sua posição até o fim da vida (28/08/430). Seus amigos Próspero de Aquitânia e Hilário, ambos leigos, que haviam informado o mestre a respeito das ideias cultivadas na Gália meridional prosseguiram a luta contra os erros “*semipelagianos*”. Todavia no tocante à predestinação foram abrandando o pensamento de Agostinho: Deus quer salvar todos os homens; se na realidade não salva a todos, isto se deve à previsão dos deméritos de muitos, que põem obstáculos voluntários à realização do plano de Deus.

Após a morte de S. Agostinho, a controvérsia durou ainda um século entre massilienses e agostinianos. Houve exageros de parte a parte; é conhecido, por exemplo, o caso do presbítero Lúcido, que chegava a negar o livre arbítrio e sustentava que Deus predestina de maneira positiva e direta certos homens para a condenação eterna. Tal doutrina foi rejeitada pelos sínodos de Aries e Lião por volta de 473.

O debate semipelagiano chegou ao fim por obra do grande bispo S. Cesário de Aries (t 543). Este foi monge de Lérins, mas afastou-se dos erros teológicos de seus irmãos de hábito, o que supunha muita coragem, visto que a Gália meridional era prevalentemente semipelagiana.

Em julho de 529 reuniu importante Sínodo em Orange: baseado em documentos vindos de Roma e em parte elaborados por Próspero da Aquitânia, condenou o pelagianismo e o semipelagianismo e propôs um agostinismo mitigado: assim, por exemplo, afirmou a incapacidade natural do homem para realizar o bem sobrenatural ou conseguir a salvação eterna, a absoluta gratuidade da graça (que por ninguém pode ser merecida), a necessidade da graça para o início da salvação e para a perseverança final; todavia deixou de lado a doutrina da predestinação incondicionada (anterior aos méritos ou deméritos do homem) e a da predestinação direta para a condenação eterna.

Estes cânones, embora proferidos por um Concílio regional, são tidos como declarações definitivas, à semelhança dos do Concílio de Cartago XVI; obtiveram a explícita aprovação do Papa Bonifácio II (530-532) e serviram de referencial decisivo em controvérsias posteriores.

Eis alguns dos seus principais tópicos:

Cânion 1: O pecado de Adão não atingiu apenas a alma do homem, mas deteriorou também o corpo humano, tornando-o sujeito à desordem das paixões (Rm 6,16). Dz-Sch. 371.

Cânion 2: O pecado de Adão não feriu apenas o primeiro homem, mas vulnerou também toda a sua descendência, tornando-a sujeita à morte (Rm 5,12). Dz-Sch. 372.

Cânion 3: Só por moção da graça pode alguém pedir a Deus que lhe confira a sua graça (Is 65,1). Dz-Sch. 373.

Cânion 4: Só podemos pedir a Deus que perdoe os nossos pecados por obra do Espírito Santo, que atua em nós (Fl 2, 13). Dz-Sch. 374.

Cânion 5: O primeiro ato da fé e o piedoso afeto pelo qual começamos a crer não são obras meramente nossas, mas são frutos da graça, que nos faz passar da incredulidade à fé (Fl 1,6.29; Ef2, 8). Dz-Sch. 375.

Cânon 6: Ninguém começa a ter fé e a desejar o bem se não por graça de Deus (1 Cor 4,7; 15,10). Dz-Sch. 376.

Cânon 7: Ninguém pode pensar ou querer algo de bom em vista da salvação eterna se não por inspiração do Espírito Santo (Jo 15, 5; 2Cor 3, 5). Dz-Sch. 377.

Cânon 8: O livre arbítrio do homem foi debilitado pelo primeiro pecado, de modo que ninguém pode, por si só, chegar à graça do Batismo e à salvação definitiva (Jo 6,44; Mt 16,17; 1 Cor 12, 3). Dz-Sch. 378.

Cânon 9: Todas as vezes que procedemos bem, Deus em nós e conosco age. Dz-Sch. 379.

Cânon 10: Mesmo quem já renasceu pelo Batismo, deve implorar a graça de Deus para perseverar no bem. Dz-Sch. 380.

Cânon 11: Ninguém faz um voto a Deus se o próprio Deus não lhe dá a graça de o fazer. Dz-Sch. 381.

Cânon 12: Deus nos ama tais como havemos de ser por graça dele, não tais como somos por mérito nosso. Dz-Sch. 382.

Cânon 13: O livre arbítrio do homem, debilitado pelo primeiro pecado, só pode ser restaurado pela graça do Batismo (Jo 8, 36). Dz-Sch. 383.

Cânon 14: Ninguém é liberto de qualquer miséria a não ser pela misericórdia de Deus (SI 79,9; SI 59, 11). Dz-Sch. 384.

Cânon 15: O primeiro homem nos perverteu pela sua iniquidade. A graça de Deus o resgata (SI 77,11). Dz-Sch. 385.

Cânon 16: Ninguém se glorie do que tem como se não o tivesse recebido (Gl 2,21; Ef 4,8; SI 68, 19). Dz-Sch. 386.

Cânon 17: A fortaleza de ânimo dos cristãos é devida ao Espírito Santo, que nos foi dado (Rm 5, 5). Dz-Sch. 387.

Cânon 18: A graça totalmente gratuita precede as boas obras. Dz-Sch. 388.

Cânon 19: Sem a graça de Deus o homem não evita o pecado, como também sem a graça de Deus não se livra do pecado. Dz-Sch. 389.

Cânon 20: Deus realiza no homem muitas coisas boas que o homem não realiza; mas o homem não cumpre bem algum que Deus não lhe dê meios

de cumprir. Dz-Sch. 390.

Cânon 21: A graça de Deus não é a própria natureza humana. Ela é um dom sobrenatural que Cristo nos adquiriu com seu sangue (Gl 2, 21; Mt 5, 17; Lc 19, 10). Dz-Sch. 391.

Cânon 22: O homem só tem de sua mentira e pecado; se o homem tem uma parte de verdade e justiça, ela provém da fonte da qual nós devemos beber neste árido deserto. Dz-Sch. 392.

Cânon 23: Os homens executam sua vontade própria quando fazem o que a Deus não agrada. Mas, quando cumprem a sua vontade de obedecer à vontade divina, embora procedam voluntariamente, isto se deve ao querer daquele que prepara e dispõe a vontade dos homens. Dz-Sch. 393.

Cânon 24: Como os ramos da videira recebem a seiva da videira, mas nada conferem à videira, assim os discípulos que permanecem em Cristo são beneficiados sem beneficiar Cristo. O ramo talhado não pode viver sem o tronco, mas o tronco pode produzir outro ramo em lugar do que foi talhado (Jo 15, 5-8). Dz-Sch. 394.

Cânon 25: Amamos a Deus por dom de Deus. É Ele quem nos dá a graça de O amarmos, Ele que nos ama mesmo quando não O amamos. (Rm 5, 5). Dz-Sch. 395.

O Concílio de Orange ainda chamou a atenção para os desvios do agostinismo exagerado, afirmando com clareza a possibilidade, para todos os cristãos batizados, de chegar à salvação com o auxílio de Cristo, pois a vontade salvífica de Deus é universal ou estende-se a todos. Assim é condenada como herética a tese da predestinação para o pecado e a condenação. Dz-Sch. 397.

S. Cesário pediu à Santa Sé a confirmação dos cânones de Orange, obtendo-a da parte do Papa Bonifácio II (530-32). De então por diante, essas declarações foram altamente respeitadas na teologia católica, pois estabeleceram marcos definitivos. Um manuscrito dos cânones de Orange traz em apêndice a seguinte observação: *“Eis por que todo aquele que, a respeito da graça e do livre arbítrio, acreditar diversamente daquilo que a autoridade do Papa e este Sínodo estabeleceram, saiba que se coloca em contradição com a Sé Apostólica e com toda a Igreja no mundo inteiro”*.

A controvérsia semipelagiana encerrou-se com o Concílio de Orange, deixando um balanço assaz positivo:

- Foram reafirmadas como doutrina católica as grandes linhas do pensamento de S. Agostinho sobre a necessidade da graça.
- Foi declarada a necessidade da graça desde o primeiro passo da caminhada da salvação, não cabendo ao homem encetar a estrada se não por dom de Deus.
- Afirmou-se como doutrina católica a possibilidade de todos os homens batizados se salvarem, desde que correspondam à graça que lhes é dada.
- Há uma predestinação para a prática das boas obras e salvação. Mas não há predestinação para a condenação.
- Os esclarecimentos teológicos foram proferidos sem que se registrasse a condenação de algum nome.

PERGUNTAS

1. Após o pecado dos primeiros pais, todo o gênero humano vem a ser “uma massa condenada”. O que significa isso?
2. Deus escolhe os homens para a vida eterna não de maneira absoluta e incondicionada, mas, sim, em previsão dos méritos de cada um. Explique.
3. A controvérsia semipelagiana encerrou-se com o Concílio de Orange, deixando um balanço assaz positivo. Quais são?

2.5 A CONTROVÉRSIA SOBRE A PREDESTINAÇÃO

A partir do século V, todo o Ocidente passou a ser discípulo de S. Agostinho. O pensamento agostiniano perpassa beneficentemente as manifestações da Igreja latina, guardando o devido equilíbrio e fidelidade à Tradição, com uma ou outra exceção. É o que vamos estudar, começando por focalizar ainda um grande vulto do século V.

Lição 1: São Leão Magno Papa (440-461)

São Leão Magno, como diácono, estava agregado ao governo da Igreja desde 430, ano da morte de S. Agostinho. Foi eleito Bispo de Roma (Papa) em 440.

Exerceu intensa atividade em favor das populações ocidentais, ameaçadas por invasores bárbaros, que acabaram tomando Roma em 476. Foi também muito atuante na controvérsia cristológica, a tal ponto que a sua carta dogmática dita Tomo a Flaviano (449) inspirou diretamente a definição cristológica do Concílio de Calcedônia (451). Também deixou cartas e sermões de conteúdo sólido e tradicional, nos quais se refere à doutrina da graça.

Já antes do fim da controvérsia semipelagiana, atribuía à iniciativa divina o primeiro passo na via da fé e da salvação. Como S. Agostinho, S. Leão M. considera prevalentemente o aspecto sanante (ou medicinal) da graça: “*A graça do Salvador diariamente nos renova, na medida em que o que caiu com o primeiro Adão é reerguido pelo segundo. A causa da nossa renovação é tão somente a misericórdia de Deus, Deus que não amaríamos se não nos tivesse amado Ele primeiramente*” (sermão 12, 1).

O homem redimido por Cristo está em tensão entre a inclinação ao pecado e a graça de Deus que o salva: “*A natureza humana volúvel, mesmo que já tenha sido redimida do desastre do pecado mortal, na medida em que é sujeita à volubilidade é inclinada a escolhas desregradadas. Seria corroída pelas cobiças da carne, se não fosse sustentada pela ajuda espiritual, pois, como está sempre alerta aquele que a impele à perdição, assim está sempre pronto e presente aquele que a pode sustentar*” (sermão 18, 1).

Como bom pregador, S. Leão não deixa de exortar os fiéis a colaborar com a graça: “*Portanto, diletíssimos, levando em conta a inefável multidão dos dons divinos a nós concedidos, cooperemos com a graça divina que opera em nós*” (sermão 35, 3).

À luz do mistério da Encarnação, S. Leão explana os aspectos positivos da doutrina da graça. Está consciente de que a graça de Deus atua por toda a história da humanidade desde o princípio: “*Deus não quis prover ao bem dos homens mediante um desígnio novo nem com uma tardia misericórdia, mas desde a criação do mundo estabeleceu uma única causa para a salvação de todos. Com efeito; a graça de Deus pela qual sempre foram justificados os santos, desenvolveu-se quando Cristo nasceu, mas não foi então que ela nasceu*” (sermão 23, 4).

S. Leão enfatiza que a Igreja é o Corpo de Cristo, o Templo de Deus, no qual Jesus continua a viver e sofrer: “*A Paixão do Senhor perdura até o fim do mundo e, como Ele é venerado e amado nos seus santos, alimentado e vestido nos pobres,*

assim também Ele sofre com todos aqueles que suportam adversidades por amor da justiça” (sermão 70, 4).

Uma das afirmações mais significativas de S. Leão M. é a seguinte síntese de todos os elementos que constituem a justificação cristã: *“Reconbece, ó cristão, a tua dignidade e, tornado participante da natureza divina, não queiras retornar aos baixos costumes de uma vida indigna. Recorda-te de que cabeça e de que corpo és membro. Lembra-te de que, arrancado ao poder das trevas, foste transferido para a luz e o reino de Deus. Por meio do Batismo, tu te tornaste templo do Espírito Santo. Não queiras expulsar de ti, por tuas más ações, um tão excelso hóspede, e não te ponhas de novo ao serviço do diabo. Na verdade, o teu preço é o sangue de Cristo; julgar-te-á segundo a verdade aquele que te redimiu em sua misericórdia”* (sermão 21, 3).

São Leão M. refere-se à predestinação, mas sem insistir no assunto. Frequentemente chama a atenção para o princípio segundo o qual nunca se deve desesperar da salvação de alguém enquanto ainda está em vida: *“Enquanto há vida no corpo, não se deve perder a esperança da salvação de ninguém”* (sermão 34, 5).

No fim do século V o agostinismo continuou com o Papa S. Gelásio I (492-496), que ainda combateu o pelagianismo. Em suma, a doutrina de S. Agostinho penetrou as mais belas e mais antigas orações da Igreja latina contidas nos Sacramentários Leoniano, Gelasiano e Gregoriano; de modo geral, os textos mais veneráveis de todas as Liturgias ocidentais dos séculos V/VI revelam nítida preocupação antipelagiana e anti-semipelagiana.

Foram, sem dúvida, agostinianos os grandes mestres da teologia medieval: o Papa S. Gregório Magno (590-604), S. Isidoro de Sevilha (t 636), S. Beda Venerável (f 735). Professaram sempre um agostinismo moderado.

A controvérsia suscitada por Godescalco de Fulda (f 869) teve seus antecedentes no séc. VII. Isidoro de Sevilha (t 636), manifestando-se a respeito da predestinação, recorreu a infeliz formulação, escrevendo: *“Há duas predestinações: a dos escolhidos para o Reino, e a dos réprobos para a morte. Ambas ocorrem por juízo de Deus, que faz tender os eleitos sempre para os bens celestiais e espirituais, ao passo que abandona os réprobos e permite que se deleitem sempre com as criaturas mais baixas e*

exteriores” (Sent. 1, 2, 6).

A doutrina das duas predestinações havia de provocar sérios debates dois séculos mais tarde. Os exageros e desvios ocorridos são compreensíveis, dado que na época ainda não havia definições do Magistério da Igreja sobre o assunto; este foi-se esclarecendo aos poucos através dos teólogos.

Godescalco, filho do conde Beno, foi, como menino, entregue à abadia de Fulda (Alemanha) para tornar-se monge. Fugiu antes de receber as ordens maiores. Um Sínodo de Mogúncia em 829 desvinculou-o das suas obrigações monásticas.

Começou então a viajar, como jovem muito inteligente e piedoso. Procurou reconforto estudando as obras de S. Agostinho, das quais hauriu a convicção de que há duas explícitas predestinações: *“Afirmo e reconheço diante de Deus e dos seus santos que há dupla predestinação: a dos eleitos é para a paz; a dos réprobos, para a morte. Com efeito; como Deus é imutável, antes da criação do mundo destinou imutavelmente para a vida eterna todos os seus eleitos por meio da graça gratuita; assim, sem exceção, todos os réprobos que no dia do juízo serão condenados por causa de suas obras más, o mesmo Deus imutável os destinou imutavelmente por seu justo juízo para a morte eterna”* (Patrologia Latina, Migne 121, 368).

Mais precisamente, a doutrina de Godescalco era a seguinte: Aqueles que Deus, por razões insondáveis, destinou para a vida eterna, não podem cair na morte. A contraparte, por mais terrível que seja, não há de ser menos certa: quem não é destinado à vida, é necessariamente destinado à morte; quem é destinado à morte eterna, não pode chegar à vida.

Assim Godescalco levava ao extremo certas concepções agostinianas sem usar da flexibilidade e dos matizes do mestre. S. Agostinho, consciente das dificuldades concernentes à doutrina da predestinação, recomendava prudência aos pregadores que abordassem o assunto, Godescalco era duro - o que levaria suas ideias a funestas consequências.

As afirmações categóricas de Godescalco suscitaram a oposição do abade Rabano Mauro e do Bispo Hincmaro de Reims. Godescalco, porém, insistiu em suas afirmações. As suas ideias foram condenadas pelo Concílio Regional

de Quierzy (849) e ele mesmo foi encarcerado; mas nem por isto se retratou. Morreu impenitente entre 866 e 870.

Godescalco não teve apenas adversários. Contou com o apoio de homens piedosos e eruditos como o monge Ratramno de Córbia, o abade Servato Lupo de Ferrières, os bispos Prudêncio de Troyes e Venilão de Sens e o arcebispo Remígio de Lião. As duas correntes se exprimiram em dois Concílios regionais, que, debaixo de oposição de vocabulário, estavam de acordo sobre as ideias de fundo.

Sobre o Concílio de Quierzy, realizou-se em 853 na residência do rei Carlos Calvo. Confirmou a posição de Hincmaro de Reims, configurada em quatro cânones: Há uma única predestinação: a dos justos, para a glória. No tocante à perda dos réprobos, pode-se admitir em Deus apenas uma presciência, não, porém, predeterminação. Dz-Sch. 621. Temos liberdade de arbítrio, pois o que foi ferido pelo pecado foi sanado pela graça. Dz-Sch. 622.

Deus quer salvar todos os homens, mesmo que de fato nem todos se salvem. Dz-Sch. 623. Jesus morreu realmente para a salvação de todos os homens, mesmo que nem todos cheguem a gozar dos benefícios da Redenção. Dz-Sch. 624.

Já sobre o Concílio de Valença (855), a corrente de teólogos, em grau maior ou menor, favoráveis às teses de Godescalco promoveu também seu Concílio, presidido pelo arcebispo Remígio de Lião em Valença (França). Essa assembleia voltou-se diretamente contra a doutrina de João Scoto Eriúgena e indiretamente contra o Concílio de Quierzy e o arcebispo Hincmaro de Reims.

Em seus cânones 1 -6 (Dz-Sch. 625-633) reafirmou, com Isidoro de Sevilha, a tese da dupla predestinação; afirmou que Cristo não morreu em favor de todos, em nome de pretensa fidelidade à tradição agostiniana professada em tom áspero e pungente.

É de notar que os dois Concílios em pauta eram meramente regionais e não gozavam da infalibilidade doutrinária que toca a um Concílio Geral. Por isto houve aproximação e convergência mútuas dos padres conciliares em Concílios pouco posteriores: em Langres (859) e em Toul (860); neste último os teólogos das duas correntes assinaram a Epístola Sinodal de Hincmaro, que

evitava os extremismos do Concílio de Valença.

Aliás pode-se observar que entre as duas correntes havia pontos básicos comuns, pois afirmaram ambas o desastre do pecado original e a deterioração do ser humano vítima de cobiças desregradas; professaram também que a predestinação dos justos é gratuita e que ninguém se condena obrigatoriamente ou sem o ter livremente provocado.

O Concílio de Valença, admitindo a dupla predestinação, aplicou-se a esclarecê-la, afirmando que a condenação do réprobo por parte de Deus é posterior à previsão dos deméritos: *“Afirmamos, com segurança, que a predestinação dos eleitos leva à vida, ao passo que a dos ímpios leva à morte. Todavia, na escolha daqueles que se salvarão, a misericórdia de Deus antecede os méritos, e, na condenação daqueles que se perderão, os deméritos antecedem o justo juízo de Deus”* (cânon 3; Dz-Sch. 628).

Este cânon significa que Deus não cria alguém para o condenar, mas só condena quando a criatura explicitamente se opõe ao desígnio salvífico universal de Deus. Mesmo a tese de que Jesus não morreu por todos, em sua formulação cautelosa, parece significar que os réprobos é que tornam vazia ou alheia a si a obra redentora universal de Jesus Cristo: *“Não quiseram permanecer na salvação da fé que receberam no começo (de sua vida espiritual), e assim tornaram vã a graça da Redenção”* (cânon 5; Dz-Sch. 632).

Em conclusão, pode-se dizer que a controvérsia sobre a predestinação contribuiu para burilar o agostinismo: tornou clara a necessidade de reconhecer o papel da liberdade humana assim como a universalidade da vontade salvífica de Deus e da obra da Redenção.

PERGUNTAS

1. Como S. Agostinho e S. Leão consideram prevalentemente o aspecto sanante da graça?
2. Isidoro de Sevilha (t 636), manifestou-se a respeito da predestinação, recorrendo a qual infeliz frase?
3. Por que se considerou infeliz a frase de Isidoro de Sevilha?

2.6 O PENSAMENTO DE LUTERO (séc. XVI)

Na doutrina de Martinho Lutero (1483-1546) e dos reformadores do século XVI o Nominalismo é a doutrina filosófica que afirma não haver conceitos gerais ou universais, mas apenas palavras que designam realidades individuais. Assim, por exemplo, o conceito de flor é um universal que se realiza concretamente na rosa, no cravo, na violeta, no lírio. Ora o nominalismo professa que a essa palavra flor nada corresponde na realidade; é mero sopro de voz.

O nominalismo professava também o voluntarismo, doutrina que atribuía à vontade predominância sobre a inteligência. Em consequência, dizia que as verdades metafísicas e morais dependem unicamente da vontade de Deus; assim, dois mais dois seriam quatro unicamente porque Deus o quer; poderiam valer três, se Deus o quisesse. Tais ideias foram, já antes de Lutero, aplicadas à doutrina da justificação ou do tornar-se amigo de Deus.

Aliás, já Duns Scotus O.F.M. (t 1308) havia ensinado que, de potência absoluta (a rigor, considerando-se o poder de Deus como tal), Deus poderia receber na bem-aventurança celeste um pecador sem lhe infundir a graça ou manchado por pecados não absolvidos; só não o faz porque estabeleceu a ordem de coisas vigente ou de *potentia ordinata*: “*Deus de potentia absoluta não está obrigado a infundir a graça que vivifica a alma, para justificar o ímpio e acolhê-lo na vida eterna, pois Deus não vinculou o seu poder... a alguma criatura*” (Duns Scotus, *Reportata Parisiensia I*, dist. 17, qu.1).

Ora os nominalistas, movidos por sua aversão à essência e pelo senso do todo-poderoso arbítrio divino, desenvolveram o princípio de D. Scotus: Deus poderia receber na glória celeste uma alma que não tenha a graça divina, embora na verdade não o faça; poderia deixar que coexistam na mesma alma o pecado (falta de amor) e o amor, mesmo que Ele na realidade não o permita; poderia acolher como meritórios atos praticados por um pecador sem amor, embora hoje de *potentia ordinata* o amor seja necessário para que haja mérito. Em suma, Deus poderia justificar (tornar justo ou amigo de Deus) um pecador sem o transformar interiormente, embora

Ele tenha decidido transformar interiormente os pecadores. Pois bem, Lutero e os reformadores do século XVI afirmaram que Deus faz realmente (de *potentia ordinata*) o que Ele faria de *potentia absoluta*, segundo os nominalistas. À influência nominalista acrescenta-se a do devotio moderna (devoção moderna). Oriunda nos Países-Baixos em fins do século XIV por obra de Gerard Grote e dos Irmãos da Vida.

Comum, a devotio moderna privilegiava os sentimentos e a experiência religiosa subjetiva acima da razão, da qual a Escolástica decadente abusava, caindo em raciocínios sutis e dialética. Ora, Lutero e os reformadores se voltaram contra o “racionalismo” escolástico, exaltando a experiência religiosa subjetiva e a simplicidade do linguajar bíblico. Lutero tinha uma personalidade fortemente emotiva e sentimental, mas sinceramente religiosa.

O pensamento de Lutero foi-se desenvolvendo aos poucos na base de três fatores principais: educação severa por parte do pai, que se irava frequentemente e surrava o filho a ponto de amedrontá-lo; formação filosófica nominalista, forjada pelas sentenças de Guilherme Ockam (1270- 1347). O voluntarismo dessa escola muito contribuiu para alimentar o medo em Lutero: diante de Deus, cuja vontade é insondável e está acima da lógica, perguntava Lutero: estarei predestinado a salvar-me ou não? Esta interrogação lhe suscitou fases de grande angústia. Lutero se via entre duas sentenças conflitantes em sua alma: a vida cristã e a salvação são incompatíveis com o pecado (sentença bíblica clássica), mas o pecado é inevitável, pois a própria concupiscência desregrada já é pecado (sentença da escola agostiniana extremada).

Entrada no convento dos frades agostinianos de Erfurt sem ter vocação ou por razão emotiva; tendo escapado da morte numa tempestade, prometeu a Santa Ana que se faria frade.

No convento, Lutero sentiu o contraste entre o ideal de uma vida observante e fiel à Regra e a sua realidade pessoal. Procurou resolver o problema mediante práticas ascéticas e orações; queria viver “*como um monge irrepreensível*”. Sentia-se, diante de Deus, inquieto em sua consciência e pecador; não podia encontrar paz nas suas obras expiatórias.

Em 1505, com pouco menos de vinte anos de idade, Lutero entrou no convento. Em 1519 descobriu a solução para o seu caso, solução que lhe ia aflorando à mente desde 1514; em Rm 1,17, Frei Martinho lia: “*O justo vive da fé*”; esta bastaria para torná-lo amigo de Deus, sem necessidade de boas obras; seria uma fé não intelectualizada, mas fé fiducial, isto é, confiante, que lhe permitiria sentir-se amigo de Deus em sua situação concreta.

Eis, em síntese, os traços principais da doutrina de Lutero: após a culpa de Adão, o homem está intrinsecamente afetado e irremediavelmente vendido ao pecado. Assim o antigo pessimismo agostiniano se exprime em Lutero. Consequentemente a vontade humana não é livre, mas servidora do pecado. É o que se lê na obra *De Servo Arbitrio* escrita em 1525 contra o humanista Erasmo de Rotterdam.

Esta tese é deduzida também do fato de que a vontade de Deus é absoluta e suprema, de modo que ninguém lhe pode contradizer. O reformador ilustra a sua posição nos seguintes termos: “*A vontade humana, posta entre Deus e Satanás, é semelhante a um jumento. Quando Deus a cavalga, ela vai aonde Deus quer que ela vá... Mas, quando Satanás a cavalga, vai aonde Satanás quer que ela vá. Não está em seu poder procurar um ou outro desses dois cavaleiros; são eles que combatem entre si para apoderar-se dela e a possuir*” (Weimarer Ausgabe der Lutherswerke 18, 635). Citado como WA.

Ou ainda: “*Se Deus está em nós, Satã fica ausente e não podemos senão querer o bem. Se Deus está ausente, Satã se faz presente e não podemos senão querer o mal*” (WA 18, 670).

Considerado em si mesmo ou sem o Espírito de Deus, o gênero humano é o “*reino do Diabo*”, e “*um caos confuso de trevas*”. Todavia, o determinismo luterano não é total. O homem não é livre para escolher o que diz respeito diretamente à vida eterna, mas é livre para escolher entre os bens temporais (de ordem socioeconômica).

Estando radicalmente deteriorada, a natureza humana não pode ser justificada por uma transformação interior: nada consegue eliminar a sua pecaminosidade nem prevalecer contra ela. Daí a necessidade de uma justiça (santidade) exterior que, sem extirpar a realidade do pecado, faça o homem passar por Santo; Deus gratuitamente deixa de imputar o pecado e aplica ao pecador os méritos de

Cristo, que recobrem o pecador como uma capa meramente extrínseca. O Pai assim vê no pecador a imagem de seu Filho feito homem e aceita esse pecador. É o que Lutero professa: *“O cristão é mais cândido do que a neve... Todavia é preciso observar diligentemente que essa pureza pertence a outrem; na verdade, Cristo nos ornamenta e nos reveste com a sua justiça. Se olhas tão somente para o cristão, deixando de lado a justiça e a pureza de Cristo, como o cristão é em si, mesmo quando é santíssimo, então não encontrarás pureza alguma, mas, por assim dizer, o diabólico negrume”* (Comentário do Miserere). *“Os santos são sempre intrinsecamente pecadores; por isto a sua justificação é sempre extrínseca. Ao contrário, os hipócritas são sempre justos intrinsecamente (segundo pensam); por isto são sempre pecadores extrinsecamente (segundo o modo de ver de Deus. Por conseguinte, somos extrinsecamente justos quando não o somos por nós mesmos nem por nossas obras, mas unicamente pelo conceito que Deus tem de nós. E, como esse conceito não depende de nós, também não depende de nós a nossa justiça”* (WA 56, 268s).

Essa modalidade de justificação é dita *“forense, imputativa, meramente jurídica”*.

Eis outros dizeres muito significativos: *“A beleza que está em nós, não é nossa, mas é daquele que cobre a nossa feiura”* (WA 56, 280). *“As nossas obras não são boas senão porque Deus as julga boas. E são e não são boas na proporção em que ele as julga boas ou não boas”* (WA 56, 394). Tem-se aí uma expressão da formação nominalista de Lutero; os nomes não têm sempre algo de correspondente na realidade.

Desse modo natureza e graça ficam radicalmente separadas, assim como razão e fé. Quando age de acordo com a sua natureza, o homem não pode senão pecar; e, quando pensa de acordo com o seu intelecto, não pode senão errar. As virtudes e os conceitos dos antigos pré-cristãos não são senão vícios e erros. Nenhum esforço humano pode salvar o homem, mas tão somente a graça e a misericórdia de Deus. Esta é a única proposição certa que, segundo Lutero, nos dá a paz.

Se o homem é radicalmente pecador, como pode atrair sobre si a justiça de Cristo? - Certamente não por suas pretensas boas obras ou por seus esforços próprios. As boas obras seriam até um obstáculo para a justificação ou para tornarmo-nos amigos de Deus, pois nos comunicariam uma satisfação ou uma segurança meramente humana e impediriam que nos abandonássemos

unicamente à salvação que paradoxalmente vem da Cruz. Por conseguinte, a condição-e única condição-para que a justiça de Cristo recubra o homem, é a fé... fé entendida não no sentido intelectualista, mas no sentido de confiança em Cristo Salvador: fé fiducial. Para Lutero a fé é uma atitude do ser humano que se entrega a Deus e, em troca, recebe a convicção de que Deus lhe outorga a sua misericórdia e lhe propicia a salvação. É a experiência de sentir-se perdoado e envolvido pela justiça ou santidade de Cristo.

Como se compreende, a fé é gratuito dom de Deus, que a dá a quem Ele predestinou para a salvação, retirando-o da massa damnata agostiniana ou da massa condenada da humanidade. Lutero admitia não somente a presciência de Deus a respeito de tudo o que o homem faz, mas também a predeterminação e a predestinação, que extinguem o livre arbítrio:

“Se Deus sabia, desde toda a eternidade, que Judas havia de ser traidor, a traição cometida por Judas foi necessária e não estava em poder de Judas ou de alguma outra criatura agir de outra maneira ou mudara vontade de Deus... A onipotência de Deus movia Judas... Porque Deus quer as coisas que Ele prevê... E, como a vontade de Deus é a causa principal de tudo quanto acontece, ela faz que o nosso querer seja necessário. Por conseguinte, onde fica o livre arbítrio? O nosso livre arbítrio opõe-se diametralmente à presciência e à onipotência de Deus” (WA 18, 718).

Lutero confunde presciência (que Deus certamente tem) com predeterminação sufocadora da liberdade. Deus pode saber de antemão o que os homens livremente vão fazer, sem tirar nem diminuir a liberdade do homem. Lutero professava a predestinação ao céu ou ao inferno independente dos méritos ou deméritos da criatura.

Sofreu angústias e tormentosos dramas ao pensar que Deus arbitrariamente (mera voluntate) possa condenar a alguns como se se deleitasse nos pecados e na desgraça dos réprobos: *“Eu mesmo, mais de uma vez, me senti perturbado, caindo no profundo abismo do desespero, e desejei não ter nascido nem ser homem até que reconheci quão salutar era aquele desespero e quão próximo da graça. Por isto muitos se esforçaram e suaram procurando desculpas para a bondade de Deus e acusações contra a vontade do homem, e inventaram distinções entre a vontade de Deus ordenada e a vontade absoluta,*

entre necessidade de consequência e conseqüente e coisas semelhantes, que para nada servem. Porque nós não fazemos coisa alguma segundo o livre arbítrio, mas sim conforme Deus o previu” (WA 18, 719).

Mais explícita e concretamente escreveu Lutero: “*O homem, antes de transformar-se em nova criatura do reino espiritual, nada faz, em nada se esforça em vista de preparar essa renovação e esse reino, e, uma vez regenerado, nada faz e em nada se esforça para perseverar nesse reino... Pois como podem aspirar ao bem... ou ter força para o praticar, se todos (como diz o Apóstolo) se desviam do bem?*” (WA 18, 761)

Apesar de todo esse pessimismo, Lutero afirma que o justo recebe o Espírito Santo, o qual atua nas almas retas e lhes comunica os dons da castidade, da obediência, da paciência, embora somente no Reino dos céus conseguiremos a sua plenitude. Na lógica do pensamento de Lutero, entende-se que ele atribua, no culto divino, o primado à pregação e considere os sacramentos como meros meios para transmitir e provocar a fé fiducial.

Todos os reformadores religiosos do século XVI compartilham as ideias básicas de Lutero. Cada qual, porém, lhes acrescentou seus matizes próprios. Examinemos três deles em particular: Filipe Schwarzzerd helenizou o seu nome que ficou sendo Melâncton ou, como dizia Lutero latinizando, Nigroterraneo. Foi discípulo e partidário moderado de Lutero. Não quis negar o valor das boas obras: se elas não justificam, ao menos são frutos e testemunho da fé; não precedem nem merecem a fé, mas seguem-na necessariamente. Melâncton reconheceu a liberdade de arbítrio e a colaboração do homem com a ação divina.

O pensamento de João Calvino (1509-1564) é dominado pela noção da absoluta soberania de Deus, que tudo dispôs com livre e imutável vontade exclusivamente para a sua glória. Consequentemente Calvino professa a dupla predestinação: “*Os homens não foram criados em condições iguais: para uns é decretada a vida eterna e para outros a condenação eterna*” (Institution de Ia religion chrétienne 3,21, 5).

Nos condenados é manifestada e exaltada a justiça divina e, nos que se salvam, a misericórdia. O ato divino de predestinar precede a própria previsão do pecado de Adão e explica todo o comportamento dos homens (é a predestinação

supralapsária). Calvino também julga que a humanidade foi intrinsecamente deteriorada pelo pecado. O homem decaído não tem possibilidade de escolher entre o bem e o mal, pois é sempre inevitavelmente atraído pelo mal.

A justificação ocorre mediante a fé apenas sem obras preparatórias.

Grande importância às obras boas como testemunhos da fé; esta atitude dinamizou as populações calvinistas da Suíça, da Holanda, da Inglaterra: sentiam-se certas de sua predestinação para a glória e fortemente impelidas a testemunhá-lo com obras de ardorosos profissionais e comerciantes. Em Zúrich Zwinglio, embora abraçasse as ideias básicas de Lutero, foi, de certo modo, opositor do reformador germânico: professava um humanismo de teor erasmiano (que Lutero abominava) e, em consequência, negava o pecado original e reconhecia as virtudes dos pagãos.

PERGUNTAS

1. O que ensinou Duns Scotus, considerando-se o poder de Deus?
2. Como foi se desenvolvendo o pensamento de Lutero?
3. O voluntarismo muito contribuiu para alimentar o medo em Lutero. Explique.
4. O Pai assim vê no pecador a imagem de seu Filho feito homem e aceita esse pecador. É o que Lutero professa. Explique.

2.7 O CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563)

Contam-se vinte e um Concílios ecumênicos, isto é, gerais, na Igreja desde o de Nicéia I (325) até do Vaticano II (1962-65). O de Trento é o décimo nono, realizado de 1545 a 1563; é dos mais importantes, pois teve enorme repercussão na história moderna da Igreja. Distingue-se por duas notas características: a) renovação da disciplina da Igreja e b) tomada de posição frente às teses protestantes.

Este segundo ponto teve, entre outras expressões, o Decreto sobre a Justificação (Dz-Sch. 1520-1583) promulgado na sexta sessão. Resulta dos debates de 44 Congregações Gerais. O respectivo texto foi totalmente feito

e refeito num total de três vezes; muito numerosas são as emendas a que foi submetido. As discussões entre os Padres Conciliares foram vivazes, exigindo atenção precisa ao linguajar adotado, a fim de que o Concílio não oficializasse o modo de exprimir-se de determinada escola teológica em detrimento de outras.

Em suma, tal Decreto ocupou os Conciliares desde 23/06/1546 até 13/01/1547, quando foram votados com unanimidade o Prólogo, os dezesseis capítulos e os trinta e três cânones que integram o Decreto. O documento se divide em três grandes partes: 1) a situação do não crente que procura a justiça ou a amizade com Deus; 2) a situação do cristão que deve perseverar na justiça ou na amizade com Deus; 3) a situação do cristão que, tendo caído em pecado grave, deseja obter a justiça ou a amizade com Deus perdida.

- **Prólogo:** proclama o valor dogmático e definitório do Decreto inteiro, com seus capítulos e seus cânones, a fim de pôr termo às discussões e dúvidas que possa haver em torno da justificação. Dz-Sch. 1520.

- **Cap. 1-4:** afirmam a necessidade da justificação, pois a natureza humana está decaída em consequência do pecado de Adão (Dz-Sch. 1521). A justificação é oferecida ao homem por Jesus Cristo, que por todos morreu e ressuscitou (Dz-Sch. 1522-23). Pelo Batismo o cristão se torna participante da graça que o Salvador lhe oferece (Dz-Sch. 1524).

- **Cap. 5-6:** há necessidade de que os adultos se preparem para a justificação (Dz-Sch. 1525). A iniciativa é do Senhor Deus, mas o homem deve aceitar o dom de Deus e a ele se abrir, renunciando ao pecado e entregando-se com fé e confiança ao Senhor (Dz-Sch. 1526-27).

- **Cap. 7:** São enumeradas as causas das quais decorre a justificação (Dz-Sch. 1528-31); São estas as causas da justificação:

- A causa final é constituída pela glória de Deus e de Cristo e pela vida eterna;
- A causa eficiente é a misericórdia de Deus, que gratuitamente lava e santifica, marcando e unguendo com o Espírito da promessa, o Santo que é penhor de nossa herança;
- A causa meritória é o seu dileto Unigênito e nosso Senhor Jesus Cristo,

que, embora sendo nós seus inimigos, pelo infinito amor com que nos amou, fez com que merecêssemos a justificação com a sua santíssima Paixão sobre o madeiro da cruz e, por nós, satisfaz a Deus Pai;

- A causa instrumental é o sacramento do Batismo, que é o sacramento da fé, sem a qual nunca é concedida a ninguém a justificação.
- Finalmente, a única causa formal é a justiça de Deus, não certamente aquela pela qual ele é justo, mas aquela pela qual nos torna justos. Com ela, isto é, por seu dom, somos renovados interiormente no espírito e não apenas somos considerados justos como também somos chamados tais e o somos de fato, recebendo em nós, cada qual, a própria justiça, à medida que o Espírito Santo a distribuiu aos indivíduos como quer e segundo a disposição e a cooperação próprias de cada um.

Com efeito, embora ninguém possa ser justo, a não ser aquele ao qual são transmitidos os méritos da Paixão de nosso Senhor Jesus Cristo, isso, no entanto, nessa justificação do pecador, se realiza quando, por mérito da própria santíssima Paixão, o amor de Deus é difundido pelo Espírito Santo no coração daqueles que são justificados e os inclui. Por essa razão, na própria justificação, juntamente com a remissão dos pecados, o homem recebe todos esses dons por meio de Jesus Cristo, no qual se inseriu: a fé, a esperança e a caridade.

Se à fé não se agregarem também a esperança e a caridade, ela não une perfeitamente a Cristo nem nos torna membros vivos do seu corpo. Por esse motivo, é absolutamente verdadeiro afirmar que, sem as obras, a fé é morta e inútil e que, em Cristo, não valem nem a circuncisão nem a incircuncisão, mas sim a fé operante por meio da caridade.”

• **Cap. 8-15:** São enumeradas as características da justificação: Dá-se pela fé; portanto é gratuita (Dz-Sch. 1532): *“Quando, ademais, o Apóstolo diz que o homem é justificado pela fé e gratuitamente, essas palavras devem ser entendidas segundo a interpretação aceita e manifestada pelo concorde e permanente juízo da Igreja Católica, isto é, que somos justificados mediante a fé, porque a fé é o princípio da salvação humana, o fundamento e a raiz de toda justificação, sem a qual é impossível agradecer a Deus e alcançara comunhão que seus filhos têm com ele. Diz ainda que nós somos justificados gratuitamente,*

porque nada daquilo que precede a justificação - tanto a fé como as obras merecem a graça da justificação, pois, com efeito, ela é pela graça, não é pelas obras; caso contrário (como diz o próprio Apóstolo) a graça não seria mais graça.”

Não tem valor a fé fiducial dos hereges. Verdade é que Cristo nos remiu do pecado. Mas nem por isto alguém pode presumir afoitamente ter conseguido a graça de Deus. Dz-Sch. 1533-34. A amizade de Deus (ou a justiça no homem) pode intensificar-se como também pode perder-se. Dz-Sch. 1535. A observância dos mandamentos de Deus é possível e obrigatória - o que redundaria em valorizar o esforço do homem para praticar as boas obras prescritas (Dz-Sch. 1536-37): *“Ademais, ninguém, por mais justificado que esteja, deve - se considerar livre da observância dos mandamentos. Ninguém deve fazer sua aquela expressão temerária e proibida pelos Padres sob pena de excomunhão, isto é, a de que é impossível para o homem justificado observar os mandamentos de Deus.”*

Com efeito, Deus não ordena o impossível. Mas, quando ordena, adverte que se faça aquilo que se pode e pedir aquilo que não se pode e nos ajuda para que possamos. Os seus mandamentos não são gravosos, o seu jugo é suave e o seu peso é leve. Com efeito, aqueles que são filhos de Deus amam a Cristo, e aqueles que o amam (como ele próprio diz) observam as suas palavras, coisas que, com a ajuda de Deus, certamente podem fazer. Com efeito, nesta vida mortal, por mais santos e justos que sejam, algumas vezes eles caem em faltas leves e cotidianas, que também são ditas veniais; nem por isso deixam de ser justos. E é própria dos justos a expressão, humilde e verdadeira: Perdoa as nossas dívidas.

É falso dizer que o justo, ao praticar toda e qualquer boa obra, peca ao menos venialmente ou levemente. Dz-Sch. 1538-39. A justificação supõe a predestinação. Esta fica sendo oculta e impenetrável ao homem, de modo que ninguém pode presumir algo a respeito da sua sorte definitiva. Dz-Sch. 1540. É possível ao homem perseverar na justiça recebida ou na amizade de Deus. Saiba, porém, que a própria perseverança é dom de Deus, que em nós realiza o querer e o realizar até o fim (cf. Fl 2, 13). Por conseguinte, quem está em pé cuide de não cair (cf. 1Cor 10, 12); com temor e tremor dedique-se à

sua salvação (cf. Fl 2,12) em vigílias, jejuns, esmolas, orações e castidade (cf. 2 Cor 6, 3-8). Dz-Sch. 1541.

Aqueles que perderam a justiça ou a amizade com Deus por pecado grave, podem readquiri-la mediante o sacramento da Penitência. Dz-Sch. 1542-43. O pecado mortal faz perder a graça, não, porém a fé. Dz-Sch. 1544.

• **Cap. 16:** propõe os frutos da justificação cristã (Dz-Sch. 1545-1500): *“Para os homens justificados desse modo, tanto os que conservaram a graça recebida como os que, depois de tê-la perdido, a recuperaram, devem-se propor as palavras do Apóstolo: Abundai nas boas obras, sabendo que vosso trabalho no Senhor não é em vão. Com efeito, ele não é injusto e não esquece aquilo que fizestes, nem o amor que demonstrastes por seu nome’. E: ‘Não abandonéis, portanto, a vossa confiança, para a qual está reservada uma grande recompensa’. Por isso, àqueles que agem bem até o fim e têm esperança em Deus deve-se propor a vida eterna, seja como graça prometida misericordiosamente aos filhos de Deus pelos méritos de Jesus Cristo, seja como recompensa a ser dada fielmente, pela promessa do próprio Deus, por suas obras e seus méritos. Com efeito, essa é aquela coroa da justiça que, depois de sua luta e de sua corrida, o Apóstolo dizia ter sido reservada para ele e que lhe seria dada pelo justo juiz, não somente a ele, mas também a todos aqueles que amam a sua vinda”* (Dz-Sch. 1545).

Seguem-se trinta e três cânones, que repetem, sob forma de negações, o que em linguagem afirmativa é dito nos capítulos anteriores. Dz-Sch. 1151-1583. Embora elaborado no contexto do debate contra o protestantismo, o Decreto Tridentino sobre a justificação guardou o equilíbrio devido, procurando abranger por completo a doutrina da fé

O documento é inspirado pela intenção de salvar tanto o primado da iniciativa divina como a necessidade da colaboração do homem; ninguém se salva e ninguém se perde sem que esteja envolvida a sua responsabilidade pessoal. A graça de Deus é conferida gratuitamente, mas ela não anula nem dispensa o exercício da liberdade humana. A viva confiança em Deus deve estar associada a um santo temor decorrente da consciência que o cristão tem da sua fragilidade.

O texto do Decreto reflete o pensamento de S. Agostinho, cujas ideias

básicas e cuja psicologia ele traduz. Além disto, percebem-se aí as grandes linhas da teologia medieval escolástica do século XIII (S. Boaventura, S. Tomás de Aquino, S. Alberto Magno...), que deram estrutura sistemática à doutrina dos mestres anteriores. Tais linhas de pensamento estavam muito vivas, apesar das afirmações do Nominalismo dos séculos XIV/XV.

O Concílio de Trento, apesar de seus claros pronunciamentos, não conseguiu encerrar os debates sobre a justificação. Ficavam pendentes questões minuciosas relativas à graça de Deus e à liberdade do homem. A presença do protestantismo, com suas teses, exigia um aprofundamento da temática. Ora este ocorreu em três ulteriores controvérsias: a disputa molinista-tomista de fins do século XVI; a heresia de Miguel Baio (+1589) e a réplica ortodoxa, e o debate jansenista (séc. XVII/XVIII).

PERGUNTAS

1. O documento Decreto da Justificação se divide em três grandes partes. Quais são elas?
2. Se a fé não se agregarem também a esperança e a caridade, ela não une perfeitamente a Cristo nem nos torna membros vivos do seu corpo. Por esse motivo, o que acontece?
3. Como recuperar a amizade perdida pelo pecado mortal?

2.8 BAIANISMO E JANSENISMO (séc. VI/XVIII)

Miguel Baio (de Bay) nasceu em 1513 e faleceu em 1589. Desde 1552 foi professor de Exegese Bíblica na Universidade de Lovaina. Desejava promover a renovação da Teologia mediante contato mais íntimo com a Sagrada Escritura e os Padres da Igreja, que ele julgava ter sido preterido pela Escolástica medieval; desta maneira pensava poder reconduzir muitos protestantes à Igreja. Na realidade, porém, Baio enfatizou apenas alguns textos do Antigo Testamento e, dos Padres, só se valeu de Santo Agostinho, com total exclusão da Tradição grega, que ele ignorava. Dizia ter lido nove vezes todas as obras de Santo Agostinho e setenta vezes os seus escritos sobre a graça.

A doutrina de Baio pode ser exposta distinguindo-se três estados da natureza humana:

- Estado de justiça original. Em que consistia? Eis o raciocínio de Baio: Só pode haver justiça (santidade) se há observância da lei. Mas esta não é possível sem o Espírito Santo e seus dons. Por conseguinte, a graça santificante e os dons que a acompanharam eram devidos ao ser humano desde as suas origens; também o prêmio era devido à sua fidelidade. Donde se segue que a ordem sobrenatural não era algo de meramente gratuito, mas era exigida pela ordem de coisas originárias, algo a que o homem como homem teria direito.
- Estado de natureza decaída. Em consequência do pecado de Adão, a concupiscência, que é um pecado propriamente dito (pois se opõe ao preceito “Não Cobiçarás”), domina soberanamente. Nestas condições, o homem, entregue a si, só pode pecar. Toda ação efetuada sem a graça (Baio identifica com a caridade infusa) é, por conseguinte, pecaminosa. Donde se segue que aqueles que não recebem a graça, pecam em tudo o que realizam.
- Estado de natureza redimida. O homem que recebe a graça adquirida por Cristo, é curado da sua pecaminosidade (recebe a graça sanante), mas não é elevado a uma dignidade nova, sobrenatural. A incorporação a Cristo, a habitação do Espírito Santo na alma do justo, de que fala o Novo Testamento, carecem de significado especial no sistema de Baio. O homem justificado é apenas o homem conforme à lei de Deus.

O homem, que não é, por si só, capaz de praticar o bem, não é capaz de resistir à graça quando esta lhe é dada. Desta maneira Baio muito se aproximava do pensamento de Lutero e Calvino. As concepções de Baio foram aceitas por muitos amigos, mas contraditadas por maior número de adversários. Em 1560 alguns franciscanos belgas obtiveram que dezoito proposições de Baio fossem condenadas pela Universidade de Paris. O Papa Pio IV em 1561 impôs silêncio ao professor de Lovaina. Já que os debates não cessavam, Pio V, pela bula *Ex omnibus afflictionibus* de 12/10/ 1567, condenou 79 sentenças de Baio

e de seus discípulos, sem fazer menção de nomes, declarando-as em parte heréticas, em parte errôneas ou escandalosas e suspeitas. Ver DS 1901 - 1980.

Eis alguns espécimes de doutrinas condenadas:

- Não há pecado venial por sua própria índole, mas todo pecado merece sempre uma pena eterna (DS 1920).
- Todas as obras dos pagãos são pecados, e as virtudes dos filósofos são vícios (DS 1925)
- O livre arbítrio, sem o auxílio da graça de Deus, é apto tão somente ao pecado (DS 1927).
- Tudo o que o pecador ou o servo do pecado efetua, é pecado (DS 1935).
- Os maus desejos, nos quais a razão não consente e que o homem experimenta à revelia de sua vontade, são produzidos pelo preceito: “Não cobiçarás” (Ex 20,7).DS 1950.

A imortalidade do primeiro homem não era benefício da graça, mas era a condição natural do homem (DS 1978). Baio defendeu-se, enviando ao Papa uma apologia, que lhe valeu a confirmação da condenação em 1569. Os discípulos de Baio, tendo à frente Tiago Janson, não se conformaram, mas, aproveitando-se da falta de vírgulas no texto oficial da bula, tentaram contornar sutilmente a condenação. Baio morreu em paz com a Igreja no ano de 1589.

O grande erro de Baio é a sua incompreensão da ordem sobrenatural. Esta não é por ele concebida como uma realidade nova ou como algo de gratuito e, sim, como algo a que o homem tem direito. Neste ponto Baio se aproxima da doutrina de Pelágio; este concebia os dons recebidos pelos primeiros pais como parte integrante da natureza humana; Baio os concebe como algo a que o homem tem direito, professando um pelagianismo jurídico.

Como Lutero, Baio tem horror à metafísica. Ambos são discípulos do nominalismo e leem a Escritura com o olhar da via moderna de Ockam e seus seguidores. Lutero é emotivo e sacrifica a ontologia à psicologia e à experiência; Baio é mais frio e seco e, por isto, dá à sua doutrina um cunho jurídico.

Na doutrina jansenista, Cornélio Jansênio (t 1638) é outro teólogo flamengo formado na Universidade de Lovaina, onde sofreu a influência de Tiago Janson,

discípulo de Baio e contraiu profunda amizade com João Duvergier, futuro abade de Saint-Cyran. Morreu vítima de peste em 1638, dezoito meses após ter-se tomado Bispo de Ypres. O pensamento de Jansênio exprime-se na obra *Augustinus*, publicada postumamente em 1640; é obra monumental, fruto de vinte e dois anos de trabalho. No começo e no fim da mesma, o autor declara submeter-se piedosamente ao juízo da Santa Sé sobretudo quanto nela se encontra. A obra se divide em três tomos:

- No primeiro tomo, Jansênio percorre a história da luta contra os pelagianos e os semipelagianos;
- No segundo tomo, trata do estado de justiça original (assemelhado por Jansênio ao dos anjos); considera o estado de natureza decaída e, por último, o de natureza pura, que o autor julga ser absurda invenção dos escolásticos;
- No terceiro tomo - o mais importante - o autor expõe seu conceito de graça adquirida por Cristo Salvador.

O método teológico de Jansênio (exposto no longo Prefácio do tomo segundo) é influenciado pelo de Baio; desconfia da razão, tida qual “mãe de todas as heresias”; o uso da razão seja deixado aos filósofos: “*O intelecto é a faculdade própria para o estudo da filosofia; a memória é para a teologia. O filósofo tem a capacidade de penetrar princípios inteligíveis, ao passo que o teólogo cristão tem a faculdade de recordara tradição oral e escrita*”.

Por conseguinte, a teologia não tem função especulativa; não lhe compete tentar penetrar, com o raciocínio, as verdades da fé; a sua tarefa é meramente positiva ou narrativa; ela registra as verdades da fé. Para Jansênio, como para Baio, a tradição relativa à graça identifica-se tão somente com o pensamento de Santo Agostinho, que Jansênio muito estudou, tendo lido mais de dez vezes todas as suas obras e mais de trinta vezes os seus escritos sobre a graça. Qual a doutrina que daí decorre?

Cornélio Jansênio (t 1638) é outro teólogo flamengo formado na Universidade de Lovaina, onde sofreu a influência de Tiago Janson, discípulo de Baio e contraiu profunda amizade com João Duvergier, futuro abade de Saint-

Cyran. Morreu vítima de peste em 1638, dezoito meses após ter-se tomado Bispo de Ypres. O pensamento de Jansênio exprime-se na obra *Augustinus*, publicada postumamente em 1640; é obra monumental, fruto de vinte e dois anos de trabalho. No começo e no fim da mesma, o autor declara submeter-se piedosamente ao juízo da Santa Sé sobretudo quanto nela se encontra. A obra se divide em três tomos:

- No primeiro tomo, Jansênio percorre a história da luta contra os pelagianos e os semipelagianos;
- No segundo tomo, trata do estado de justiça original (assemelhado por Jansênio ao dos anjos); considera o estado de natureza decaída e, por último, o de natureza pura, que o autor julga ser absurda invenção dos escolásticos;
- No terceiro tomo - o mais importante - o autor expõe seu conceito de graça adquirida por Cristo Salvador.

A teologia de Jansênio baseia-se em duas ideias fundamentais retiradas das obras de Santo Agostinho: a distinção entre *auxilium sine quo non* (auxílio sem o qual não é possível...) e *auxilium quo* (auxílio pelo qual é possível). O primeiro é a graça de Deus que confere a possibilidade de fazer o bem, mas à qual o homem pode resistir. É a graça de que Adão necessitava antes do pecado e que era suficiente para que não pecasse. Na verdade Adão gozava de perfeita liberdade interior (era livre de coações) e não tinha que superar inclinações contrárias ao bem.

Adão, porém, não praticou o bem que teria podido praticar. Assim teve origem o estado de natureza decaída. Neste contexto já não basta a possibilidade de praticar o bem para vencer as más inclinações da vontade. É necessária uma graça irresistível, que leve necessariamente a praticar o bem; é o *auxilium quo*. Movido pelo *auxilium quo*, o homem já não é propriamente livre ou é livre no sentido agostiniano: realiza voluntariamente e sem coação exterior aquilo que ele é necessariamente impelido a fazer;

- *A delectatio victrix* (o deleite vitorioso). O homem decaído nunca está em posição de equilíbrio, mas é sempre dominado por uma inclinação

irresistível. Se não é ajudado pela graça, é irresistivelmente levado ao pecado. Para salvá-lo, é-lhe dada uma inclinação para o bem que seja capaz de superar vitoriosamente a tendência ao mal: tal é a *delectatio victrix*. Com outras palavras: ou a graça supera a cobiça desregrada e então o homem não pode deixar de praticar o bem, ou a graça não supera a cobiça desregrada e então o homem não pode deixar de cometer o mal.

Por conseguinte, Jansênio não reconhece a graça meramente suficiente: a graça ou é infalivelmente eficaz ou é insuficiente. Donde a oração irônica dos jansenistas: “Livrai-nos, Senhor, da graça suficiente”. A graça suficiente seria válida somente para Adão no estado anterior ao pecado.

Coloca-se então a pergunta: Deus dá a todos a graça eficaz? - Certamente não, conforme Jansênio; concede-a somente aos predestinados. Os demais são deixados no seu pecado. Assim procedendo, Deus não é injusto, porque foram os homens que espontaneamente se puseram em condições de servidão ao pecado, quando Adão pecou. Ao contrário, abandonando o homem ao pecado, Deus manifesta a sua justiça, ao passo que Ele evidencia sua misericórdia salvando gratuitamente da condenação os que Ele quer salvar. De resto, Jesus não morreu por todos os homens, mas somente por aqueles poucos que Ele quis salvar. Tal concepção jansenista transmitia uma noção de Deus muito severa, fundamentando uma religião não de amor, mas de temor e do rígido dever.

O *Augustinustoi* logo impugnado pelos jesuítas de Lovaina, que o acusavam de Calvinismo. Em 1641 a obra foi colocada no índice de Livros Proibidos. Após outros debates entre teólogos, o Papa Inocência X em 1653 condenou cinco proposições tiradas do *Augustinus*:

- Alguns preceitos de Deus são impraticáveis mesmo para os homens justos e de boa vontade, que tentam cumpri-los segundo suas forças. Falta a esses homens a graça que torne os mandamentos exequíveis.
- Nas condições da natureza decaída, nunca alguém pode resistir à graça interior.
- Para merecer e desmerecer no estado da natureza decaída, não é necessária liberdade interior, mas basta a isenção de coação extrínseca.

- O homem nunca pode resistir à graça de Deus.
- Cristo não morreu por todos os homens.

Esta condenação não pôs termo aos debates. Os discípulos de Jansênio reconheceram o caráter herético das sentenças condenadas, mas negaram que elas fossem a doutrina de Jansênio; o Papa as teria entendido em sentido calvinista, que não era o sentido de Jansênio. O Papa, porém, declarou que quisera condenar a doutrina de Jansênio como tal.

Os jansenistas replicaram, distinguindo “questão de direito” e “questão de fato”: a Igreja, diziam, é infalível ao decidir se uma doutrina em si é herética ou não, mas não é infalível ao julgar um mero fato histórico, isto é, se um teólogo proferiu esta ou aquela doutrina; neste último caso, a Igreja não poderia exigir um assentimento interior ao juízo que ela profere, mas apenas um “silêncio obsequioso” (com discordância interior). Esta distinção deu novo alimento à luta. Depois de discussões aceras, a Sorbona (Universidade de Paris fundada em 1253 por Roberto de Sorbon) expulsou em 1656 Antonio Arnauld e sessenta outros mestres.

Começou-se a discutir de novo a questão: pode ser absolvido em confissão quem observa apenas um silêncio obsequioso? Quarenta doutores da Sorbona responderam afirmativamente. Diversos bispos e o próprio Papa Clemente XI rejeitaram essa sentença em 1703. Em 1705 o Pontífice publicou a Bula *Vineam Domini*, em que mais uma vez declarava insuficiente o silêncio meramente obsequioso e exigia a condenação das cinco sentenças do livro “*Augustinus*” de boca e de coração. A Bula não teve o efeito desejado.

O clero francês, impregnado de nacionalismo separatista, na assembleia geral de 1705 declarou que as instruções papais só obrigam os fiéis quando reconhecidas e confirmadas pelos bispos locais. O Papa protestou contra esta atitude, mas com pouco sucesso. Também as monjas de Port-Royal, “puras como os anjos, mas orgulhosas como os demônios”, resistiram ao Papa; então o Governo Francês em 1705, com a aprovação do Pontífice, mandou fechar o Mosteiro, destruir o respectivo edifício e a igreja.

A esta altura, novo foco se acendeu para alimentar a discussão jansenista.

O Padre oratoriano Pascásio Quesnel (t 1719) publicou o livro “Reflexões morais sobre o Novo Testamento”, tendo a aprovação do bispo Luís Antonio de Noailles. Era obra imbuída de jansenismo, que encontrou larga aceitação. Os jesuítas conseguiram que Clemente XI censurasse o livro em 1708 e proibisse, sob pena de excomunhão, a sua leitura. Diante da resistência à ordem do Papa, Clemente XI mandou reexaminar o livro e condenou 101 sentenças do mesmo mediante a Bula Unigenitusde 1713.

Eis algumas proposições de Quesnel condenadas pelo Papa Clemente XI: exaltam o papel da graça, não levando em conta suficiente a função do livre arbítrio humano:

- Quando Deus quer salvar a alma e a toca com a sua graça interior, nenhuma vontade humana lhe resiste Dz-Sch. 2413.
- O pecador, sem a graça do Redentor, é livre somente para cometer o mal. Dz-Sch.2438.
- Sem a graça nada podemos amar que não seja para a nossa condenação. Dz-Sch. 2440.
- Somente a graça torna o homem apto ao sacrifício da fé. Sem ela não há senão impureza, não há senão indignidade. Dz-Sch. 2442.

O jansenismo foi outrossim condenado em 1794 por Pio VI mediante a Constituição *Auctorem fidei* (Dz-Sch. 2616 - 2626), que tinha em vista as posições assumidas pelo Sínodo de Pistoia (1786).

Pode-se dizer: a controvérsia jansenista manteve acesos na Teologia Católica os problemas suscitados pelo agostinismo: a deterioração da natureza humana pelo pecado dos primeiros pais, a existência ou não do livre arbítrio, a predestinação. Todavia muito contribuiu para dilatar os horizontes dos teólogos, colocando as perguntas: a graça é dada a todos? Mesmo aos não cristãos? Podem salvar-se os não cristãos? Tais questões afloravam com especial vivacidade na mente dos pensadores pelo fato de que novas terras iam sendo descobertas desde o século XVI, cujos habitantes ignoravam a fé cristã.

Nota-se a tendência a crer que Deus concede sua graça também aos que não têm a fé cristã, mas vivem em fidelidade à sua consciência reta e cândida,

sem resistir à voz de Deus, que fala no íntimo de todo homem; Deus há de ter vias misteriosas que levem tais criaturas à salvação definitiva. É o que os Módulos posteriores porão em evidência.

PERGUNTAS

1. O que Baio desejava promover?
2. A doutrina de Baio pode ser exposta distinguindo-se três estados da natureza humana. Exemplifique.
3. Cite algumas proposições de Quesnel condenadas pelo Papa Clemente XI, que exaltam o papel da graça, não levando em conta suficiente a função do livre arbítrio humano.

2.9 A TEOLOGIA DOS SÉCULOS XVII a XX

A teologia católica posterior ao Concílio de Trento (1545-1563) não se reduziu à polêmica. Foi cultivada solidamente por pensadores de grande vigor intelectual agostinianos, dominicanos (tomistas) e jesuítas, assim como por clérigos diocesanos.

A Ordem dos Eremitas de S. Agostinho, nos séculos XVII/XVIII, conseguiu cultivar algumas teses de S. Agostinho, que o jansenismo deturpava em sentido herético. Os seus principais representantes foram o Cardeal Eurico Noris (t 1704), Fulgêncio Bellelli (t 1742) e o Cardeal Gianlorenzo Berti (t 1766).

Eis as suas teses de maior relevo:

- O homem foi criado para ver Deus face-a-face e, por conseguinte, para viver numa ordem de coisas sobrenatural. Só se pode entender o espírito humano ou a alma espiritual como uma criatura chamada e ordenada à visão de Deus. Em consequência, o estado de natureza pura é algo que é possível, mas que nunca existiu. Com outras palavras: Deus nunca tratou o homem como vivente meramente racional, mas o elevou desde o início a especial comunhão com Deus, penhor da visão face-a-face.
- Essa elevação é totalmente gratuita da parte de Deus. O homem não a pode exigir como se fosse um direito seu, à diferença do que ensinava

Baio. Tendo gratuitamente elevado o homem, Deus deve não ao homem, mas a si e à sua bondade não deixar o homem sem os meios necessários ou sem a graça para chegar à visão beatífica. Sem a graça gratuitamente concedida, o homem não consegue chegar à visão de Deus face-a-face.

- Antes do pecado dos primeiros pais, a graça dava ao homem a possibilidade de praticar o bem ou não, sem interferir na liberdade do homem. É chamada “*graça suficiente*” ou *adiutorium sine quo non* (auxílio sem o qual não é possível praticar o bem). Após o pecado original, a graça é o *adiutorium quo* (auxílio com o qual se pratica o bem); ela comunica uma inclinação deleitosa e vitoriosa (*delectatio victrix*) para o bem, que predetermina moralmente a vontade para que o homem obedeça sem perder a liberdade de arbítrio, pois tal deleite não extingue a liberdade.

- Sem a graça o homem não pode amar a Deus, nem pode fazer algo de bom, nem evitar as mais ligeiras tentações. Para que uma ação - mesmo de pessoa justificada - possa ser tida como boa, requer-se que seja explicitamente referida a Deus mediante o amor sobrenatural.

- A graça suficiente não é dada a todos os homens. Com efeito; é recusada às crianças que morrem sem Batismo, a todos os infieis (para que não se convertam) e a cristãos que se obstinam no pecado.

Os teólogos que propuseram estas teses, foram acusados de baianismo e jansenismo. Os seus escritos foram, mais de uma vez, submetidos ao exame da Santa Sé, mas não chegaram a ser condenados. Na verdade, as concepções agostinianas assim formuladas restringem a vontade salvífica de Deus, que deixa de ser universal (contradizendo, portanto, a 1^ª Tm 2,4). Embora não cheguem a negar a liberdade de arbítrio do homem, não a definem com a devida clareza (tenha-se em vista o conceito de deleite vitorioso). Os agostinianos dos séculos XVII/XVIII ainda se ressentem muito do espírito das controvérsias da época.

Como se pode perceber, o pensamento teológico ocidental foi muito marcado pela problemática agostiniana. De etapa em etapa, foram debatidos os clássicos temas: graça e liberdade, o homem antes e depois do pecado original, predestinação e reprovação. Ficaram menos em foco os aspectos caros

à tradição oriental: a habitação de Deus nas almas justas, a ação do Espírito Santo com seus dons no coração do homem. Esta lacuna se acentuou quando, no fim da Idade Média, foram separados um do outro os tratados da Sma. Trindade e da graça.

O primeiro autor ocidental que muda o enfoque do tratado da Graça é Dionísio Petávio S.J. (t 1657), mestre em diversas instituições, pioneiro no estudo da história dos dogmas. Embora muito interessado na polêmica antijansenista, foi muito influenciado pela renovação dos estudos patrísticos que, no século XVII, refloresceram graças aos beneditinos de São Mauro (1627-1789). Era, em sua época, um dos poucos ocidentais que conheciam a literatura dos Padres Gregos e, por conseguinte, podia perceber que faltava aos latinos o aprofundamento das noções muito caras aos gregos.

Petávio (ou Pétau) dedicou-se especialmente aos escritos de S. Cirilo de Alexandria (t 444), onde é muito enfatizada a presença do Espírito Santo nas almas justas. Petávio cultivou essa noção a ponto de entender que a habitação do Espírito nos corações retos é uma propriedade, e não uma apropriação, do Espírito Santo; seria algo de análogo à união hipostática ou à Encarnação do Verbo. Neste ponto Petávio foi além do que a teologia sempre ensinou.

A oposição à tese de Petávio fez-se logo sentir. Houve quem a julgasse próxima à heresia. Como quer que seja, Petávio foi benemérito por ter iniciado a renovação e o enriquecimento do tratado da graça. M. J. Scheeben foi professor de Teologia Dogmática no Seminário de Colônia e um dos maiores teólogos do século XIX, também ele muito voltado para a teologia patrística.

O que distingue da ordem natural a ordem sobrenatural é a imediata relação do justo com as três Pessoas da SS. Trindade. Assim é que Scheeben enfatiza o dom Incriado ou o fato de que Deus mesmo se doa ao homem antes de qualquer outro dom: *“A concessão da graça ocorre em consequência de um influxo misterioso do Espírito Santo. Este desce em nossa alma com a plenitude da sua Divindade e nela habita; nela acende seu fogo divino e, mediante total regeneração, a faz participar da própria natureza e santidade divina. Assim expulsa o pecado e, através das virtudes sobrenaturais da fé, da esperança e da caridade, a faz chegar ao seu fim sobrenatural”* (I

Misteri dei Cristianesimo, Brescia 1949, cap. VIII).

A obra teológica de Scheeben foi de grande importância, pois teve lugar numa época em que o racionalismo tentava penetrar nas escolas de Teologia, depauperando a riqueza da mensagem revelada e dando origem a concepções estéreis e distantes da plenitude da fé. Ao mesmo tempo que Scheeben cultivava a doutrina da habitação do Espírito Santo, outros teólogos se empenhavam por restaurar a noção de Corpo Místico de Cristo, que põe em evidência a comunhão dos fiéis com Cristo Cabeça. Ver nosso Curso de Ecclesiologia, Módulos 15 e16.

Como anglicano, dedicou-se ao estudo dos Padres da Igreja e, por essa via, descobriu a Igreja como Corpo de Cristo, cujos membros vivem da vida da Cabeça. Deixou várias obras interessantes, das quais vão extraídos os seguintes trechos: *“É-nos lícito falar de Igreja visível e invisível como sendo dois aspectos de uma única e mesma realidade, separados em nossas mentes apenas e não de verdade... A Igreja, por exemplo, é chamada visível, porque compreende clérigos e leigos, e invisível, porque ela baseia sua vida e sua força sobre influências e graças ocultas aos nossos olhos, vindas do céu. Isto não significa dividir a Igreja em duas, como não seria dividir uma linha curva se a diferenciássemos em côncava e convexa. O que é convexo quando visto de fora, é côncavo quando visto de dentro”* (25/10/1835).

“Quando Nosso Senhor subiu aos céus, deixou na terra alguém para representá-lo. Era a Santa Igreja, Corpo Místico e Esposa de Cristo, instituição divina, santuário e porta-voz do Paráclito, que fala pela boca da Igreja até o fim dos tempos. Ela é, para utilizar as palavras de um poeta anglicano, ‘o Cristo em pessoa na terra’, na medida em que os homens na terra podem ser capazes de desempenhar nobres funções que, em sua origem e em seu termo final, são funções de Cristo” (Prefácio da Via Média, 1877).

Em 1896 Leão XIII houve por bem publicar a encíclica *Satis Cognitum* (Bastante Conhecido) sobre a Igreja, valorizando o seu aspecto de comunhão: *“A Igreja, nas Sagradas Letras, é frequentemente chamada Corpo, e também Corpo de Cristo: ‘Vós sois o Corpo de Cristo’ (1 Cor 12,27). Já que é um Corpo, a Igreja se faz visível aos nossos olhos; visto que é o Corpo de Cristo, Ela é um Corpo vivo, ativo, cheio de seiva, sustentado e animado por Jesus Cristo, que o penetra com a sua força, mais ou menos*

como a videira alimenta e torna férteis os ramos que lhe são unidos. Nos seres animados, o princípio vital é invisível e oculto no mais profundo da sua realidade, mas ele se revela e manifesta pelo movimento e a atividade dos membros; assim também o princípio de vida sobrenatural que anima a Igreja é perceptível aos olhos de todos pelos atos que ele realiza”.

Pio X viveu em plena crise modernista, contra a qual teve que sustentar as autênticas noções da fé católica. Aos 02/02/1904, celebrando cinquenta anos da definição da Imaculada Conceição, o Pontífice publicou a encíclica *Ad Diem illum* (Para aquele dia), em que aborda o papel de Maria em relação ao Corpo Místico de Cristo: *“No mesmo seio da Virgem muito pura em que assumiu a carne mortal, o Cristo tomou também um corpo espiritual, formado por todos aqueles que deviam crer nele. Assim pode-se dizer que Maria, trazendo o Cristo em seu seio, trazia também todos aqueles cuja vida estava contida na vida do Salvador. Por conseguinte, nós todos, que estamos unidos a Cristo, nós todos que somos, como diz o Apóstolo, membros do seu Corpo, feitos de sua carne e seus ossos, saímos do seio da Virgem, à semelhança de um corpo preso à sua cabeça. É por isto que, num sentido espiritual e místico, somos ditos filhos de Maria, e ela é dita Mãe de todos nós, Mãe segundo o Espírito, mas realmente Mãe dos membros de Cristo, que somos nós. Se, por conseguinte, a Bem-aventurada Virgem é simultaneamente Mãe de Deus e dos homens, quem pode duvidar de que ela se aplica, com todas as suas virtualidades, junto a Cristo, Cabeça do Corpo da Igreja, a fim de que Ele infunda seus dons em nós, que somos seus membros e, em primeiro lugar, a fim de que nós O conheçamos e vivamos por Ele?”.*

Em 1943, Pio XII publicou famosa encíclica sobre o Corpo Místico de Cristo, que assumia as noções anteriores e preparava o Concílio do Vaticano II. O Concílio redigiu a Constituição *Lumen Gentium* (Luz dos Povos), cujo capítulo 1a tem por título “O Mistério da Igreja”, e logo no seu primeiro parágrafo afirma: *“A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”* (§ 1) Tal expressão é equivalente a “Corpo Místico”, de modo que o parágrafo sétimo do mesmo capítulo trata longamente desse apelativo: *“Ao comunicar o seu Espírito, Cristo fez misticamente de seus irmãos, chamados a partir de todos os povos, componentes de seu próprio Corpo. Nesse Corpo difunde-se a vida de Cristo nos fiéis, que, pelos sacramentos,*

de modo misterioso e real, são unidos a Cristo morto e glorificado” (§ 7).

O capítulo 2º da mesma Constituição trata do Povo de Deus, expressão esta que alguns teólogos julgaram antitética a “*Corpo Místico*”, mas que é harmoniosamente associada às duas anteriores, dando ocasião a abordar o sacerdócio comum dos fiéis e o relacionamento do povo católico com os irmãos não católicos de qualquer crença ou filosofia.

O capítulo 3º da mesma Constituição considera a hierarquia da Igreja, e, em particular, o episcopado. Percebe-se aí a intenção de completar os trabalhos do Vaticano I, que se deteve unilateralmente sobre o Romano Pontífice, não podendo, por falta de tempo, levar em conta a função dos Bispos na Igreja: sem desdizer ao primado e à infalibilidade do Papa, o texto acentua a colegialidade dos Bispos, “*sucessores dos Apóstolos, que junto com o sucessor de Pedro, Vigário de Cristo e Cabeça visível de toda a Igreja, regem a casa do Deus vivo*” (§18).

O Concílio não podia deixar de considerar também os presbíteros, que, mais do que os Bispos, estão em contato direto com os fiéis: “*Os Bispos passaram legitimamente o encargo de seu ministério em graus diversos a pessoas diversas na Igreja. Assim o ministério eclesiástico, divinamente instituído, é exercido em diversas ordens pelos que desde a antiguidade são chamados Bispos, Presbíteros e Diáconos*” (n.B28).

O capítulo 4º da *Lumen Gentium* trata dos leigos, realçando o seu papel importante na Igreja; deste modo corrige o silêncio e a passividade em que foi deixado o laicato católico durante séculos: “*Estes fiéis pelo Batismo foram incorporados a Cristo, constituídos Povo de Deus e, a seu modo, feitos participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo; por isto exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo*” (§31).

O capítulo 5º trata da vocação de todos os fiéis à santidade, vocação decorrente do próprio Batismo e destinada a ser vivida em qualquer estado social: “*Na Igreja todos, quer pertençam à hierarquia, quer sejam por ela apascentados, são chamados à santidade... Esta santidade se exprime de muitas maneiras nas pessoas que em sua vida tendem à perfeição da caridade, edificando assim os outros*” (§ 39).

O capítulo 6º considera os Religiosos, chamados, por especial graça de Deus, a praticar os conselhos evangélicos da pobreza, da castidade e da obediência:

“*Constituem um dom divino, que a Igreja recebeu do seu Senhor e por graça dele sempre conserva*” (§ 43). Estes textos dos séculos XIX/XX põem em relevo o aspecto ontológico da graça: ela confere um ser ou uma realidade nova ao homem, realidade nobre da qual deve decorrer o agir do mas não se pode esquecer que, para bem falar do agir, é preciso primeiramente considerar o ser do cristão ou a riqueza espiritual da incorporação a Cristo e da filiação divina.

UM FÍSICO REZA

James Maxwell

Deus todo-poderoso, que criaste o homem à tua imagem e lhe deste uma alma que te pudesse procurar e reinar sobre as criaturas, ensina-nos a perscrutar as obras de tuas mãos de tal modo que saibamos submeter a terra para nossas necessidades e ao mesmo tempo vigorar nosso espírito para teu serviço. Concede-nos que recebamos tua santa palavra com fé n'Aquele que mandaste para nos ensinar a ciência da salvação e a remissão de nossos pecados. Nós o pedimos em nome de Jesus Cristo, nosso Senhor.

PERGUNTAS

1. A Ordem dos Eremitas de S. Agostinho conseguiu cultivar algumas teses de S. Agostinho, consideradas de grande vigor intelectual. Quais são estas teses?
2. O que distingue da ordem natural a ordem sobrenatural é a imediata relação do justo com as três Pessoas da SS. Trindade, assim é que Scheeben enfatiza o dom Incriado ou o fato de que Deus mesmo se doa ao homem antes de qualquer outro dom. Como Scheeben se refere a tal fato?
3. Qual o valor da doutrina do Corpo Místico para o tratado da graça?

2.10 O ACORDO LUTERANO-CATÓLICO (1999)

A questão da justificação foi debatida durante cerca de trinta anos após o Concílio do Vaticano II (1962-1965) por uma Comissão mista de teólogos católicos e luteranos, que finalmente elaboraram uma Declaração conjunta ou um Acordo. O respectivo texto foi submetido ao parecer da suprema

autoridade de cada uma das duas confissões religiosas. A Federação Luterana Mundial aprovou-o aos 17/06/98, ao passo que a Igreja Católica aos 25/06/98 pediu ulteriores esclarecimentos, que foram obtidos e aprovados num anexo à Declaração conjunta. Estando tudo elucidado, o Acordo foi assinado por católicos e luteranos aos 31/10/99 na cidade de Augsburg (Alemanha).

O Comunicado que acompanha a Declaração e seu Anexo assinado pelas duas partes interessadas, diz o seguinte: *“Os dois parceiros do diálogo estão dispostos a prosseguir e aprofundar o estudo dos fundamentos bíblicos da doutrina da justificação. Procurarão assim progredir na sua compreensão comum da doutrina da justificação, para além dos pontos abordados na Declaração Conjunta e no Anexo que a completa. Na base do consentimento obtido, a continuação do diálogo é necessária em particular no tocante às questões especificamente mencionadas na Declaração Conjunta n.º 43 como sendo pontos que exigem mais amplos esclarecimentos, a fim de se atingir plena comunhão eclesial, ou uma unidade na diversidade em que as diferenças remanescentes seriam ‘reconciliadas’ e não dariam mais motivo de divisão. Luteranos e católicos prosseguirão em seus esforços para testemunharem comum num espírito ecumênico a fim de interpretar a mensagem da justificação numa linguagem acessível aos homens e às mulheres de nosso tempo e em vista das preocupações tanto individuais quanto sociais dos nossos dias”*.

A Declaração Conjunta é um documento extenso de vinte páginas, de modo que não pode ser na íntegra transcrito em nossa revista. Todavia o Anexo exprime claramente o que o longo texto quer dizer, de modo que, a seguir, vai apresentado o teor desse Anexo em tradução portuguesa. Pelo presente documento a Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial confirmam a Declaração comum a propósito da doutrina da justificação em sua íntegra.

- Os esclarecimentos seguintes enfatizam o consentimento estabelecido na Declaração comum sobre a Doutrina da Justificação (DC) concernentes às verdades fundamentais da justificação. Assim aparece nitidamente que as condenações mútuas dos tempos antigos não se referem às doutrinas católica e luterana da justificação tais como são apresentadas na Declaração comum.

- Confessamos juntos: é somente pela graça, por meio da fé na ação salvífica de Cristo, e não por causa de méritos nossos, que somos aceitos por Deus e recebemos o Espírito Santo, que renova os nossos corações, nos habilita e nos chama a cumprir boas obras (DC 15).
- Confessamos juntos que é somente por graça que Deus perdoa aos seres humanos os pecados e os liberta da escravidão do pecado...’ (DC 22). Pela justificação são perdoados os nossos pecados e somos justificados, e Deus o realiza ‘oferecendo a vida nova em Cristo’ (DC 22). ‘Por conseguinte, justificados pela fé, estamos em paz com Deus’ (Rm 5,1), somos ‘chamados filhos de Deus, e nós o somos realmente’ (1 Jo3,1). Somos autêntica e interiormente renovados pela ação do Espírito Santo, ficando sempre dependentes da obra dele em nós. ‘Por conseguinte, se alguém está em Cristo, é uma nova criatura. O mundo antigo passou, eis que se fez uma realidade nova’ (2Cor 5,17). Neste sentido, os justificados deixam de ser pecadores.

Todavia, nós nos enganaríamos se disséssemos que não temos pecados (1 Jo 1,8-1 cf.DC 28), ‘pois todos nós tropeçamos’ (Tg 3,2). ‘Quem percebe os seus erros? Perdoa-me as faltas ocultas!’ (S119,13). E, quando oramos, apenas podemos dizer com o coletor de impostos; “*Meu Deus, tem piedade do pecador que eu sou*” (Lc 18,13). Isto se exprime de muitas maneiras em nossas liturgias. Juntos ouvimos a exortação: “*Que o pecado não reine em vosso corpo mortal para vos fazer obedecer às suas cobijas*” (Rm 6,12). Isto nos lembra o perigo permanente que vem do poder do pecado e de sua ação sobre os cristãos. Nesta medida, luteranos e católicos podem compreender juntos que o cristão é simul iustus et peccator (simultaneamente justo e pecador), apesar das diferentes abordagens deste tema expostas em DC 29-30.

O conceito de concupiscência é utilizado em sentidos diferentes pelo lado católico e pelo lado luterano. Nos escritos confessionais luteranos, a concupiscência é entendida como o desejo egoísta do ser humano, que, à luz da Lei no sentido espiritual, é considerado como pecado. Na concepção católica, a concupiscência é uma tendência que subsiste na pessoa humana mesmo após

o Batismo, proveniente do pecado e tendente ao pecado.

Apesar das diferenças que aqui aparecem, pode-se reconhecer na perspectiva luterana que o desejo se pode tornar a abertura pela qual o pecado ataca. Em consequência do poder do pecado, o ser humano inteiro traz a tendência a opor-se a Deus. Essa tendência, segundo as concepções luterana e católica, “*não corresponde ao plano inicial de Deus em relação aos homens*” (DC 30). O pecado tem uma característica pessoal e, a este título, leva à separação de Deus. É a cobiça egoísta do velho homem e a falta de confiança e de amor a Deus.

A justificação intervém somente por graça (DC 15 e 16). Unicamente por meio da fé a pessoa é justificada ‘independentemente das obras’ (Rm 3,28, cf. DC 25). “*A graça cria a fé não somente quando a fé nasce em alguém, mas também enquanto a fé perdura*” (São Tomás de Aquino, Summa Theologiae II / II 4, 4 ad 3). A obra da graça de Deus não exclui a ação do homem; Deus realiza tudo, o querer e o agir; eis por que somos chamados a agir bem (cf. Fl 2,12ss). “*Disto se segue que nós podemos e devemos cooperar pela força do Espírito Santo...desde que o Espírito Santo tenha começado em nós sua obra de regeneração e de renovação pela Palavra e pelos sacramentos*” BSL K 897,37ss).

A graça, na medida em que é comunhão dos justificados com Deus na fé, na esperança e na caridade, é sempre recebida em consequência da obra criadora e salvífica de Deus (cf. DC 27). Não obstante, é de a responsabilidade dos justificados não esbanjar essa graça, mas viver nela. A exortação a realizar boas obras é exortação a pôr em prática a fé (cf. *Apologie de Ia Confession d’Augsbourg* IV n.º 129 in: La Foi des Eglises Luthériennes; BSL K 197, 45). As boas obras dos justificados devem ser praticadas “*para que a vocação seja consolidada, isto é, a fim de que o cristão não perca sua vocação pecando novamente*” (Apol. XX, 13, n.2 270 in: La foi des Eglises Luthériennes...; BSLK 316,18-24, com referência a 2Pd 1,10. Cf. também FC SD IV; 33, n.º 1012 in: La Foi des Eglises luthériennes; BSLK 948, 9-23). Neste sentido, luteranos e católicos podem compreender juntos o que é dito a respeito da ‘preservação da graça’ em DC 38 e 39. Por certo, “*tudo o que na pessoa precede e segue o livre dom da fé não é a causa da justificação e não a merecê*” (DC 25).

Pela justificação, somos incondicionalmente postos em comunhão com Deus. Isto inclui a promessa da vida eterna: ‘Se nós fomos totalmente unidos, assemelhados à sua morte, nós seremos também no tocante à sua ressurreição’ (Rm 6,5; cf. Jo 3,36; Rm 8,17). No dia do último juízo, os justificados serão julgados também segundo as suas obras (cf. Mt 16,27;25,31 - 46; Rm 2,16; 14,12:1 Cor 3,8; 2Cor 5,10, etc.).

Seremos confrontados a um julgamento no qual a sentença misericordiosa de Deus aprovará tudo o que, em nossa vida e em nosso agir, corresponder à sua vontade. Ao contrário, tudo o que houver de mau em nossa vida, será revelado e não terá acesso à vida eterna. A Fórmula de Concórdia diz também: “*Deus quer que os fiéis pratiquem boas obras; tal é a sua ordem, tal é o seu preceito; obras nas quais o Espírito Santo age, obras que agradem a Deus por causa de Jesus Cristo. E Ele promete recompensar gloriosamente seus fiéis tanto neste mundo como no mundo vindouro*” (FC SD V, 38). Toda recompensa é uma recompensa dada à graça, que não temos o direito de pretender obter.

A doutrina da justificação é a pedra de toque da fé cristã. Nenhum ensinamento pode ir de encontro a esse critério. Em tal sentido, a doutrina da justificação é “*um critério indispensável que remete incessantemente a Cristo o conjunto da doutrina e da prática da Igreja*” (DC 18). A este título, ela tem sua verdade e seu significado específico no contexto geral da confissão de fé trinitária fundamental da Igreja. Juntos, “*temos por meta confessar em toda parte o Cristo, colocar tão somente nele nossa confiança, pois ele é o único Mediador (1Tm 2,5s), pelo qual Deus se dá no Espírito Santo e oferece seus dons renovadores*” (DC 18).

A resposta da Igreja Católica não tenciona pôr em questão a autoridade dos Sínodos luteranos ou da Federação Luterana Mundial. A Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial iniciaram o diálogo e o continuam como parceiros dotados de iguais direitos (*par cum pari*). Apesar de haver diferentes concepções de autoridade na Igreja, cada parceiro respeita o processo seguido pelo outro no tocante às decisões doutrinárias.

Ninguém se torna justo ou amigo de Deus por seus próprios méritos, pretensamente anteriores à graça de Deus. Tal verdade já foi definida pela

Igreja durante a controvérsia semipelagiana, tendo em vista a tese herética segundo a qual a entrada na fé e na amizade com Deus se devia unicamente à iniciativa do homem. A gratuidade do chamado divino e a concessão da graça correspondente são totalmente gratuitas. Verifica-se, aliás, que a Declaração enfatiza constantemente o aspecto “*gratuidade*” o que dá a impressão de que basta crer e aceitar o Dom de Deus para conseguir a salvação. Ora tal conclusão seria falsa, pois o próprio Documento reconhece nitidamente a necessidade e o valor das boas obras para se obter a salvação eterna (cf. n.º 3 a seguir).

Mesmo feito justo ou amigo de Deus, o homem continua sendo simultaneamente *santo* e *pecador*. Santo, porque os pecados lhe foram perdoados. Pecador, porém, porque, mesmo após o perdão, fica a cobiça desregrada no íntimo do homem, resquício do pecado absolvido. Este fato é de experiência cotidiana e inegável. Todavia aqui se estabelece uma diferença entre luteranos e católicos, que não foi superada; com efeito, para os luteranos o simples fato de haver tendências desregradadas no homem já é pecado, e, como essas tendências persistem geralmente até a morte do indivíduo, Lutero considerava o homem irremediavelmente vendido ao pecado ou escravo do pecado.

Para os católicos, a concupiscência remanescente é consequência do pecado e tende ao pecado, mas não é pecado se não quando aceita e alimentada voluntariamente; quando combatida, não pode ser tida como pecado, pois todo pecado é um ato consciente e cometido com responsabilidade. - A questão portanto deverá provavelmente ser objeto de ulteriores conversações entre as partes interessadas.

Assim como ninguém entra na amizade com Deus por seus méritos próprios, assim também ninguém fica nessa amizade a não ser que traduza sua fé em obras boas; a fé inerte é condenável, conforme São Tiago (2,14-26). O Documento não cita a epístola de São Tiago, mas cita o Evangelho e São Paulo, especialmente o quadro do juízo final: “*no dia do último juízo os justificados serão julgados segundo as suas obras...Deus quer que os fiéis pratiquem boas obras; tal é a sua ordem, tal é o seu preceito*”. Verdade é que ninguém pratica algo de bom senão por graça ou Dom de Deus; ao homem, porém, toca a liberdade de corresponder ou não à graça

divina; caso não lhe corresponda e cometa o mal, ele se exclui da vida eterna. Donde se vê que não se pode apregoar simplesmente a salvação só pela fé, sem se levar em conta o que a criatura humana tenha ou não tenha feito.

Em síntese, pode-se dizer que o acordo luterano-católico reconhece que: Ninguém entra na amizade com Deus porque o tenha merecido mediante boas obras; Ninguém permanece nessa amizade se não exteriorizar sua fé através de boas obras boas obras que são suscitadas pela graça, sendo que a graça tanto pode ser aceita como pode ser rejeitada pelo cristão. A justificação ainda não é a salvação. Justificação é a entrada na graça, ao passo que salvação é o termo final da caminhada na graça recebida.

PERGUNTAS

1. A Declaração Conjunta é um acordo firmado por uma Comissão mista de teólogos católicos e luteranos. Qual é a essência dessa Declaração? Comente em poucas palavras e justifique.
2. Comente a seguinte frase do texto: “Confessamos juntos que é somente pela graça que Deus perdoa os pecados dos seres humanos e os liberta da escravidão do pecado...”
3. Comente como você enxerga a atual sociedade mediante este conteúdo: *“A resposta da Igreja Católica não tenciona pôr em questão a autoridade dos Sínodos luteranos ou da Federação Luterana Mundial. A Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial iniciaram um diálogo e o continuam como parceiros dotados de iguais direitos. Apesar de haver diferentes concepções de autoridade na Igreja, cada parceiro respeita o processo seguido pelo outro no tocante às decisões doutrinárias”.*
4. Comente de que forma os três últimos parágrafos contribuem para sua vida espiritual.



MÓDULO III - APROFUNDAMENTO TEOLÓGICO

3.1 O DOM INCRIADO

Mesmo feito justo ou amigo de Deus, o homem continua sendo simultaneamente *santo* e *pecador*. Santo, porque os pecados lhe foram perdoados. Pecador, porém, porque, mesmo após o perdão, fica a cobiça desregrada no íntimo do homem, resquício do pecado absolvido. Este fato é de experiência cotidiana e inegável.

Todavia, aqui se estabelece uma diferença entre luteranos e católicos, que não foi superada; com efeito, para os luteranos o simples fato de haver tendências desregradadas no homem já é pecado, e, como essas tendências persistem geralmente até a morte do indivíduo, Lutero considerava o homem irremediavelmente vendido ao pecado ou escravo do pecado.

Para os católicos, a concupiscência remanescente é consequência do pecado e tende ao pecado, mas não é pecado se não quando aceita e alimentada voluntariamente; quando combatida, não pode ser tida como pecado, pois todo pecado é um ato consciente e cometido com responsabilidade. A questão, portanto, deverá provavelmente ser objeto de ulteriores conversações entre as partes interessadas.

Assim como ninguém entra na amizade com Deus por seus méritos próprios,

assim também ninguém fica nessa amizade a não ser que traduza sua fé em obras boas; a fé inerte é condenável, conforme São Tiago (2,14-26). O Documento não cita a epístola de São Tiago, mas cita o Evangelho e São Paulo, especialmente o quadro do juízo final: “*no dia do último juízo os justificados serão julgados segundo as suas obras*”.

Deus quer que os fiéis pratiquem boas obras; tal é a sua ordem, tal é o seu preceito. Verdade é que ninguém pratica algo de bom senão por graça ou Dom de Deus; ao homem, porém, toca a liberdade de corresponder ou não à graça divina; caso não lhe corresponda e cometa o mal, ele se exclui da vida eterna. Donde se vê que não se pode apregoar simplesmente a salvação só pela fé, sem se levar em conta o que a criatura humana tenha ou não tenha feito.

Em síntese, pode-se dizer que o acordo luterano-católico reconhece que:

- Ninguém entra na amizade com Deus porque o tenha merecido mediante boas obras;
- Ninguém permanece nessa amizade se não exteriorizar sua fé através de boas obras, boas obras que são suscitadas pela graça, sendo que a graça tanto pode ser aceita como pode ser rejeitada pelo cristão.
- A justificação ainda não é a salvação. Justificação é a entrada na graça, ao passo que salvação é o termo final da caminhada na graça recebida.

A graça, no sentido teológico, é um dom de Deus que nos habilita a participar da vida divina para além das exigências da nossa natureza e distinguem-se em: o dom incriado e o dom criado. Desde toda a eternidade, Deus quer a salvação de todos os homens (1Tm 2,4); quer que todos sejam participantes da sua vida para serem participantes também da sua bem-aventurança.

Logo no início da história da salvação, o homem, por soberba, recusou o convite divino que o chamava a comungar com a vida do Criador; cf. Gn 3,1 -7. Deus, porém, não se deixou vencer pelo mal, mas quis vencer o mal com o bem; cf. Rm 12,21. Por isto Deus Filho se fez homem, tornando-se o segundo Adão, que, como representante do gênero humano, prestou ao Pai o amor que o primeiro Adão lhe recusara; foi até a morte por obediência, já que o primeiro Adão fora até a morte por desobediência.

Assim procedendo, Jesus Cristo quis conceder ao homem ainda maiores dons do que aqueles que o primeiro Adão perdera pelo pecado. Com outras palavras: a recriação do homem na plenitude dos tempos não se deu de maneira meramente jurídica, por uma palavra seca de absolvição, deixando o juiz (Deus) distante do réu (homem).

A restauração do homem se fez por uma comunhão com Deus Filho feito homem, comunhão que se chama união mística. Tal união é ilustrada pela imagem do tronco e dos ramos da videira (Jo 15,1 -6) bem como pela da Cabeça e do Corpo (1 Cor 12,12- 27). É expressa também pela fórmula “em Cristo Jesus”, que ocorre 164 vezes em São Paulo e 24 vezes em São João. É significada ainda pelos neologismos gregos criados por São Paulo: con-mortos com Cristo (2Tm 2, 11), con-sepultados com Cristo (Rm 6, 4), con-ressuscitados com Cristo (Ef 2, 6), con-assentados com Cristo nos céus (Ef 2, 16), con-reinantes com Cristo (2Tm 2, 12).

Os antigos escritores cristãos professaram a nossa íntima união com Cristo em termos surpreendentes, que hão de serem entendidos à luz dos textos bíblicos (especialmente 2 Pd 1, 4) e não do panteísmo, assim:

S. João Crisóstomo (f 407) *“De judeus, pagãos, escravos que éreis, vos tornastes... que casa? Anjos? Não, mas outros Cristos ambulantes, outros Jesus”* (In Gaiatas).

S. Ambrósio (t 397): *“Membros de Cristo, somos a sua carne e os seus ossos. Onde está a salvação? Em estar com Cristo, em entrar na unidade do seu corpo. Ali não há defeito, ali nenhum vestígio de pecado”* (In Ps 39, 12).

S. Agostinho (f 430): *“Cristo nos incorporou a si, nos tornou membros seus. Eis que nele nos tornamos Cristo. Somos realmente o seu Corpo; nele dependemos de Cristo. Somos de Cristo. Mais: somos Cristo, não apenas de Cristo, mas Cristo mesmo”* (In Ps 26, 11, 2).

A incorporação a Cristo nos dá acesso a Deus Pai e a toda a Santíssima Trindade: por Cristo homem vamos a Deus Filho e por Deus Filho vamos ao Pai no Espírito Santo. Somos assim feitos templos da Ssma. Trindade, como diz o próprio Jesus:

Jo 14,23: *“Se alguém me ama, guardará a minha palavra e o meu Pai o amará e a ele viremos e nele estabeleceremos morada”*.

S. Paulo o reafirma:

Cor 6, 16: “*Nós somos o templo do Deus Vivo, como disse o próprio Deus: ‘Em meio a eles habitarei e caminharei. Serei o seu Deus, e eles serão o meu povo’*”.

Ef 2, 22: “*Vós nele (em Cristo) sois coedificados para serdes uma habitação de Deus no Espírito*”.

Rm 8, 9-11: “*Vós não estais na carne, mas no espírito, se é verdade que o Espírito de Deus habita em vós, pois quem não tem o Espírito de Cristo não pertence a Ele... E, se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo Jesus dentre os mortos dará também vida a vossos corpos mortais mediante o seu Espírito, que habita em vós*”.

Rm 8,23: “*Nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo*”.

Rm 5, 5: “*O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado*”.

Gl 4, 6: “*Pois que sois filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: ‘Abba, Pai!’*”.

Como dito, a tradição grega antiga acentuou fortemente a presença de Deus nos justos; a teologia trinitária e a da graça foram estudadas pelos gregos em estrita correlação; falavam frequentemente da divinização do homem pelo contato com Deus, que se lhe dá (sem cair no panteísmo ou na identificação da criatura com o Criador).

No Ocidente os teólogos acentuaram mais o agir do que o ser cristão. Isto se deve ao surto de heresias como o pelagianismo e o semipelagianismo (séc. IV/VI), que afirmavam a capacidade natural do homem para fazer o bem, a ponto de reduzir a obra de Cristo à de mero modelo que aponta o caminho ao homem. Contra tais hereges S. Agostinho (t 430) e sua escola enfatizaram a corrupção da natureza humana devida ao pecado de Adão e a necessidade da graça divina para que o homem possa praticar o bem; em consequência, a graça foi concebida principalmente como auxílio para que o homem não peque, mas cultive a virtude.

As encíclicas “*Divinum Illud Munus*” de Leão XIII (1897) e “*Mystici Corporis*

Christi” de Pio XII (1943) puseram em novo relevo a habitação de Deus no cristão como elemento principal da graça.

Para entender devidamente o assunto, devemos distinguir dois modos de presença de Deus às suas criaturas: Presença de imensidade. Deduz-se do fato de que Deus, tendo criado, sustenta toda e qualquer criatura para que não recaia no nada. Assim Deus está presente à pedra, à flor, ao animal, ao homem... pelo fato mesmo de que eles existem; só podem existir porque Deus mantém com eles o seu contato de Criador. Alguns textos bíblicos falam desta presença de imensidade: Salmo 138(139); Eclo 42, 15-43, 33.

S. Agostinho, recordando sua vida pré-cristã, salienta a presença de Deus em sua alma ainda não batizada: “*Tarde eu Te amei, ó beleza tão antiga e tão nova, tarde eu Te amei. Mas como? Tu estavas dentro de mim e eu estava fora de mim mesmo... Tu estavas comigo, e eu não estava contigo. Retinham-me longe de ti as criaturas que não existiriam se não existissem por ti... Tu me chamaste e Teu clamor venceu a minha surdez. Tu exalaste o Teu perfume; eu respirei e eis que para Ti suspiro. Provei-Te e tenho fome de Ti. Tu me tocaste e eu ardo de amor por causa da paz que Tu me deste*” (Confissões X 27)

A presença de imensidade é algo de natural ou decorrente da própria índole da criatura.

A presença Sobrenatural deriva-se do fato de que Deus e, propriamente, cada uma das três Pessoas Divinas, a seu modo - se abre para a criatura humana e assume-a em sua vida, fazendo-a conhecer como Deus conhece e amar como Deus ama. Tal modo de presença divina confere à criatura de maneira imperfeita o que se verifica na visão beatífica de maneira consumada. Existe, sim, continuidade entre a vida da graça e a vida da glória.

Esta forma de habitação de Deus nas almas justas é dita “*sobrenatural*”, porque ultrapassa as exigências de toda e qualquer criatura. Deve-se admitir no ser humano a capacidade de ser elevado a tão sublime união com Deus, nunca, porém, a exigência. “*Sobrenatural*”, portanto, em teologia, não tem que ver com milagres e portentos, mas é um tesouro depositado no íntimo do cristão, sem que necessariamente transpareça.

S. Leão Magno (f 461) realça a grandeza de tal dom: “*Ó cristão, reconhece tua*

dignidade. Participas da natureza divina; não voltes a teu estado inferior de outrora por uma vida indigna da tua genuína condição. Lembra-te sempre da cabeça a que pertences, e do corpo do qual és membro. Lembra-te de que foste arrancado do poder das trevas e transplantado para a luz e o reino de Deus” (serm. 21, c.3).

Notemos que cada uma das três Pessoas Divinas se dá, de modo próprio, ao cristão: vamos ao Pai pelo Filho no Espírito Santo. Essa presença é, pois, dinâmica e não estática; Deus se dá continuamente ao homem em novas situações e o homem deve responder-lhe proporcionalmente.

A teologia oriental muito estimou o dom incriado ou a habitação de Deus nas almas justas, a ponto de usar a expressão “*divinização*”, que não há de ser entendida em sentido panteísta. Como dito, S. Agostinho (f 430), embora tenha considerado a graça geralmente como impulso que leva ao bem, enfatizou também o dom incriado em termos que, por vezes, vão mais longe do que os da tradição grega. Tenham-se em vista os seguintes dizeres: “*Por que é que, entre os santos, alguns são mais santos senão porque estes têm Deus a habitá-los mais intensamente?*” (Epístola 187,17).

A habitação de Deus é correlativa ao amor do cristão: “*Começaste a amara Deus? Começou Deus a habitarem tí?*” (In epistolam Joannis 8, 12). A habitação de Deus nos justos tem como recíproca a habitação dos justos em Deus: “*Habitas em Deus para seres abraçado por Ele?*” (In epistolam Joannis 8, 14). “*Seja Deus a tua morada, e sê tu a morada de Deus; permanece em Deus, e permaneça Deus em tí?*” (ibid. 9, 1). Esta última sentença faz eco ao Evangelho, onde Jesus fala da mútua imanência: “*Permanecei em mim, como eu em vós... Aquele que permanece em mim e em quem eu permaneço, produz muito fruto?*” (Jo 15, 3.5).

Não há dúvida, o Novo Testamento fala da habitação da Sma. Trindade nas almas justas; cf. Jo 14, 23... Todavia também há numerosos textos bíblicos que apresentam o Espírito Santo como hóspede da alma, dando a crer que o Espírito é propriamente o sujeito desse habitar, sendo o Pai e o Filho apenas concomitantes do Espírito.

Considerem-se os textos que fundamentam este outro modo de ver:

Jo 14, 16s: “*Rogarei ao Pai, e Ele vos dará outro Paráclito, a fim de que convosco*

permaneça para sempre, o Espírito da Verdade, que o mundo não pode conhecer, porque não o vê nem o conhece. Vós o conheceis, porque permanece convosco”.

Jo 7, 39: “Jesus falava do Espírito que deviam receber aqueles que nele tinham acreditado, pois não havia ainda Espírito, porque Jesus ainda não fora glorificado”.

Rm 8, 16: “O próprio Espírito se une ao nosso espírito para testemunhar que somos filhos de Deus”.

Tm 1, 14: “Guarda o bom depósito mediante o Espírito Santo que habita em nós”.

Os Padres da Igreja acentuaram frequentemente a função do Espírito Santo como hóspede da alma e autor da santificação dos fiéis. S. Cirilo de Jerusalém (f 386): “Se tiveres uma piedade sincera, descerá em ti o Espírito Santo e a voz do Pai se farão ouvir do alto não para dizer ‘Tu és meu Filho’, mas ‘Este se tornou meu filho’” (Catequese 3, 14).

Afraates Sírio (séc. IV): “Preparemos os nossos templos (corpos) para o Espírito de Cristo, e não o contristemos, para que não se afaste de nós” (Demonstrações 6, 14).

S. Ireneu de Lião (t 202): “São perfeitos aqueles que têm o Espírito Santo a habitar permanentemente neles” (Contra as Heresias 5, 6, 1).

A Liturgia, especialmente nos ritos do Batismo e da Crisma, assume tal linguagem, que se tornou muito usual até nossos dias. Pergunta-se então: essa ação do Espírito Santo é própria do Espírito ou é apropriada a Ele?

- Próprio a uma Pessoa é o atributo ou a ação que só a Ela compete: assim Pai e Paternidade são próprias da primeira Pessoa; Filho e filiação são próprios da segunda Pessoa;
- Apropriado é o atributo comum às três Pessoas que nossa linguagem adapta de modo especial a uma Pessoa Divina. Assim, por exemplo, a onipotência é comum às três pessoas divinas, mas apropriada ao Pai por ser Ele o Princípio Absoluto; a sabedoria é comum às três Pessoas divinas, mas apropriada ao Filho, que procede por via de intelecto.

Coloca-se então a questão: como definir se algum atributo é próprio ou apropriado em Deus? A resposta é deduzida do seguinte princípio: em Deus tudo é comum, exceto o que implique oposição relativa. Portanto são próprios os atributos que impliquem oposição relativa. Assim a paternidade é própria

porque quem diz Pai, necessariamente diz que há um Filho, o qual nunca pode ser o próprio Pai, mas opõe-se a este relativamente. Ver nosso Curso sobre a Ssma. Trindade, módulos 27, 28 e 29.

Ora, quando se afirma que o Espírito Santo habita as almas justas e as santifica, não se coloca o Espírito Santo em oposição relativa ao Pai e ao Filho; por conseguinte o habitar e santificar os justos é comum às três Pessoas Divinas, mas apropriado ao Espírito Santo, pois Ele é dito Santo de maneira explícita e enfática. Além do mais, o Espírito Santo procede como amor entre o Pai e o Filho e faz-nos viver de tal amor.

Verdade é que bons teólogos, como Petávio, Scheeben, Tomassino julgam ser própria do Espírito Santo a habitação nos justos; o Pai e o Filho lhes estariam presentes por concomitância ou porque inseparáveis do Espírito Santo; haveria um certo paralelismo entre a Encarnação do Verbo (própria da segunda Pessoa) e a habitação do Espírito Santo nas almas justas. Tais teólogos seguem estritamente a linguagem do Novo Testamento, sem levar em conta a distinção entre próprio e apropriado; observamos que a palavra bíblica é respeitada também quando se entende a habitação como apropriada ao Espírito.

Escreve o cardeal Charles Journet:

“Há uma grande diferença entre o Amor de Deus e o amor do homem, o Favor ou a Graça de Deus e o favor ou a graça do homem. O Amor de Deus é criador, dá o ser e a bondade às coisas, ao passo que o amor do homem pressupõe a bondade, a beleza das coisas. É porque uma coisa é porque é bela ou boa -, que atrai o meu amor. Quando é plenamente boa, encanta-me, põe-me fora de mim; quando o é apenas parcialmente, solicita-me. Eu posso, efetivamente, amar uma criatura humana apesar de tudo o que lhe falta, porque nela existe algum bem, porque penso que ela é querida por Deus e resgatada pelo sangue de Cristo.

Pode alguém ser-me hostil. Se, porém, eu me recordar da palavra de S. João da Cruz onde não há amor, semeia tu o amor e colherás o amor meu amor irá ao seu encontro, para tentar comovê-lo. E, no entanto, não sou eu que posso produzir nem criar, só pelo meu amor, a bondade e a beleza de qualquer coisa; nem sequer uma mãe pode, com o seu ato de amor, mudar o coração de seu filho pervertido. Bem diferente é o Amor de Deus.

Ele precede o ser e a bondade das coisas. É fácil conceber que assim seja: antes da criação, nada existia; Deus não podia olhar o mundo para se encantar com a beleza dele. Deus começou por querer o mundo - querer e amar são para Ele a mesma coisa, e o mundo surgiu e desabrochou, no termo do seu ato de amor. O mundo existe porque Deus o amou; e permanece porque Deus o continua a amar. Quer dizer: quando se passa do amor do homem para o amor de Deus, há como que uma inversão a efetuar. O primeiro é consequência da bondade das coisas. O segundo é criador da bondade das coisas.

Devemos agora considerar que há duas espécies de Amor de Deus: um Amor, a que S. Tomás chama comum, pelo qual Deus ama a erva rasteira, a formiga, a estrela, a pedra. Todos estes seres são - e são por um ato de amor e de volição divina. Mesmo o homem pecador tem o seu ser; mesmo o demônio. E esse ser não subsistiria se Deus não continuasse a querê-lo. O que, no demônio, é mau, é a sua vontade perversa, o ato pelo qual aniquila o amor que a ele se oferece; em si mesmo, porém, o seu ser é uma riqueza.

O ser é sempre um esplendor, uma participação na fonte divina. Neste sentido, podemos dizer que o amor comum de Deus se estende a tudo o que existe na medida em que existe; em seguida, um Amor especial, pelo qual Deus vai elevar a criatura racional acima das condições da sua natureza, revesti-la como que de nova natureza, introduzi-la em novo universo. Deus vai tornara criatura participante da vida divina, infundindo-lhe a graça criada. A graça criada é uma realidade, uma qualidade, uma luz que permite à alma acolher dignamente, para nela habitarem, as Três Pessoas divinas.

Deste segundo Amor, dirá S. Tomás que ele é absoluto, porque, por meio dele, é o eterno Bem que Deus quer introduzir na alma, tanto quanto ela seja capaz de o ter em si - neste mundo, como Fé, mais tarde, como visão beatífica. O que a graça nos traz consigo é a sua própria Fonte, é a Trindade inteira -, como o próprio sol nos é dado no raio de luz. Desde que a alma está em graça, habitam nela as Pessoas Divinas.

E, desde que há habitação, esta produz na alma aquilo que a torna possível, ou seja, a graça. É bem certo que trazemos este tesouro em vaso frágil - dirá S. Paulo (2 Cor 4, 7). O nosso coração está enfraquecido pela ferida original e pelas feridas dos nossos pecados passados, que se vão acumulando. E, todavia, afirmamos que, se o amor de Deus desce sobre nós, não pode deixar de nos purificar?" (Reflexões sobre a Graça, pp. 16-18).

PERGUNTAS

1. Por que Deus quer que os fiéis pratiquem boas obras?
2. Que significa união mística?
3. Que é a presença de imensidade?
4. Que é dom incriado?
5. Que se entende por divinização?
6. A habitação de Deus nas almas justas é própria do Espírito Santo ou é apropriada?

3.2 O DOM CRIADO

A teologia medieval recebeu da tradição bíblico-patristica duas verdades fundamentais: Pela justificação o cristão se torna uma nova criatura, e, conseqüentemente, se torna capaz de produzir obras meritórias para a vida eterna; O princípio dessa vida nova é o Espírito Santo, dado aos cristãos para habitar nas almas justas. Donde a pergunta: como entender propriamente essa novidade ou essa nova criatura? - É o que passamos a explicar.

Entre os teólogos medievais Pedro Lombardo (t 1159) afirmava que o próprio Espírito Santo é o princípio da nova vida do cristão; é Ele quem realiza em nós os atos da vida nova, especialmente os atos de caridade. Em outras palavras: a renovação interior do cristão implicaria um só Dom: o Dom incriado.

Entretanto, a sentença de Pedro Lombardo foi contestada unanimemente pelos demais teólogos medievais, que admitiam, além do próprio Deus a habitar a alma do justo, um Dom criado, que progressivamente transforma a alma e a habilita a produzir os atos da vida nova. Este Dom criado é dito “*graça criada*” ou “*graça habitual*” ou “*graça santificante*”. Sem modificar substancialmente a alma humana, a graça santificante a torna apta a participar da vida do próprio Deus.

Assim, a graça criada torna-se o segundo elemento constitutivo da justificação ou da vida definitiva que Cristo comunica aos fiéis. Com outras palavras ainda: Deus, que se faz particularmente presente na alma justa, não fica aí inerte; não a deixa na situação de antes, mas realiza nela uma profunda renovação, que

não é meramente jurídica ou moral (extrínseca), mas é ontológica e inerente ao próprio ser da alma justa; Deus presente embeleza e ornamenta sua morada com um Dom próprio, que é a graça santificante. Esta sentença tem suas bases na Sagrada Escritura, que fala de:

2Cor 5,17: “*Se alguém está em Cristo, é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas, eis que se fez uma realidade nova*”.

Gl 6,15: “*Nem a circuncisão é alguma coisa, nem a incircuncisão, mas a nova criatura*”.

Ef4,23s: “*Em Cristo fostes ensinados a renovar-vos pela transformação espiritual de vossa mente e a revestir-vos do Homem Novo, criado segundo Deus na justiça e santidade da verdade*”.

Cl 3,9-11: “*Vós vos desvestistes do homem velho com suas práticas, e vos revestistes do novo, que se renova para o conhecimento segundo a imagem do seu Criador. Aí não há mais grego nem judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro, cita, escravo ou livre, mas Cristo é tudo em todos*”.

Quanto a novo nascimento:

Jo 2,29: “*Reconhecei que todo aquele que pratica a justiça, nasceu dele*”.

Jo 3,9: “*Todo aquele que nasceu de Deus não comete pecado, porque sua semente permanece nele; ele não pode pecar porque nasceu de Deus*”.

Jo 4,7: “*Todo aquele que ama, nasceu de Deus e conhece a Deus*”. Cf. 5, 1.14-18.

Quanto a Regeneração:

Tt 3,5: “*Por sua misericórdia fomos lavados pelo poder regenerador e renovador do Espírito Santo*”.

Tg 1,18: “*Por vontade própria Ele nos gerou por uma palavra de verdade, a fim de sermos como que as primícias dentre as suas criaturas*”. Cf. 1Pd 1,3-23.

Essa transformação íntima ou divinização devida à presença da SS. Trindade na alma do justo pode ser ilustrada por imagens: uma barra de ferro penetrada pelo fogo torna-se ígnea e ardente como o próprio fogo... Uma gota d'água, um grão de poeira revestidos pela luz do sol parecem tornar-se prata (a água) e ouro (a poeira).

De modo semelhante, quando o Espírito Santo entra numa alma por ocasião da justificação, dissipa aí as trevas do pecado e faz que essa criatura se torne

fogo, prata ou ouro; Ele assim renova, cristifica ou diviniza o cristão (sem que haja panteísmo ou identificação de Deus com a criatura).

O Concílio de Trento declarou que “*os homens não são justificados porque os méritos de Cristo lhes são atribuídos juridicamente, nem apenas porque os pecados lhes são perdoados, sem infusão da graça e da caridade*”; definiu outrossim que “a graça não é mera benevolência divina” (DS n° 1561).

A teologia escolástica procurou especificar o que seja a graça santificante, recorrendo às categorias do ser. Eis o raciocínio respectivo: a graça produz uma mudança real no cristão, relacionando a sua alma com as três Pessoas da Sma. Trindade. Essa mudança não afeta a essência da alma humana; por conseguinte, é acidental (pode ser adquirida e pode ser perdida). Mais precisamente: é um hábito que aperfeiçoa a alma e a eleva a um novo modo de ser, tornando-a apta a agir sob o impulso do Espírito Santo de maneira sobrenatural e meritória.

De quanto foi dito, concluímos que a graça não é uma coisa, uma substância que poderíamos isolar (como isolamos uma coroa ou um ornamento). É um elo, inseparável de Deus (que a cria) e de nós (que ela embeleza e diviniza).

O Dom incriado e o Dom criado estão estritamente associados entre si. São os elementos constitutivos do estado de justiça cristã. Está claro que a prioridade toca ao Dom incriado, o qual depende unicamente da livre vontade de Deus.

São dois os principais efeitos da graça santificante: o perdão dos pecados e a filiação divina. O perdão dos pecados: o primeiro efeito há de ser negativo: é o cancelamento do pecado original e dos pecados pessoais da criatura. Diz São Paulo: “*Deus em Cristo reconciliava o mundo consigo, não imputando aos homens as suas faltas*” (2 Cor 5,19). Ver Rm 4,8;5,13.

Notemos, porém, que essa não-imputação não é apenas um encobrir os pecados, como se o pecador fosse apenas revestido com o manto da justiça (santidade) de Cristo, sem passar por uma transformação interior. - Na verdade, o perdão de Deus não é apenas uma palavra do foro jurídico ou extrínseco, mas é uma palavra renovadora ou recriadora, que afeta o íntimo do indivíduo. A palavra de Deus, na Bíblia, sempre realiza o que ela declara; tenhamos em vista os dizeres: “*Faça-se a luz!*”, “*Sê purificado da lepra!*”, “*Levanta-te...e anda!*”,

“*Isto é meu corpo... meu sangue*”. Assim também quando Deus diz: “*És justo!*”, estas palavras não se perdem no vazio, mas efetuam o que significam: o pecador é feito justo, isto é, participante da santidade de Deus; cf. Gl 2, 20; Tt 3,4-7; 2Cor 5,7; GI 6,15. Sem dúvida, esta realidade nova é uma semente, capaz de perder-se; somos salvos em esperança (Rm 8,23s), e não de modo mágico, de sorte que devemos corresponder ao Dom de Deus por uma vida moral digna da nossa vocação; cf. Mt 24,13.

Observamos ainda que o perdão de Deus apaga as nossas culpas, mas não cancela as consequências deixadas pelo pecado; continuamos, pois, a ser tentados tanto pelos estímulos de fora como por nossa própria concupiscência (o pecado cometido sempre alimenta a nossa inclinação para o mal). Em consequência, a vida cristã é uma luta constante contra a tentação, exigindo uma contínua conversão, que só estará terminada quando terminar a nossa vida terrestre. Daí dizer São Paulo: “*Nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente suspirando pela redenção do nosso corpo*” (Rm 8,23).

Sobre a filiação divina: a filiação é outro efeito da graça em nós; de filho da ira (Ef 2,3), o homem se torna filho de Deus em sentido enfático (Ef 2,19): “*Vede que prova de amor nos deu o Pai: somos chamados filhos de Deus e, na verdade, nós somos tais*” (1 Jo 3,1); para ilustrar esta comunhão de vida, a S. Escritura utiliza as imagens do tronco e dos ramos da videira (Jo 15,1-5) e do Corpo Místico (1 Cor 12,12-27).

Tornamo-nos filhos no Filho; como bem explana o Concílio do Vaticano II: “*Na realidade o mistério do homem só se toma verdadeiramente claro no mistério do Verbo encarnado. Com efeito, Adão o primeiro homem era figura daquele que haveria de vir, isto é, do Cristo Senhor. Novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação. Não é, portanto, de se admirar que em Cristo estas verdades encontrem sua fonte e atinjam seu ápice. Imagem de Deus invisível*” (Co. 1,15), *Ele é o homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Como a natureza humana foi n’Ele assumida, não aniquila, por isso mesmo também foi em nós elevada a uma dignidade sublime. Com efeito, por Sua encarnação, o Filho de Deus uniu-Se de algum*

modo a todo homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado” (Constituição Gaudium et Spes 22).

A nossa filiação divina é chamada “*adotiva*” para distinguir-se da filiação física (que toca ao Filho); todavia não é meramente jurídica, como entre os homens, pois nos dá participação na natureza divina (Gl 4,4-7; Rm 8,14-18.29).

À diferença do amor humano, o amor divino não supõe valores no ser amado, mas antecede-os e os cria. Com outras palavras: o homem não é amado por Deus porque seja bom, mas ele é bom porque é amado por Deus. O primeiro Dom gratuito desse amor é a Encarnação do Filho. Diz S. Irineu: “*O Verbo de Deus se fez homem e o Filho de Deus filho do homem para que o homem entre em comunhão com o Verbo de Deus e, recebendo a adoção, se torne filho de Deus*” (Adv. Haer. 3,19).

Deus, porém, não é pai “*bonachão*”. Os educadores condenam o exagero de presentes dados por certos genitores a seus filhos, pois tantos presentes não raros encobrem uma falta de amor; quem dá muitos presentes, não se dá ou não tem tempo para seus filhos; dá algo para que os filhos não o incomodem. Deus, não procede assim.

O homem, porém, às vezes dá mais atenção aos presentes de Deus do que ao próprio Deus; deseja ricos dons (saúde, dinheiro, promoção...), mas nem sempre procura Deus como tal. Ora Deus se dá pessoalmente; e, para que possa ser apreciado, Ele às vezes dá pouco no plano material; os amigos de Deus são, muitas vezes, os menos aquinhoados no plano material. Era S. Agostinho quem dizia: “*Ó avarentos, de que vos contentareis, se Deus mesmo não vos basta?*” (Serm. 19,5).

As faculdades operativas do cristão: Dizíamos que o cristão renasce pela graça, isto é, recebe uma vida nova. A fim de que possa viver de acordo com a sua nova dignidade, ele recebe também faculdades ou potencialidades adequadas; tais são: Virtudes teológicas: fé, esperança e caridade e morais: prudência, justiça, temperança e fortaleza (*dirigem-se às criaturas sob a luz de Deus*); dons do Espírito Santo: sabedoria, entendimento, ciência, conselho, piedade, fortaleza, temor de Deus.

Virtudes, no caso, não são hábitos ou costumes bons, mas são habilitações para que o cristão possa comportar-se como filho de Deus. As virtudes teológicas dizem respeito às nossas relações com Deus. A fé é a adesão a Deus que se revela ao homem; a esperança é a firme expectativa do encontro com o Absoluto visto face-a-face. A caridade é a resposta a Deus, que nos ama gratuitamente, resposta que se traduz numa demanda permanente do Bem Absoluto; é o amor que vivifica todos os atos do cristão. O estudo de cada virtude teológica encontra-se em nosso curso de Teologia Moral, Módulos 13,14 e 15 respectivamente.

As virtudes morais nos habilitam a viver em união com Deus neste mundo, atendendo aos apelos do cotidiano e da história; para tanto, dispomos das habilitações da prudência, da justiça, da temperança e da fortaleza. Estas virtudes são estudadas em nosso Curso de Teologia Moral, Módulos 16 e 17.

As virtudes infusas encontram em nós o obstáculo da nossa razão e do nosso natural modo de ver e agir. A visão de Deus, muitas vezes, não é a nossa visão. Os dons do Espírito Santo são faculdades que nos põem diretamente sob a ação do Espírito, permitindo-nos agir de modo que transcende a habitual intuição humana. São como velas que captam o sopro do Espírito e fazem que o barco proceda segundo o ritmo do próprio Deus, que não é o do homem.

Além disto, mencionam-se os carismas (em grego, *chárisma* = dom). Carisma, no sentido técnico, é um dom outorgado para que alguém sirva à comunidade - o que não exclui o benefício ao próprio indivíduo carismático. Os carismas pertencem à riqueza espiritual da Igreja e não podem faltar a esta em tempo nenhum; cf. Jo 14,15-26;16,12-14.

Acontece, porém, que na Igreja antiga os carismas tinham caráter vistoso para convencer o mundo pagão: curas, línguas, interpretação das línguas, profecias... Hoje o Espírito Santo suscita ainda outras manifestações, adequadas aos tempos modernos. Há tantos carismas quantos as circunstâncias da vida da Igreja exijam; entre outros, citemos o dom da catequese, o da assistência aos enfermos, a graça de estado, em particular a de viver santamente a vida conjugal...; tais carismas são, muitas vezes, imperceptíveis, mas de alto valor.

ORAÇÃO À SSMA. TRINDADE

Gregário de Nazianzo (t 390)

Pai, concede-me que te celebre, que te cante, meu Senhor e meu Mestre, por quem existem os séculos sem fim, a luz do sol e a beleza dos astros...

Criaste todas as coisas, fixando cada uma em seu lugar, e as governas por tua Providência. Disseste uma palavra e a tua obra foi feita.

Teu Verbo é Deus Filho, igual a ti em substância e dignidade. Ele reina sobre o mundo.

O Espírito Santo, que é Deus, envolve todas as coisas e as guarda velando sobre elas.

Proclamo que és Trindade viva, só e único monarca. Natureza imutável e sem começo.

Essência inefável. Inteligência cuja sabedoria é inacessível. Potência inabalável, sem começo nem fim. Luz que ninguém pode ver, mas que tudo vê.

Nada ignoras do que há de mais profundo, da terra aos infernos.

Pai, sê-me propício. Dá-me que, em tudo, eu sirva tua majestade; afasta para longe meus pecados; purifica-me a consciência, para que eu glorifique a Divindade ao levantar para ela mãos puras; para que eu bendiga o Cristo e, do-brando os joelhos, eu lhe implore que me aceite como servo, quando ele vier como rei da glória.

Pai, sê-me propício. Que eu encontre misericórdia e graça. Porque a ti per-tencem a glória e o reconhecimento pelos séculos sem fim.

PERGUNTAS

1. É o Espírito Santo quem realiza em nós os atos da vida nova do cristão?
2. Que é que se chama “graça santificante”?
3. Qual é o primeiro efeito da graça santificante?
4. Qual o segundo efeito da graça santificante?

3.3 OS DONS DO ESPÍRITO SANTO

Por “*dons do Espírito Santo*” entendem-se hábitos sobrenaturais que tornam a alma apta a seguir especiais inspirações do Espírito de Deus.

Trataremos abaixo do fundamento bíblico e do conceito exato dos dons do Espírito Santo. A seguir, procuraremos analisá-los e delinear a sua importância para a perfeição espiritual.

A Sagrada Escritura menciona não raro a comunicação do Espírito Santo aos justos. Dentre os mais notáveis testemunhos, destaca-se o de Is 11,2s, que em seu teor original assim se refere ao Messias: “*Sobre Ele repousará o Espírito de Deus, espírito de sabedoria e de inteligência, espírito de conselho e de fortaleza, espírito de ciência e de temor do Senhor, e respirará no temor do Senhor*”.

A tradução grega dita “*dos Setenta*”, confeccionada na colônia judaica de Alexandria (Egito) nos sécs. III/II a.C., e a tradução latina “da Vulgata” apresentam uma variante no final da lista: “*...espírito de ciência e de piedade, e será cheio de temor do Senhor*”, perfazendo assim o número de sete dons. Como quer que seja, o Profeta assevera que o Messias, em sua natureza humana, possuirá a plenitude do Espírito de Deus.

A Tradição cristã deduziu dessa passagem a conclusão de que os discípulos de Cristo, configurando-se ao Primogênito, são também agraciados pelo Espírito Santo, o qual lhes comunica os sete mencionados dons. Em consequência os filhos de Deus são movidos pelo Espírito de Deus (cf. Rm 8,14); recebem graça por graça da plenitude de graças que o Espírito depositou na santíssima humanidade de Cristo (cf. Jo 1,16).

O que chama a atenção nesse texto de Isaías, é que serviu de base à enumeração precisa de sete dons do Espírito Santo. Não se poderia, porém, dizer que o autor sagrado tenha tido a intenção de definir número; queria antes dizer “*totalidade das graças que o Espírito Santo haja por bem conferir a algum justo*”. Por isto enumerou seis dons e, para atingir a cifra “sete” (símbolo da plenitude), repetiu o último membro da lista.

Em consequência, pode-se muito bem admitir que, além dos sete dons

explicitamente mencionados por Is 11 (LXX), o Espírito Santo comunique ainda outras dádivas aos seus fiéis, dádivas correspondentes às variadas situações em que o cristão deva dar um autêntico testemunho de Cristo ao mundo.

Ainda outros textos da Sagrada Escritura podem ilustrar a doutrina dos dons do Espírito Santo. “*Orei, e o espírito da sabedoria desceu a mim. Preferi essa sabedoria aos cetros e às coroas...Com ela foram-me dados todos os bens...Através dos séculos ela se difunde em todas as almas santas, tornando-as amigas de Deus. Deus, em verdade, só se compra naqueles em quem habita a sabedoria*” (7,7s. 11.27s).

Observe-se que a sabedoria, o primeiro dos dons comunicados ao Messias conforme Is 11,2, é, neste texto, prometida a todos os justos. De resto, no Antigo Testamento lê-se mais de uma vez que o Espírito de Deus se comunica aos homens, inspirando-os e movendo-os, principalmente quando se trata de realizar obras de certo vulto. Assim o Patriarca José, possuindo o dom de interpretar os sonhos pelos quais Deus queria realmente comunicar uma mensagem aos homens, é tido como portador do Espírito de Deus (cf. Gn41,38s).

No livro do Êxodo, Deus declara ter derramado o espírito de sabedoria (habilidade artística) sobre os artesãos de Israel que hão de confeccionar as vestes sacerdotais de Aarão (cf. 28,3). Fez o mesmo em favor de Beseleel e dos ourives encarregados dos objetos do culto (cf. Ex 31,3). Os setenta anciãos conselheiros de Moisés também foram agraciados pelo Espírito para desempenharem sabiamente as suas funções (cf. Nm 11,17.25).

Não será necessário insistir nas frequentes comunicações do Espírito aos Juízes, aos Reis e aos Profetas de Israel: assim a Otoniel (cf. Jz 3,10), a Gedeão (cf. Jz 6,34), a Jefté (cf. Jz 11,29), a Sansão (cf. Jz 13,25;14,6.19;15,14), a Saul (cf. 1Sm 10,6.10), a Davi (cf. 1Sm 16,13), aos Profetas (cf. 1Sm 19,20.24). Esses diversos textos deixam no leitor a impressão de que os homens de Deus, que se distinguem pela sua piedade ou pelos seus feitos heroicos, vivem em íntima comunhão com o Espírito de Deus. Este frequentemente os guia de modo maravilhoso, embora nem sempre os leve a fazer milagres.

Entende-se claramente o que são os dons do Espírito Santo, desde que se tenham em vista os seguintes princípios: O cristão é chamado a ser “*filho de*

Deus”, ou seja, a participar da vida do próprio Deus. Ora isto implica que o desenvolvimento da vida cristã se dá muito mais por iniciativa de Deus do que por iniciativa do homem. O progresso sobrenatural não consiste propriamente em que o homem procure afirmar a si mesmo numa espécie de autodomínio estoico, mas está, antes, em deixar-se invadir pelo Espírito de Deus, o qual se torna assim o princípio inspirador da oração e da atividade do cristão. Os filhos de Deus são muito mais movidos pelo Espírito Santo do que movem a si mesmos.

Ora, em vista disto, o cristão renasce da água e do Espírito Santo no Batismo; recebe então um princípio de vida nova ou de vida divina:

- A graça santificante (que reveste a alma à guisa de um hábito ou de uma nova natureza); as virtudes infusas, que são as faculdades de ação dessa nova natureza:
- Virtudes teologais (fé, esperança e caridade), para atingir a Deus em sua vida íntima, virtudes morais (justiça, prudência, temperança, fortaleza), para atingir devidamente as criaturas.

As virtudes infusas são orientadas por uma regra de conduta sobrenatural; o objetivo que visam, é o Deus da Revelação Cristã. Contudo o modo como procedem, é humano, dependente das limitações e deficiências da natureza humana, pois é a razão, iluminada pela fé, que determina o modo de exercer as virtudes infusas. Isto dificulta ou mesmo impossibilita às virtudes infusas atingir com segurança o seu fim sobrenatural.

Sendo assim, o próprio Deus quer tomar a si a orientação da conduta humana, mediante os chamados “dons do Espírito Santo”. Estes vêm a ser hábitos infusos na alma para que possa captar moções que o Espírito, dispensando o moroso raciocínio humano, comunica ao cristão; o modo de agir dos dons já não é humano, mas divino. O Espírito de Deus concede assim inspirações certas e instantâneas, em lugar das deliberações frequentemente inseguras e lentas do raciocínio.

Tenha-se em vista o caso de alguém que é interrogado de maneira indiscreta: não pode revelar a verdade, mas também não lhe é lícito mentir. Põe-se então

a deliberar sobre a atitude a tomar, usando do seu bom senso humano assim como da virtude infusa de prudência. É bem possível, porém, que não encontre solução ou só a encontre tarde demais. Nesses casos, o Espírito Santo pode suprir o deficiente trabalho humano mediante o dom do conselho; movido por este, o cristão percebe sem demora qual a resposta a dar para evitar tanto a violação de um segredo como uma mentira.

Uma comparação clássica ilustra bem a diferença entre o proceder das virtudes infusas e o dos dons: um barco movido a remos ou por braços humanos pode adiantar-se em direção do porto almejado; mas, sem dúvida, avança lenta e penosamente. Caso essa nave expanda as velas, os remadores poderão cessar a sua labuta; bastará que o vento sopra na boa direção para que a nau progrida de maneira muito mais rápida e certa. Pois bem; o progresso “a remos” vem a ser o das virtudes infusas, cujo modo ou ritmo é o da razão humana. O progresso “a velas abertas” é o dos dons do Espírito Santo, cujo modo ou ritmo é o das inspirações divinas, lúcidas e imediatas.

Eis a doutrina de São Tomás de Aquino (f 1274), que segue a linha de S. Agostinho (t 430) e S. Gregório Magno (t 604), estabelecendo umnexo entre os dons do Espírito Santo, as virtudes infusas e as bem-aventuranças evangélicas (Mt 5, 3-12). Dos sete clássicos dons, quatro se referem ao conhecimento (inteligência, ciência, sabedoria e conselho), ao passo que os três restantes visam mais propriamente à vontade e à sensibilidade do cristão.

- **Inteligência:** comunica a faculdade de penetrar de maneira profunda e intuitiva as verdades reveladas. Os mistérios da fé são assim ilustrados com mais perspicácia; os textos da S. Escritura, entendidos com maior clareza; os motivos de crer se tornam mais patentes...Não sem razão, os medievais costumavam lembrar que “inteligência” vem de “intus legere”, ler dentro, ler no interior das realidades.
- **Ciência:** permite distinguir com certeza quase instintiva as proposições de fé de quaisquer outras proposições. Comunica também novo modo de ver o mundo e o próximo, modo sobrenatural, de sorte que o cristão compreende melhor a harmonia e a continuidade do plano de Deus que,

benevolmente, abrange todas as criaturas. Contemplando as maravilhas da natureza, os acontecimentos da história ou o íntimo das almas, o justo espontaneamente se eleva até o Senhor, admirando-o através de cada ser criado. O dom da ciência corrobora a virtude da esperança, pois faz ver ao cristão o vazio das criaturas e, conseqüentemente, a necessidade de pôr sua confiança em Deus para poder chegar ao Criador. Produz a bem-aventurança dos que choram as suas faltas, pois manifesta a gravidade do pecado.

• **Sabedoria:** dá o conhecimento experimental de Deus, conhecimento que se baseia em certa afinidade com o Senhor; é sávido (saboroso), porque decorre do amor. Comunica também a visão mais profunda que se possa ter a respeito das criaturas. Este dom, de modo especial, se manifesta na contemplação infusa ou nos graus superiores da oração. É mesmo o mais nobre dos dons do Espírito Santo. A sabedoria fomenta a virtude da caridade, pois é conhecimento baseado no amor a Deus. Proporciona a bem-aventurança dos pacíficos, pois dá a paz de alma aos justos e faz que estes a possam comunicar ao próximo nas suas tribulações.

• **Conselho:** habilita o cristão a perceber com rapidez, nas situações embaraçosas, melhor alvitre a fim de evitar o pecado e servir aos desígnios de Deus. É o dom que corrobora e completa a virtude da prudência. Está relacionado com a bem-aventurança dos misericordiosos, pois inclina à prática da misericórdia: perdoar ao próximo é, sim, o meio mais eficaz para obtermos o perdão de Deus e chegarmos ao Altíssimo.

• **Piedade:** leva o cristão a honrar a Deus como Pai num genuíno espírito filial, preservando de atitudes aberrantes a devoção. Incita outrossim a venerar a Palavra de Deus nos livros sagrados e a acudir solícitamente ao próximo, principalmente aos indigentes, porque também na pessoa destes Deus vem ao encontro dos seus fiéis. Corrobora a virtude da Religião, que é um aspecto da justiça (justiça para com Deus). Leva à bem-aventurança dos mansos, porque dá a ver nos homens outros tantos filhos de Deus e irmãos, excluindo rivalidades.

• **Fortaleza:** reconforta o cristão a fim de não renunciar à prática do bem diante de dificuldades e perigos, fazendo assim que mais seguramente chegue ao termo de seus empreendimentos (mérito raro, na maioria dos casos). Incute também a confiança no auxílio divino e magnanimidade para suplantar as adversidades. Confirma a virtude infusa da fortaleza e ocasiona a bem-aventurança dos que têm fome e sede de justiça, pois estes por certo possuem forte desejo e temor de Deus: é o dom que faz recear, numa atitude filial, toda e qualquer ofensa ao Pai do Céu; por isto constitui a base de toda a ascensão espiritual. Na medida em que cresce o amor da alma para com Deus, o temor mais e mais se baseia na intuição de que Deus é a Suma Bondade.

Aperfeiçoa a virtude da temperança e favorece a bem-aventurança dos pobres em espírito, pois leva o cristão a se separar de honras e vaidades, para aderir mais certamente a Deus. Como se vê, o nexó entre os dons do Espírito Santo e as bem-aventuranças evangélicas (Mt 5,3-12) apresentado nos incisivos atrás é um tanto frouxo. Contudo, visto que é de venerável antiguidade, costuma ser transmitido entre os mestres de espiritualidade.

Por último, não se poderia deixar de observar que nem todos os teólogos aceitam a distinção entre os dons e as virtudes infusas; não se trata de matéria de fé. A distinção, porém, pousa sobre bom fundamento, pois apela para o fato de que as virtudes infusas se exercem segundo o modo lento do homem, ao passo que os dons comunicam a facilidade de agir própria do Espírito Santo.

A influência dos dons, nos primórdios da vida espiritual, é latente e rara. Com o progresso interior, tende a se tornar manifesta e frequente. Nesse mesmo ritmo, a alma vai atingindo o estado místico. Este não é senão o exercício eminente das virtudes infusas e dos dons que as acompanham.

A contemplação infusa ou mística que ocorre nessa etapa suprema da vida espiritual, deriva-se da fé vivificada pela caridade e iluminada pelos dons da inteligência e da sabedoria. É preciso frisar que tal contemplação constitui o desabrochar normal da graça santificante e da vida sobrenatural depositadas nas almas pelo Batismo; é, portanto, o termo a que deve aspirar todo e qualquer

cristão que não queira ficar na mediocridade.

Mesmo nos justos devotados à vida ativa (ao apostolado das escolas, dos hospitais, das missões ou a outros afazeres temporais) os dons da inteligência e da sabedoria desenvolvem suas funções, embora de maneira menos contemplativa e mais prática do que nas almas dedicadas ao silêncio, à oração e à clausura; São Vicente de Paulo, por exemplo, gozava da contemplação infusa mesmo em meio às suas tarefas apostólicas; sabia, sim, ver o próximo e as obrigações práticas como outras tantas facetas da sabedoria e do plano de Deus a respeito deste mundo. Era o dom da sabedoria que lhe inculcava tal visão, levando-o a orar e a unir-se a Deus através dos diversos misteres de cada dia.

É de importância capital reter que em todo e qualquer quadro de vida, em toda e qualquer vocação, o cristão tem a vocação suprema à contemplação infusa ou a um regime de vida estritamente norteado pelos dons do Espírito Santo, em particular pelo dom da sabedoria.

Para que a alma chegue a tal estado (que é a característica essencial da vida mística), o Espírito Santo não deixa de lhe comunicar as inspirações necessárias ao exercício dos dons; caso haja docilidade e generosidade por parte da criatura assim agraciada, a santificação se desenvolve em ritmo constante. Excite-se, portanto, a magnanimidade das almas para corresponderem ao Espírito Santo e aos seus dons! E os imensos tesouros da graça divina não serão esbanjados, como tantas vezes acontece...

De resto, a fim de facilitar a correspondência dos fiéis ao Espírito Santo, a Providência Divina lhes envia salutares provações, ditas “*purificações passivas*”. Estas são inerentes ao estado de contemplação infusa, pois por si mesmo o cristão não teria a coragem necessária para se desembaraçar do seu “*velho homem*”. Quem as sabe aceitar, faz seu purgatório na terra e mais desfruta da vida eterna iniciada no tempo.

No intuito de ilustrar quanto acaba de ser dito, seguem-se alguns exemplos da ação dos dons do Espírito Santo na vida dos santos. Cada um destes tem, sem dúvida, sua faceta própria, concorrendo de modo pessoal para exprimir aos olhos do mundo a multiforme graça de Deus.

Em S. Teresa de Lisieux (t 1887), grande contemplativa, além do dom da sabedoria, parece ter tido papel relevante o dom da fortaleza. Foi este que tornou realmente heroica a sua natureza de jovem donzela, natureza que, conforme revelou a grafologia (estudo da escrita), muito bem se teria prestado às funções de artista de cinema ou de manequim de modas (cf. G. Moretti, *Copie non conforme. Le vrai visage des saints révéle par leur écriture*. Paris 1960, pp.212s). Assim desde o dia da sua Primeira Comunhão, Teresa concebeu o desejo de “*se unir à força de Deus*” (*Histoire d'une âme*. Lisieux 1953, 44).

Esta força, ela a obteve de fato, não para transferir montanhas físicas, mas para se consagrar inteiramente ao serviço de Deus em meio às mais árduas circunstâncias; para se tornar “*criança espiritual*” (no seu “*pequeno caminho*” da infância espiritual), teve que ser extremamente corajosa. Aos quinze anos de idade em Roma, pediu pessoalmente ao S. Padre Leão XIII a licença para entrar no Carmelo.

Quando anos mais tarde, já na clausura, durante uma noite sofreu a sua primeira hemoptise, sinal de tuberculose e prenúncio da morte próxima, dominou seus afetos a ponto de nem sequer acender a luz para averiguar o alcance do que acontecera. Passou seus anos de vida religiosa padecendo de aridez espiritual, isto é, sem gozar de consolo interior. No convento nem sempre era compreendida pelas irmãs de hábito. Além disto, a moléstia a consumia devagar, enquanto ela ia sofrendo e procurando viver tão tranquila quanto as demais religiosas. Desta forma, as suas duras provações passaram despercebidas aos olhos de muitos membros da comunidade.

A própria santa explicava qual o segredo de sua estupenda coragem: era justamente a sua humildade, em virtude da qual se tornava dócil às inspirações do Espírito Santo: “*Quanto mais somos fracos, destituídos de virtudes..., tanto mais estamos aptos para a ação desse Amor, que consome e transforma*” (*Lettres*, pág. 341).

Heroísmo pela força do Espírito Santo dentro dos moldes da fragilidade humana, eis uma das grandes características de S. Teresa de Lisieux.

Em S. João-Maria Vianney (t 1859) é notória principalmente a ação do dom da ciência, que fez daquele homem rude um insigne conhecedor dos

desígnios de Deus a respeito das almas e um pregador de verdades profundas em termos simplicíssimos. Ele mesmo dizia: *“Um cristão movido pelo Espírito Santo não tem dificuldade em abandonar os bens deste mundo para ir ao encaço dos bens do céu. Sabe fazer a diferença. O olho do mundo não vê para além da vida presente, como o meu olho carnal não vê para além dessa parede quando a porta da igreja está fechada. O olho do cristão, porém, penetra até o fundo da eternidade. Ao homem que se deixa guiar pelo Espírito Santo, parece que não existe o mundo; ao mundo parece que não existe Deus”* (A Monnin, Vie du Curé d'Ars, t. 2. Paris 1861, 448).

O dom de ciência tão perspicaz levava o santo a mortificar-se constantemente; via que, para apreender os valores eternos, é preciso renunciar aos prazeres temporais. Não em vão dizia que *“o sacerdote é o homem devorado pelas almas”*; o santo cura percebia muito bem o valor das almas por quem ele se deixava devorar. O dom da ciência em Vianney suscitava outrossim o temor, temor salutar de não estar cumprindo devidamente a sua missão pastoral junto às almas, temor de não ter *“enchido”* a sua vida passada, de ter que comparecer diante de Deus com as mãos vazias. *“O ambiente mole (apático) desta região me perturba. Tenho medo de me perder por não trabalhar suficientemente”*. *“Teremos muito tempo para o lazer (para repousar-nos) quando estivermos no cemitério”*.

Em S. Anselmo de Cantuária (t 1109), Doutor da Igreja, dito *“Pai da Teologia Escolástica”*, é muito evidente o dom da inteligência. Foi este que o fez penetrar profundamente nas verdades da fé, como se depreende, por exemplo, da oração que o Santo formulava no início dos seus trabalhos intelectuais: *“Creio, Senhor; mas Tu, que dás a inteligência (a visão penetrante) da fé, concede-me, na medida em que o julgares útil, a graça de compreender”* (Proslogion 2). *“Não tento, Senhor, penetrar em Tuas alturas, mas desejo entrever Tua verdade, que meu coração crê e ama”* (Proslogion 1).

Assim a teologia de S. Anselmo se apresenta como a resposta dada por Deus ao Santo, cujo amor o tornava especialmente disponível para as inspirações do dom da inteligência.

Compreendendo melhor as verdades divinas, o Santo não podia deixar de experimentar a alegria de quem possui a Deus, alegria que é o antegozo da bem-aventurança celeste: *“Aqueles que ora se regozijam entrarão por completo na*

alegria do seu Senhor... Que minha alma tenha fome desse gozo, que minha carne tenha sede desse gozo, que todo o meu ser o deseje, até que eu entre na alegria do Senhor, que é Deus, Trindade e Unidade, bendito pelos séculos sem fim” (Prosl., conclusão).

PERGUNTAS

1. Pesquise e transcreva quais são os dons do Espírito Santo.
2. Qual a diferença entre as virtudes infusas e os dons do Espírito Santo?
3. Dissertar sobre dois dons do Espírito Santo.
4. Por que são importantes os dons do Espírito?
5. Qual a relação entre os dons do espírito e as provações?

3.4 OS CARISMAS

A palavra grega *chárisma* significa Dom generoso, presente. No Novo Testamento ocorre dezesseis vezes nos escritos paulinos e uma vez em 1 Pd 4,10, designando sempre um Dom divino:

Rm 5,15s: *“Não acontece com o Dom (chárisma) o mesmo que com a falta...O julgamento de um só homem resultou em condenação, ao passo que a graça (tó chárisma), a partir de numerosas faltas, resultou em justificação”.*

Rm 6,23: *“O salário do pecado é a morte, e a graça (tó chárisma) de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, Nosso Senhor”.*

Cor 1,1 Os: *“Nele colocamos a esperança de que ainda nos libertará da morte. Vós colaborareis para tanto mediante a vossa prece; assim a graça (tó chárisma) que obteremos pela intercessão de muitas pessoas suscitará a ação de graças de muitos em nosso favor”.*

A mesma palavra toma sentido particular, significando dons especiais dependentes do beneplácito divino:

Cor 12,8-11: *“A um o Espírito dá a mensagem de sabedoria, a outro a palavra da ciência segundo o mesmo Espírito; a outro o mesmo Espírito dá a fé, a outro ainda o mesmo e único Espírito concede o Dom (charismata) das curas, a outro o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o Dom de falar em línguas; a outro ainda o Dom de as interpretar. Mas é o único e mesmo Espírito que realiza isso tudo, distribuindo a cada um os seus dons conforme lhe apraz”.*

Rm 12,6: “Tendo dons (*chárismata*) segundo a graça que nos foi dada, aquele que tem o Dom (*chárisma*) da profecia, exerça-o segundo a proporção da nossa fé; aquele que tem o Dom (*chárisma*) do serviço, exerça-o servindo...”

1Cor 7,7: “Cada um recebe de Deus o seu dom particular; um, deste modo; outro daquele modo”.

1Pd 4, 10s: “Todos vós, conforme o dom (*chárisma*) que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispensadores da multiforme graça de Deus. Se alguém fala, faça-o como se pronunciasse palavras de Deus. Se alguém presta um serviço, faça-o com a capacidade que Deus lhe conceder”.

Como se vê, há dons mais modestos, e outros mais impressionantes. O Apóstolo queria evitar que o exercício dos dons ou carismas causasse desordem ou confusão na sociedade:

Cor 12, 26: “Quando estais reunidos, cada um de vós pode cantar um cântico, proferir um ensinamento ou uma revelação, falar em línguas ou interpretá-las; mas que tudo se faça para a edificação”.

Até mesmo o ministério pastoral ou sacerdotal é carisma:

1Tm 4, 14: “Não descuides o dom (*charísmatos*) que há em ti e que te foi conferido mediante profecia, junto com a imposição das mãos do presbitério”.

2Tm 1, 6: “Eu te exorto a reavivar o dom (*tó chárisma*) de Deus que há em ti pela imposição das minhas mãos”.

De modo geral pode-se dizer que S. Paulo entende por *chárisma* um dom de Deus ordinário ou extraordinário, destinado ao serviço do próximo. Quantos são os carismas? São Paulo propõe quatro listas dos mesmos: duas na 1ª aos Coríntios (12, 8-10; 12, 28), uma na epístola aos Romanos (12, 6-8) e uma na Epístola aos Efésios (4, 11). Tudo somado, têm-se vinte carismas; é certo, porém, que o Apóstolo não intencionava fazer uma enumeração completa. O mais importante de todos os carismas é a caridade (*ágape*), sem a qual, nada vale algum outro dom, por mais impressionante que seja; cf. 1Cor 13, 1-3.

São Tomás de Aquino (*Suma Teológica* II/II 3, 1) distingue *gratia gratum faciens* (graça que torna a pessoa agradável a Deus) e *gratia grátis data* (graça gratuita). A primeira seria a graça santificante, dada para a santificação do cristão;

a segunda seriam os carismas, dados não necessariamente para a santificação do indivíduo, mas para o serviço ou a utilidade do próximo.

A distinção pode basear-se em textos do Evangelho:

Mt 7,21-23: “*Nem todo aquele que me diz: ‘Senhor, Senhor’ entrará no Reino dos céus, mas sim aquele que pratica a vontade do meu Pai, que está nos céus. Muitos me dirão naquele dia: ‘Senhor, Senhor, não foi em teu nome que profetizamos e em teu nome que expulsamos demônios e em teu nome que fizemos muitos milagres? Então eu lhes declararei: Nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade’*”.

Jo 11, 49-52: “*Caifás, que era o Sumo Sacerdote naquele ano, disse-lhes: ‘Vós nada entendeis. Não compreendeis que é de vosso interesse que um só homem morra pelo povo e não pereça a nação toda?’ Não dizia isso por si mesmo, mas, sendo Sumo Sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus ia morrer pela nação - e não só pela nação, mas também para congregar na unidade todos os filhos de Deus dispersos’*”.

Prevaleceu na teologia medieval e posterior a concepção de S. Tomás, segundo a qual o carisma é um dom outorgado a alguém para o serviço ou a utilidade do próximo. É para desejar que seja posto em prática com amor (ágape) sem o qual não tem valor: “*Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e a dos anjos, se eu não tivesse a caridade, seria como um bronze que soa ou como um címbalo que tine. Ainda que eu tivesse o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência, ainda que tivesse toda a fé, a ponto de transportar’*”.

Atualmente distinguem-se duas grandes categorias de carismas: a dos ordinários e a dos extraordinários. É o que o Concílio do Vaticano II reconhece na Constituição *Lumen Gentium* n.º 12: “*Não é apenas através dos sacramentos e dos ministérios que o Espírito Santo santifica e conduz o Povo de Deus e o orna de virtudes, mas, repartindo seus dons a cada um como lhe apraz (1 Cor 12, 11), distribui entre os fiéis de qualquer classe mesmo graças especiais. Por elas os torna aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios que contribuem para renovação e maior incremento da Igreja, segundo estas palavras: ‘A cada um é dada a manifestação do Espírito para a utilidade comum’ (1 Cor 12, 7).*

Estes carismas, quer eminentes, quer mais simples e mais amplamente difundidos, devem ser recebidos com gratidão e consolação, pois que são perfeitamente acomodados e úteis às

necessidades da Igreja. Os dons extraordinários, todavia, não devem ser temerariamente pedidos, nem deles devem presunçosamente ser esperados frutos de obras apostólicas. O juízo sobre sua autenticidade e seu ordenado exercício compete aos que governam a Igreja. A eles em especial cabe não extinguir o Espírito, mas provar todas as coisas e ficar com o que é bom (cf. 1 Ts 5, 12 e 19-21)'.

Entre os carismas ordinários (não espalhafatosos) enumeram-se as graças da catequese, da pregação, da administração (de paróquia ou de outra sociedade), as graças de estado (cuidar de crianças, de anciãos, de enfermos...), a paternidade, a maternidade... Também são carismas ordinários os que levam a praticar as obras de misericórdia (dar de comer a quem tem fome, vestir os desnudos, visitar os encarcerados...), como também os que suscitam a virgindade, o celibato, o matrimônio santo, os ministérios da Igreja. Pode-se mesmo dizer que toda a vida cristã, na medida em que é autêntico serviço no Corpo Místico de Cristo, é carismática.

Quanto aos carismas extraordinários, citam-se o dom das línguas (glossolalia), o da profecia, o das curas, o discernimento dos espíritos... Mais chamam a atenção por sua índole portentosa, mas hão de ser considerados com cautela para não ser confundidos com fenômenos meramente psicológicos ou psicopatológicos; os mestres de espiritualidade exortam sempre a reserva prudente diante de apregoados dons extraordinários: podem ter origem não em Deus, mas na constituição patológica da pessoa, na sua imaginação sugestionada, na sua vaidade, na astúcia do Maligno. Para que haja autêntico discernimento do genuíno e do falso, o Espírito Santo assiste à hierarquia da Igreja, à qual os carismáticos hão de estar subordinados, como se dirá detidamente sob o título seguinte.

No decorrer dos séculos, houve quem propusesse antagonismo entre a Igreja hierárquica, institucional e a Igreja Carismática ou do Espírito. Ora tal oposição carece de fundamentos, pois a hierarquia e os carismas provêm da mesma fonte divina e têm a mesma finalidade, que é a salvação dos fiéis no Corpo Místico de Cristo. Ao instituir a hierarquia, Cristo prometeu-lhe a sua infalível assistência e a do Espírito Santo para que exercesse fielmente o seu ministério:

Mt 28, 19s: *“Ide e fazei que todas as nações se tornem meus discípulos... Eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos”*.

Jo 14, 26: *“O Paráclito, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que eu vos disse”*.

Também é falso dizer que nos primeiros tempos havia numerosos carismas e atualmente já não os há. Na verdade, os carismas pertencem à essência da Igreja e nela não podem faltar, ainda que de formas diferentes. Com efeito; nos primeiros decênios da pregação do Evangelho num mundo hostil como era o Império Romano, fizeram-se necessários sinais que impressionassem o público, como são a glossolalia, a interpretação das línguas, o dom das curas; estes tornavam-se motivos de credibilidade, atestando sensivelmente a ação do Espírito Santo.

Uma vez superada a resistência do mundo pagão, cessaram os muitos sinais extraordinários e a Igreja continuou seu ministério evangelizador sustentada pelos dons ordinários do Espírito. É de notar, aliás, que São Paulo afirma: *“As línguas são um sinal não para os que creem, mas para os que não creem. A profecia, ao contrário, não é para os incrédulos, mas para os que creem”* (1 Cor 14, 22).

Em nossos tempos na Renovação Carismática têm sido restaurados os dons extraordinários do Espírito em vista do secularismo e do materialismo atuais, trazendo grandes benefícios à pregação do Evangelho, à semelhança do que ocorria nos primeiros tempos. A Renovação Carismática Católica tem recebido apoio dos Papas e deve desempenhar valioso papel, desde que permaneça em comunhão com as diretrizes da Santa Sé.

Retornando à afirmação de que a Igreja inteira é carismática, observamos: Verdade é que nem tudo o que ocorre na hierarquia da Igreja, provém do Espírito Santo. Todavia as diretrizes oficiais do episcopado em matéria de fé e de Moral gozam da assistência do Espírito. Não isoladamente, mas como colegiado, os Bispos têm o carisma da verdade (Const. Dei Verbum n.2 8).

Já São Paulo impunha aos carismáticos regras precisas:

1Cor 14, 27-29: *“Se há quem fale em línguas, falem dois ou, no máximo, três, um após o outro. E que alguém as interprete. Se não há intérprete, cale-se o irmão na assembleia; fale*

a si mesmo e a Deus. Quanto aos profetas, dois ou três tomem a palavra e os outros julguem”.

São Paulo apregoa a instituição devidamente estruturada e organizada:

Ef 2, 20-22: “*Estais edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, sendo Cristo Jesus a pedra angular. Nele bem articulado, todo o edifício se ergue em santuário sagrado no Senhor, e vós também nele sois coedificados para serdes uma habitação de Deus no Espírito*”.

1Ts 5, 19-21: “*Não extingais o Espírito; não desprezeis as profecias. Discerni tudo e ficai com o que é bom. Guardai-vos de toda espécie de mal*”.

O Concílio do Vaticano II (1962-1965) abordou detidamente o tema “*Carismas, dons do Espírito Santo, ministérios, serviços*”, utilizando quinze vezes a palavra “*Carismas*”. Além dos textos já citados, transcrevemos ainda o seguinte, extraído do decreto sobre o Apostolado dos Leigos: “*Para exercerem tal apostolado, o Espírito Santo, que opera a santificação do Povo de Deus através do ministério e dos sacramentos, confere ainda dons peculiares aos fiéis (cf. 1 Cor 12, 7), distribuindo-os a todos, um por um, conforme quer (1 Cor 12, 11), de maneira que cada qual, segundo a graça que recebeu, também a ponha a serviço de outrem e sejam eles próprios como bons dispensadores da graça multiforme de Deus (1Pd4, 10), para a edificação de todo o corpo na caridade (cf. Ef 4, 16).*

Da aceitação destes carismas, mesmo dos mais simples, nasce em favor de cada um dos fiéis o direito e o dever de exercê-los para o bem dos homens e a edificação da Igreja, dentro da Igreja e do mundo, na liberdade do Espírito Santo, que sopra onde quer (Jo 3, 8), e ao mesmo tempo na comunhão com os irmãos em Cristo, sobretudo com seus pastores, a quem cabe julgar sobre a autenticidade e o uso dos carismas dentro da ordem, não por certo para extinguirem o Espírito, mas para provarem tudo e reterem o que é bom (cf. 1 Ts 5, 12.19.21)” (Apostolicam Actuositatem n.3).

A sabedoria desta norma final é comprovada por trechos da autobiografia de S. Margarida Maria Alacoque, (f 1690). Esta foi agraciada por aparições do Sagrado Coração de Jesus, que lhe pediu trabalhasse pela renovação da piedade católica, inculcando o amor de Deus muito esquecido pelos jansenistas da época.

Tal Santa, como geralmente os videntes, encontrou resistência da parte das autoridades eclesiásticas, que têm o dever de ser prudentes e não dar fácil

crédito ao extraordinário (como ensina o Doutor Místico São João da Cruz); os Superiores pediam à Ir. Margarida Maria que se ativesse fielmente às normas da Regra de sua Congregação Religiosa. Ora a Santa refere as seguintes palavras de Jesus, que deveriam servir-lhe de orientação: “*Tem consciência de que, de modo nenhum, me sinto ofendido por todas essas lutas e oposições que me fazes por causa da obediência..., obediência pela qual dei minha vida. Mas quero que saibas que sou o Senhor Absoluto dos meus dons e das minhas criaturas, e ninguém me poderá impedir de realizar os meus desígnios. Portanto, não somente quero que faças aquilo que as Superiores te dirão... Mas quero que não creias facilmente em qualquer revelação e não te confies prontamente, pois Satanás range os dentes e arde para te enganar. Por isto nada faças sem a aprovação de quem te orienta, a fim de que, tendo contigo a autoridade da obediência, ele não te possa iludir; na verdade, ele não tem poder sobre quem obedece*” (Autobiografia, n.47 e 57; Vita e Opere di S. M.M. Alacoque, Poma 1985, pp. 46.55).

Em outra passagem dizia Jesus: “*Por mais poderoso que eu seja, nada quero que faças sem a licença da Superiora.*” (ib. mm. Frammenti n.o 3; ib. p. 172). A linguagem é própria do século XVII; recorre a matizes que hoje em dia não seriam enfatizados. Mas a mensagem faz eco às normas clássicas, já formuladas por S. Inácio de Antioquia (t 110): “*Nada sem o Bispo (Nil sine Episcopo)*”. As divisões dentro da Igreja são algo que ofende profundamente o Senhor Jesus. Em sua última oração, Ele pediu que todos os seus discípulos fossem um, perfeitos na unidade (cf. Jo 17, 21.23). Por isto todo “carisma” que leve a cisões com a hierarquia da Igreja, é suspeito de inautenticidade ou de inspiração espúria. Os discípulos de Cristo sejam pacientes uns com os outros, e caminhem juntos, carregando mutuamente os seus fardos (cf. Gl 6, 2).

- **Dom da Cura:** O Senhor dá a algumas pessoas um carisma especial de cura, para manifestar a força da graça do Ressuscitado. No entanto, as orações mais intensas não conseguem obter a cura de todas as doenças. São Paulo aprende do Senhor que “*basta a minha graça, pois é na fraqueza que minha força manifesta todo o seu poder*” (2Cor 12, 9), e que os sofrimentos que temos que superar podem ter como sentido “*completar na minha carne o que falta às tribulações de Cristo pelo seu Corpo, que é a Igreja*” (Cl 1,24).

Ao implorar a cura, nos encontros da RCC ou em outras celebrações, não se adote qualquer atitude que possa resvalar para um espírito milagreiro e mágico, estranho à prática da Igreja Católica (cf. Eclo 38, 11-12). Nas celebrações com doentes, não se usem gestos que dão a falsa impressão de um gesto sacramental coletivo ou que uma espécie de “fluido espiritual” viesse a operar curas. Óleo dos Enfermos não deve ser usado fora da celebração do Sacramento. Para não criar confusão na mente dos fiéis, quem não é sacerdote não faça uso do óleo em bênção de doentes, mas use apenas o Ritual de Bênçãos oficial da Igreja.

• **Poder do mal e exorcismo:** Cristo venceu o demônio e todo o espírito do mal. Nem tudo se pode atribuir ao demônio, esquecendo-se o jogo das causas segundas e outros fatores psicológicos e até patológicos. Quanto ao “poder do mal”, não se exagere a sua importância. E não se presume ter o poder de “expulsar” demônios. O exorcismo só pode ser exercido de acordo com o que estabelece o Código de Direito Canônico (cân. 1172). Por isso, seja afastada a prática, onde houver, do exorcismo exercido por conta própria.

Procure-se, ainda, formar adequadamente as lideranças e os membros da RCC para superar uma preocupação exagerada com o demônio, que cria ou reforça uma mentalidade fetichista, infelizmente presente em muitos ambientes.

PERGUNTAS

1. Que são os carismas na teologia tomista?
2. A Igreja foi outrora ou ainda é hoje carismática?
3. Que são os carismas ordinários e os extraordinários?
4. Como se relacionam entre si instituição, carisma e caridade?

3.5 O DOM DAS LÍNGUAS

O dom das línguas (glossolalia) é um carisma, ou seja, uma graça do Espírito Santo concedida para a edificação da comunidade. É o que São Paulo exprime

longamente em 1 Cor 14,2- 15. Por isto quer o Apóstolo que o dom das línguas seja acompanhado do dom da interpretação para que toda a assembleia compreenda o que é dito e daí tire proveito: *“Quando estais reunidos, cada um de vós pode cantar um cântico, proferir um ensinamento ou uma revelação, falar em línguas ou interpretá-las; mas que tudo se faça para a edificação! Se há quem fale em línguas, falem dois ou, no máximo, três, um após o outro. E que alguém as interprete. Se não há intérprete, cale-se o irmão na assembleia, fale a si mesmo e a Deus”* (1 Cor 14,26-28).

A glossolalia resulta do entusiasmo do orante, que passa a falar linguagem ininteligível, porque a grandeza das obras de Deus não pode ser adequadamente expressa pelo linguajar comum. O entusiasmo, porém, pode redundar em desordem na assembleia; daí as medidas de cautela do Apóstolo. Se não há disciplina no exercício do carisma, pode o culto divino assemelhar-se a uma reunião de loucos: *“Se a Igreja se reunir e todos falarem em línguas, os simples ouvintes e os incrédulos que entrarem, não dirão que estais loucos?”* (1 Cor 14, 23).

Por causa do perigo da indisciplina, São Paulo parece preferir ao dom das línguas o da profecia, que é proclamação das maravilhas de Deus em linguagem inteligível: *“Se, ao contrário, todos profetizarem, o incrédulo ou o simples ouvinte que entrar, há de sentir-se arguido por todos, julgado por todos; os segredos do seu coração serão desvendados; prostrar-se-á por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vós”* (1Cor14,24).

A glossolalia parece ter desaparecido nas comunidades cristãs desde o século IV. S. João Crisóstomo (t 407) referia que na sua época havia embaraço para explicar o que seria o dom das línguas mencionado pelo Apóstolo; com efeito, ao comentar 1 Cor 12,1 s, dizia o Santo: *“Esta passagem é totalmente obscura; tal dificuldade provém do fato de que ignoramos o que ocorria outrora e não mais acontece em nossos dias”* (In epist. 1 ad Cor. Homilia 29, 1).

Orígenes (t 250) mesmo parece ter ignorado o que fosse a glossolalia, pois interpreta a afirmação paulina *“Falo em línguas mais do que todos vós”* (1 Cor 14,18) no sentido de que São Paulo tinha milagrosamente o conhecimento da língua de cada povo que ele evangelizava (In epist. ad Romanos 113). S. Irineu (t 202) e Tertuliano (t 220) ainda fazem referência ao carisma da glossolalia. Há

quem julgue que o abuso do pretens dom de línguas por parte dos hereges montanistas no século III tenha provocado o desinteresse dos fiéis ortodoxos portal carisma nos tempos subsequentes. Santo Agostinho (t 430) escrevia: “*Quem poderia pensar hoje que a imposição das mãos provoque o dom das línguas?*” (De Baptismo III116, 21).

Nos tempos posteriores, parece que alguns místicos tiveram o dom de ebrietas spiritualis, embriaguez espiritual, estado de alma em que a consolação dada por Deus se apodera do fiel com tal veemência que ele se torna incapaz de exprimir sua experiência em linguagem convencional e se expande com palavras estranhas e desarticuladas. Tal estado dito “de embriaguez” corresponderia ao que os Apóstolos experimentaram no dia de Pentecostes, merecendo, por isto, ser tidos como ébrios (cf. At 2, 13-15).

Em sua autobiografia S. Teresa de Ávila (+1582) refere algo que poderia ser assemelhado ao estado de embriaguez espiritual ou à glossolalia: “*Pronunciam-se então muitas palavras para o louvor de Deus, mas sem ordem, a menos que Deus queira aí colocar ordem; a mente humana por si não é capaz de fazê-lo. A alma desejaria proclamar bem alto a glória de Deus. Ela fica fora de si mesma no mais suave delírio... Ela quisera ser, por inteiro, línguas para louvar o Senhor*” (Vida, cap. 16, 3-4).

Visto que tal fenômeno é de ordem muito íntima, reservado à experiência pessoal dos místicos, não nos é possível avaliar a frequência com que tenha ocorrido no passado. Nos últimos séculos registraram-se certas “explosões” de glossolalia em grupos numericamente restritos. Tais foram os grupos huguenotes (protestantes franceses) dos Pequenos Profetas das Cevenas ou Camisardos (1658-1710), os jansenistas de Paris (1731) e os discípulos de Edward Irving na Inglaterra (1830-1900). Tais casos podem ser tidos como efusões de ânimo entusiástico, sem que existisse algum dom especial do Espírito Santo; houve na história da mística, muitos fenômenos semelhantes aos do êxtase e da linguagem desarticulada provocados por convicções naturais, sem particular intervenção de dons transcendentais.

O século XX, porém, registra o surto de movimentos pentecostais tanto entre os católicos como entre os protestantes. Entre estes últimos instaurou-se

a crença de que todo adulto cristão, após sua conversão e o seu batismo, deve preparar-se para receber o batismo no Espírito Santo ou uma nova efusão do Espírito, que o habilitará a dar testemunho em línguas estranhas, como faziam os Apóstolos no dia de Pentecostes (cf. At 2, 4); tal dom, dizem, em muitos casos é permanente e vem a ser expresso tanto na oração particular como no culto público.

O Movimento Pentecostal, iniciado no começo do século XX, tornou-se especialmente vivo e atuante a partir de 1956, aproximadamente, entre os protestantes e 1967 entre os católicos. Nem todos os grupos católicos de oração chegam a dizer que o batismo no Espírito Santo é sinal indispensável de conversão, mas todos estimam o dom das línguas; muitos pedem tal carisma como sinal normal de que o Espírito Santo entrou na vida do fiel com novo vigor.

Os numerosos casos contemporâneos de glossolalia estão sujeitos à análise de teólogos e psicólogos. Pode-se indagar, com fundamento, se em todos esses casos se trata realmente de inspiração divina. Sem querer negar a intervenção do Espírito Santo em muitas de tais ocasiões, pode-se admitir que outras manifestações se devam ao entusiasmo pessoal e à sugestão exercida pelo ambiente sobre o orante. São Paulo mesmo lembra aos Coríntios que alguém pode falar em línguas *“como um bronze que soa ou como um címbalo que tine”* (cf. 1 Cor 13,1).

Em nossos dias não costuma haver intérprete para o dom das línguas, de modo que a comunidade não se pode beneficiar dessa linguagem estranha. Há quem explique que mesmo em tais casos o dom tem sua razão de ser: é uma efusão entusiástica do ânimo do orante, que assim louva a Deus. Tal explicação pode ser aceita; São Paulo observaria que, em tais circunstâncias, o orante deveria rezar a sós, em casa.

Hoje em dia a glossolalia toma nova modalidade: quando autêntica, é exercida em público, por efeito de poderosa intuição do orante, sem que a comunidade seja enriquecida pelo carisma. Haja discernimento! O Apóstolo recomenda: *“Não extingais o Espírito... Discerni tudo e ficai com o que é bom”* (1 Ts 5, 19s). A propósito merece especial consideração o artigo de Francis (A. Sullivan: LANGUES (Don des), em Dictionnaire de Spiritualité, t. IX, Paris 1976, cols. 223-227).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mediante o seu Conselho Permanente, reunido em Brasília, de 22 a 25/11/1994, emitiu Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica (documento 53 da CNBB), do qual sejam extraídos os itens seguintes: “62, Orar e falar em línguas: O destinatário da oração em línguas é o próprio Deus, por ser uma atitude da pessoa absorvida em conversa particular com Deus. E o destinatário do falar em línguas é a comunidade. O Apóstolo Paulo ensina: “*Numa assembleia prefiro dizer cinco palavras com a minha inteligência para instruir também aos outros, a dizer dez mil palavras em línguas*” (1 Cor 14,19). Como é difícil discernir, na prática, entre inspiração do Espírito Santo e os apelos do animador do grupo reunido, não se incentive a chamada oração em línguas e nunca se fale em línguas sem que haja intérprete.

- **Dom da profecia:** na Bíblia, profeta é o que fala em nome de Deus. Significa, pois, um evangelizador. É a comunicação de assuntos espirituais aos participantes de reuniões comunitárias, aos quais se dirigem palavras de exortação e encorajamento. “*Aquele que profetiza, fala aos homens: edifica, consola, exorta*” (1Cor 14, 3). É um dom para o bem da comunidade e não tem em vista adivinhações futuras. Haja grande discernimento quanto ao dom da profecia, eliminando qualquer dependência mágica e até supersticiosa.

DEUS SEJA LOUVADO! (São Vicente de Paulo (t 1660).

Deus seja louvado! Deus seja bendito! Peço-vos misericórdia de todo o coração, misericórdia, meu Deus, sim, misericórdia: por todos os abusos que contra vossas graças cometemos, por todas as negligências que vos aborrecem! Não vos lembreis de nossos pecados, nem considereis senão os corações dos que suplicam a vossa misericórdia.

Ó Deus Salvador, eu vos peço: dai-nos a humildade; vós que sempre procurastes a glória de vosso Pai, à custa de vossa própria glória! Ajudai-nos a renunciar, de uma vez por todas, aos prazeres de nossos vãos sucessos! Livrai-nos do orgulho oculto e do desejo de que outros nos incensem! Nós vos suplicamos, Senhor misericordioso, que nos deis o espírito de pobreza!

E, se devemos ter bens, fazei que nosso espírito não seja contaminado, nem a justiça ofendida, nem nossos corações confundidos! Ó meu Deus, estamos prontos a aceitar tudo o que nos enviais, a aceitá-lo prontamente, inteiramente, constantemente, com amor! Nós nos jogamos em vossos braços, Salvador do mundo! Senhor, atraí-nos para vós, dai-nos a graça de seguir vosso exemplo e de olhar todas as coisas como vós as olhais. Convosco, Senhor, nada nos poderá faltar e nada nos poderá deter. Deus seja louvado!

PERGUNTAS

1. Qual é a diferença entre glossolalia e profecia?
2. Qual a exigência imposta por São Paulo a quem fala em línguas?
3. Que dizem os antigos escritores cristãos a respeito da glossolalia?
4. Que é a embriaguez espiritual?
5. Como avaliar o dom das línguas hoje?

3.6 A GRAÇA ATUAL

Além da graça santificante, que é um hábito (disposição permanente) existente no homem justificado, a Escritura e a Tradição ensinam que a todo homem (até ao pecador) é necessária a graça atual ou um impulso de Deus para que possa praticar o bem; nada há no homem que seja independente de Deus e da ação divina; fora do raio de ação de Deus nada pode existir, como já a sã razão ensina.

A Escritura desenvolve a temática recorrendo à imagem de Deus “*que abre o coração do homem*” para que possa compreender a palavra do Senhor e dizer-lhe sim:

At 16,14: “*Uma das mulheres de Filipos, chamada Lídia, negociante de púrpura, da cidade de Tiatira, e adoradora de Deus, escutava-nos. O Senhor lhe abriu o coração para que atendesse ao que Paulo dizia*”.

Lc 24,32: “*Disseram um ao outro: “Não ardia o nosso coração quando Ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras?”*”

Lc 24, 45: “*Então abriu-lhes a mente para que entendessem as Escrituras*”.

Outra imagem bíblica é a da visita de Deus:

Lc 19, 44: O Senhor diz a Jerusalém: *“Lançarão por terra atiea teus filhos no meio de ti, e não deixarão de ti pedra sobre pedra, porque não reconbeceste o terrípo em que foste visitada”*.

Lc 7, 16: *“Todos... glorificavam a Deus dizendo: ‘Um grande profeta surgiu entre nós e Deus visitou o seu povo’*”.

A visita é um encontro com Deus, que traz a salvação a ser acolhida com fé. Mais outra imagem é a da iluminação da mente ou do coração:

Ef 1,18: *“Que Ele ilumine os olhos dos vossos corações para saberdes qual é a esperança que o seu chamado encerra”*.

2Cor4, 6: *“Deus que disse: Do meio das trevas brilbe a luz!”, foi Ele mesmo quem reluziu em nossos corações para fazer brilhar o conhecimento da glória de Deus”*.

Jo 1, 9: Cristo veio como *“a luz do mundo, que ilumina todo homem”*.

O Senhor ensina no íntimo do coração:

Jo 6, 45: *“Está escrito nos profetas: ‘Todos serão instruídos por Deus’ (cf. Jr 31, 33s). Quem escuta o ensinamento do Pai, e dele aprende, vem a mim”*.

Jo 14,26: *“O Paráclito, o Espírito Santo... vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que eu vos disse”*. Cf. Jo 16, 13.

Os textos bíblicos falam também de um chamado ou convite:

Mt 23, 37: *“Jerusalém, Jerusalém... quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, como a galinha recolhe os seus pintinhos debaixo das suas asas, e não o quiseste!?”*

Mt2, 17: *“Não vim chamar justos, mas pecadores”*.

Gl 1, 15: *“Aquele que me separou desde o seio materno e me chamou por sua graça...”*.

2Tm 1, 9: *“Ele nos salvou e nos chamou com uma vocação santa, não em virtude de nossas obras, mas em virtude do seu próprio desígnio e graça”*.

A Escritura refere-se também a uma divina atração:

Jo 6, 44: *“Ninguém vem a mim se meu Pai não o atraí”*.

Jo 12, 32: *“Quando eu for elevado acima da terra, tudo atrairei a mim”*.

Disse mais Jesus: *“Sem mim nada podeis fazer”* (Jo 15, 5; cf. Jo 6, 44). São Paulo explicita tal doutrina ao afirmar: *“Não temos capacidade que possamos atribuir a nós mesmos, mas é de Deus que vem a nossa capacidade”* (2Cor 3,5). Ou ainda: *“É Deus quem opera em nós o querer e o agir, segundo a sua vontade”* (Fl 2,13). Mais: *“Ninguém*

pode dizer: 'Jesus é o Senhor' a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3).

Estes textos significam que todo homem - mesmo o cristão dotado da graça santificante precisa de especial auxílio de Deus para praticar o bem; esse auxílio é dito “*graça atual*”, porque é dado em vista de tal ato bom.

A graça atual é necessária: Ao ser humano como tal, mesmo feita abstração do pecado original, pois a criatura jamais pode ser independente do Criador. Ela não atinge sua plena realização nem executa as suas tarefas mais fundamentais sem o auxílio daquele que lhe deu a existência e a capacidade de agir; ao ser humano pecador em consequência do pecado original e de seus pecados pessoais, pois tal homem traz em si tendências desregradas e contraditórias; a sua liberdade se deixa facilmente atrair pelo egoísmo e pelo prazer imediato.

Daí a necessidade da graça que, nesta perspectiva, tem a função de curar e é chamada “*graça sanante*”; Ao homem pecador chamado, apesar de tudo, a ver Deus face-a-face ou à ordem sobrenatural. Essa meta sublime só pode ser alcançada mediante um auxílio sobrenatural, que eleve a natureza humana a tal dignidade. Daí ser a graça “*elevante*”:

Com muito realismo diz São Paulo em Rm 7,15-8, 2: “*Realmente não consigo entender o que faço; pois não pratico o que quero, mas faço o que detesto. Ora, se faço o que não quero, eu reconheço que a Lei é boa. Na realidade, não sou mais eu que pratico a ação, mas o pecado que habita em mim. Eu sei que o bem não mora em mim, isto é, na minha carne. Pois o querer o bem está ao meu alcance, não, porém o praticá-lo. Com efeito, não faço o bem que eu quero, mas pratico o mal que não quero. Ora, se eu faço o que não quero, já não sou eu que estou agindo, e sim o pecado que habita em mim. Verifico, pois, esta lei: quando eu quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta. Eu me comprazo na lei de Deus segundo o homem interior; mas percebo outra lei em meus membros, que pejeja contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros. Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus, por Jesus Cristo Senhor nosso. Assim, pois, sou eu mesmo que pela razão sirvo à lei de Deus e pela carne à lei do pecado. Portanto, não existe mais condenação para aqueles que estão em Cristo Jesus. A Lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te libertou da lei do pecado e da morte”. Já que a criatura por si nada pode fazer, a graça é tida como um dom que antecede*

e que acompanha o agir do homem. Diz S. Agostinho: “A graça se antecipa ao homem para que ele ame a Deus, e, movido por esse amor, ele realize obras boas. Nós amamos porque Ele nos amou primeiro (1 Jo 4, 19)” (Contra Julianum opus imperfectum -131).

O mesmo pode ser expresso pelos vocábulos “graça operante” e “graça cooperante”: a operante é a que provoca o agir do homem, como insinua o próprio São Paulo ao dizer: “Pela graça de Deus sou o que sou, e a sua graça a mim dispensada não foi estéril. Ao contrário trabalhei mais do que todos eles; não eu, mas a graça de Deus que está comigo” (1 Cor 15, 10). “Tenho plena certeza de que aquele que começou em vós a boa obra, há de levá-la à perfeição até o dia de Cristo Jesus” (Fl 1, 6). “Operai a vossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade” (Fl 2, 12s).

Estas verdades são expressas numa bela oração da Liturgia: “as nossas ações, Senhor, inspirando-as antecipai-vos e ajudando-as prossegui, a fim de que toda a nossa oração e operosidade sempre comece por Vós e, assim iniciadas, terminem por Vós”.

Deve-se manter firmemente que a graça atual, embora seja um impulso dado ao homem para que pratique o bem, não extingue a liberdade da criatura, que tanto pode aceitar como rejeitar o dom de Deus. A nobreza da ação divina consiste precisamente em respeitar a identidade de suas criaturas livres sem perder seu primado e sua sabedoria.

Recomendam os mestres a oração não somente em favor da conversão dos pecadores, mas também em prol da perseverança e da santificação dos justos. Note-se, porém, que a própria oração que pede a graça, já é efeito da graça de Deus em nós. Quem reza sinceramente, já está sendo movido pela graça de Deus. Por isto a oração é sinal eloquente de que o cristão se vai encaminhando para o seu fim supremo. Sabiamente Pascal atribuía Jesus estas palavras: “Tu não me procurarias se já não me tivesses encontrado”.

Está claro que a liberalidade divina vem em auxílio não só dos que pedem, mas também em favor dos que não rezam: o amor de Deus, a intercessão de Cristo Sacerdote, a Liturgia da Igreja, as preces dos familiares e amigos são elementos valiosos na distribuição das graças de Deus. Como quer que seja, todo ser humano é insistentemente convidado a rezar em qualquer situação de

vida, pois a oração fica sendo sempre a primeira e a última tábua de salvação. Jesus nos incita exortando: “*Em verdade, em verdade eu vos digo: o que pedirdes ao Pai, Ele vo-los dará em meu nome. Até agora nada pedistes em meu nome; pedi e recebereis para que a vossa alegria seja completa*” (Jo 16, 23s). cf. Mt 7,7-11; Lc 11, 5-13.

Em síntese, dizem os doutores de espiritualidade: é preciso rezar como se tudo dependesse de Deus, e trabalhar como se tudo dependesse de nós.

AO CORAÇÃO DE JESUS (Cardeal Newmann, 1845)

Mais que ninguém contribuiu para a expansão do Catolicismo na Inglaterra e

nos Estados Unidos. Reitor da Universidade Católica de Dublin, escreveu muito.

Coração de Jesus, cheio de amor, ofereço-vos estas humildes orações por mim e por todos os que se unem a mim com a intenção de adorar-vos.

Dulcíssimo Coração de Jesus, renovo e ofereço estes atos de adoração e estas orações por mim, pecador, e por quantos vos adoram.

Ofereço-os a vós todos os dias, enquanto tiver respiração, até o fim de minha vida. Encomendo-vos, Jesus, a santa Igreja, vossa Esposa e nossa verdadeira Mãe, os homens que praticam a justiça e os pobres pecadores, os aflitos, os moribundos e todo o mundo. Fazei com que vosso sangue não se derrame em vão por eles.

Enfim, por eles, aliviai os sofrimentos das almas do purgatório.

PERGUNTAS

1. Que é a graça atual?
2. Desenvolva três imagens bíblicas que incutem a necessidade da graça atual.
3. Quais são as modalidades que a graça atual assume?
4. Deus dá a graça atual aos pecadores que vivem afastados dele?
5. Qual é o papel da oração na vida do homem?

3.7 A GRAÇA SACRAMENTAL

Eis mais um aspecto da graça que se impõe ao estudioso: a graça é dada ao homem mediante os sacramentos ou mediante o desejo dos sacramentos. A fim de o explicar lucidamente, comecemos por recordar o que são os sacramentos. Os sacramentos são sinais, não, porém, meros sinais, pois efetuam o que significam; assim, por exemplo, a água significa purificação e efetua a purificação espiritual, apagando os pecados no sacramento do Batismo; o pão significa alimentação e confere alimentação espiritual na Eucaristia.

O primeiro sacramento é o da humanidade de Cristo, o que equivale a dizer que Cristo é o primeiro sacramento. Este se prolonga no Corpo Místico de Cristo que é a Igreja e atinge cada indivíduo humano na Igreja mediante os sete ritos que chamamos “sacramentos”. Os sacramentos são os canais que comunicam a graça proveniente da fonte - Jesus Cristo - a cada ser humano através dos séculos. São canais necessários, de tal sorte que não há graça que não passe pelos sacramentos. Por conseguinte, toda graça é sacramental.

Já Tertuliano (t 220) expunha claramente a função dos elementos materiais acompanhados da palavra na santificação do homem: *“Lava-se a carne, para que se purifique a alma; unge-se a carne, para que a alma seja consagrada; assinala-se a carne, para que a alma seja robustecida mediante a imposição das mãos; faz-se sombra sobre a carne, para que a alma seja iluminada no seu espírito; alimenta-se a carne com o Corpo e o Sangue de Cristo para que a alma se encha de Deus...”* (De carnis resurrectione 8).

Na verdade, há uma só graça santificante, que é comunhão com a vida trinitária e configuração a Cristo. Mas há sete modalidades dessa comunhão e dessa configuração, modalidades que correspondem aos sete sacramentos. E sete são os sacramentos porque a graça de Deus deve ser conferida ao homem nas diversas e sucessivas situações da vida humana, desde o nascer até o morrer.

Cada sacramento o põe em contato com determinado aspecto da figura ou da vida de Cristo. Com outras palavras: cada sacramento nos aplica a graça de Cristo - Sacramento segundo aspectos diversos; com efeito, cada sacramento desdobra o mistério de Cristo dentro das circunstâncias em que

o homem o recebe. Observemos a seguinte analogia: a luz branca do sol se diversifica (ou se decompõe) nas diversas cores do espectro solar, desde que atravesse um prisma; essas mesmas cores, quando se sobrepõem, restauram a luz branca.

Assim o Cristo-Sacramento é como a luz branca, que encerra em si todas as cores ou graças de que necessitamos nas diversas etapas de nossa vida, para que se forme em nós a perfeita imagem do Filho de Deus; o prisma que decompõe essa luz branca, são os ritos sacramentais, que nos põem gradativamente em contato com o Cristo-Sacramento, recobrando toda a vida do homem; no fim de sua peregrinação terrestre, o cristão, atingido sucessivamente pela graça sacramental, deve trazer em si a imagem consumada do Primogênito, ao qual fomos predestina-dos a ser conformes (cf. Rm 8, 29).

O homem nasce de seus pais para uma vida sofredora, herdada do primeiro Adão. - Ora o sacramento do Batismo o faz renascer, comunicando-lhe uma vida nova, a de filho de Deus, que o torna herdeiro da bem-aventurança celeste; mergulhando-o na morte e na ressurreição de Cristo, dá-lhe a possibilidade de transfigurar a cruz e a morte em Páscoa ou passagem para a plenitude da vida (cf. Rm 6,1-11).

A vida da criança recém-nascida se vai fortalecendo aos poucos. Assim também a vida dos filhos de Deus é confirmada pelo sacramento da Crisma, que é o da maturidade cristã. A vida do homem precisa de ser alimentada pelo pão de cada dia para que não morra logo; a alimentação corporal é incapaz de impedir a morte. - Ora o pão de mesa toma seu pleno sentido quando se lhe sobrepõe o pão da Eucaristia: este é o alimento para a vida eterna, dado ao filho de Deus gerado pelo Batismo e confirmado pela Crisma.

O ser humano, no plano biológico, está sujeito a moléstias, que ameaçam a sua vida física. Assim também a “*nova criatura*” (cf. Ef 4, 24s) é afetada pelo pecado; e, como existe a medicina para o corpo, existe outrossim a medicina do “homem novo”, ministrada pelo sacramento da Penitência ou da Reconciliação; afinal é este que leva à plenitude a medicina humana, pois tem em vista a Vida no sentido consumado ou a Vida imortal.

Chegado à idade madura, o ser humano escolhe seu estado de vida ou sua posição na sociedade, esta função é recoberta também pelo Cristo-Sacramento, que dá a Sua graça própria de Esposo da Igreja ao casal humano, fazendo do Matrimônio um mistério pequeno dentro do chamado Mistério Grande ou dentro da união de Cristo com a Igreja (cf. Ef 5, 32). Aos que são chamados ao ministério sacerdotal Cristo-Sacramento confere a graça peculiar da participação no seu sacerdócio mediante o sacramento da Ordem.

E, quando o cristão chega ao termo da sua peregrinação terrestre, enfrenta o que, na linguagem comum, se chama “*a mortê*”. - Esta é transfigurada, tornando-se Páscoa ou passagem decisiva para a Vida, mediante a presença do Cristo-Sacramento na Unção dos Enfermos.

Assim é que os diversos aspectos da graça de Cristo comunicados sucessivamente aos cristãos dão significado novo e santo a toda a sua existência terrestre, e finalmente se integram uns aos outros, contribuindo para levar a criatura “*ao estado de homem perfeito, à medida da estatura da plenitude de Cristo*” (cf. Ef 4,13; 1 Cor 2, 6).

A manifestação de falhas entre os cristãos dos séculos III e IV suscitava em vários pensadores a ideia de que a Igreja só devia constar de santos; por conseguinte, os cristãos batizados que pecassem gravemente, já não pertenceriam a Igreja, e aqueles que quisessem voltar depois de haver apostatado, deveriam ser batizados de novo. Já o Papa São Cornélio (t 253) rejeitava esta última tese.

A problemática, porém, voltou a arder quando a facção dos donatistas (chefia-dos pelo bispo Donato) a reavivou no Norte da África; estes, além de afirmar que a Igreja só constava de santos, diziam que os sacramentos ministrados por ministros indignos eram inválidos. Como se vê, estas teorias limitavam o valor e o poder de santificação da Igreja ao valor dos homens que a compunham; nada mais haveria na Igreja do que a santidade humana; quando esta desaparecesse, desapareceriam a Igreja e a sua missão de santificar.

Contra estas ideias levantou-se S. Agostinho, que, para refutá-las, apelava, antes do mais, para textos bíblicos: assim a parábola do joio e do trigo, que

afirma ser vontade do Pai Celeste que os maus permaneçam na Igreja ao lado dos bons até o fim dos tempos; o Senhor recusa-se a extirpá-los (cf. Mt 13, 24- 30.36-43); também a parábola da rede lançada ao mar e portadora de peixes bons e mais evidencia a mesma verdade (cf. Mt 13,47-50).

Depois S. Agostinho chamava a atenção para um costume de sua época: não somente o gado era marcado com o ferro de seu patrão, mas também o soldado era assinalado com o sinete do seu general, e o escravo com a marca do proprietário. Ora, dizia o S. Doutor, quando o soldado e o escravo fogem, perdem todo o afeto ao seu senhor; são-lhes infieis, mas guardam sempre o sinete do seu senhor; e, se voltam, voltam trazendo este sinete.

Paralelamente, o cristão é marcado pelo Cristo no Batismo com um sinal indelével, chamado caráter; além disto, recebe a graça santificante e os dons do Espírito Santo, que o fazem filho de Deus. O cristão pode perder a graça pela infidelidade ou pelo pecado, mas não perde o caráter ou a marca que o Senhor lhe imprimiu na alma por ocasião do Batismo; donde se deduz que, quando um apóstata quer voltar à Igreja, não deve ser rebatizado, mas apenas absolvido sacramentalmente. Assim mostrava S. Agostinho que a pertença a Cristo não está baseada apenas no elemento subjetivo que são as virtudes do cristão, mas tem fundamento objetivo e permanente no caráter batismal.

Por conseguinte, também a Igreja não está apenas onde está a virtude dos seus membros (algo de muito subjetivo e oscilante), mas está onde existe o caráter impresso pelo Batismo, quer este seja acompanhado de santidade, quer não. Mais ainda: o ministro que confere os sacramentos, não os ministra na base de sua santidade (não é a graça de um homem que ele confere aos fiéis), mas ministra-os porque Cristo lhe outorgou o poder de fazê-lo em nome de Cristo ou como instrumento do Sumo Sacerdote Jesus Cristo; donde se depreende que também a ordenação de um ministro imprime caráter, que torna o homem válido transmissor da graça de Cristo, independentemente das virtudes desse homem.

Estava assim firmada a doutrina do caráter sacramental. Os teólogos posteriores só fizeram esmiuçá-la. Concluíram que o sacramento da Crisma,

sendo uma confirmação do Batismo outrora ministrada juntamente com este, também imprime caráter. Por conseguinte, são três os sacramentos que o transmitem - o Batismo, a Crisma e a Ordem; são, por isto, irrepetíveis; o pecado não extingue a marca espiritual ou o selo, a efigie de Cristo que eles gravam na alma.

S. Tomás de Aquino (t 1274) ainda desenvolveu a doutrina do caráter, distinguindo três aspectos na recepção de qualquer sacramento:

Assim todo sinal externo tem um efeito imediato, independente das disposições éticas de quem recebe o sacramento: seria o caráter no Batismo, na Crisma e na Ordem ou o quase caráter nos demais sacramentos (na Eucaristia, por exemplo, o fiel recebe o Corpo e o Sangue de Cristo, mesmo que esteja em pecado grave; no Matrimônio, os nubentes são unidos para sempre perante Deus, ainda que estejam em pecado grave; na Penitência e na Unção dos Enfermos, cria-se uma situação nova para o indivíduo dentro da Igreja visível).

Este primeiro efeito dos sacramentos é objetivo, não condicionado pela atitude moral subjetiva do cristão. O efeito ulterior e supremo é a graça santificante ou o pleno encontro com Deus, que depende das disposições subjetivas do cristão. Esta doutrina põe em relevo o fato de que há sempre no encontro do homem com Deus uma presença de Deus objetiva e assegurada, desde que se exerçam os mistérios sagrados. Não é a santidade da criatura que faz a santidade e a eficácia do culto sagrado, mas é a santidade de Deus, que se dá por sinais objetivos.

PERGUNTAS

1. Que é um Sacramento?
2. Que é graça sacramental?
3. Qual a imagem que ilustra as relações entre a graça santificante e a graça sacramental?
4. Por que há sete Sacramentos?
5. Que é o caráter sacramental?

3.8 A PREPARAÇÃO PARA A JUSTIFICAÇÃO

A justificação significa “*tornar-se justo ou amigo de Deus*”. Este processo, de um lado, é gratuito da parte de Deus; não pode ser merecido, como foi dito (ver Módulos 13 e 27). Doutro lado, porém, não é imposto ao homem; supõe desejo e preparação da parte da criatura.

Vamos, pois, abordar a preparação para a justificação, observando previamente que não se trata, no caso, de crianças, pois estas são incapazes de querer algo conscientemente antes do uso da razão; são regeneradas pelo Batismo, que deverá posteriormente se lhes tornar consciente e aceito mediante a educação religiosa. Temos em vista que apenas os adultos são capazes de reconhecer e querer o bem, quer sejam não cristãos que se tomam católicos, quer sejam católicos que, tendo caído no pecado grave, querem voltar à amizade com Deus.

No tocante à preparação para a amizade com Deus, podemos distinguir quatro respostas:

O pelagianismo ensina que a graça não é necessária para que alguém chegue a ser justo e atinja a perfeição cristã. Bastariam as forças naturais do ser humano e a boa vontade livre. Na melhor das hipóteses poder-se-ia admitir um estímulo extrínseco, que seriam o bom exemplo e os ensinamentos de Cristo; todavia nenhuma moção intrínseca, pois esta destruiria o livre arbítrio. O semipelagianismo admitia a necessidade da graça para a justificação, mas julgava que o primeiro passo do processo era dado pelo homem independentemente da graça, à semelhança do que ocorre com o enfermo: este tem a iniciativa de chamar o médico, que o deverá curar.

O luteranismo acha-se no extremo oposto. Na sua obra **De servo arbítrio**, Lutero afirma que, após o pecado dos primeiros pais, o homem é incapaz de se libertar da servidão do pecado; nada de bom pode fazer; por conseguinte é totalmente incapaz de se preparar para a justificação ou para a amizade com Deus. Donde a expressão de Lutero: o homem é justificado pela fé apenas. A posição católica situa-se entre os dois extremos; nem otimismo nem pessimismo excessivos. A justificação é dom gratuito de Deus, mas o Senhor exige a

colaboração do homem que, no caso, consiste em preparação:

A Escritura insiste na preparação:

Zc 1, 3: “*Convertet-vos a mim e eu me voltarei para vós*”.

At 3, 9: “*Fazei penitência e convertet-vos, a fim de que sejam apagados os vossos pecados*”.

Tg 4, 7-10: “*Sujeitai-vos a Deus, resisti ao diabo e ele fugirá de vós. Chegai-vos a Deus, e Ele se chegará a vós. Purificai as vossas mãos, pecadores e santifica! os vossos corações, homens dúbios. Entristecei-vos, cobri-vos de luto, e chorai. Transforme-se o vosso riso em luto e a vossa alegria em desalento. Humilhai-vos diante do Senhor e Ele vos exaltará*”.

Vejam-se ainda At 2, 38; 17, 30s; Mt 3, 7-9; Tg 5, 16.

É, pois, plenamente válido o axioma de S. Agostinho: “*Aquele que te criou sem ti, não te justifica sem ti*” (sermão 69,11,13). Consciente disto, a Igreja antiga não batizava adultos pagãos sem longo período prévio de catecumenato, como não absolvía os pecadores sem adequada penitência pública. Pergunta-se agora: em que consiste a preparação para a justificação? A teologia enumera três atitudes preparatórias para a justificação: remoção dos obstáculos, fé e conversão.

Antes do mais, notamos que no ser humano existe uma disposição fundamental para receber a graça, disposição que não se encontra nos seres irracionais. Bem dizia S. Tomás de Aquino: “*A graça não destrói a natureza, mas a supõe e aperfeiçoa*”. Na verdade, o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus; por isto, ainda que ele não possa exigir o dom sobrenatural (a visão de Deus face-a-face e tudo o que a ela encaminha), nem a possa alcançar por si mesmo, ele é disponível para tanto; possui uma inclinação natural para abrir-se a Deus, ao Infinito, ao Absoluto... e receber a vida de Deus tal como uma criatura a pode receber. Com outras palavras: em todo ser humano há um vazio que só Deus pode preencher, como observava S. Agostinho: “*Senhor, Tu nos fizeste para Ti e inquieto é o nosso coração enquanto não repousa em Ti*” (Confissões 1,1).

Essa abertura para Deus tanto pode ser obstruída pelo pecado e os vícios do homem pagão como pode ser favorecida e estimulada por obras que o próprio pagão pode praticar (supondo-se sempre a graça atual para tanto). Essa preparação remota é muito importante; é para desejar que todo homem não cristão seja honesto e pratique as virtudes cardeais (prudência, justiça,

temperança e fortaleza); seja uma pessoa reta, sincera, leal, responsável... Quem despreza tais virtudes, fecha o caminho que o levaria ao Deus da Revelação Cristã.

Tg 4, 7-10: “*Sujeitai-vos a Deus, resisti ao diabo e ele fugirá de vós. Chegai-vos a Deus, e Ele se chegará a vós. Purificai as vossas mãos, pecadores e santifica! os vossos corações, homens dúbios. Entristecí-vos, cobri-vos de luto, e chorai. Transforme-se o vosso riso em luto e a vossa alegria em desalento. Humilhai-vos diante do Senhor e Ele vos exaltarã*”.

É, pois, plenamente válido o axioma de S. Agostinho: “Aquele que te criou sem ti, não te justifica sem ti” (sermão 69,11,13).

Consciente disto, a Igreja antiga não batizava adultos pagãos sem longo período prévio de catecumenato, como não absolvía os pecadores sem adequada penitência pública.

Pergunta-se agora: em que consiste a preparação para a justificação? A teologia enumera três atitudes preparatórias para a justificação: 1) remoção dos obstáculos, 2) fé, 3) conversão.

- **Remoção dos obstáculos:** notamos que no ser humano existe uma disposição fundamental para receber a graça, disposição que não se encontra nos seres irracionais. Bem dizia S. Tomás de Aquino: “*A graça não destrói a natureza, mas a supõe e aperfeiçoa*”.

Na verdade, o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus; por isto, ainda que ele não possa exigir o dom sobrenatural (a visão de Deus face-a-face e tudo o que a ela encaminha), nem a possa alcançar por si mesmo, ele é disponível para tanto; possui uma inclinação natural para abrir-se a Deus, ao Infinito, ao Absoluto e receber a vida de Deus tal como uma criatura a pode receber. Com outras palavras: em todo ser humano há um vazio que só Deus pode preencher, como observava S. Agostinho: “*Senhor, Tu nos fizeste para Ti e inquieto é o nosso coração enquanto não repousa em Ti*” (Confissões 1,1).

Essa abertura para Deus tanto pode ser obstruída pelo pecado e os vícios do homem pagão como pode ser favorecida e estimulada por obras que o próprio pagão pode praticar (supondo-se sempre a graça atual para tanto). Essa preparação remota é muito importante; é para desejar que todo homem

não cristão seja honesto e pratique as virtudes cardeais (prudência, justiça, temperança e fortaleza); seja uma pessoa reta, sincera, leal, responsável. Quem despreza tais virtudes, fecha o caminho que o levaria ao Deus da Revelação Cristã.

Deus não se revela a quem é orgulhoso e presunçoso:

Mt 11,25s: Disse Jesus: *“Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores, e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, assim foi do teu agrado”*.

• **Fé:** o homem reto cria em si afinidade com as verdades da fé e pode conceber um ato de fé. Afirma o Concílio de Trento: *“A fé é o início e a raiz de toda justificação”* (DS 1532), fazendo eco a Hb 11,6: *“Sem fé é impossível agradar a Deus”*. A fé, no caso, não é a fé fiducial como Lutero a concebeu, fé que equivale à certeza absoluta de ter sido justificado pelo Senhor. A fé salvífica é, sem dúvida, confiança e abandono a Deus, mas é também, e antes do mais, uma fé que adere à Verdade Revelada ou que tem uma nota de intelectualidade. Diz Jesus: *“Ide, e fazei que todas as nações se tornem discípulas”* (Mt 28,19); *“Pregai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo. Aquele que não crer, será condenado”* (Mc 16,16). S. João escreveu o seu Evangelho *“para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus e, crendo, tenhais a vida em seu nome”* (Jo 20,31). A fé tem um elemento objetivo; ela procura a verdade dos fatos; existem critérios objetivos para discernir verdade e erro.

Essa fé intelectual não é fria, meramente cerebrina, ela está ligada a outras virtudes e deve exprimir-se mediante a caridade: Gl 5,6: *“Em Cristo Jesus nem a circuncisão tem valor, nem a incircuncisão, mas a fé que age mediante a caridade”*. Essa caridade ainda não é perfeita; é o amor que não possui, mas procura sequiosamente o Bem e os valores que ele entrevê. Quem procura, já ama de certo modo. O pecador pode amar com um amor sôfrego e sequioso.

A fé e o amor anteriores à justificação ainda não são virtudes teológicas infusas; são hábitos humanos (como se compreende, suscitados pela graça atual). Implicam o reconhecimento da existência e da transcendência de Deus assim

como o da condição de criatura frágil e pecadora, que necessita de salvação.

À fé e ao amor se associa a esperança. Com efeito; quem sabe que está afastado de Deus, concebe o receio de morrer em tal situação e permanecer para sempre longe do Sumo Bem. Esse receio não é um temor servil (de escravo), mas, ao contrário, já encerra um princípio de esperança. Se o pecador não interrompe essa sucessão de fé, esperança e caridade, uma graça atual se sucede a outra até levar o processo à sua plenitude.

• *Conversão*: o homem que reconhece ser Deus o sumo Bem e toma consciência do que é viver sem Deus, dispõe-se a abandonar seriamente qualquer obstáculo à adesão a Deus e a praticar as virtudes que o possam levar à meta almejada. Ele se abre assim para o Deus, que, depois de o atrair pela graça atual, o acolhe como amigo e como filho, infundindo-lhe a graça habitual ou santificante. Esta infusão se faz mediante o Batismo no caso do pagão ou pelo sacramento da Reconciliação no caso do cristão decaído no pecado grave.

Em síntese, eis o processo de preparação para a justificação. Esta é sempre gratuita, mas requer que o homem a ela se disponha; o fato de se dispor já implica uma intervenção generosa de Deus. Pode-se dizer que Deus persegue o pecador até conquistá-lo para o bem mesmo do pecador. O Senhor, porém, não efetua a justificação sem que o homem responda livremente ao apelo divino.

Deus raramente age de modo direto, como no caso de São Paulo, prostrado na estrada de Damasco (cf. At 9,1-19); geralmente Ele se serve de causas segundas, ou seja, de pessoas e acontecimentos que a Providência Divina coloca no caminho de alguém. A fé vem pelo ouvido (Rm 10,17), isto é, pela proclamação da Palavra de Deus que recorre aos mais diversos sinais.

Ainda a propósito da justificação pergunta São Tomás de Aquino se ela é a maior das obras de Deus. E responde citando a oração que atualmente dizemos no vigésimo sexto Domingo do Tempo Comum: “*Ó Deus, que de modo supremo manifestais vossa onipotência perdoando (dando além do previsto) e compadecendo-vos...*”

O que se explica do seguinte modo: a criação do mundo, de certo modo, é obra maior do que a justificação de uma alma, pois consiste em produzir

algo a partir do nada; mas, se se considera o nível ao qual chega a justificação, deve-se dizer que esta obra é maior do que a criação do universo, pois o termo da criação é o bem de uma criatura oscilante, ao passo que o termo da justificação é o bem eterno ou a participação da criatura na vida divina; situa-se em outro plano. O céu e a terra passarão, mas a justificação dos filhos de Deus não passará.

A preparação para a justificação é tema debatido desde o século IV a partir de Pelágio. A história destes debates já foi percorrida em nossos Módulos anteriores. Vimos que chegou a uma declaração conjunta Católico-Luterana assinada a 31/10/1999 em Augsburg (Alemanha). Eis o momento de repassar o teor desse acordo:

Luteranos e Católicos concordam em afirmar que a justificação ou a entrada na amizade com Deus (o fazer-se justo) é gratuito. Ninguém merece nem adquire a justificação. Esta depende exclusivamente do beneplácito divino. Este é um princípio básico sempre professado por Católicos e Luteranos, mas talvez obscurecido no clima de polêmica teológica dos últimos séculos. - É oportuno lembrar que já S. Tomás dizia: “*Deus não ama o homem porque o homem seja bom, mas o homem é bom porque Deus o ama*”.

Difere, porém, entre Católicos e Luteranos, o modo de entender a preparação para a justificação. - Para Lutero, o homem, intrinsecamente deteriorado pelo pecado, não pode oferecer mais do que um ato de fé fiducial ou um ato de certeza absoluta de ser aceito por Deus. Mediante este ato, o homem é revestido do manto dos méritos de Cristo; Cristo assume sobre si os pecados do crente e o recobre com os seus méritos, ficando a criatura intrinsecamente vendida ao pecado ou dotada de servo arbítrio. Doutrina católica, como dito atrás.

Também supõe fé, mas fé na verdade revelada, adesão intelectual acompanhada de esperança e caridade. É certo, porém que tais disposições não são independentes da graça atual, mas, ao contrário, são gratuitamente suscitadas pelo Espírito Santo. Assim a total gratuidade é mantida; apenas a teologia católica acrescenta que a natureza humana não está irremediavelmente vendida ao pecado; por isto ela pode ser sanada pela graça e emitir atos de fé,

esperança e caridade em preparação para a justificação. - Esta diferença básica ainda não foi esclarecida no diálogo Luterano-Católico.

Como Deus Nos Atrai (São Francisco de Sales (1567-1622)

Não falarei aqui, ó meu caro Teótimo, das graças miraculosas que transformaram, quase de repente, os lobos em pastores, as rochas em fontes e os perseguidores em pregadores. Deixo as vocações onipotentes e os atrativos santamente violentos, com que Deus mudou em um instante algumas almas eleitas, do extremo da culpa ao extremo da graça, operando nelas, por assim dizer, certa transubstanciação.

Quais são, portanto, os meios ordinários com que a Divina Providência costuma atrair os nossos corações ao seu amor? Indica-os ela mesma, descrevendo-nos o modo como tirou os hebreus do Egito e do deserto e os levou para a Terra Prometida. 'Eu os prendi com vínculos de humanidade e com vínculos de caridade e amizade' (Os 11, 4). Certamente, Teótimo, nós não somos presos a Deus com vínculos de ferro, os quais se usam para os touros e os búfalos, mas por via de deleite, de atrativos deliciosos e de santas inspirações que são os vínculos de Adão e da humanidade, isto é, proporcionados e convenientes ao coração humano, ao qual a liberdade é conatural. O vínculo próprio da vontade humana são o deleite e o prazer. 'Mostrem-se nozes a uma criança, diz S. Agostinho, e ela será atraída pelas mesmas, atraídas não pelo vínculo do corpo, mas do coração'.

Vê, portanto, como o Pai Celeste nos atrai: deleita-nos ensinando-nos, mas sem nos impor nenhuma necessidade; infunde em nossos corações deleites e prazeres espirituais, como sagrados anjóis, pelos quais nos prende suavemente, para receber e provar a doçura de sua doutrina. Deste modo, Teótimo caríssimo, o nosso livre arbítrio não é absolutamente forçado, nem oprimido pela graça; ao contrário, não obstante o vigor da mão onipotente de Deus que circunda, fere e liga a alma com numerosas inspirações, avisos e atrativos, a vontade fica perfeitamente livre e ausente de toda opressão ou necessidade.

A graça é tão delicada e opera tão mansamente nos nossos corações, para os atrair, que não diminui a liberdade da nossa vontade. Ela toca poderosamente, mas também delicadamente as energias do nosso espírito, de modo que a vontade não é absolutamente forçada. A graça dispõe as forças, não, porém, para obrigar, mas para deleitar o coração; usa de uma santa violência, não para violentar, mas para tornar amorosa nossa liberdade; age fortemente, mas

tão suavemente, que a nossa vontade não se sente oprimida, de modo que podemos sempre entre suas forças, segundo nosso beneplácito, consentir ou resistir a seus movimentos.

Mas, coisa admirável e verdadeira ao mesmo tempo, nossa vontade segue o atrativo e aceita livremente os convites divinos, como livremente a eles resiste, quando resiste. O consentimento à graça, porém, depende muito mais da graça que da vontade; isto pela bondade da mão divina no manejo do nosso coração, pela sua habilidade no comunicar-nos o movimento da sua ação, sem impedir o de nossa vontade.

Deus opera isso adaptando a própria potência à sua suavidade, de modo tal que sua potência nos concede suavemente o poder no que se refere ao bem, e sua suavidade conserva poderosamente a liberdade do nosso querer. Se conhecesses o dom de Deus, disse o Redentor à Samaritana, e quem é Aquele que te diz: 'Dá-me de beber', tu mesma talvez o terias pedido a Ele e Ele te teria dado água viva.

Considera, rogo-te, Teótimo, a maneira do Salvador, quando fala dos seus atrativos: se tu conhecesses o dom de Deus, serias certamente levado a pedir água da vida eterna e talvez tu a terias pedido; como se dissesse: terias o poder e serias provocado a pedir; todavia não serias a isso forçado, nem obrigado por necessidade, mas antes, talvez, a terias pedido, pois te ficaria sempre a vontade para a pedir ou não (L. II, cap. 12).

PERGUNTAS

1. Exponha as quatro respostas dadas à questão da preparação para a justificação.
2. Qual é a diferença entre a fé fiducial e a fé católica?
3. Como entender o axioma “A graça supõe a natureza e a aperfeiçoação”?
4. Qual é o valor das virtudes cardeais ou humanas?

3.9 O MÉRITO

O mérito é o direito a recompensa ou a prêmio em troca de um ato bom. Já esta definição pode suscitar objeções, pois se pergunta: com que direito pode o homem impor-se a Deus apresentando-Lhe boas obras merecedoras de prêmio? À primeira vista, a dificuldade é real. Procuraremos dissipá-la na base da própria Palavra de Deus. Antes do mais, seja evidenciado o fato

mesmo de que Deus promete recompensa a quem observa seus mandamentos e pratica o bem.

O próprio Jesus afirma que aqueles que sofrem por causa da justiça devem *“alegrar-se e regozijar-se porque grande será a sua recompensa nos céus”* (Mt 5,12). Aos que tiverem praticado boas obras, Ele dirá: *“Vinde, benditos do meu Pai, tomai posse do Reino que vos foi preparado desde a fundação do mundo”* (Mt 25, 34s).

Na parábola dos talentos, os servidores fiéis são convidados a entrar no gozo do seu senhor, ao passo que o infiel é punido; cf. Mt 25, 14-30. São Paulo no fim da sua vida terrestre podia dizer: *“Chegou o tempo da minha partida. Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. Desde já me está reservada a coroa da justiça, que me dará o Senhor, justo juiz, naquele Dia”* (2Tm 4, 6-8).

Essa recompensa é a visão de Deus face-a-face: *“Nós O veremos tal como Ele é”* (1 Jo 3, 2); *“Nós O veremos não mais em espelho nem de maneira confusa”* (1 Cor 13,12). Afirma ainda São Paulo: *“O olho jamais viu, o ouvido jamais ouviu, o coração do homem jamais percebeu o que Deus preparou para aqueles que O amam”* (1 Cor 2, 9).

Na base do que acaba de ser dito, pergunta-se: como explicar que Deus recompense o homem como um senhor recompensa um bom servidor? A própria Escritura responde mediante a alegoria da vinha: Jo 15,1-5: *“Eu sou a verdadeira videira e o meu Pai é o viticultor. Todo ramo em mim que não produz fruto, Ele o corta; e todo o que produz fruto, Ele o poda para que produza mais fruto ainda... Permanecei em mim, como eu em vós. Como o ramo não pode dar fruto por si mesmo, se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim... Aquele que permanece em mim, e eu nele, produz muito fruto, porque sem mim nada podeis fazer”*.

Como se vê, sem Cristo o homem nada pode merecer. Mas, unido a Cristo, ele recebe a seiva da graça mediante a qual ele produz frutos ou obras boas sempre mais intensas, que o aproximam cada vez mais da visão de Deus face-a-face. Verdade é que não podemos oferecer a Deus coisa alguma que Ele nos deva pagar a título de justiça; mas, se Ele se antecipa dando-nos a graça e exortando-nos a deixá-la frutificar em nós, podemos apresentar a Deus os efeitos da sua graça; são atos vivificados pelo dom de Deus, a tal ponto que S. Agostinho podia dizer: *“Quando Deus coroa nossos méritos, Ele coroa os seus dons”*.

Entretanto, a esta afirmação dá ensejo à pergunta: afinal trata-se de nossos méritos ou dos méritos de Cristo? - Respondemos: não há oposição entre uma e outra alternativa; não se colocam, de um lado, os méritos de Cristo só e, de outro lado, os méritos do homem só. Em linguagem precisa dir-se-á: nossos méritos são de Deus como causa primeira e são dos homens (de nós) como causa segunda: Deus nos dá, por Cristo e em Cristo, a graça de lhe dizermos Sim:

“Se lhe digo sim, este sim, pronunciado neste mundo dentro do tempo e atravessado pela luz da graça divina, encaminha-me para o meu termo final, para a entrada na Pátria; proporciona-me a essa entrada na Pátria; “merece” a entrada na Pátria. É meu esse sim; é meu esse mérito. Há de ter-me, por vezes, desgarrado o coração; há de ter-me pedido o triunfo sobre as minhas paixões; é bem meu. Mas é ainda mais de Deus que de mim, e o primeiro pensamento que me há- de virão coração será dizer: Obrigado, meu Deus, por me terdes concedido que vos dissesse que sim; seja para vós esta glória!” (Ch. Journet, Reflexões sobre a Graça, p. 99).

O protestantismo rejeita a noção de mérito, como se implicasse um comércio com Deus ou um intercâmbio no qual o homem teria soberanos direitos frente a Deus. Esta rejeição se deve ao fato de que a teologia protestante efetua a disjuntiva: ou Cristo ou o homem; já que o homem está deteriorado pelo pecado, só resta dizer que Cristo faz tudo (recobrando o pecador com seu manto de justiça) e o homem não tem mérito algum.

A doutrina católica, em vez da disjuntiva, realiza a conjuntiva proposta pela Escritura: o ramo da videira que permanece na videira e dá frutos com a seiva da videira (porque se abriu a essa seiva), tem seus méritos decorrentes do dom ou da graça recebida.

É certo que não podemos merecer a primeira graça, que é uma oferta gratuita; mas, se alguém permanece na graça e no amor, pode, mediante esse dom, merecer um amor cada vez maior, e, no momento da morte, a vida eterna.

O desejo de chegar à vida eterna nada tem de censurável. A plena realização do homem não implica egoísmo, pois se identifica com a glorificação de Deus. O homem que tende à plenitude da sua felicidade no céu, está simultaneamente tendendo a dar glória a Deus. A beleza consumada do artefato redundando em

louvor do artesão. Observemos que a perseverança final é a coincidência do estado de graça com o momento da morte.

Ora ninguém a pode merecer; porque é precisamente a conjugação do instante da morte com o estado de graça, isto é, com aquele princípio que nos possibilita merecer algo. Quem se encontra em estado de graça, pode merecer um acréscimo da graça e, finalmente, a vida eterna; mas não pode merecer a perseverança no estado de graça ou a perseverança final. Todavia o cristão pode alimentar a esperança de que a graça lhe será conservada por Deus na hora da sua morte; pode ter a certeza moral de que a graça não lhe será retirada se ele mesmo não a quiser afastar. Diariamente os fiéis pedem a graça da perseverança final ao dizerem: “*Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte*”. Semelhante pedido está implícito na última petição do Pai Nosso, que suplica a Deus queira livrar-nos do mal.

São Tomás responde afirmativamente, na medida em que os bens temporais são necessários para nos ajudar a caminhar para a vida eterna. Somente Deus sabe o que nos convém; se Ele vê que um bem determinado nos será útil, Ele no-lo concederá, como também permitirá males, se vir que nos são oportunos para a nossa santificação. Na verdade tanto os justos como os pecadores recebem bens e males; diferem, porém, entre si no modo de acolher os desígnios da Providência: quem aceita uma provação com amor, dela sai fortalecido e santificado; quem a recebe com revolta, afasta-se de Deus. Os santos chegam a dizer que uma pessoa constantemente afagada em sua vida material, pode e deve assustar-se porque, sem a Cruz, ninguém atinge a morte e a ressurreição com Cristo.

É de notar, aliás, que a graça de Deus nunca falta a quem é visitado por uma provação; Ele sabe dimensioná-la sempre para que redunde em bem do homem. É São Paulo quem o diz: “*As tentações que vos acometeram, tiveram medida humana. Deus é fiel, não permitirá que sejais tentados acima das vossas forças. Mas, com a tentação, Ele vos dará os meios de sair dela e a força para a suportar*” (1 Cor 10, 13).

Quanto à oração, não raro, é tida como instrumento apto a dobrar a vontade de Deus; nisto há um antropomorfismo. A vontade de Deus é imutável.

- Então qual o papel da oração, que o Senhor Jesus tanto recomendou? Cf. Lc 11,9-13. Ei-lo: desde toda a eternidade, Deus decretou dar às suas criaturas os bens de que precisam; as criaturas irracionais recebem-nos inconscientemente; o homem, porém, dotado de inteligência e vontade, deve recebê-los conscientemente.

Para tanto o orante sugere a Deus os bens que lhe parecem oportunos para que atinja a sua finalidade suprema; sugere mesmo o pão de cada dia, a saúde, o emprego..., tudo o que seja honesto e pareça condizer com a autêntica meta do homem; assim este colabora com o plano da Providência Divina, que quer dar ao homem, mediante a oração. Pela oração não é o homem que rebaixa Deus ao nível das suas finitas cogitações, mas é Deus quem eleva o (homem ao plano da sua sábia Providência.

Assim entendida, nenhuma oração é inútil; desde que convenha que o Senhor atenda a quem O ama; ao amor da criatura corresponderá o amor do Criador. Todavia poderá haver obstáculo da parte do pecador fechado em seu pecado e impermeável à graça. Os amigos de Deus costumam pedir a Deus coisas muito *“grandes e nobres, usando a parrhesia ou a confiança de filhos, que sabem nunca ser perdida a oração feita com Cristo e por Cristo; se o Pai não atendeu a Jesus dispensando-o de beber o cálice da Paixão, atenderam-lhe de outro modo: “Ele, nos dias de sua vida terrestre, apresentou pedidos e súplicas, com veemente clamor e lágrimas, àquele que o podia salvar da morte, e foi atendido por causa da sua reverência”* (Hb 5, 7). De fato, Jesus subordinou seu pedido à vontade do Pai (Mc 14,26) e foi atendido porque a vontade do Pai era dar-lhe mais do que a dispensa da morte; era fazê-lo Senhor dos vivos e dos mortos mediante Paixão, Morte e Ressurreição; cf Ap

É necessário distinguir entre merecer uma graça e obter pela oração uma C graça. Quem se acha em pecado grave, nada pode merecer para si e para os outros, mas pode rezar por si e pelos outros. A oração não está necessariamente fundamentada sobre a santidade de vida do orante; é um apelo à pura misericórdia de Deus. Do fundo mesmo do abismo r pode alguém clamar a Deus; a oração é uma graça pela qual Deus convida o pecador a aproximar-se dele para perdoar-lhe os pecados. O pecador pode rezar pelos outros que parecerem

melhores do que ele, rezar pelos santos, pela Igreja, pela Salvação do mundo, além de rezar por si

Porque o cristão vive no regime claro-escuro da fé. Ele está em contato íntimo com Deus, muitas vezes sem o saber, sem experimentar a alegria que daí deve decorrer. Em consequência escrevia São Paulo: *“Quanto a mim, pouco me importa ser julgado por vós ou por um tribunal humano. Eu também não julgo a mim mesmo. Verdade é que a minha consciência de nada me acusa, mas nem por isto estou justificado; quem me julga, é o Senhor”* (1 Cor 4, 3s).

Diz ainda o Apóstolo: *“Trato duramente o meu corpo e o reduzo à servidão, a fim de que não aconteça que, tendo proclamado a mensagem aos outros, venha eu mesmo a ser reprovado”* (1Cor 9, 27). *“Trabalhai com temor e tremor na vossa salvação”* (Fl 2,12).

O Concílio de Trento (1545-1563) afirmou a mesma doutrina: *“Qualquer pessoa, enquanto considera sua própria fraqueza e indisposição, pode recear e temer respeito do seu estado de graça. Ninguém consegue saber, com certeza de fé, à qual não esteja subjacente alguma falsidade, se recebeu a graça de Deus”* (DS 1534).

Todavia é concedida ao cristão, se não uma certeza absoluta e infalível, ao menos uma certeza moral e prática, que muito reconforta a pessoa. E quais os fundamentos dessa certeza? o deleite em tudo o que se refere a Deus; o gosto dos valores transcendentais; a consciência de não estar em pecado mortal; um teor de vida marcada pela prática das virtudes, pois *“pelos frutos se conhece a árvore”* (Mt 7,17). Ou ainda: *“A boca fala do que lhe transborda do coração”* (Mt 12, 34). Onde: *“Por tuas palavras serás justificado ou condenado”* (Mt 12, 37); A devoção sincera e filial a Maria Sma; A prática do amor ao próximo.

Deus pode, sem dúvida, conceder aos justos o privilégio da certeza de estarem em graça e predestinados; foi o que se deu com S. Francisco de Assis, que prorrompeu em alegria exultante. Pode também fazer que algumas pessoas experimentem inspirações e moções reveladoras de sua presença na alma justa; é o que sugere o Apocalipse: *“A quem vencer, darei um maná oculto que ninguém conhece a não ser aquele que o recebe”* (2,17). Trata-se então de uma experiência no claro-escuro, ora luminosa e irradiante, ora sujeita às oscilações próprias do estado de peregrino em demanda do Absoluto. Para ilustrá-lo, escreve o Cardeal

Charles Journet: “*Notai que já na ordem natural se passa alguma coisa semelhante. Que sou eu? Em certos momentos, pareço ser alguém, possuir certezas, uma riqueza para dar. E depois, no instante seguinte, eis que um raio de luz divina desce em mim e me mostra o nada dessa riqueza: tenho agora a impressão de que não sou mais que um farrapo, um pecador cheio de mentira, cheio de noite. Já nada sei, vacilo, e já não vejo em mim coisa alguma...*”

Na ordem sobrenatural, as oscilações são ainda muito mais amplas. Os santos hão de dizer, em certos momentos: “*Seja o que for que me diga o Demônio, estou certo de estar na graça de Deus!*” Santo Inácio de Loiola afirmava que, ainda que não tivesse Fé, as experiências do seu retiro em Manresa bastariam para lhe dar certezas absolutas. Todos eles falam esta linguagem. E no entanto, noutros momentos, perguntam a si mesmos se não se iludiram. Estas oscilações não hão de ser completamente vencidas senão por meio de revelações especiais que Deus dá a alguns para o fim da vida, quando são confirmados em graça.

A conclusão é a palavra de S. João da Cruz: Teme com confiança. Teme: pode ser que não estejas em graça. Mas não temas com um temor que te impeça de agir, te leve a dizer - para quê? e te faça pôr de lado todos os impulsos. Se assim fizesses, seria o demônio que utilizaria esta incerteza para te lançar na autodestruição. Mas não tenhas também uma confiança presunçosa, uma auto segurança confortável. Não; isso não!

É preciso estar na Cruz. Temo: sei bem que, se Deus quisesse fazer comigo contas rigorosas, eu estava perdido. Mas sei também que Ele me ama com um amor de que eu, neste mundo, não posso fazer ideia. Então, entre a minha miséria e o seu amor, oscilo, mas a minha Fé diz-me sempre: é o amor de Deus que há de triunfar; é maior que a tua miséria. É esta a condição do cristão. Até o mais pobre cristão tem momentos de plenitude, momentos de alegria; é como um paraíso que lhe desce ao coração. E ele tem necessidade disso. Depois, vem a provação, e já ele não sabe que coisa é (Reflexões sobre a Graça, pp. 110-113).

A doutrina católica, longe de incutir angústia, recomenda confiança, a confiança de viandante. Bem diverso é o pensamento protestante: Lutero afirma que o crente tem a absoluta convicção de que, apesar da sua indelével deterioração, Deus o considera como justo por causa de Cristo; ele então está

certamente justificado. Calvino vai mais longe: quem tem fé, pode estar certo de pertencer ao número dos predestinados.

PERGUNTAS

1. Quais os fundamentos bíblicos da doutrina do mérito?
2. Como conciliar mérito e gratuidade?
3. Aspirar bem-aventurança celeste é egoísmo?
4. Pode alguém merecer bens temporais?
5. Qual o valor da oração? A oração do pecador é atendida?

3.10 A PREDESTINAÇÃO

Deus criou o homem para fazê-lo consorte da sua bem-aventurança na pátria celeste. É esta a única razão da existência do ser humano. Para tornar o homem participante da sua felicidade, Deus quer dar ao homem a comunhão com a vida divina já na terra, comunhão que se chama “*graça santificante*”. O desígnio de Deus que se quer dar ao homem é indicado na Sagrada Escritura por vocábulos diversos: escolher, chamar, predestinar. Este último tornou-se o termo mais comum, embora sujeito a mal-entendidos. Fala-se de predestinação.

Como a Escritura a apresenta? São Paulo é o autor que com mais frequência considera o assunto:

2 Ts 2,13: “*Deus vos escolheu desde o princípio para serdes salvos mediante a santificação do Espírito e a fé na verdade*”.

Ef 1,4: “*Em Cristo o Pai nos escolheu antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis diante dele no amor*”.

Rm 8,29-30: “*Os que de antemão Ele conheceu, esses também Ele predestinou a serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de ser Ele o primeiro entre muitos irmãos. E, os que predestinou, Ele os chamou e, os que chamou, Ele os justificou, e, os que justificou, também os glorificou*”.

São Paulo distingue cinco etapas: o conhecimento desde toda a eternidade que Deus tem das suas criaturas; a predestinação que é a decisão de levar à

glória (sem tocar no problema da liberdade do homem); a vocação para a fé (já não mais na eternidade mais no tempo), a justificação (a infusão da graça santificante) e a glorificação (como se fosse um fato pretérito, tão certo é ele).

1Ts 5,9: “*Deus não nos destinou à ira, mas sim para alcançarmos a salvação por nosso Senhor Jesus Cristo*”.

Essa escolha da parte de Deus integra o plano de salvação muito sábio que o Apóstolo julga ser um mistério desde todo sempre oculto em Deus, mas revelado nos últimos tempos:

1 Cor 2,7: “*Ensinamos a sabedoria de Deus misteriosa e oculta, que Deus antes dos séculos de antemão destinou para nossa glória*”

Cl 1,25-27: “*Eu me tomei ministro...para levar a bom termo o anúncio da Palavra de Deus, o mistério escondido desde os séculos e desde as gerações, mas agora manifestado aos seus santos. A este quis Deus tornar conhecida qual é entre os gentios a riqueza da glória deste mistério que é Cristo em vós, a esperança da glória*”. Ver também Ef 1,3-14.

O que São Paulo quer dizer, através desses textos, é que Deus tem, desde toda a eternidade, um plano de amor voltado para o bem definitivo de todos os homens, plano centrado em Cristo, que é o referencial de toda a história da humanidade. Santo Ireneu (f 202) resume esse plano nos seguintes termos, que bem propõem o conteúdo da Revelação Divina: “*O Verbo de Deus se fez homem e o Filho de Deus se tornou filho do homem, para que o homem entre em comunhão com o Verbo de Deus e, recebendo a adoção, se torne filho de Deus*” (Contra as Heresias II119)

Pergunta-se agora: esse plano salvífico é realmente universal ou aberto a todos os homens? A vontade salvífica universal vai-se revelando aos poucos no Antigo Testamento. O universalismo da salvação se revela desde a vocação de Abraão, portador da bênção para todos os povos:

Gn 12,3: “*Por meio de ti serão abençoados todos os clãs da terra*”.

Gn 18,18: “*Abraão se tornará uma nação grande e poderosa e, por meio dela, serão abençoadas todas as nações da terra*”. Ver Gn 22,18; 26,4;28,14.

Este universalismo não é muito manifesto nos livros históricos do Antigo Testamento, mas torna-se claro nos escritos proféticos e sapienciais:

“Dias virão em que o monte da casa de lahweh
Será estabelecido no mais alto das montanhas
E se alçará acima de todos os outeiros.
A ele acorrerão todas as nações,
Muitos povos virão dizendo:
‘Vinde, subamos ao monte de lahweh,
à casa de Jacó,
para que ele nos instrua a respeito dos seus caminhos
e assim andemos nas suas veredas’.
Com efeito, de Sião sairá a Lei,
E de Jerusalém, a palavra de lahweh.
Ele julgará as nações,
Ele corrigirá a muitos povos.
Estes quebrarão as suas espadas, transformando-as em relhas,
E suas lanças, a fim de fazerem podadeiras.
Uma nação não levantará a espada contra a outra,
E não se aprenderá mais a fazer guerra.
Ó casa de Jacó, vinde, andemos na luz de lahweh” (Is 2,2-5).

O livro de Jonas corrige o particularismo dos judeus de após o exílio (587-538) representados por Jonas, que reluta para não pregarem Nínive, mas finalmente é enviado por Deus e obtém a conversão da nação pagã. O livro de Rute, apresentando uma moabita como antepassada do Messias, também apregoa universalismo. No Novo Testamento é muito explícito o universalismo da salvação:

1Tm 2,4: “*Deus quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade*”.

2Cor 5,15: “*Cristo morreu por todos, a fim de que aqueles que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que morreu e ressuscitou por eles*”.

Ef 2,13: “*Agora, em Cristo Jesus, vós, que outrora estáveis longe, fostes trazidos para perto mediante o sangue de Cristo*”. Ver 1Jo 2,2; 2Cor 1,20.

A mesma concepção é expressa pela antítese entre o primeiro Adão (Homem Universal) e o segundo Adão (Homem Universal): Rm 5,12-21; 1 Cor 15,22-28. Em Ef 1,9-11 Cristo aparece como Cabeça de todos e de tudo. A salvação é gratuita e não devida aos méritos do homem:

1Cor 1,17: “*O que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios, e, o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte, e o que no mundo*

é vil e desprezível, o que não é, Deus o escolheu para reduzi-la nada o que é?

A vontade salvífica de Deus não força o homem a aceitar a salvação; respeita cada um, mesmo quando erra:

Jo 8, 47: *“Quem é de Deus, ouve as palavras de Deus. Vós não ouvis, por que não sois de Deus?”*. Ver Gl 3,6-10.

Há textos que parecem contradizer à vontade salvífica:

Mc 3,29: *“Aquele que blasfemar contra o Espírito Santo, não terá remissão para sempre. Ao contrário, é culpado de um pecado eterno”*. Cf. Mt 12, 31 s; Lc 12,10.

Hb 6, 4-6: *“Aqueles que uma vez foram iluminados, saborearam o Dom celeste, receberam o Espírito Santo, experimentaram a beleza da Palavra de Deus e as forças do mundo que há de vir, e, não obstante, decaíram, é impossível que renovem a conversão uma segunda vez, porque da sua parte crucificam novamente o Filho de Deus e o expõem às injúrias”*, cf. 1Jo 5,16.

Notemos, porém, que nesses textos não se fala de recusa da parte de Deus, mas de rejeição da parte do homem. O apóstata dificilmente volta à sua fé originária. Mas Deus insiste em procurar o pecador. Ele perdoa 70 vezes 7, conforme Mt 18,21 s. O Pai do céu só pode dar boas dádivas; o homem que é mau, é que pode dar falsas dádivas: pedra em lugar de pão, serpente em lugar de peixe, escorpião em lugar de ovo. *“Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar coisas boas aos vossos filhos, quanto mais o Pai do céu dará o Espírito Santo àqueles que O pedirem!”* (Lc 11,11 s).

Na parábola de Lc 16,19-31, Abraão recusa enviar Lázaro para advertir os irmãos do rico, a fim de que não caiam na mesma frustração em que se acha o rico. - Esta recusa não significa privação dos meios de salvação: *“Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam!”* (Lc 19,29). Trata-se apenas de incutir a necessidade de não desperdiçar os dons de Deus ordinários ou cotidianos; Deus não está obrigado a interpelar a indiferença dos homens mediante recursos extraordinários.

Deus não se deixa vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem (Rm 12,21). Israel apostatou, mas voltará ao seu lugar no Reino do Messias: Rm 11,25. Na parábola do banquete, os pobres e os coxos são procurados para participar do

festim: Lc 14,21-24. Frente a tais erros, a Igreja sempre declarou que Deus quer a salvação de todos os homens, embora nem todos se salvem, pois se fecham à graça divina. Tenham-se em vista os sínodos de Quierzy (853), Valença (855) e Trento (1545 -1563).

Se existe vontade salvífica universal em Deus, não pode haver predestinação para a ruína. Cf. Ef 1,5: *“Ele nos predestinou para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo conforme o beneplácito de sua vontade”*. Em consequência quem se salva, salva-se por graça de Deus e quem se perde, perde-se por rejeitar consciente e voluntariamente a graça divina,

Em Rm 9,6-24 São Paulo disserta sobre a vocação de judeus e gentios ao reino messiânico em termos que parecem contradizer à vontade salvífica universal de Deus. Eis o que escreve: *“Rebeca, que concebera de um só, de Isaac nosso pai, quando ainda não haviam nascido, e nada tinham feito de bem ou de mal, - a fim de que ficasse firme a liberdade da escolha de Deus, dependendo não das obras, mas daquele que chama - foi-lhe dito: ‘O maior servirá ao menor, conforme está escrito: Amei a Jacó e aborreci a Esaú’*”.

Que diremos então? Que há injustiça por parte de Deus? De modo algum. Pois ele diz a Moisés: *“Farei misericórdia a quem eu fizer misericórdia e terei piedade de quem eu tiver piedade”* Não depende, portanto, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus que faz misericórdia. Com efeito, a Escritura diz ao faraó: *“Eu te suscitei precisamente para mostrarem ti o meu poder e para que meu nome seja celebrado em toda a terra’*. De modo que ele faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer. *Dir-me-ás então: por que ele ainda se queixa? Quem, com efeito, pode resistir à sua vontade? Mais exatamente, quem és tu, ó homem, para discutires com Deus? Vai acaso a obra dizer ao artífice: Por que me fizeste assim? O oleiro não pode formar da sua massa seja um utensílio para uso nobre, seja outro para uso vil? Ora se Deus, querendo manifestar sua ira e tornar conhecido seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, prontos para a perdição, a fim de que fosse conhecida a riqueza da sua glória para com os vasos de misericórdia, preparados para a glória, isto é, para conosco, que ele chamou não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios?”*

O Cardeal Charles Journet, em seu livro “Reflexões sobre a Graça”, propõe

lúcidas considerações a respeito: “*Chegamos agora ao passo capital. São Paulo começa por dizer: Poderão ser feitas censuras a Deus por ir eleger um outro povo em lugar daquele que Ele começara por escolher e que não aceitara o Dom? Não, declara o Apóstolo, porque não há injustiça em que Deus escolha quem quiser escolher e rejeite quem quiser rejeitar. Para bem se entender o sentido desta resposta, gostaria eu de fazer uma distinção*”.

Há duas espécies de vocações, de destinos, de apelos. Vocações que dizem respeito ao tempo de agora e se poderiam chamar temporais, em que a escolha de Deus é completamente livre. E vocações, destinos, que dizem respeito à vida eterna, nas quais Deus não é livre de dar ou não dar aquela graça que, se não for recusada, nos hão de conduzir ao Paraíso: Deus não é livre porque está vinculado pelo seu amor.

E então hei de acusar Deus por não me ter feito poeta como Dante ou por não me ter dado o gênio de Pascal? Por me ter feito nascer em tal ou tal povo e nesta ou naquela época da História, em tal ou tal meio social, com esta ou aquela compleição física, e um ou outro estado de saúde? Por não me ter dado, como aos Apóstolos, a graça de predizer o futuro ou de fazer milagres? Deus é completamente livre; não tem contas a dar-me. Mas, se se trata da vida eterna, então não, Deus não é livre, deve dar-me graças tais, que, se eu me não salvar, a culpa seja minha.

É manifesta a diferença. Se me acontece um desastre, se morro quando pensava ter ainda direito à vida, não posso dizer a Deus “*não é justo!*” É o que S. Paulo há de dizer: Se o oleiro faz um vaso vulgar e um vaso de esplendor, pode o vaso vulgar discutir com o oleiro? Se convém que existam utensílios vulgares, e também obras de arte, que quereis que diga a argila? O mesmo se pode aplicar às vocações temporais dos diversos povos. E também à sua vocação profética: Por que é que o portador da mensagem profética que anunciava o Messias era Israel? Porque ele e não os outros povos? Neste ponto, não tenho nada a dizer (pp. 74s).

Sabemos, então, que foi só Israel que recebeu a vocação profética referente ao Messias. Quer isto dizer que os outros povos estavam abandonados por Deus? Não. Deus enviava-lhes graças secretas, não para eles serem portadores

da mensagem messiânica, mas para os orientar para a salvação eterna, em relação à qual nenhuma alma, em povo nenhum, era esquecida.

Há portanto, como se vê, dois registros, dois planos. Num plano - o plano dos dons e dos destinos temporais, e também das graças carismáticas -, Deus é completamente livre: escolhe quem quer e rejeita quem quer, sem que n'Ele haja injustiça. Num outro plano - o das graças de salvação Deus tem, certamente, a liberdade de dar aos seus filhos graças diversas e desiguais: a um, dois; a outro, cinco talentos. Mas não tem a liberdade de privar seja que alma for daquilo que lhe é necessário: está obrigado pela sua Justiça e pelo seu Amor a dar a cada uma as graças que, se não forem recusadas, a conduzirão ao limiar da Pátria (pp. 76s).

“O pensamento da predestinação não deve levar-nos ao fatalismo, fazer-nos dizer: Para quê? Tudo é inútil! Se o disséssemos, enganar-nos-íamos segundo a fé e segundo a teologia. Que pensar do camponês que dissesse: Deus já sabe se eu colherei ou não, no próximo Outono; e então de que vale eu semear esta Primavera?”. De certo responder-lhe-íamos Deus vê desde toda a eternidade que tu colherás ou que não colherás. Vê desde toda a eternidade que Maria Madalena há de entrar no Céu, mas porque vê desde toda a eternidade que ela se há de converter. E, quando se trata das nossas recusas, é desde toda a eternidade que Ele as tem em conta ao estabelecer o seu plano imutável (pp. 84s).

PERGUNTAS

1. Que é predestinação?
2. Deus quer salvar todos os homens? Explique.
3. Que dizer dos textos que parecem restringir a vontade salvífica de Deus?
4. Deus tem obrigação de nos dar as graças necessárias à salvação eterna?

3.11 A GRAÇA DE DEUS E A LIBERDADE DO HOMEM

Ao tratar da predestinação vimos que o homem pode resistir à graça de Deus e assim excluir-se da bem-aventurança celeste. A questão da graça e do livre arbítrio sempre ocupou os teólogos, como vimos nos Módulos 8-14 deste Curso,

e chegou ao seu ponto culminante nos séculos XVI/XVII, provocada pelos reformadores protestantes. Pergunta-se: como conciliar entre si a soberania de Deus e a liberdade do homem? Duas escolas, oriundas no fim do século XVI, respondem à pergunta acima colocada: a tomista e a molinista. Começemos por expor a doutrina molinista.

Em 1582 na cidade de Valladolid (Espanha), houve um debate público sobre a liberdade de Cristo. A necessidade de refutar o protestantismo levou os teólogos a exaltar a liberdade de arbítrio humana: esta subsiste, diziam, mesmo após a queda original e pode escolher entre o bem e o mal; a graça de Deus é necessária não para provocar o ato bom, mas para acompanhá-lo; é graça concomitante, não antecedente. Ora os teólogos tomistas (dominicanos) de Salamanca reagiram a esta sentença em nome da tradição agostiniana e da doutrina de S. Tomás.

Os jesuítas replicaram, intencionando sempre combater a doutrina do “*seruo arbítrio*” de Lutero e da dupla predestinação de Calvino. Em 1588 Ludovico de Molina S. J. (1535-1600) publicou uma obra famosa: “*Concordia liberi arbitrii cum gratia, praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione*”. Que propunha?

Existe o livre arbítrio humano como capacidade de agir ou não agir, agir deste ou daquele modo. O exercício da liberdade só ocorre mediante o que se chama “*concurso divino*”: é um auxílio de Deus não predeterminante, mas simultâneo ou concomitante. Esse auxílio se exerce não sobre a criatura, mas com a criatura; Deus e o homem agem simultaneamente. Trata-se de um concurso geral, indiferente, que não determina a vontade nem quanto ao agir, nem quanto a agir deste ou daquele modo.

Além do concurso geral, há um concurso particular de Deus, que é a graça dita “preveniente” ou antecipativa; esta não força a vontade do homem. Por ela Deus eleva e ajuda o livre arbítrio, tornando-o capaz de ações sobrenaturais, como crer, esperar, amar, arrepende-se em vista da salvação. Essa graça particular voltada para a salvação eterna é concedida por Deus depois que Ele prevê o bom uso que o homem fará da graça.

E como é que Deus conhece o bom uso que o homem fará da graça? -

Conhece-o em sua ciência média. Com efeito; Molina admitia três tipos de saber em Deus: a ciência de simples inteligência, pela qual Deus conhece todas as coisas possíveis, com suas propriedades e atividades possíveis. É um saber especulativo, que versa sobre tudo o que não seja contraditório ou absurdo; e a ciência de visão, pela qual Deus conhece todos os seres reais (passados, presentes e futuros). Estão todos presentes ao olhar eterno de Deus. Esta ciência supõe a prévia escolha, feita pela Providência Divina, de uma ordem determinada, em vez de outras; a escolha implica um decreto divino, que faz as coisas passarem da condição de meros possíveis para a de realidades concretas;

Além destes clássicos tipos de saber em Deus, Molina admitia a ciência média. Esta seria a ciência dos futuríveis livres ou do que poderia ser livremente futuro: Deus vê como a criatura faria sua livre opção e em função dessa opção lhe daria ou não a graça para agir. Em linguagem mais simples dir-se-ia: Deus oferece ao homem a graça para fazer o bem, e aguarda a decisão positiva ou negativa da criatura. Em função dessa decisão Deus dá ou não dá a sua graça, o que significa que o procedimento de Deus é condicionado ou determinado pela criatura. Molina fundamenta o postulado da ciência média no fato de que Deus tem uma supercompreensão das criaturas; Ele sonda todas as possibilidades do homem, inclusive as mais remotas, possibilidades que nunca se tornarão realidade.

Com outras palavras: antes de qualquer decreto livre de sua vontade, Deus prevê o que tal ou tal homem escolheria livremente se fosse colocado em tais ou tais circunstâncias. Ciente do que o ser humano livremente faria em tais ou tais circunstâncias, Deus resolve que o colocará ou não nessas circunstâncias, circunstâncias nas quais Deus prevê que a criatura se salvará ou se perderá. É totalmente livre e gratuito, da parte de Deus, o decreto pelo qual o Senhor decide colocar a criatura em tais e tais circunstâncias, após prever o que ela; assim ambientada, escolherá.

De tudo isto se segue que a predestinação para a glória (a única predestinação real) ocorre depois (e não antes) da previsão dos méritos da criatura. A graça de Deus é extrinsecamente eficaz, isto é, eficaz em dependência do nosso

livre arbítrio. Não é intrinsecamente eficaz ou eficaz determinante, Deus não determina a criatura. Aos que se perdem, Deus dá a graça suficiente (suficiente para que se salvem); esta não é eficiente ou eficaz por causa da livre recusa do homem.

A doutrina de Molina foi muito bem acolhida nos Países-Baixos pelos jesuítas, que, encabeçados por Leonardo Lessius (t 1623), combatiam o calvinismo, defensor de teses extremadas sobre a predestinação (Deus predestinaria algumas criaturas, de antemão, para a condenação definitiva). Todavia, o molinismo suscitou controvérsias dentro da própria Companhia de Jesus, pois foi tido como muito próximo ao semipelagianismo. Daí a posição molinista mitigada (congruista) do Cardeal Roberto Bellarmino S. J. e do Pe. Francisco Suarez S.J.: afirmavam que a graça de Deus.

É eficaz porque Deus a dá em correspondência ao que convém (ao que é côngruo) ao homem, de tal modo que este não a rejeite; em latim: eum (hominem) vocat quomodo scit ei congruere (Deus chama o homem daquela maneira que Ele sabe que convém ao homem, provocando assim a delectatio victrix ou o deleite vitorioso de que falava S. Agostinho). Molina e seus seguidores foram combatidos pela escola dominicana, tendo à frente Domingos Banez (t 1604).

Banez afirmava que Molina caía no pelagianismo, atribuindo à vontade humana a capacidade de decidir sem a graça de Deus. Por isto negava a ciência média e ensinava que Deus predetermina a criatura, sem, porém, sufocar o seu livre arbítrio. Deus é tão perfeito que move à ação as criaturas livres, excitando a sua liberdade em vez de a extinguir - o que fica sendo um mistério, mistério, porém, que Banez sustentava observando que Deus não pode ser determinado pela criatura, dependendo dela para dar-lhe ou não lhe dar a sua graça.

Em poucas palavras, a controvérsia se punha nos seguintes termos: Ou a criatura determina o Criador (molinismo); Ou o Criador determina a criatura (tomismo). Como não há meio-termo ou uma terceira proposição, o molinismo é falso e o tomismo verdadeiro. Como se vê, a tese molinista é mais psicológica, inspirada pelos propósitos de ascese de S. Inácio e pelos apelos à livre escolha do bem. A tese tomista é mais rígida, estritamente metafísica, baseando-se nos

princípios firmes da ontologia: o Ser Subsistente e Perfeito jamais pode ser passivo ou jamais pode ser determinado, pois isto implica imperfeição.

Além disto, note-se: todo ato bom há de ser movido por uma graça intrinsecamente eficaz e infalível; é chamada graça eficiente. A razão disto é que todo novo ser (todo ato humano) depende necessariamente da Fonte do ser, que é Deus; nada vem a existir independentemente da Causa Primeira e Universal. Essa graça eficiente, da qual depende o ato bom do homem, inclui uma pre moção, predeterminação física, e não meramente moral.

Em 1595 o Papa Clemente VIII resolveu tomar a causa a si e constituiu as Congregationes de auxiliis gratiae (assembleias para debater a questão dos auxílios da graça divina). Estas procederam em cinco fases sucessivas: Uma Comissão de oito consultores (sem dominicanos nem jesuítas) foi encarregada de examinar a obra “*Concórdia...*” de Molina. Trabalhou de 2 de janeiro a 13 de março de 1598 e concluiu propondo a condenação do livro e a censura de 89 proposições do mesmo.

O Papa, diante do fato, pediu novo exame da obra pela mesma Comissão acrescida de novos membros. Os examinadores trabalharam de abril a novembro de 1598 e concluíram confirmando a sentença anterior. Luís Molina enviou ao Papa uma apologia de sua doutrina. Em consequência o Papa houve por bem colocar dominicanos e jesuítas em confronto direto. Após o debate, a Comissão foi de novo solicitada a dar seu parecer; este reduziu a vinte as proposições censuráveis, mas insistiu na condenação da obra de Molina. Esta etapa durou de fevereiro de 1599 a julho de 1601.

O Papa decidiu alterar a composição da Comissão, à qual ele quis pessoalmente presidir. Houve 68 sessões entre março 1602 e janeiro 1605. Em dado momento o jesuíta Roberto Belarmino foi nomeado arcebispo de Cápua, a fim de o afastar de Roma. Tudo parecia pronto para a condenação de Molina. Todavia o Papa morreu aos 4/3/1605, ficando a questão suspensa.

O novo Pontífice, Paulo V, houve por bem presidir às sessões de estudo entre setembro 1605 e fevereiro 1606, estando presente o arcebispo jesuíta Roberto Belarmino. Paulo V desejava que se discutissem não só o Molinismo, mas

também os “decretos predeterminantes” e a “predestinação física” propostos por Banez.

Pedi então o parecer de alguns grupos: o da Comissão de Consultores, que pediram a condenação de 42 proposições de Molina; a dos Cardeais do S. Ofício, que emitiram os seguintes laudos: quatro pediram que se prolongasse o exame da questão; dois optaram pela decisão imediata da pendência, mas sem dizer em que sentido; o cardeal d’Ascoli, dominicano, solicitou a condenação de Molina e a definição da predeterminação física; os Cardeais Belarmino e du Perrou julgaram que devia ser condenada a posição de Banez, mas propunham que, para o bem da paz, ninguém fosse condenado.

Finalmente aos 5/9/1607 Paulo V proferiu a sua sentença: voltassem para casa os debatedores e consultores e lá aguardassem a decisão definitiva do Papa, que seria comunicada em momento oportuno. Cada uma das duas escolas entrementes ficava livre para ensinar a sua doutrina, embora uma das duas sentenças seja falsa; era proibido a qualquer dos contendentes acusar de heresia os seus adversários; o Papa pedia que nos debates teológicos se evitassem todas as expressões de azedume ou amargura de ânimo.

Eis o teor exato da decisão de Paulo V comunicada ao Superior Geral tanto dos jesuítas como dos dominicanos mediante o Santo Ofício: *“Na questão relativa aos auxílios (da graça) o Sumo Pontífice autoriza os debatedores e consultores a que voltem às respectivas pátrias e residências. Acrescentou que Sua Santidade haverá de publicar em momento oportuno a explicação e a determinação que estão sendo esperadas. O mesmo Sumo Pontífice proibiu severamente que, ao tratar do assunto, qualquer das duas partes imponha nota de censura ao adversário... Deseja também que se abstenham de qualquer palavra áspera ou amarga na contenda”* (Denzinger-Schönmetzer nº 1997).

A decisão de Paulo V era muito sábia; se não esclarecia a questão, preservava a caridade fraterna e a paz entre os teólogos. Como se vê, até hoje o momento oportuno para dirimir a questão não chegou, nem é de crer que venha a ocorrer. É lícito portanto ensinar qualquer das duas sentenças; na prática valerá sempre o axioma de S. Inácio de Loiola: *“Orar como se tudo dependesse de Deus, e trabalhar como se tudo dependesse de nós”*.

Para evitar que nova discussão inflamasse os ânimos, o S. Ofício proibiu a publicação de livros sobre a graça sem especial autorização (1611). Seja lícito acrescentar: o erro fundamental na controvérsia consiste em supor antítese entre o agir humano e o agir de Deus, de modo que o que é atribuído a um parecer subtraído ao outro. Notemos que as duas causalidades não estão no mesmo plano; por isto não se excluem mutuamente.

A índole natural do agir humano o torna essencialmente correlativo ao agir divino, embora o sentido profundo desta relação nos escape, pois nos escapa a natureza de um dos dois termos (o agir divino); estamos diante do mistério da soberana ação de Deus, à qual não se pode juntar nenhuma ação da criatura; esta, porém, mesmo sem se furtrar a Deus, não é determinada nem diminuída em sua grandeza e em sua liberdade. É na base destas reflexões que se estabelece o tomismo.

Objeta-se: a doutrina tomista destrói a liberdade humana. - Respondem os tomistas como dito atrás: os decretos divinos, longe de destruir a liberdade da criatura, a atualizam, produzindo em nós e conosco o modo livre dos nossos atos. Pois esse modo livre é uma modalidade do ser, é um bem; por conseguinte deriva-se da Fonte de toda realidade e de todo bem. Veja-se a respeito o Apêndice deste Módulo.

O tomismo causa desânimo? - S. Agostinho observa: é melhor confiar em Deus do que em nós. Ele nos ama irreversivelmente; somos suportes frágeis, inseguros e inconstantes. Mas então dir-se-á se Deus intervém na minha liberdade para me fazer dizer sim, parece que já não sou livre... É este ponto que é preciso esclarecer bem. Vou lançar mão de quatro exemplos, em quatro planos diferentes.

Ao átomo de rádio Deus dá o ser, e dá-lhe também a capacidade de agir, emitindo raios. Deus comunica, pois, ao átomo alguma coisa da sua dignidade criadora, embora, é claro, em ínfimo grau. Ora Deus, tocando no átomo para lhe dar atividade, não lhe tira a natureza, nem a violenta, mas leva-a a dar frutos, a produzir efeitos. O átomo é como que um transformador de energia divina, para a transformar em energia física no plano mineral.

Vede a roseira: no inverno, está em repouso. Mas, quando, na primavera, Deus a toca, eis que a vida começa a despertar nela, e já a roseira vai dar as suas rosas. A roseira será então como um transformador de energia divina em energia vegetal. A ação divina não lhe tira a natureza, mas concede-lhe o agir vegetativamente.

Um pássaro que vai cantar. Quando Deus lhe toca a natureza, concede-lhe, sem a violentar, que exerça as suas atividades de ordem sensível, concede-lhe que cante à maneira de pássaro. E, quando é já do homem que se trata - do homem, ser livre, dotado de inteligência e de vontade, cuja alma imortal é maior que o mundo-, quando Deus lhe toca a alma, concede-lhe que opere segundo a sua natureza, isto é, dominando as coisas inferiores.

A liberdade não consiste em ser independente de Deus. Que Deus não atue em mim, - e eu serei livre?! De modo nenhum! Se Deus não age em mim, já não existo, caio no nada. A liberdade encontra-se no interior de Deus como em sua fonte infinita. Quanto mais me aproximo de Deus, tanto mais participo do domínio que Ele tem sobre os seres inferiores; tanto mais livre serei.

A minha liberdade é uma dependência para com Deus, dependência que me dá uma indiferença dominadora em relação às coisas inferiores. Porque o meu coração é feito para a totalidade do Bem, do Belo e do Verdadeiro; porque a minha alma é maior que o mundo e o mundo só me oferece bens parciais (reais ou aparentes), eu posso, em presença desses bens, dizer sim porque são bens, ou dizer não porque são parciais.

Só Deus, que fez esta delicada máquina do nosso livre-arbítrio, pode mexer-lhe sem a quebrar. Deus não rouba as naturezas: fá-las florir. Haverá alguém mais dependente de Deus que São Francisco de Assis? E quem será mais livre que ele? Pussem-no fosse lá em que condição fosse; atrassem-no para um desses campos de concentração da nossa época - e ele teria continuado a ser dominador de todas as coisas inferiores: teria continuado a ser São Francisco de Assis (Reflexões sobre a Graça, pp. 41-44).

PERGUNTAS

1. Que ensina o molinismo?
2. Qual a tese tomista?
3. Que é o molinismo cômputo?
4. O tomismo assusta? Explique bem.

3.12 GRAÇA SUFICIENTE E GRAÇA EFICIENTE

Já que Deus quer salvar todos os homens (1Tm 2,4), é lógico dizer que Ele oferece a todos a graça necessária à salvação. É aliás o que se depreende da Escritura Sagrada, quando fala do valor da oração e da ação da Providência Divina:

Mt 6,13: “*Não nos exponhas à tentação, mas livra-nos do maligno*”.

Mt 26,41: “*Vigiai e orai para que não entreis em tentação*”.

1Pd 5,8s: “*Sede sóbrios e vigilantes! Eis que o vosso adversário, o diabo, vos rodeia como um leão a rugir, procurando a quem derrubar. Resisti-lhe firmes na fé*”.

O auxílio de Deus ao homem deve ser sempre suficiente para que alcance a salvação, caso aceite o Dom de Deus. Todavia a própria palavra de Deus e a experiência ensinam que nem todos chegam (ou parecem chegar) à salvação. Nem todas as graças logram efeito positivo no homem. Daí a pergunta: que é que torna eficaz a graça de Deus? Graça suficiente e graça eficaz são a mesma realidade? A tais questões respondem escolas diversas. Contudo, independentemente desses diversos sistemas, quatro proposições são de fé e exprimem o pensamento central da Igreja. Ei-las:

Isto equivale a dizer que Deus oferece ao homem uma graça que pode bastar para que se converta e realize autênticos atos salutares, mas que em determinados homens não se traduz em boas obras. A Igreja percebeu a necessidade de se exprimir dessa maneira por causa dos erros dos reformadores protestantes e dos jansenistas, para os quais a graça de Deus é sempre eficaz. Na verdade, há uma graça realmente suficiente porque pode levar a atos salvíficos, mas é meramente suficiente, porque de fato não leva a esses atos. Por conseguinte, foi explicitamente rejeitada a afirmação dos jansenistas: “A graça suficiente não é útil, mas é perniciosa ao nosso estado, de modo que com razão podemos dizer: Da graça suficiente livra-nos, Senhor” (DS 2306).

O Concílio de Trento declarou: “*Se alguém disser que o livre arbítrio do homem, movido e provocado por Deus, em nada coopera, consentindo no chamado de Deus para que se disponha e se prepare para obter a graça da justificação, e que o homem não pode resistir à graça, caso queira, seja anátema*” (DS 1554).

Em favor desta doutrina podem citar-se textos bíblicos como:

Is 5,1-7: Neste belo cântico da vinha o Senhor censura o povo de Israel por não ter dado uvas boas, apesar de quanto o Senhor fez por ela.

“Vou cantar ao meu amado o cântico do meu amigo para sua vinha.

O meu amado tinha uma vinha em uma encosta fértil.

Ele cavou-a, removeu a pedra e plantou nela uma vinha de uvas vermelhas.

No meio dela construiu uma torre e cavou um lagar.

Com isto, esperava que ela produzisse uvas boas, mas só produziu uvas azedas.

Agora, ó moradores de Jerusalém e homens de Judá, servi de juízes entre mim e minha vinha!

Que me restava fazer a minha vinha que eu não tenha feito?

Porque, quando eu esperava que ela desse uvas boas, deu apenas uvas azedas?

Agora vos farei saber o que vou fazer da minha vinha!

Arrancarei a sua cerca para que sirva de pasto, derrubarei o seu muro para que seja pisada; reduzi-la-ei a um matagal; ela não será mais podada nem cavada; espinheiros e ervas daninhas crescerão no meio dela.

Quanto às nuvens, ordenar-lhes-ei que não derramem a sua chuva sobre ela.

Pois bem, a vinha de lahweb dos Exércitos é a casa de Israel, e os homens de Judá são a sua plantação preciosa.

Deles esperava o direito, mas o que produziram foi a transgressão; esperava a justiça, mas o que apareceu foram gritos de desespero”.

Mt 11,20-24: *Jesus se queixa das cidades de Israel que, muito favorecidas pela graça de Deus, não se converteram: “Então começou a verberar as cidades onde havia feito a maior parte dos seus milagres, por não se terem arrependido: Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Por que se em Tiro e em Sidônia tivessem sido realizados os milagres que em vós se realizaram, há muito se teriam arrependido, vestindo-se de cilício e cobrindo-se de cinza. Mas eu vos digo: No Dia do Julgamen-to haverá menos rigor para Tiro e Sidônia do que para vós. E, tu, Cafarnaum, por acaso te elevarás até o céu? Antes, até o inferno descerás.*

Porque se em Sodoma tivessem sido realizados os milagres que em ti se realizaram, ela feria permanecido até hoje. Mas eu vos digo que no Dia do Julgamento haverá menos rigor para a terra de Sodoma do que para vós”

Mt 25, 24-30: na parábola o patrão censura o servo preguiçoso que enterrou seu único talento.

Mt21, 33-41: os vinhateiros infieis, não tendo correspondido à confiança do seu senhor, são punidos.

Mt 21, 31 s: *“Em verdade vos digo que os publicanos e as prostitutas vos precederão no reino de Deus, pois João veio a vós num caminho de justiça e não crestes nele. Os publicanos e as prostitutas creram nele. Vós, porém, vendo isso, nem sequer reconsiderastes para crer nele”*.

Jesus insiste em afirmar o pecado daqueles que, tendo visto e ouvido os sinais do Messias, são gravemente culpados de incredulidade: *“Se eu não tivesse vindo e não lhes tivesse falado, estariam sem pecado. Mas agora não têm desculpa para seu pecado”* (Jo15,22). Santo Estêvão adverte os judeus: *“Vós sempre resistis ao Espírito Santo”* (At 7,51).

O pecado contra o Espírito Santo é precisamente a atitude de quem se fecha à graça de Deus e despreza o convite do Espírito Santo; cf. Mt 12,31 s. Isto quer dizer que nem todas as graças são tais que somente por circunstâncias a elas extrínsecas (ou por causa da aceitação dada pelo homem) são eficazes. A Escritura propõe expressões e acontecimentos que manifestam a existência de graças que são eficazes por si mesmas. Levem-se em conta textos já citados:

Fl 2,13: *“Deus é quem opera em vós o querer e o agir”*.

Rm 9,16: *“Não depende daquele que quer nem daquele que corre, mas da misericórdia de Deus”*.

2Cor 3,5: *“Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos. Mas é de Deus que vem a nossa capacidade”*.

1 Cor 3,7: *“Aquele que planta nada é; aquele que rega, nada é; mas importante tão somente é Deus, que dá o crescimento”*.

Ef2,10: *“Somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus, para as boas obras que já antes Deus tinha preparado para que nelas andássemos”*.

Santo Agostinho (t 430) indaga: *“Quem seria tão impuro e insensato para afirmar*

que Deus não pode mudar a má vontade do homem sempre, como e quando Ele o queira, tornando-a uma vontade boa? (*Enchiridion*, 98). Sob o influxo da graça eficaz a vontade do homem permanece sempre livre. Esta vontade foi proclamada pela Igreja contra os reformadores protestantes: “Se alguém disser que o livre arbítrio do homem...não pode discordar, caso o queira, masque, como um ser não vivo, nada absolutamente faz e se comporta de modo meramente passivo, seja anátema” (DS1554).

Especialmente Jansênio e seus seguidores julgaram ser a graça irresistível; daí a condenação proferida pelo Papa Inocêncio X sobre as seguintes proposições jansenistas: “No estado de natureza decaída, ninguém resiste à graça interior”. “Os *semipelagianos* admitiam a necessidade da graça preveniente (antecedente) interior para cada um dos atos...e eram hereges porque queriam que aquela graça fosse tal que a vontade humana lhe pudesse resistir ou desobedecer” (DS 2002.2004). Folheando a Escritura Sagrada, verifica-se que ela enfatiza tanto o poder de Deus quanto a liberdade do homem:

SI 95,8: “Se hoje ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações”.

At 7,51: “Resistis continuamente ao Espírito Santo”.

Eclo 15,14: “Deus criou o homem e o abandonou nas mãos de suas próprias decisões”.

Ciente disto, Santo Agostinho escreveu uma famosa passagem: “*Quem te criou sem ti, não te justifica sem ti. Ele te criou sem que o soubesses, Ele te justifica mediante o teu assentimento*” (Sermão 169, 11.13).

Graça e liberdade, Deus e o homem colaboram na obra da salvação: o modo como se dá o inegável fato da colaboração, é um mistério, pois se trata de conciliar a soberania de Deus com a liberdade do homem. Essa problemática é que ocupou Tomistas e Molinistas em árduos e prolongados debates. Tentando lançar um pouco de luz sobre a questão, deve-se notar que Deus não atua sobre algum setor apenas do agir humano, e a liberdade sobre o outro setor, mas qualquer ação humana é toda do homem e toda de Deus; todavia Deus age como Criador e o homem age como criatura, ou seja, cada qual em seu plano, sendo o plano de Deus mais elevado e mais abrangente. Por conseguinte, a causalidade que se atribui ao homem não diminui nem desmerece a causalidade que é própria de Deus.

A Graça atua como a Amizade atua: “O modo segundo o qual a liberdade divina

age com a liberdade humana, excede a todo nosso entendimento. Dada a enfermidade da nossa estrutura intelectual, é difícil não se imaginar esta ação segundo a analogia das causas e dos impulsos materiais, mas a reflexão deve rejeitar este modo grosseiro de pensar e ater-se às analogias, as quais, sem eliminar o problema, colocam-no sobre o plano psicológico da amizade. A ação divina assemelha-se indubitavelmente à amável influência do afeto, que obtém o que se prefixa com o deleite mesmo da sua presença ou o deleite do desejo que suscita: uma mãe à cabeceira da cama do filho enfermo obtém dele uma fácil resignação com a simpatia do seu amor e com a penetração do seu desejo”.

A graça não é uma coisa, nem um abalo, mas uma relação de pessoas que formam a síntese espiritual de um “*nós*”. Mais íntimo a mim, do que eu o seja a mim mesmo, Deus age com tanta delicadeza na minha alma, que não perturba de modo algum as leis psicológicas. Sua intervenção, feita de pura amizade, intervenção de uma Pessoa infinita em favor de uma pessoa finita, que é a sua imagem, não perturba em nada, nem o uso da liberdade nem as leis do determinismo. Ela alcança seus fins provocando a atividade humana, unindo-se ao seu esforço, convidando a vontade a consentir no Dom que lhe é oferecido. E aqui, sem eliminar a unidade dos atos sucessivos, não devemos ceder à ilusão de uma psicologia atomística, mas devemos ver e integrar esta influência na sua continuidade metódica de toda uma vida humana.

Assim na exaltação da liberdade humana (a graça age somente por isso) provém da paixão de Deus (pati divina de Dionísio), não sofrida, mas experimentada e consentida por uma pobreza consciente do próprio nada, e que internamente se abre ao jorro da fonte infinita” (La grâce du Christ em Nouvelle Revue Théologique, 1947, p. 902).

Escritos do Cardeal Charles Journet

“A moção divina vem ao meu encontro; constantemente me está presente a sua oferta. Aparece à minha volta como ar que respiro; se não a interromper, ela dará em mim o fruto de atos bons. Deus não vai, no entanto, criar os atos bons, em mim, sem intervenção minha: fá-los-á através de mim. Não me vai enfeitar com eles como se enfeita uma árvore de Natal, pendurando nela velas ou chocolates: isso não tem sentido. Vai, sim, fazer-me produzir atos

bons, como o pinheiro produz a pinha - vitalmente.

Deus nunca deixa de bater à porta do meu coração. Se eu o deixar agir, Ele há de fazer com que eu diga sins cada vez mais magníficos. Não me é licito gloriar-me com eles, fazer oração do fariseu (Senhor eu pago dízimo, etc). Se faço alguma coisa de bom, direi: 'Ó meu Deus, tantas vezes vos tenho dito não! Vós me concedestes que dissesse este sim: obrigado, meu Deus! Que esta glória seja para vós e não para mim, que sou verme e terra!'

Mas eu posso dizer que não. Não é que Deus me não tenha ajudado o bastante. Deus lá estava, a bater à porta do meu coração. Mas eu quebrei o seu impulso, e de tal maneira, que, se continuar a quebrá-lo, isso significará o inferno, a separação de Deus. Não o censureis, não poderei jamais censurá-lo por não me ter ajudado o suficiente. Fui eu que quis quebrar a moção divina. A culpa é minha. Nenhum condenado se levantará, no Último Dia, para dizer: "Senhor! Vós não me ajudastes o bastante". Todos dirão: 'Eu quis isto'. E continuarão a defender a excelência da escolha que fizeram. Se um só condenado pudesse dizer: "Estou condenado por culpa de Deus", Deus não seria Deus.

Pelo contrário, se morro em ato de amor, Deus é que me terá concedido que eu fizesse esse ato, e eu direi: 'Senhor! É por causa da vossa bondade infinita que entro definitivamente na vossa luz. Fostes vós que me transportastes para o vosso paraíso, tal como o archeiro pega uma flecha para a atirar ao alvo. Seja para vós esta glória'. E a predestinação é isto mesmo: o ato pelo qual Deus me toma pela mão e me leva a dizer o último sim ao seu amor.

Se me recuso, Deus voltará ainda, procurando arrancar-me à ruína em que caí. Poderá suscitar-me remorsos; perseguir-me-á com as suas misericórdias. Se eu quiser dizer que não até o fim, a culpa é minha; quero que a minha vontade predomine sobre este apelo de Deus. De modo que se pode aplicar a cada um de nós aquela palavra que São Tomás - de novo São Tomás - há de citar: 'A tua perda vem de ti, ó Israel! E só de mim vem o socorro' (Oséias, na tradução da Vulgata). Israel é a alma. A ação divina, se não tivesse sido aniquilada por aquele que se fechou para a graça, tê-la-ia levado a fazer um ato bom, a que se teria seguido outro e outro, até a justificação. Deus oferecia-lhe com que produzir o rebentozinho, que teria dado a flor e por fim o próprio fruto.

Se, pelo contrário, eu deixo Deus agir, o que geralmente acontece é que Ele me levará a fazer um primeiro ato, que será um ato de fé, depois de temor salutar, depois de esperança; virá depois um começo de amor. Nem tudo está perdido. Tu podes ainda, com esta graça,

levantar-te. Irei a uma igreja, entrarei num confessionário, acusarei com humildade as minhas faltas, receberei a absolvição com o imenso perdão de Deus; e nesse momento ficarei justificado. É isto o que se passa na maior parte dos casos.

Podem, todavia, dar-se casos excepcionais. Em vez de preparar progressivamente um pecador para a justificação, por uma série de impulsos susceptíveis de serem quebrados, Deus pode derrubá-lo imediatamente por um impulso invencível, como derrubou São Paulo no caminho de Damasco. Pode fazê-lo entrar no paraíso como por um rapto, e eu penso que Deus faz isto com frequência, embora os teólogos digam que é milagre. O processo normal são as graças a que se pode resistir, as quais, se não forem esterilizadas, mas sim acolhidas, hão de atrair uma graça irresistível, triunfante, que me levará a fazer o ato bom de modo tal que agradecerei a Deus: “Obrigado por me terdes feito produzir este ato bom”.

As graças vencíveis, que posso inutilizar em mim, daremos o nome de graças suficientes. Às graças invencíveis, que vem oferecidas nas primeiras, quando estas não forem quebradas, à maneira do fruto já oferecido na flor, chamaremos graças eficazes. O homem é, pois, a causa total do pecado; só ele tem a primeira iniciativa do pecado. Mas quererá isto dizer que, ao pecar, eu vá surpreender Deus, desorientar a sua ciência, mudar-Lhe o plano eterno? Isto é insensato! Eu surpreenderia a ciência divina, se pudesse, por mim só, introduzir no mundo a mínima parcela de ser. Pecando, não é ser, é não ser, é destruição-que eu introduzo no mundo” (Reflexões sobre a graça, pp. 48-53).

PERGUNTAS

1. Exponha o princípio relativo à graça suficiente.
2. Que é a graça eficiente? É diversa da suficiente?
3. A graça extingue a liberdade do homem?
4. Como colaboram a graça e a liberdade humana na realização de um ato humano bom?

3.13 PROPRIEDADES DO ESTADO DE GRAÇA

São quatro as propriedades do estado de graça: ninguém pode estar certo de se achar na graça de Deus; a graça está em graus diversos nos diversos

homens e mulheres; a graça pode ser intensificada em cada justo; a graça pode ser perdida. A primeira propriedade já foi abordada no Módulo 24. Foi definida pelo Concílio de Trento frente aos reformadores, que proclamavam a fé fiducial, donde jorraria a certeza do estado de graça e da salvação.

A graça santificante é essencialmente a mesma em todos os indivíduos; ela confere a cada um a amizade com Deus e a filiação divina. Mas ela difere em graus dependentes das disposições de quem a recebe. Jesus supõe a igualdade da graça em todos os fiéis quando os exorta a ser perfeitos como o Pai Celeste é perfeito; a meta, portanto, é a mesma para todos; cf. Mt 5,48. Todavia na parábola dos talentos Cristo refere-se à desigualdade dos dons: há quem receba cinco, há quem receba menos; cf. Mt25, 14-30.

São Paulo afirma que *“a cada um foi dada a graça segundo a medida do dom de Cristo”* (Ef 4, 7). O Apóstolo admite também uma diferença na glória futura: *“Um é o brilho do sol; outro, o da lua, outro o das estrelas, porque entre estrela e estrela há diferença de esplendor. Assim também será na ressurreição dos mortos”* (1 Cor 15, 41 - 43). O Concílio de Trento ensina que *“recebemos em nós a justiça, cada um segundo a sua medida; o Espírito Santo distribui a cada um como quer e conforme a preparação e a cooperação de cada qual”* (DS 1529).

A diferença dos graus da graça tem sua raiz na livre generosidade de Deus. São Tomás de Aquino observa a respeito que essa variedade constitui a beleza do universo (Suma Teológica I/ II, 112,4). Toda sinfonia consta de notas diversas; a obra é tanto mais bela quanto mais diversidade na unidade apresenta. A graça santificante se intensifica e arraiga mais e mais nos justos em conformidade com a sua fidelidade e a sua generosa correspondência ao dom de graça. Isto bem se entende: a graça é uma vida - a vida dos filhos de Deus; ora toda vida é dinâmica e tende a crescer. Os teólogos distinguem a primeira justificação (pelo Batismo) e a segunda justificação (devida aos demais sacramentos e às boas obras). Está claro que o aumento da graça no cristão não se faz por extensão, mas por intensidade.

A Escritura é muito explícita a propósito: Em Jo 15,2: Jesus diz que todo ramo da verdadeira videira que produz fruto, é podado pelo Pai para que dê

mais fruto ainda. São Paulo exorta a que, “*fiéis à verdade em um espírito de amor, continuemos a crescer de toda maneira em direção àquele que é a cabeça, Cristo*” (Ef 4,15). Afirma ainda o Apóstolo: “*Embora em nós o homem exterior vá caminhando para a sua ruína, o homem interior se renova dia por dia*” (2Cor 4,16). “*Deus vos conceda, segundo os tesouros de sua glória, ser poderosamente corroborados, mediante seu Espírito, a fim de crescer no homem interior*” (Ef 3, 15s).

Em suma, o Apocalipse (e, com ele, a Escritura) se encerra com este convite-anúncio: “*Quem é justo, tome-se ainda mais justo, e quem é santo continue a se santificar. Eu venho depressa e trago comigo a recompensa, para dá-la a cada um segundo as suas obras*” (Ap 22, 11s). A Igreja pede em sua Liturgia “*o aumento da fé, da esperança e da caridade*”. De resto, os teólogos geralmente admitem que o aumento da graça santificante acarreta o aumento das virtudes teológicas e vice-versa.

O cristão tem a obrigação não apenas de conservar a vida de filiação divina em si, mas também de a favorecer para que se desenvolva e chegue à santidade. Todos são chamados à perfeição ou à santidade desde o Batismo; cf. Const. Lumen gentium, cap. V. A santidade é o desabrochamento da justificação. A santidade não consiste em fazer coisas extraordinárias, mas em fazer as coisas ordinárias extraordinariamente bem. Em última análise, a santidade consiste em deixar que Jesus cresça em nós, de modo que tudo façamos com Ele e por Ele; ciente disto, escrevia São Paulo: “*Vivo eu, mas não eu, é Cristo que vive em mim*” (Gl 2, 20). A vida de Cristo no cristão se traduz por amor... amor a Deus e ao próximo, amor que é o vínculo da perfeição; cf. Mt 22, 40 e Cl 3, 14.

A santidade pode ser atingida em qualquer estado de vida para o qual Deus chama o cristão. Jamais poderão ser esquecidas as normas gerais válidas para todos os homens e mulheres: “*Esta é a vontade de Deus: a vossa santificação*” (1Ts 4, 3). Ou ainda: “*Sede perfeitos como é perfeito vosso Pai, que está nos céus*” (Mt 5, 48).

A santidade se realiza em cada indivíduo segundo as suas características: masculinidade ou feminilidade, temperamento ativo ou contemplativo, talentos diversos, ambiente de vida, tipo de educação... Ela faz deste filho ou desta filha de Adão um(a) filho(a) de Deus configurado(a) a Cristo. Pode alguém chegar à certeza de que está realizando a própria perfeição ou tendendo à santidade?

A resposta é negativa; ninguém pode estar absolutamente certo de estar no caminho mais exato que leva à perfeição; dizia S. Paulo: “*Não tenho consciência de algum pecado, mas nem por isto me dou por justificado*” (1 Cor 4, 4).

Somente a Igreja, após minucioso exame, e assistida pelo Espírito Santo, pode proferir um juízo autêntico, e isento de erro, sobre a santidade de uma pessoa falecida, quando a canoniza. Todavia, há sinais que elucidam a questão: está alguém caminhando para a perfeição? - Dentre todos, o mais seguro é o esforço contínuo para tender sempre à santidade, a perseverança humilde e incansável na procura de mais e mais já é perfeição, pois a perfeição, para o cristão na terra, não é um estado adquirido, mas uma contínua e teimosa tendência. É S. Bernardo quem o diz: “*Tender à perfeição já é perfeição*”. Toca ao cristão repetir com São Paulo: “*Não que eu já o tenha alcançado ou que já seja perfeito, mas vou prosseguindo para verse alcanço*” (Fl 3, 12).

Pergunta-se agora: quais são os meios que levam à perfeição? Ei-los:

- Antes do mais, a oração entendida como diálogo filial, como escuta dócil da Palavra de Deus, à qual o cristão se dispõe a responder com prontidão. Requer-se não somente a oração vocal e comunitária, mas também a oração mental, silenciosa, que favoreça a intimidade com o Senhor.
- Os sacramentos são indispensáveis. Têm por centro a Eucaristia como sacrifício e sacramento, devendo ser acompanhada pela confissão sacramental feita periodicamente a um sacerdote, que poderá eventualmente ser também diretor espiritual. A S. Missa frequentada todos os domingos ou ainda mais vezes põe o cristão em contato com a Liturgia e o ano litúrgico. É preciso “sentir com a Igreja” ou “pulsar com a Igreja”.
- A prática da ascese ou da mortificação é condição impreterível para que haja vida de oração. É absolutamente necessário que o cristão mortifique o velho homem com suas paixões desregradas para dar espaço à vida do Cristo, que nele existe desde o Batismo como gérmen tendente a desabrochar-se. A mortificação traduz-se de duas maneiras: a aceitação generosa e magnânima das cruzes que a Providência Divina envia a cada um. A cruz é inevitável; quem a aceita de bom grado (e não num

conformismo tristonho) cresce sempre mais.

Diz o Senhor no Apocalipse: “*Repreendo e educo todos aqueles que amo*” (Ap 3,19). O autor da epístola aos Hebreus lhe faz eco ao escrever:

“Vós esquecestes a exortação que vos foi dirigida como a filhos: Meu filho, não desprezes a educação do Senhor, não desanimes quando ele te corrige, pois o Senhor educa a quem ama, e castiga todo filho que acolhe. É para a vossa educação que sofreis. Deus vos trata como filhos. Qual é, com efeito, o filho que o pai não educa? Se estais privados da educação da qual todos participam, então sois bastardos e não filhos. Nós tivemos os nossos pais segundo a carne como educadores, e os respeitávamos. Não haveremos de ser muito mais submissos ao Pai dos espíritos, a fim de vivermos? Pois eles nos educaram por pouco tempo, segundo as suas impressões. Deus, porém, nos educa para o aproveitamento, a fim de nos comunicara sua santidade. Toda educação, com efeito, no momento não parece motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz, naqueles que assim foram exercitados, um fruto de paz e de justiça. Por isso, reerguei as mãos enfraquecidas e os joelhos trêpegos; endireitai os caminhos para os vossos pés, a fim de que não se extravie o que é manco, mas antes seja curado” (Hb 12, 5-13).

O empreendimento voluntário e espontâneo de certas práticas de mortificação. Destas o jejum e a abstinência de carne são as mais antigas, adotadas também por não cristãos, que reconhecem o valor altamente purificativo dessas práticas. Quem não pode jejuar rigorosamente, pode provavelmente assumir obras mais factíveis, como privar-se de guloseimas, de divertimentos supérfluos, de leituras meramente recreativas e coisas outras que o Espírito Santo queira inspirar.

Tais práticas não têm que ver com masoquismo nem com infantilismo; podem ser comparadas à musculação que o atleta tem que exercer para poder disputar o páreo (se não pratica a musculação, o atleta tem que renunciar a competir). Assim também deve haver uma “musculação espiritual” ou um fortalecimento espontâneo da vontade para que esta tenha a força de dizer sim ou não quando necessário ou para que tenha a liberdade de repelir a tentação, por mais sedutora que esta seja.

Sem mortificação espontânea é difícil progredir na vida espiritual. O cumprimento de boas obras é o sinal de uma fé viva animada pela caridade. Elas fortalecem o que há de bom na pessoa do cristão. São Tiago enfatiza

grandemente o valor das boas obras, sem as quais as palavras do discípulo de Cristo são mortas; ver Tg 2,14-26.

Cada ser humano tem seus defeitos dominantes (impaciência, maledicência, orgulho, vaidade), que ele tem que reconhecer sinceramente diante de Deus para poder combatê-los com afinco. Dentre as falhas mais frequentes, destacam-se as que são cometidas pelo uso descontrolado da palavra, que tem frequentemente em seu poder a vida ou a morte do próximo. Daí dizer São Tiago: *“Aquele que não peca no falar, é realmente um homem perfeito, capaz de refrear todo o seu corpo”* (Tg 3,2). Jesus no Evangelho observa: *“Eu vos digo que de toda palavra inútil que os homens disserem, darão contas no Dia do Juízo. Pois por tuas palavras serás justificado e por tuas palavras serás condenado”* (Mt 12,36s).

O estado de graça pode ser perdido ou destruído pelo pecado grave ou mortal (mortal, porque tira a vida da graça). Pode ser perdido em caráter provisório (até haver o arrependimento do pecador) ou em caráter definitivo. Não é Deus quem o retira, mas é a vontade desregrada do homem que repele o Dom de Deus. Na Escritura voltam frequentemente as exortações à vigilância para que o homem não caia na tentação; cf Mt 26,41. É preciso revestir-se da armadura de Deus (Ef 6,10-19). O templo de Deus pode ser violado pela prevaricação (1 Cor 3,16s). São Paulo enumera um catálogo de vícios que, se alimentados conscientemente, excluem do Reino de Deus: *“Então não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus? Não vos iludais! Nem os impudicos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os depravados, nem os efeminados, nem os injuriosos herdarão o Reino de Deus”* (1 Cor 6,9s).

O que reconforta o cristão é saber que Deus nunca permite que sejamos tentados acima das nossas forças, mas ao contrário tira da tentação um proveito: *“As tentações que vos acometeram tiveram medida humana. Deus é fiel; não permitirá que sejais tentados acima das vossas forças. Mas, com a tentação, ele vos dará os meios de sair dela e a força para a suportar”* (1 Cor 10,13).

São João propõe o remédio para quem caia na desgraça do pecado: *“Meus filhinhos, isto vos escrevo para que não pequeis; mas, se alguém pecar, temos como advogado, junto do Pai, Jesus Cristo, o Justo. Ele é a vítima de expiação pelos nossos pecados. E não*

somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo” (1Jo 2,1s).

Pode alguém em estado de graça evitar todo pecado? Pode evitar todo pecado mortal (que supõe sempre deliberação prévia) e todo pecado venial deliberado. Quanto aos pecados veniais não deliberados, provêm de impulsos espontâneos que têm sua origem no inconsciente da pessoa; se não podem ser totalmente evitados, deve o cristão ao menos tender a mortificar e extinguir seus impulsos desregrados que o atraíam e humilham (respostas bruscas, movimentos de impaciência, maus desejos). A conversão é um processo que dura a vida inteira e que procura eliminar toda incoerência de comportamento a fim de permitir que a graça de Deus penetre todos os recônditos da personalidade do cristão.

O pecado é tão presente ao ser humano que Jesus nos ensinou a pedir diariamente perdão por nossas faltas (cf. Mt 6,12) e São João escreve: “*Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós*” (1 Jo1,8). Quem está em pecado mortal, dificilmente escapa de cair em outros pecados mortais; quando as ocasiões se apresentam, tal pessoa é arrastada pelo peso do pecado que nela existe. Daí recomendar-se que quem cai em pecado mortal não fique muito tempo nesse estado, mas procure logo a reconciliação sacramental para que possa ser movido pelo “*peso da graça*” que nele estará.

O pecado venial pode enfraquecer a vida da graça? O pecado venial não destrói a vida da graça, mas suscita um estado de tibieza ou mornura espiritual (principalmente se é pecado venial consciente e deliberado), que facilita a queda em pecado grave. Dizem os teólogos que o pecado leve não diminui a vida na graça, mas impede sua irradiação. É como a lama atirada sobre o vidro de uma lanterna: não diminui a luz da lanterna, mas impede a sua irradiação e gera uma indiferença no cristão para com os bens mais elevados.

Quem, após o pecado grave, se reconcilia com Deus, pode voltar ao seu nível de graça anterior? Tudo depende da intensidade do seu arrependimento. Pode voltar a Deus com tanto amor quanto tinha antes do pecado grave ou com mais amor ainda (a experiência do pecado provoca nojo antes não experimentado).

PERGUNTAS

1. Pode alguém ter certeza absoluta de estar na graça de Deus?
2. Existem sinais que dão certeza moral de estar alguém na graça, caminhando para a santidade?
3. Todos recebem o mesmo grau de graça? Por quê?
4. A santidade é vocação de privilegiados?
5. O pecado venial destrói a graça? Que efeitos produz?

3.14 EM CRISTO JESUS

A expressão “*Nós em Cristo Jesus*”. ocorre 164 vezes no epistolário paulino, das quais 35 na epístola aos Efésios; cf. Ef 1,3.4.6.10.11.13.20. Significa que, pelo Batismo, o cristão é feito participante da vida do próprio Cristo Ressuscitado mediante a ação do Espírito Santo, Espírito que é o grande artesão de nossa configuração a Cristo e inserção em Cristo: “*Nós nos tornamos uma coisa só com Cristo por uma morte semelhante à sua. Mas, se morremos com Cristo, sabemos que também viveremos com Ele*” (Rm 6,5.8).

A mesma realidade é expressa mediante locuções diversas: “*somos de Cristo*” (1Cor 3,23;15,23;2Cor 10,7); “*pertencemos a Cristo*” (Gl 3,29;5,24; Rm 8,9); “*revestimos o Cristo*” (Gl 3,27; Rm 13,14); “*Cristo é nossa vida*” (Gl 2,20; Cl 3,4; F11,21). O dinamismo dessa comunhão com Cristo é formulado com a preposição grega *syn* (com), que entra em vários verbos do epistolário paulino, alguns chegando a ser criados pelo Apóstolo; assim principalmente:

Ef 2,5s: “*Deus, que é rico em misericórdia...quando estávamos mortos em nossos delitos, nos vivificou juntamente com Cristo, e com Ele nos ressuscitou e com Ele nos fez assentar nos céus*”.

Cl 2,12s: “*Fostes sepultados com Ele no Batismo, no qual com Ele também ressuscitastes... Estáveis mortos pelas vossas faltas...e Ele vos vivificou juntamente com Cristo*”.

Cl 3,1-4: “*Se ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus...Morrestes e vossa vida está escondida com Cristo em Deus; quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então vós também com Ele sereis manifestados na glória*”.

A inserção em Cristo e a vida com Cristo levam o cristão a participar da vida da SS. Trindade:

Gl 4,6: *“Porque sois filhos, enviou Deus aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama Abbá, Pai! De modo que já não és escravo, mas filho. E, se és filho, és também berdeiro, graças a Deus”*. Cf. Rm 8,14-16; 8,29.

É o Espírito Santo quem propicia a nossa filiação divina: *“Procurai conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz. Há um só Corpo e um Espírito, assim como há uma só esperança da vocação com que fostes chamados”* (Ef 4,3s). Ver 1Cor 12,7-14; Ef 1,13;2,22.

É de notar que, conforme São Paulo, os homens entram em união com Cristo na medida em que fazem parte de uma comunidade, e não isoladamente. Todos foram chamados a uma só esperança para formar o Corpo de Cristo: *“Há um só Corpo e um só Espírito, assim como é uma só a esperança da vocação a que fostes chamados; há um só Senhor, uma só fé, um só Batismo; há um só Deus e Pai de todos”* (Ef 4,4-6).

Os cristãos participam dos bens messiânicos enquanto membros do corpo de Cristo que é a Igreja:

“Cresceremos em tudo em direção àquele que é a Cabeça, Cristo, cujo Corpo, em sua inteireza, bem ajustado e unido por meio de toda ligadura e junta, com a operação harmoniosa de cada uma de suas partes, realiza o seu crescimento para a sua própria edificação no amor” (Ef 4,16).

A harmonia do conjunto foi muito enfatizada pelos antigos escritores da Igreja, entre os quais se destaca S. Inácio de Antioquia (t 107), que comparava a comunidade cristã a um coro que canta ao Pai os louvores do Senhor por Jesus Cristo; os cristãos chegam a Deus enquanto permanecem nessa unidade. Estas concepções básicas foram reavivadas por Pio XII na sua encíclica *Mystici Corporis* (1943) sobre o Corpo Místico. Observa que o Senhor salva os homens por meio da Igreja que Ele fundou: *“Cristo Jesus, pendente da cruz, não somente prestou ao Pai o desagravo pela violação da justiça, mas, além disto, mereceu para nós, como a consanguíneos seus, uma indizível abundância de graças. Na verdade, Ele bem podia repartir a graça diretamente, por si mesmo, ao gênero humano, mas Ele o quis fazer por*

meio de uma Igreja visível, em que se congregassem os homens, para que todos cooperassem com Ele e, por meio da Igreja, comunicassem uns aos outros, os divinos frutos da Redenção”.

Cristo, Cabeça da Igreja, governa seu Corpo Místico de modo visível mediante a hierarquia eclesiástica (no 39) e, de modo invisível, através do contínuo influxo que sobre ela exerce, ou seja, através de graças internas: *“Assim como os nervos se estendem da Cabeça a todos os nossos membros, dando-lhes a faculdade de sentir e mover-se, assim o nosso Salvador difunde em sua Igreja o seu poder e a sua eficácia, para que assim os fiéis conheçam mais claramente e mais avidamente desejem as coisas divinas. Dele procedem para o Corpo da Igreja toda a luz com a qual os fiéis são iluminados por Deus, e toda a graça que os torna santos como Ele é santo”* (n.e22).

Cristo, desta maneira, exerce uma ação direta sobre toda a Igreja: *“Estes tesouros de sua divina bondade, Ele os distribui aos membros do seu Corpo Místico não somente pelo fato de os implorar como Hóstia Eucarística na terra e glorificada no céu, mostrando suas chagas e elevando preces ao Eterno Pai, mas também porque escolhe, determina e distribui para cada um as graças peculiares, segundo a medida da doação de Deus (Ef 4,7)”* (n.323).

O Dom de Cristo por excelência e fonte dos demais dons é o Espírito Santo, que Pio XII não deixa de mencionar: *“Cristo está em nós por seu Espírito, que Ele nos comunica, e pelo qual Ele age de tal modo em nós que todas as coisas divinas levadas a termo pelo Espírito Santo nas almas devem ser tidas como efetuadas por Cristo... Esta mesma comunicação do Espírito de Cristo faz que, ao serem transmitidos a todos os membros da Igreja todos os dons, virtudes e carismas que com plena excelência, abundância e eficácia se acham na cabeça e ao aperfeiçoarem-se dia por dia os membros do corpo de acordo com a posição que ocupam no Corpo Místico de Jesus Cristo, a Igreja venha a ser como que a plenitude e o complemento do Redentor”* (n.3 34).

A distribuição de graças efetuada por Cristo deriva-se do conhecimento e do amor que Ele tem para com cada qual dos seus fiéis: *“No presépio, na cruz, na glória eterna do Pai, Cristo tem ante os seus olhos e guarda unidos a si todos os membros da Igreja com muito mais lucidez e muito mais amor do que uma mãe que conhece e ama o filho que ela traz em seu regaço ou, ainda, mais do que qualquer pessoa que conhece e ama a si mesma”* (n.3 34).

Em conclusão, dir-se-á: a encíclica *Mystici Corporis* ensina que entre o fiel cristão e Cristo existe especial tipo de união, diferente da união que existe entre as diversas partes de um corpo físico, pois cada um dos fiéis conserva sua personalidade própria. Todavia, se não é física, essa união não é meramente moral, como a que existe entre os diversos membros de uma sociedade (união de afetos, de interesses, de colaboração...). Diversa de qualquer união existente no mundo visível, essa união é chamada “*mística*”, porque tem fundamento num mistério que ultrapassa a inteligência humana: a habitação do Espírito Santo na humanidade de Cristo, pela qual o Espírito atinge os fiéis justos. É desse Espírito que procedem todos os dons sobrenaturais que Cristo distribui aos seus membros.

Deus Pai ama os homens na medida em que resplandece e se expande em cada qual a perfeição de Cristo, da qual participam. Toda a dispensação da graça, desde a primeira justificação até a bem-aventurança celeste, está direcionada para a glória de Cristo, isto é, para a difusão dos bens espirituais que Cristo possui em plenitude e que o Pai quer comunicar às criaturas.

Isto implica que o cristão seja configurado a Cristo como Primogênito entre muitos irmãos (cf. Rm 8,29) ou mesmo se torne (guardadas as proporções) um outro Cristo. Disto se segue ainda que o cristão justificado tende a configurar toda a sua vida à vida de Cristo, procurando ter o coração e os sentimentos do Cristo Jesus, que se exteriorizam na renúncia a todo amor desregado em vista do bem da comunidade: *“Portanto, pelo conforto que há em Cristo, pela consolação que há no Amor, pela comunhão no Espírito, por toda ternura e compaixão, levai à plenitude a minha alegria, pondo-vos acordes no mesmo sentimento, no mesmo amor, numa só alma, num só pensamento, nada fazendo por competição e vangloria, mas com humildade, julgando cada um os outros superiores a si mesmo, nem cuidando cada um só do que é seu, mas também do que é dos outros. Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus?”* (Fl 2,1-5).

Do que foi dito até aqui depreender-se que bem se pode falar de *gratia Capitis* ou graça da Cabeça. Com efeito, se toda graça procede de Cristo, procede da Cabeça do Corpo Místico, que é Jesus Cristo. É necessário agora observar que Cristo comunica a graça não somente como Deus, mas como

Deus e Homem. A humanidade de Cristo, na aquisição e distribuição das graças, desenvolve tríplice função: Cristo, como Homem, como novo Adão morto e ressuscitado, nos mereceu a graça. O Pai nos concede todas as graças em vista dos méritos de Cristo.

Cristo nos infunde a graça mediante os sacramentos, que Ele instituiu e que são como que o prolongamento da sua santíssima humanidade: a água, o pão, o vinho, o óleo, os gestos e as palavras sacramentais são sinais pelos quais passa a graça de Deus, como pelas mãos, a saliva, os gestos e as palavras de Cristo outrora passava a vida que Deus queria comunicar aos homens. Aliás, o ministro principal de cada sacramento é Jesus Cristo, que continua a exercer seu sacerdócio através dos séculos; é Ele quem batiza, quem consagra o pão e o vinho, quem absolve os pecadores. Pode-se dizer que a santíssima humanidade de Cristo exerce uma causalidade instrumental na produção de todas as graças. Com outras palavras: a humanidade de Jesus age como instrumento (próximo) da Divindade, ao passo que a água, o pão, o vinho... são instrumentos remotos.

A propósito eis as valiosas considerações de Ernest Mura na sua obra “*La Humanidad vivificante de Cristo*”: Todas as ações e sofrimentos de Cristo realizam a salvação humana como instrumento da Divindade (omnes actiones et passionis Christi instrumentaliter operantur ex virtute divinitatis ad salutem humanam). Tal é o grande princípio teológico formulado por S. Tomás, que domina toda a doutrina da nossa união com o Verbo feito carne; encerra enorme conjunto de incontáveis possibilidades para a piedade cristã, oferecendo às almas iluminadas pela fé inestimáveis riquezas de graça.

Todas as ações da santa humanidade de Cristo, mesmo as mais modestas, as mais insignificantes, se convertem em fonte de santidade: um gesto, um suspiro, um olhar de Jesus encerram um mistério de graça. O olhar de Jesus! Reconhecemos o olhar que Ele dirigiu a Pedro após a renegação na noite de Quinta-feira santa; foi sobejamente poderoso para despedaçar em pena e dor o coração do apóstolo infiel. De modo semelhante, o sopro de Jesus Cristo ressuscitado comunicou o Espírito Santo aos discípulos recolhidos no cenáculo.

Em suma, o mais leve movimento do seu coração amoroso produzia nas almas bem-dispostas o esplendor da graça e o fogo do amor. Os atos do Verbo Encarnado nos mereceram a graça, porque a união da humanidade santa com a Pessoa do Filho de Deus lhes confere valor infinito, dado que a excelência de uma ação se avalia pela dignidade da pessoa que a executa. Ainda mais, porém: as ações de Cristo têm a virtude de produzir a graça em nossas almas: em pleno sentido, são sacramentos que santificam.

Todavia este poder santificador das ações e dos mistérios de Cristo só se aplica a nós na medida em que, com fé viva, nos aproximamos dele e dos seus mistérios, e comungamos espiritualmente com Cristo vivo que agiu e sofreu em nosso favor. Quem não percebe a grande importância que tem para os cristãos estar instruídos nessa doutrina fecunda e no conhecimento do mistério de Cristo (Ef 3,4; Cl 1,26), cheio de graça e de verdade? (Traduzido da edição castelhana, pp. 65s).

O Pe. E. Mersch diz o mesmo em termos mais breves: “*Já que a humanidade de Cristo subsiste não em si, mas no Verbo (é carne de Deus, corpo de vida, alma de luz eterna), ela é, por todos os seus membros e todas as suas ações, princípio de vida, de luz e de divinização*” (Morale et Corps Mystique. Paris 1937).

A perspectiva grega ensina que a graça arranca o homem dos limites do seu ser e lhe outorga uma perfeição que ultrapassa todas as exigências da criatura, pois o faz comungar com a vida divina na qualidade de filho no FILHO. Verdade é que, apesar dessa sublime dignificação, a vida do cristão continua semelhante à de todos os homens, pois é uma constante procura ou uma tendência sequiosa a passar do estado germinal ao pleno desabrochamento do Dom de Deus. Durante a nossa peregrinação terrestre a vida divina não se manifesta tal como é; cf. 1Jo 3, 1-3. O homem justificado pode e deve, mediante a sua fidelidade humilde e paciente de cada dia, passar da condição de desenvolvimento à plena posse daqueles valores que a graça de Cristo lhe outorgou seminalmente.

Como se compreende, o propósito de chegar ao termo pleno através da penumbra da fé tentada por obstáculos vários acarreta o risco do fracasso. A

criatura pode fechar-se em si mesma, definhando em sua mesquinhez após recusar o Dom de Deus. Eis, porém, que a própria possibilidade de se perder, de certo modo, revela dignidade e perfeição: é a consequência da condição de ser livre e ser respeitado em sua liberdade, aceitando ou rejeitando entrar em comunhão com o Criador.

Responder sim ao Senhor não significa apenas a plena realização do homem como tal. É participar da vida divina, é levar uma vida nova, é viver mais intensamente, é ser admitido a participar do diálogo de Cristo com o Pai. Tal é o Evangelho da graça (At 20,24): *“Quando, porém, chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei, para remir os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial. E, porque sois filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Abba, Pai! De modo que já não és escravo, mas filho. E, se és filho, és também herdeiro, graças a Deus”* (Gl 4,4-7).

PERGUNTAS

1. Que significa a expressão “em Cristo Jesus” para São Paulo?
2. Que relação tem essa expressão com a Igreja?
3. Diga em poucas frases o que propõe a encíclica *Mystici Corporis*.
4. Como entender a função da humanidade de Cristo na dispensação das graças?
5. O homem corre o risco de fracassar espiritualmente? Por quê?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste curso, José Lopes da Silva propõe entendermos que Ele, Jesus Cristo, derramou copiosamente sobre nós toda a sua generosidade. Ele assim procedeu para que, justificados mediante sua graça, nos transformássemos em seus herdeiros, tendo a esperança da vida eterna.

Esta, pois, é uma palavra totalmente digna de crédito, e quero que a proclameis categoricamente, a fim de que aqueles que creem em Deus se empenhem na prática de boas obras. Tais ações são excelentes e de grande proveito para a humanidade. Porquanto, se é pela graça, já não o é mais pelas obras, contudo, vós fostes lavados, santificados e justificados em o Nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito Santo do nosso Deus!

Nosso corpo é santuário de Deus e estamos plenamente conscientes, entretanto, que o ser humano não pode ser justificado pela prática da Lei, mas somente por meio da fé em Jesus Cristo. Sendo assim, nós também viemos a crer em Cristo Jesus a fim de sermos justificados pela fé em Cristo, e de forma alguma pela prática da Lei, porquanto, é certo que por praticar a Lei ninguém será capaz de ser justificado.

Se somos filhos, então, também somos herdeiros; herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo. Fé e conhecimento se fundamentam na esperança da vida eterna, a qual o Deus que não mente prometeu antes da criação do mundo.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

MÓDULO I - A IMPORTÂNCIA DO TRATADO DA GRAÇA

1.1 GRATUIDADE NO ANTIGO TESTAMENTO

1. No antigo testamento, menciona-se 3 grandes linhas que esboçam o conceito de cristão e graça. Quais são?

Escolha gratuita, aliança, justificação.

2. Exemplifique o que significa:

Escolha gratuita:

A Escolha Gratuita é o amor, como afirmado em Dt 7, 7s: “Se o Senhor se afeiçãoou a vós e vos escolheu, não é por serdes o mais numeroso de todos os povos, pelo contrário, sois o menor dentre os povos! E sim por amor a vós e para manter a promessa que Ele jurou aos vossos pais. Por isto o Senhor vos fez sair com mão forte e te resgatou da casa da escravidão, da mão do Faraó, rei do Egito”.

Aliança:

O conceito de Aliança designa as relações entre Deus e seu povo, um pacto.

Justificação:

Justificação é a ação misericordiosa e gratuita de Deus, que perdoa os nossos pecados e nos torna justos e santos em todo o nosso ser. Isto tem lugar por meio da graça do Espírito Santo, que nos foi merecida pela paixão de Cristo e nos foi dada no Batismo.

3. Como os Profetas de Israel previram a nova Aliança?

Os Profetas de Israel previram a nova Aliança, que seria interior, nos corações e não em tábuas de pedra e universal, voltada para todos os homens, e não nacional. Cf. Is 49, 6: “Pouca coisa é que sejas o meu Servo, para restaurares as tribos de Jacó e reconduzires os sobreviventes de Israel. Também te estabeleci como luz das nações, a fim de que a minha salvação chegue até as extremidades da terra.

1.2 EVANGELHOS SINÓTICOS - PARÁBOLAS

1. Como conduzir uma vida de gratuidade de serviços e à Graça de Deus?

Lendo o evangelho, refletindo sobre as parábolas, que nos mostra a graça e o amor verdadeiro de Deus por nós.

2. Em Mt 21,28-32 relata-se sobre a parábola dos dois filhos. Leiam essa parábola para responder: O que Deus quis mostrar a todos?

O pai diz que não tenciona fazer contabilidade nem avaliar méritos e deméritos; tudo o que era do pai, era também do filho mais velho; quanto ao mais jovem, foi esbanjador, sim, mas arrependeu-se e recebe a graça do perdão. Essa gratuidade desconcerta o filho mais velho, que estranha a liberalidade e o amor do pai. Portanto, o Pai mostra que o arrependimento sincero produz o perdão.

3. No Novo Testamento está a gratuidade e a Graça de Deus. Embora os Evangelhos não apresentem doutrina sistemática sobre a graça, exprimem tal conceito mediante parábolas. Por quê? Transcreva uma parábola que você mais de identifica.

Jesus só falava por meio de parábolas a fim de torná-las mais enfáticas para que as pessoas pudessem refletir entender o que ele queria dizer.

Em Mt 21,28-32 relata-se sobre os dois filhos. “Que vos parece? Um homem tinha dois filhos”. Dirigindo-se ao primeiro, disse: “Filho, vai trabalhar hoje na vinha”. Ele respondeu: “Não quero”; mas depois, reconsiderando a sua atitude, foi. Dirigindo-se ao segundo, disse a mesma coisa. Este respondeu: “Eu irei, senhor”; mas não foi. Qual dos dois realizou a vontade do pai? Responderam-lhe: “O primeiro”. Então Jesus lhes disse: “Em verdade vos digo que os publicanos e as prostitutas estão-vos precedendo no Reino de Deus. Pois João veio a vós num caminho de justiça, e não crestes nele. Os publicanos e as prostitutas creram nele. Vós, porém, vendo isso, nem sequer reconsiderastes para crer nele”.

Esta parábola significa que os homens aparentemente mais credenciados e merecedores podem ser menos agradáveis a Deus do que aqueles que fizeram a experiência do pecado grave e posteriormente se converteram.

1.3 EVANGELHOS SINÓTICOS - REINO DE DEUS

1. Conceitue Reino de Deus, segundo o texto.

O Reino de Deus é definitivo, é interior e vem sem estardalhaço, é gratuito e está dentro de nós.

2. Como se distingue ou se assemelha do conceito de Aliança?

O Reino, comparado com a Aliança, está centrado em Cristo, de modo que, para

pertencer ao Reino, é preciso estar em especial relação com Ele ou ser enxertado em Cristo. A Encarnação do Filho é o ponto alto da aliança entre Deus e os homens. Para pertencer ao Reino, é preciso preencher condições novas além das que a Aliança impunha: ter um coração de pobre (Mt 5,3), ser simples e puro como as crianças (Mt 18,3s), estar disposto a renunciar (Mc 9,47; Mt 19,12; Lc 9,60-62). O Reino de Deus é futuro e presente: aproximou-se, chegou e está dentro de nós.

3. Segundo (Lc 17,21) o Reino de Deus está no meio de nós, está dentro de nós. Por quê?

O Reino de Deus se concretiza em cada cristão pessoalmente pelo Dom da filiação divina, enfaticamente formulada por Jesus em Mt 5,43-48.

1.4 ESCRITOS JOANINOS

1. Nos escritos joaninos, a vida já está presente no homem, embora deva consumir-se na ressurreição. Explique.

Nos escritos joaninos a vida que está presente no homem consuma-se na ressurreição, porque Jesus disse que Ele é a própria ressurreição e a própria vida. E disse ainda que quem crê Nele, ainda que morra, viverá, portanto, jamais morrerá.

2. Quais são os requisitos estipulados pelo Dom de Deus?

Os requisitos estipulados pelo Dom de Deus são: a fé em Jesus; o amor ao próximo: o Batismo e a Eucaristia.

3. A comunhão de vida com Cristo significa uma transformação psicológica e ontológica. Exemplifique.

A comunhão de vida com Cristo não é psicológica e ontológica porque: nascemos de deus; nascemos do alto e nascemos do Espírito. Em consequência, S. João fala da semente de Deus em nós: “Todo aquele que nasceu de Deus, não comete pecado, porque a semente de Deus permanece nele” (1Jo 3, 9). Tal semente pode ser a Palavra recebida (1 Jo 2,7. 24).

4. Quais são as consequências da comunhão?

As consequências da comunhão são surpreendentes porque: somos filhos de Deus; há mútua imanência entre Deus e nós e Deus habita no cristão.

1.5 ESCRITOS PAULINOS

1. Que entende São Paulo por “morte” e “vida”?

São Paulo entende que Morte (pecado) e Vida (graça) e que a transgressão de Adão introduziu no mundo o pecado e a morte. O pecado, que acarreta a morte, é personificação devida a São Paulo. Domina o homem, tornando-se o princípio de más ações. Morte, para São Paulo, significa separação de Deus ou estado de oposição a Deus.

2. Deus quer que o homem receba a salvação como dom totalmente gratuito. Nisso, qual é o papel da Lei dada a Israel por Moisés no século XIII a. C?

O papel da Lei dada a Israel por Moisés no século XIII a. C. foi propor explicitamente o bem que deve ser praticado: não matar, não roubar, não adulterar.

Isso fez com que o homem tomasse consciência de sua fragilidade e pecaminosidade, se vendo incapaz de observar os santos preceitos da Lei e assim foi despojado de qualquer presunção ou vã glória. Concebeu então mais ardente desejo de salvação, que lhe foi dada gratuitamente por intermédio de Jesus Cristo.

3. No prólogo do Evangelho de João, o que significa a graça?

No prólogo do Evangelho de João, graça é vocábulo associado a verdade, indica a fidelidade de Deus que se dá ao homem, e a participação deste na vida divina.

1.6 OUTROS ESCRITOS DO NOVO TESTAMENTO

1. A ideia de regeneração está muito viva na primeira carta de São Pedro. O que foi a ressurreição de Cristo?

A ressurreição de Cristo foi a vitória sobre o pecado e a morte e é a fonte de uma vida nova para os homens, vida comunicada pelo Batismo.

2. Qual é a referência que o texto faz ao Batismo?

O batismo é o compromisso solene de uma boa consciência pela ressurreição de Jesus Cristo. Por vontade própria o Pai nos gerou por uma palavra de verdade, a fim de sermos como que as primícias dentre as suas criaturas.

3. Qual o significado de Graça neste módulo?

Graça aqui tem o sentido de favor, complacência, ajuda.

MÓDULO II - HISTÓRIA DO DOGMA

2.1 OS QUATRO PRIMEIROS SÉCULOS

1. Qual o aspecto da graça mais salientado pela tradição grega?

A tradição grega acentuou mais o aspecto positivo do que o negativo da justificação, da Graça, ou seja, empenhou-se mais por realçar a grandeza e a beleza do dom de Deus do que a miséria da qual o homem foi salvo. Esta observação é importante, pois a tradição latina se viu obrigada a pôr em relevo a fragilidade do ser humano ao qual a graça divina presta ajuda para livrar-se do pecado.

2. Como os escritores gregos entendem a divinização do homem?

Na tradição grega, a divinização não é entendida no sentido panteísta, como se o homem se pudesse tornar Deus, mas não é senão o equivalente ao que já os escritos do Novo Testamento propõem: participação da natureza divina, ser ramo do tronco da videira, ser membro do Corpo de Cristo.

3. Qual o valor do Batismo em nós?

É o Batismo que nos comunica a vida nova ou a segunda natividade, infundindo-nos o Espírito Santo.

2.2 A CONTROVÉRSIA PELAGIANA (SÉC. IV / V)

1. Como diferem entre si a tradição grega e a latina no tocante à graça?

Na tradição grega o conceito de graça é estático, transfigurante, ao passo que a tradição latina desenvolveu o pensamento paulino, mais voltado para a dinâmica da graça, concebida como elemento propulsor do homem. Essa caracterização não há de ser levada ao extremo, pois também os latinos falam da filiação divina e da habitação do Espírito Santo nas almas justas, como os gregos falam do impulso da graça para a prática do bem. Porém, os latinos se detêm mais sobre a miséria do homem ferido pelo pecado e necessitado do auxílio divino para ser sanado.

2. Quais são as idéias de Pelágio?

As idéias de Pelágio foram: o homem é livre. Por isto está igualmente habilitado a fazer o bem e o mal por suas próprias forças. A liberdade é a grande graça ou o grande Dom que Deus concede ao homem; Deus é justo. Por isto, quando recompensa ou castiga, leva

em conta unicamente o comportamento humano. Por conseguinte, o homem pode praticar o bem e chegar à salvação sem o auxílio de Deus. Se o reto comportamento do homem fosse condicionado pelo auxílio de Deus, os maus seriam injustamente punidos e os bons premiados sem mérito.

O homem pode sempre, por si mesmo, evitar qualquer culpa, mesmo venial. Se não fosse assim, os pecados não lhe poderiam ser imputados. A graça é a mera possibilidade de fazer o bem ou a doutrina e o exemplo de Cristo. Pelágio dizia que é um auxílio com o qual fazemos melhor o que muito bem poderíamos fazer a sós, com certa dificuldade. Pelágio nega, pois, a existência de uma ação interior de Deus que influa sobre o agir do homem. O homem é autônomo diante de Deus.

3. Por que Santo Agostinho é considerado representante típico do pensamento ocidental latino?

Porque seu pensamento é muito voltado para a dinâmica da graça, mesmo guardando os traços marcantes da tradição grega. A habitação de Deus nas almas justas, é assim concebida por ele: Deus, que é onipresente, não habita em todos, mas somente naqueles que Ele constituiu seu templo feliz. Essa presença é um fato ontológico (Deus se faz presente realmente), não meramente psicológico (dependente do conhecimento e do afeto do cristão), pois ela ocorre também nas crianças: Afirma que o Espírito Santo habita nas crianças batizadas, embora elas não o saibam.

Quanto a participação na natureza divina, segundo Santo Agostinho: Deus desceu para que nós subíssemos, e, mesmo guardando a sua natureza, Ele se fez participante da nossa, a fim de que nós, embora permaneçamos em nossa natureza, fôssemos participantes da sua natureza e acentua ainda a função da caridade na santificação dos fiéis.

4. A doutrina de Santo Agostinho se condensa em torno de dois princípios fundamentais. Quais são? Explique.

Os dois princípios fundamentais são: a absoluta necessidade da graça e a absoluta gratuidade da graça. Na absoluta necessidade da graça, o homem ferido pelo pecado, entregue às suas próprias forças, é incapaz de amar a Deus sobre todas as coisas. Tornou-se escravo do pecado. A escravidão é precisamente essa incapacidade de amar o bem. Mesmo que conservemos o livre arbítrio, este não é capaz senão de pecar, se a via

da verdade lhe fica oculta. No caso de tomar consciência do que deve fazer e da meta a que deve tender, o homem não progride, não se aplica ao bem, não vive corretamente se não há algo que traga alegria e provoque amor.

Nessas condições, o homem não somente não consegue praticar o bem, mas nem mesmo pode evitar o pecado. Por conseguinte, é fruto da graça o não cometer o pecado: “Atribuo à tua graça até mesmo todos os pecados que não cometi”.

2.3 OS DOCUMENTOS DA IGREJA ANTIPELAGIANOS

1. Existem 8 cânones que sempre foram muito considerados pela Teologia. Quais são?

Cânion 1: Os primeiros pais foram dotados do dom da imortalidade preternatural. A Teologia atualmente entende este dom como sendo a isenção da morte brutal que acomete o homem.

Cânion 2. O Batismo das crianças é necessário para apagar nelas a herança do pecado dos primeiros pais ou o pecado original originado. Este consiste na ausência da graça de Deus que devia ter sido guardada e transmitida pelos primeiros pais. O Batismo restitui a graça ou a comunhão de vida com a Sma. Trindade.

Cânion 3. Rejeita a sentença que julga possam as crianças mortas sem Batismo gozar da bem-aventurança celeste; Jesus o terá excluído em Jo 3, 5. - Este modo de pensar, proposto à assembléia dos Bispos em Cartago, não foi por eles aceito. A Teologia o reformulou sucessivamente; foi definitivamente posto de lado, no século XI, por S. Anselmo, que concebeu a noção de limbo (bem-aventurança natural) das crianças, e, em nossos dias, pelos teólogos que julgam poder atribuir a todas as crianças mortas sem Batismo a bem-aventurança sobrenatural ou a visão de Deus face-a-face, solicitada pela oração da Igreja (que pede por todas as criaturas carentes). Rejeita a tese de Pelágio segundo a qual a graça seria apenas a remissão dos pecados.

Cânion 4. A graça também não é simplesmente a iluminação da mente para que reconheçamos o bem que devemos realizar.

Cânion 5. A graça não é mera ajuda para que possamos cumprir mais facilmente o bem que por nós mesmos poderíamos corretamente executar.

Cânion 6. Este cânion e os dois seguintes condenam a tese pelagiana que afirma não

haver pecado no homem. O cânon 6 apela para 1 Jo 1,8: “Se dissermos ‘Não temos pecado’, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós”.

Cânon 7. Quando na oração dominical dizemos: “Perdoai-nos as nossas ofensas”, não o pedimos somente por nossos irmãos pecadores, mas pedimo-lo por cada um de nós, como se disséssemos: “Perdoai-me os meus pecados” (cf. Mt 6,12). Ver também Tg 3,2: “Todos nós tropeçamos frequentemente”. Ainda 1 Rs 8, 46: “Não há quem não peque”. Mais: Dn 5,15; S1143,2.

Cânon 8. Quando pedimos “Perdoai-nos as nossas ofensas”, não o fazemos por mera humildade, como se fôssemos inocentes, mas reconhecemos, diante de Deus e dos homens, ser pecadores.

2. O Indiculus é uma coleção de declarações efetuada no ambiente de Roma entre 435 e 442 por obra de Próspero de Aquitânia ou de S. Leão Magno. Elenque estas declarações.

- A graça de Deus é absolutamente necessária para que o homem possa ressurgir do abismo do pecado no qual Adão o precipitou.*
- Ninguém é bom senão por participação da bondade daquele que é o único Bom.*
- Mesmo depois do Batismo ninguém é capaz de superar a tentação ao pecado senão por um cotidiano auxílio de Deus, que confere a graça da perseverança.*
- Ninguém faz bom uso da sua liberdade senão por graça de Cristo.*
- Ninguém pode agradar a Deus senão por graça de Deus. Todas as obras dos Santos devem ser dirigidas para a glorificação do Senhor Deus.*
- Deus de tal modo age no coração e na própria liberdade de arbítrio do homem que todo santo pensamento e desejo tem sua origem em Deus, pois sem Ele nada podemos.*
- São confirmados o terceiro, o quarto e o quinto Cânones do Concílio de Cartago.*
- Legem credendi lex statuat supplicandi, ou seja, as fórmulas da fé e as da oração devem concordar entre si. Daí a importância de que a Liturgia seja cuidadosamente elaborada para não induzir os fiéis em erro doutrinário.*
- O Sacramento do Batismo há de ser sempre precedido de exorcismos.*
- A graça de Deus não extingue a liberdade do homem. É tanta a bondade de Deus que Ele quer que os seus dons se tornem méritos nossos; Ele dá o prêmio eterno às boas obras que Ele nos concede realizar.*

2.4 O SEMIPELAGIANISMO (séc. V / VI)

1. Após o pecado dos primeiros pais, todo o gênero humano vem a ser “uma massa condenada”. Explique.

Ninguém pode por si escapar da condenação acarretada por Adão sobre o gênero humano. Acontece, porém, que Deus, em sua insondável misericórdia e prescindindo dos méritos dos homens, quer retirar alguns do estado de condenação, levando-os à glória final; os restantes são deixados na perdição que lhes é devida por justiça. A esses escolhidos Deus confere a graça eficaz e o dom da perseverança final para que se salvem realmente.

2. Deus escolhe os homens para a vida eterna não de maneira absoluta e incondicionada, mas, sim, em previsão dos méritos de cada um. Explique.

Deus quer salvar todos os homens sem exceção, mas a sua vontade não se realiza porque Ele mesmo sabe que nem todos corresponderão a esse desígnio divino. Por conseguinte, Deus salva apenas aqueles que apresentam méritos para isso. Essa doutrina ainda hoje pode ser professada na Igreja; foi no século XVI reavivada por Luis Molina S. J. Onde tirou o nome de Molinismo.

3. A controvérsia semipelagiana encerrou-se com o Concílio de Orange, deixando um balanço assaz positivo. Quais são?

- *Foram reafirmadas como doutrina católica as grandes linhas do pensamento de S. Agostinho sobre a necessidade da graça.*
- *Foi declarada a necessidade da graça desde o primeiro passo da caminhada da salvação, não cabendo ao homem encetar a estrada se não por dom de Deus.*
- *Afirmou-se como doutrina católica a possibilidade de todos os homens batizados se salvarem, desde que correspondam à graça que lhes é dada.*
- *Há uma predestinação para a prática das boas obras e salvação. Mas não há predestinação para a condenação.*

2.5 A CONTROVÉRSIA SOBRE A PREDESTINAÇÃO

1. Como S. Agostinho e S. Leão consideram prevalentemente o aspecto sanante da graça?

A graça do Salvador diariamente nos renova, na medida em que o que caiu com o primeiro Adão é reerguido pelo segundo. A causa da nossa renovação é tão somente a misericórdia de Deus, Deus que não amaríamos se não nos tivesse amado Ele primeiramente.

2. Isidoro de Sevilha (t 636), manifestou-se a respeito da predestinação, recorrendo a qual infeliz frase?

Há duas predestinações: a dos escolhidos para o Reino e a dos réprobos para a morte. Ambas ocorrem por juízo de Deus, que faz tender os eleitos sempre para os bens celestiais e espirituais, ao passo que abandona os réprobos e permite que se deleitem sempre com as criaturas mais baixas e exteriores.

3. Por que se considerou infeliz a frase de Isidoro de Sevilha?

Porque essa doutrina das duas predestinações provocou sérios debates dois séculos mais tarde. Os exageros e desvios ocorridos são compreensíveis, dado que na época ainda não havia definições do Magistério da Igreja sobre o assunto; este foi-se esclarecendo aos poucos através dos teólogos.

2.6 O PENSAMENTO DE LUTERO (séc. XVI)

1. O que ensinou Duns Scotus, considerando-se o poder de Deus?

Ele ensinou que Deus poderia receber na bem-aventurança celeste um pecador sem lhe infundir a graça ou manchado por pecados não absolvidos; só não o faz porque estabeleceu a ordem de coisas vigente ou de potentia ordinata: “Deus de potentia absoluta não está obrigado a infundir a graça que vivifica a alma, para justificar o ímpio e acolhê-lo na vida eterna, pois Deus não vinculou o seu poder a alguma criatura.

2. Como foi se desenvolvendo o pensamento de Lutero?

O pensamento de Lutero foi-se desenvolvendo aos poucos com base em alguns fatores: educação severa por parte do pai, que se irava freqüentemente e surrava o filho a ponto de amedrontá-lo e formação filosófica nominalista, forjada pelas sentenças de Guilherme Ockam.

3. O voluntarismo muito contribuiu para alimentar o medo em Lutero. Explique.

Diante de Deus, cuja vontade é insondável e está acima da lógica, perguntava Lutero:

estarei predestinado a salvar-me ou não? Esta interrogação lhe suscitou fases de grande angústia. Lutero se via entre duas sentenças conflitantes em sua alma: a vida cristã e a salvação são incompatíveis com o pecado (sentença bíblica clássica), mas o pecado é inevitável, pois a própria concupiscência desregrada já é tido como pecado.

4. O Pai assim vê no pecador a imagem de seu Filho feito homem e aceita esse pecador. É o que Lutero professa. Explique.

Lutero disse que o cristão é mais cândido do que a neve. Todavia, é preciso observar que essa pureza pertence a outrem; na verdade, Cristo nos ornamenta e nos reveste com a sua justiça. Se olhas tão somente para o cristão, deixando de lado a justiça e a pureza de Cristo, como o cristão é em si, mesmo quando é santíssimo, então não encontrarás pureza alguma, mas, por assim dizer, o diabólico negrume.

2.7 O CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563)

1. O documento Decreto da Justificação se divide em três grandes partes. Quais são elas?

- *A situação do não crente que procura a justiça ou a amizade com Deus;*
- *A situação do cristão que deve perseverar na justiça ou na amizade com Deus;*
- *A situação do cristão que, tendo caído em pecado grave, deseja obter a justiça ou a amizade com Deus perdida.*

2. Se a fé não se agregarem também a esperança e a caridade, ela não une perfeitamente a Cristo nem nos torna membros vivos do seu corpo. Por esse motivo, o que acontece?

Por esse motivo, é absolutamente verdadeiro afirmar que, sem as obras, a fé é morta e inútil e que, em Cristo, não valem nem a circuncisão nem a incircuncisão, mas sim a fé operante por meio da caridade.

3. Como recuperar a amizade perdida pelo pecado mortal?

Aqueles que perderam a justiça ou a amizade com Deus por pecado grave, podem readquiri-la mediante o sacramento da Penitência. O pecado mortal faz perder a graça, não, porém a fé.

2.8 BAIANISMO E JANSENISMO (séc. VI/XVIII)

1. O que Baio desejava promover?

Desejava promover a renovação da Teologia mediante contato mais íntimo com a Sagrada Escritura e os Padres da Igreja, que ele julgava ter sido preterido pela Escolástica medieval; desta maneira pensava poder reconduzir muitos protestantes à Igreja. Na realidade, porém, Baio enfatizou apenas alguns textos do Antigo Testamento e, dos Padres, só se valeu de Santo Agostinho, com total exclusão da Tradição grega, que ele ignorava. Diz-se ter lido nove vezes todas as obras de Santo Agostinho e setenta vezes os seus escritos sobre a graça.

2. A doutrina de Baio pode ser exposta distinguindo-se três estados da natureza humana. Exemplifique.

- *Estado de justiça original. Em que consistia? Eis o raciocínio de Baio: Só pode haver justiça (santidade) se há observância da lei. Mas esta não é possível sem o Espírito Santo e seus dons. Por conseguinte, a graça santificante e os dons que a acompanharam eram devidos ao ser humano desde as suas origens; também o prêmio era devido à sua fidelidade. Donde se segue que a ordem sobrenatural não era algo de meramente gratuito, mas era exigida pela ordem de coisas originárias, algo a que o homem como homem teria direito.*
- *Estado de natureza decaída. Em consequência do pecado de Adão, a concupiscência, que é um pecado propriamente dito (pois se opõe ao preceito “Não Cobiçarás”), domina soberanamente. Nestas condições, o homem, entregue a si, só pode pecar. Toda ação efetuada sem a graça (Baio identifica com a caridade infusa) é, por conseguinte, pecaminosa. Donde se segue que aqueles que não recebem a graça, pecam em tudo o que realizam.*
- *Estado de natureza redimida. O homem que recebe a graça adquirida por Cristo, é curado da sua pecaminosidade (recebe a graça sanante), mas não é elevado a uma dignidade nova, sobrenatural. A incorporação a Cristo, a habitação do Espírito Santo na alma do justo, de que fala o Novo Testamento, carecem de significado especial no sistema de Baio. O homem justificado é apenas o homem conforme à lei de Deus.*

3. Cite algumas proposições de Quesnel condenadas pelo Papa Clemente XI, que exaltam o papel da graça, não levando em conta suficiente a função do livre arbítrio humano.

- *Quando Deus quer salvar a alma e a toca com a sua graça interior, nenhuma vontade humana lhe resiste.*
- *O pecador, sem a graça do Redentor, é livre somente para cometer o mal.*
- *Sem a graça nada podemos amar que não seja para a nossa condenação.*
- *Somente a graça torna o homem apto ao sacrifício da fé. Sem ela não há senão impureza, não há senão indignidade.*

2.9 A TEOLOGIA DOS SÉCULOS XVII a XX

1. A Ordem dos Eremitas de S. Agostinho conseguiu cultivar algumas teses de S. Agostinho, consideradas de grande vigor intelectual.

Quais são estas teses?

- *O homem foi criado para ver Deus face-a-face e, por conseguinte, para viver numa ordem de coisas sobrenatural. Só se pode entender o espírito humano ou a alma espiritual como uma criatura chamada e ordenada à visão de Deus. Em consequência, o estado de natureza pura é algo que é possível, mas que nunca existiu. Com outras palavras: Deus nunca tratou o homem como vivente meramente racional, mas o elevou desde o início a especial comunhão com Deus, penhor da visão face-a-face.*
- *Essa elevação é totalmente gratuita da parte de Deus. O homem não a pode exigir como se fosse um direito seu, à diferença do que ensinava Baio. Tendo gratuitamente elevado o homem, Deus deve não ao homem, mas a si e à sua bondade não deixar o homem sem os meios necessários ou sem a graça para chegar à visão beatífica. Sem a graça gratuitamente concedida, o homem não consegue chegar à visão de Deus face-a-face.*
- *Antes do pecado dos primeiros pais, a graça dava ao homem a possibilidade de praticar o bem ou não, sem interferir na liberdade do homem. É chamada “graça suficiente” ou adiutorium sine quo non (auxílio sem o qual não é possível praticar o bem). Após o pecado original, a graça é o adiutorium quo (auxílio com o qual se pratica o bem); ela comunica uma inclinação deleitosa e vitoriosa (delectatio victrix) para o bem, que predetermina moralmente a vontade para que o homem obedeça sem perder a liberdade de arbítrio, pois tal deleite não extingue a liberdade.*
- *Sem a graça o homem não pode amar a Deus, nem pode fazer algo de bom, nem evitar as mais ligeiras tentações. Para que uma ação - mesmo de pessoa justificada - possa*

ser tida como boa, requer-se que seja explicitamente referida a Deus mediante o amor sobrenatural.

• *A graça suficiente não é dada a todos os homens. Com efeito; é recusada às crianças que morrem sem Batismo, a todos os infieis (para que não se convertam) e a cristãos que se obstinam no pecado.*

2. O que distingue da ordem natural a ordem sobrenatural é a imediata relação do justo com as três Pessoas da SS. Trindade, assim é que Scheeben enfatiza o dom Incriado ou o fato de que Deus mesmo se doa ao homem antes de qualquer outro dom. Como Scheeben se refere a tal fato?

Scheeben diz que a concessão da graça ocorre em conseqüência de um influxo misterioso do Espírito Santo. Este desce em nossa alma com a plenitude da sua Divindade e nela habita; nela acende seu fogo divino e, mediante total regeneração, a faz participar da própria natureza e santidade divina. Assim expulsa o pecado e, através das virtudes sobrenaturais da fé, da esperança e da caridade, a faz chegar ao seu fim sobrenatural.

3. Em 1896 Leão XIII publica a encíclica Satis Cognitum sobre a Igreja, valorizando o seu aspecto de comunhão. O que ele apregoa?

Leão XIII apregoa que a Igreja, nas Sagradas Letras, é freqüentemente chamada Corpo e Corpo de Cristo: “Vós sois o Corpo de Cristo” (1 Cor 12,27). Já que é um Corpo, a Igreja se faz visível aos nossos olhos; visto que é o Corpo de Cristo, Ela é um Corpo vivo, ativo, cheio de seiva, sustentado e animado por Jesus Cristo, que o penetra com a sua força, mais ou menos como a videira alimenta e torna férteis os ramos que lhe são unidos.

Nos seres animados, o princípio vital é invisível e oculto no mais profundo da sua realidade, mas ele se revela e manifesta pelo movimento e a atividade dos membros; assim também o princípio de vida sobrenatural que anima a Igreja é perceptível aos olhos de todos pelos atos que ele realiza.

2.10 O ACORDO LUTERANO-CATÓLICO

1. A Declaração Conjunta é um acordo firmado por uma Comissão mista de teólogos católicos e luteranos. Qual é a essência dessa

Declaração? Comente em poucas palavras e justifique.

O documento expressa claramente a longo texto quer dizer, de modo que, a seguir, vai apresentado o teor desse Anexo em tradução portuguesa. Pelo presente documento a Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial confirmam a Declaração comum a propósito da doutrina da justificação em sua íntegra. Os esclarecimentos enfatizam o consentimento estabelecido na Declaração comum sobre a Doutrinada.

2. Confessamos juntos que é somente pela graça que Deus o perdão dos pecados dos seres humanos que os liberta da escravidão do pecado. Como?

São perdoados somente os pecados justificados.

3. Comente como você enxerga a atual sociedade mediante este conteúdo: “A resposta da Igreja Católica não tenciona pôr em questão a autoridade dos Sínodos luteranos ou da Federação Luterana Mundial. A Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial iniciaram um diálogo e o continuam como parceiros dotados de iguais direitos. Apesar de haver diferentes concepções de autoridade na Igreja, cada parceiro respeita o processo seguido pelo outro no tocante às decisões doutrinárias”.

O conceito é utilizado em sentidos diferentes pelos dois lados. Nos escritos confessionais luteranos, a concupiscência é entendida como o desejo egoísta do ser humano, que, à luz da Lei no sentido espiritual, é considerado como pecado. Na concepção católica, a concupiscência é uma tendência que subsiste na pessoa humana mesmo após o Batismo, proveniente do pecado e tendente ao pecado.

Apesar das diferenças que aqui aparecem, pode-se reconhecer na perspectiva luterana que o desejo se pode tornar a abertura pela qual o pecado ataca. Em consequência do poder do pecado, o ser humano inteiro traz a tendência a opor-se a Deus. Visto que na nossa sociedade o que prevalece é o conceito luterano.

4. Como os três últimos parágrafos do módulo 16 contribuem para sua vida espiritual.

Ajudando a viver verdadeiramente os ensinamentos de Jesus, ensinando sobre a doutrina e viver ela todos os dias com amor. Criar dentro de si a sua paz, achar Deus em você

mesmo. Quando enxergamos e sentimos a vida espiritual ao nosso redor, será uma das maiores conquistas realizada.

MÓDULO III - APROFUNDAMENTO TEOLÓGICO

3.1 O DOM INCRIADO

1. Por que Deus quer que os fiéis pratiquem boas obras?

Como um caminho natural da vida, Deus nos recompensará de forma justa no dia do juízo. Assim, podemos ver a boa obra como uma evidência da salvação, ou seja, Deus quer que pratiquemos boas obras para que sejamos salvos.

2. Que significa união mística?

É a união de Jesus filho de José com Jesus filho de Deus, essa união acontece quando os dois se tornam um, ou seja, em sua ressurreição.

3. Que é a presença de imensidade?

Deduz-se do fato de que Deus, tendo criado, sustenta toda e qualquer criatura para que não recaia no nada. Assim Deus está presente à pedra, à flor, ao animal, ao homem... pelo fato mesmo de que eles existem; só podem existir porque Deus mantém com eles o seu contato de Criador. A presença de imensidade é algo de natural ou decorrente da própria índole da criatura.

4. Que é dom incriado?

É um dom sobrenatural infundido em nossas almas por Deus, uma realidade positiva, espiritual, sobrenatural e invisível. Qualidade Divina.

5. Que se entende por divinização?

Amar como Deus.

6. A habitação de Deus nas almas justas é própria do Espírito Santo ou é apropriada?

A habitação do Espírito Santo é a ação pela qual Deus toma residência permanente no corpo de um crente em Jesus Cristo.

3.2 O DOM CRIADO

1. É o Espírito Santo quem realiza em nós os atos da vida nova do cristão?

Entre os teólogos medievais Pedro Lombardo (t 1159) afirmava que o próprio Espírito

Santo é o princípio da nova vida do cristão; é Ele quem realiza em nós os atos da vida nova, especialmente os atos de caridade. Em outras palavras: a renovação interior do cristão implicaria um só Dom: o Dom incriado.

2. Que é que se chama “graça santificante”?

Um Dom criado, que progressivamente transforma a alma e a habilita a produzir os atos da vida nova. É um hábito que aperfeiçoa a alma e a eleva a um novo modo de ser, tornando-a apta a agir sob o impulso do Espírito Santo de maneira sobrenatural e meritória.

3. Qual é o primeiro efeito da graça santificante?

O primeiro efeito há de ser negativo: é o cancelamento do pecado original e dos pecados pessoais da criatura.

4. Qual o segundo efeito da graça santificante?

A filiação é outro efeito da graça em nós; de filho da ira (Ef 2,3), o homem se torna filho de Deus em sentido enfático.

3.3 OS DONS DO ESPÍRITO SANTO

1. Pesquise e transcreva quais são os dons do Espírito Santo.

- *Dom do conselho: Como nos ensina o Papa Francisco, o dom do conselho nos torna capazes de fazer a escolha certa no nosso dia a dia seguindo a lógica de Jesus e do seu evangelho.*
- *Dom do entendimento: Não se trata de uma inteligência humana, pelo contrário é a graça que só o Espírito Santo pode infundir e suscitar no coração do cristão, que leva a ir além das realidades externas e perscrutar as profundidades do pensamento de Deus e do seu desígnio de salvação.*
- *Dom da fortaleza: Como homens e mulheres, criaturas de Deus, temos as nossas limitações as nossas fraquezas, nós não damos conta de tudo e é principalmente nesses momentos de dificuldade que o dom da fortaleza se manifesta.*
- *Dom da sabedoria: Tal dom não pode ser resumido na sabedoria humana em organizar sua vida, mas sim na capacidade de se relacionar intimamente com Deus, ao ponto de sentir e ver o mundo com a ótica de Deus. Ser sábio perante Deus é reconhecer sua pequenez e a necessidade do auxílio divino.*

- *Dom da piedade: A piedade como dom do Espírito Santo também não se confunde com o pietismo, que é por exemplo, fechar os olhos e fazer cara de santo, fingindo uma santidade interior que não existe, mas esse dom deve ser compreendido com a verdadeira amizade com Deus.*
- *Dom da ciência: Por meio desse dom o espírito de Deus faz com que nos tornemos capazes de olhar o nosso mundo a partir de um novo olhar, a partir de um novo ponto de vista, com o olhar de Deus, ou seja, é um dom através do qual o Senhor faz com que o homem entenda as coisas da maneira como Ele as entende.*
- *Dom do temor a Deus: Temor aqui possui outro sentido e não aponta para o medo, é um tema que aparece muito na bíblia com profundo significado, refere-se antes de mais nada, ao respeito pelos desígnios de Deus e também confiança naquele que ama.*

2. Qual a diferença entre as virtudes infusas e os dons do Espírito Santo?

Para explicar a diferença: as virtudes são o barco a remo e os dons uma embarcação à vela. O crescimento nas virtudes se dá quando a pessoa começa a remar, ou seja, a fazer atos de fé, de prudência, de fortaleza etc. Mas, assim como ao levantar as velas a embarcação, impelida pela força dos ventos, desliza com maior velocidade sobre a água, sob a ação dos dons do Espírito Santo, a pessoa deixa-se conduzir diretamente pelas inspirações divinas. Os remos são os atos das virtudes e as velas os dons do Espírito Santo.

3. Disserte sobre dois dons do Espírito Santo.

Dom do conselho. Frequentemente ficamos perdidos – e nossa perplexidade nos causa um “curto-circuito”. Então, nós causamos isso – não Deus. Ser um cristão significa viver com confiança e paciência, esperando pela mão de Deus. Quando a hora chegar, ficará claro o que é correto. Podemos pensar na palavra que Jesus deu a seus discípulos para a hora em que eles seriam levados a julgamento: “Quando fordes presos, não vos preocupeis nem pela maneira com que haveis de falar, nem pelo que haveis de dizer: naquele momento ser-vos-á inspirado o que haveis de dizer. Porque não sereis vós que falareis, mas é o Espírito de vosso Pai que falará em vós.” (Mt 10, 19-20)

Dom do conhecimento. Isso não se refere simplesmente à razão humana, mas àquele “conhecimento” que é evidente em Jesus na história da mulher no poço de Jacó (Jo 4). Apesar de Jesus não conhecer a mulher, Ele é capaz de compreender suas necessidades

interiores e mostra-lhe o caminho da cura. Na Igreja geralmente encontramos esse dom do conhecimento em confessores sábios e pessoas que acompanham outras espiritualmente.

4. Por que são importantes os dons do Espírito?

Os dons espirituais são concedidos pelo Espírito com vistas a edificação da igreja. Todas as afirmações significativas que o Novo Testamento faz sobre os dons, estão relacionadas ao Corpo de Cristo e à sua edificação. Os dons espirituais não são dados apenas para a edificação de cada membro individualmente, mais para o bem de todos. Quem se afasta da comunhão cristã não pode pôr em prática os dons da forma que Deus o planejou. Toda reflexão sobre os dons espirituais precisa ser sintonizada com a reflexão sobre a edificação da igreja.

5. Qual a relação entre os dons do espírito e as provações?

Dons é a capacidade que o Espírito Santo nos dá de viver e suportar as provações e de uni-las às provações de Cristo.

3.4 OS CARISMA

1. Que são os carismas na teologia tomista?

Dom da Fé; Dom da interpretação; Dom da Profecia; Dom da Cura; Dom de línguas; Dom de Milagres; Dom do Discernimento; Palavra de Ciência; Palavra de Sabedoria.

2. A Igreja foi outrora ou ainda é hoje carismática?

Os carismas pertencem à essência da Igreja e nela não podem faltar, ainda que de formas diferentes.

3. Que são os carismas ordinários e os extraordinários?

Os ordinários são os de natureza comum, como por exemplo, o dom musical, aquele que tem facilidade no relacionamento com a música; os extraordinários são aqueles citados em 1 Co 12.8-10 – (1) Palavra da Sabedoria; (2) Palavra do Conhecimento; (3) Fé; (4) Curas; (5) Operação de milagres; (6) Profecia; (7) Discernimento de espíritos; (8) Variedade de línguas; (9) interpretação de línguas, portanto sobrenatural, concedidos por Deus através do Espírito Santo.

4. Como se relacionam entre si instituição, carisma e caridade?

Instituição e carisma são dimensões da Igreja que dependem uma da outra, já a caridade é o fruto dentre as duas.

3.5 O DOM DAS LÍNGUAS

1. Qual é a diferença entre glossolalia e profecia?

A glossolalia resulta do entusiasmo do orante, que passa a falar linguagem ininteligível, porque a grandeza das obras de Deus não pode ser adequadamente expressa pelo linguajar comum. Já a profecia é proclamação das maravilhas de Deus em linguagem inteligível.

2. Qual a exigência imposta por São Paulo a quem fala em línguas?

O Apóstolo queria que o dom das línguas seja acompanhado do dom da interpretação para que toda a assembléia compreenda o que é dito e daí tire proveito: “Quando estais reunidos, cada um de vós pode cantar um cântico, proferir um ensinamento ou uma revelação, falar em línguas ou interpretá-las; mas que tudo se faça para a edificação! Se há quem fale em línguas, falem dois ou, no máximo, três, um após o outro. E que alguém as interprete. Se não há intérprete, cale-se o irmão na assembléia, fale a si mesmo e a Deus” (1 Cor 14,26-28).

3. Que dizem os antigos escritores cristãos a respeito da glossolalia?

A glossolalia parece ter desaparecido nas comunidades cristãs desde o século IV. S. João Crisóstomo (t 407) referia que na sua época havia embaraço para explicar o que seria o dom das línguas mencionado pelo Apóstolo; com efeito, ao comentar 1 Cor 12,1 s, dizia o Santo: “Esta passagem é totalmente obscura; tal dificuldade provém do fato de que ignoramos o que ocorria outrora e não mais acontece em nossos dias” (In epist. 1 ad Cor. Homilia 29, 1).

4. Que é a embriaguez espiritual?

Embriaguez espiritual, estado de alma em que a consolação dada por Deus se apodera do fiel com tal veemência que ele se torna incapaz de exprimir sua experiência em linguagem convencional e se expande com palavras estranhas e desarticuladas. Tal estado dito “de embriaguez” corresponderia ao que os Apóstolos experimentaram no dia de Pentecostes, merecendo, por isto, ser tidos como ébrios (cf. At 2, 13-15).

5. Como avaliar o dom das línguas hoje?

Em nossos dias não costuma haver intérprete para o dom das línguas, de modo que a comunidade não se pode beneficiar dessa linguagem estranha. Há quem explique que mesmo em tais casos o dom tem sua razão de ser: é uma efusão entusiástica do ânimo do orante, que assim louva a Deus.

3.6 A GRAÇA ATUAL

1. Que é a graça atual?

Além da graça santificante, que é um hábito (disposição permanente) existente no homem justificado, a Escritura e a Tradição ensinam que a todo homem (até ao pecador) é necessária a graça atual ou um impulso de Deus para que possa praticar o bem; nada há no homem que seja independente de Deus e da ação divina; fora do raio de ação de Deus nada pode existir, como já a sã razão ensina.

2. O que incute a necessidade da graça atual?

A Escritura desenvolve a temática recorrendo à imagem de Deus “que abre o coração do homem” para que possa compreender a palavra do Senhor e dizer-lhe sim:

At 16,14: “Uma das mulheres de Filipos, chamada Lúdia, negociante de púrpura, da cidade de Tiatira, e adoradora de Deus, escutava-nos. O Senhor lhe abriu o coração para que atendesse ao que Paulo dizia”.

Lc 24,32: “Disseram um ao outro: “Não ardia o nosso coração quando Ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras?”

Lc 24, 45: “Então abriu-lhes a mente para que entendessem as Escrituras”.

3. Quais são as modalidades que a graça atual assume?

A graça atual é necessária: Ao ser humano como tal, mesmo feita abstração do pecado original, pois a criatura jamais pode ser independente do Criador. Ela não atinge sua plena realização nem executa as suas tarefas mais fundamentais sem o auxílio daquele que lhe deu a existência e a capacidade de agir; ao ser humano pecador em consequência do pecado original e de seus pecados pessoais, pois tal homem traz em si tendências desregradadas e contraditórias; a sua liberdade se deixa facilmente atrair pelo egoísmo e pelo prazer imediato.

4. Deus dá a graça atual aos pecadores que vivem afastados dele?

Deve-se manter firmemente que a graça atual, embora seja um impulso dado ao homem para que pratique o bem, não extingue a liberdade da criatura, que tanto pode aceitar como rejeitar o dom de Deus. A nobreza da ação divina consiste precisamente em respeitar a identidade de suas criaturas livres sem perder seu primado e sua sabedoria.

5. Qual é o papel da oração na vida do homem?

Está claro que a liberalidade divina vem em auxílio não só dos que pedem, mas

também em favor dos que não rezam: o amor de Deus, a intercessão de Cristo Sacerdote, a Liturgia da Igreja, as preces dos familiares e amigos são elementos valiosos na distribuição das graças de Deus. Como quer que seja, todo ser humano é insistentemente convidado a rezar em qualquer situação de vida, pois a oração fica sendo sempre a primeira e a última tábua de salvação.

3.7 A GRAÇA SACRAMENTAL

1. O que é um Sacramento?

Os sacramentos são sinais, não, porém, meros sinais, pois efetuam o que significam; assim, por exemplo, a água significa purificação e efetua a purificação espiritual, apagando os pecados no sacramento do Batismo; o pão significa alimentação e confere alimentação espiritual na Eucaristia.

2. Que é graça sacramental?

Eis mais um aspecto da graça que se impõe ao estudioso: a graça é dada ao homem mediante os sacramentos ou mediante o desejo dos sacramentos. É a graça do Espírito Santo, dada por Cristo e própria de cada sacramento.

3. Qual a imagem que ilustra as relações entre a graça santificante e a graça sacramental?

O primeiro sacramento é o da humanidade de Cristo, o que equivale a dizer que Cristo é o primeiro sacramento. Este se prolonga no Corpo Místico de Cristo que é a Igreja e atinge cada indivíduo humano na Igreja mediante os sete ritos que chamamos “sacramentos”.

4. Por que há sete Sacramentos?

Sete são os sacramentos porque a graça de Deus deve ser conferida ao homem nas diversas e sucessivas situações da vida humana, desde o nascer até o morrer. Cada sacramento o põe em contato com determinado aspecto da figura ou da vida de Cristo. Com outras palavras: cada sacramento nos aplica a graça de Cristo - Sacramento segundo aspectos diversos; com efeito, cada sacramento desdobra o mistério de Cristo dentro das circunstâncias em que o homem o recebe.

5. Que é o caráter sacramental?

A ordenação de um ministro imprime caráter, que torna o homem válido transmissor da graça de Cristo, independentemente das virtudes desse homem.

Estava assim firmada a doutrina do caráter sacramental. Os teólogos posteriores só fizeram esmiuçá-la. Concluíram que o sacramento da Crisma, sendo uma confirmação do Batismo outrora ministrada juntamente com este, também imprime caráter. Por conseguinte, são três os sacramentos que o transmitem - o Batismo, a Crisma e a Ordem; são, por isto, irrepetíveis; o pecado não extingue a marca espiritual ou o selo, a efigie de Cristo que eles gravam na alma.

3.8 A PREPARAÇÃO PARA A JUSTIFICAÇÃO

1. Exponha as quatro respostas dadas à questão da preparação para a justificação.

- Zc 1, 3: “*Converti-vos a mim e eu me voltarei para vós*”.
- At 3, 9: “*Fazei penitência e converti-vos, a fim de que sejam apagados os vossos pecados*”.
- Tg 4, 7-10: “*Sujeitai-vos a Deus, resisti ao diabo e ele fugirá de vós. Chegai-vos a Deus, e Ele se chegará a vós. Purificai as vossas mãos, pecadores e santifica! os vossos corações, homens dúbios.*

• *Entristecei-vos, cobri-vos de luto, e chorai. Transforme-se o vosso riso em luto e a vossa alegria em desalento. Humilhai-vos diante do Senhor e Ele vos exaltará*”.

2. Qual é a diferença entre a fé fiducial e a fé católica?

Em quem se pode confiar.; Pessoa que merece confiança. A fé católica e toda a sua vivência estão centradas em Jesus.

3. Como entender o axioma “A graça supõe a natureza e a aperfeiçoa”?

Isto quer dizer que Deus age de acordo com as coisas deste mundo: a graça pode sim fazer brotar um pasto no deserto, mas a partir da condição desértica, não pode “transferir” parte da Amazônia para um deserto.

4. Qual é o valor das virtudes cardeais ou humanas?

As virtudes são conhecidas como sendo a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança são aquelas consideradas essenciais para o desenvolvimento pleno do homem, pois elas aperfeiçoam justamente as quatro potências qualificadas que o homem possui.

3.9 O MÉRITO

1. Quais os fundamentos bíblicos da doutrina do mérito?

O mérito é o direito a recompensa ou a prêmio em troca de um ato bom. Já esta definição pode suscitar objeções, pois se pergunta: com que direito pode o homem impor-se a Deus apresentando-Lhe boas obras merecedoras de prêmio? À primeira vista, a dificuldade é real. Procuraremos dissipá-la na base da própria Palavra de Deus. Antes do mais, seja evidenciado o fato mesmo de que Deus promete recompensa a quem observa seus mandamentos e pratica o bem.

2. Como conciliar mérito e gratuidade?

A doutrina católica, em vez da disjuntiva, realiza a conjuntiva proposta pela Escritura: o ramo da videira que permanece na videira e dá frutos com a seiva da videira (porque se abriu a essa seiva), tem seus méritos decorrentes do dom ou da graça recebida. É certo que não podemos merecer a primeira graça, que é uma oferta gratuita; mas, se alguém permanece na graça e no amor, pode, mediante esse dom, merecer um amor cada vez maior, e, no momento da morte, a vida eterna.

3. Aspirar bem-aventurança celeste é egoísmo?

O desejo de chegar à vida eterna nada tem de censurável. A plena realização do homem não implica egoísmo, pois se identifica com a glorificação de Deus. O homem que tende à plenitude da sua felicidade no céu, está simultaneamente tendendo a dar glória a Deus. A beleza consumada do artefato redundando em louvor do artesão. Observemos que a perseverança final é a coincidência do estado de graça com o momento da morte.

4. Pode alguém merecer bens temporais?

Ora ninguém a pode merecer; porque é precisamente a conjugação do instante da morte com o estado de graça, isto é, com aquele princípio que nos possibilita merecer algo. Quem se encontra em estado de graça, pode merecer um acréscimo da graça e, finalmente, a vida eterna; mas não pode merecer a perseverança no estado de graça ou a perseverança final. Todavia o cristão pode alimentar a esperança de que a graça lhe será conservada por Deus na hora da sua morte; pode ter a certeza moral de que a graça não lhe será retirada se ele mesmo não a quiser afastar.

5. Qual o valor da oração? A oração do pecador é atendida?

Quanto à oração, não raro, é tida como instrumento apto a dobrar a vontade de Deus;

nisto há um antropomorfismo. A vontade de Deus é imutável. - Então qual o papel da oração, que o Senhor Jesus tanto recomendou? Cf. Lc 11,9-13. Ei-lo: desde toda a eternidade, Deus decretou dar às suas criaturas os bens de que precisam; as criaturas irracionais recebem-nos inconscientemente; o homem, porém, dotado de inteligência e vontade, deve recebê-los conscientemente. Para tanto o orante sugere a Deus os bens que lhe parecem oportunos para que atinja a sua finalidade suprema; sugere mesmo o pão de cada dia, a saúde, o emprego, tudo o que seja honesto e pareça condizer com a autêntica meta do homem; assim este colabora com o plano da Providência Divina, que quer dar ao homem, mediante a oração. Pela oração não é o homem que rebaixa Deus ao nível das suas finitas cogitações, mas é Deus quem eleva o (homem ao plano da sua sábia Providência.

3.10 A PREDESTINAÇÃO

1. Que é predestinação?

Deus criou o homem para fazê-lo consorte da sua bem-aventurança na pátria celeste. É esta a única razão da existência do ser humano. Para tornar o homem participante da sua felicidade, Deus quer dar ao homem a comunhão com a vida divina já na terra, comunhão que se chama “graça santificante”. O desígnio de Deus que se quer dar ao homem é indicado na Sagrada Escritura por vocábulos diversos: escolher, chamar, predestinar. Este último tornou-se o termo mais comum, embora sujeito a mal-entendidos. Fala-se de predestinação.

2. Deus quer salvar todos os homens? Explique.

1Ts 5,9: “Deus não nos destinou à ira, mas sim para alcançarmos a salvação por nosso Senhor Jesus Cristo”. Eu acredito que embora o caráter bondoso de Deus deseje que todos os homens sejam salvos, há algo que Ele deseja mais do que salvar todo mundo. Sabemos que às vezes desejamos duas coisas, mas uma vontade é maior que a outra e acabamos escolhendo uma em lugar da outra.

3. Que dizer dos textos que parecem restringir a vontade salvífica de Deus?

1Cor 1,17: “O que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios, e, o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte, e o que no mundo é vil e desprezível, o que não é, Deus o escolheu para reduzir a nada o que é”.

Na vontade salvífica de Deus, Ele não força o homem a aceitar a salvação; respeita cada um, mesmo quando erra: Jo 8, 47: “Quem é de Deus, ouve as palavras de Deus. Vós não ouvis, porque não sois de Deus”. Ver Gl 3,6-10.

4. Deus tem obrigação de nos dar as graças necessárias à salvação eterna?

Há dois registros, dois planos. Num plano - o plano dos dons e dos destinos temporais, e também das graças carismáticas, Deus é completamente livre: escolhe quem quer e rejeita quem quer, sem que n'Ele haja injustiça. Num outro plano - o das graças de salvação Deus tem, certamente, a liberdade de dar aos seus filhos graças diversas e desiguais: a um, dois; a outro, cinco talentos. Mas não tem a liberdade de privar seja que alma for daquilo que lhe é necessário: está obrigado pela sua Justiça e pelo seu Amor a dar a cada uma as graças que, se não forem recusadas, a conduzirão ao limiar da Pátria” (pp. 76s).

3.11 A GRAÇA DE DEUS E A LIBERDADE DO HOMEM

1. Que ensina o molinismo?

A criatura determina o Criador (molinismo). A tese molinista é mais psicológica, inspirada pelos propósitos de ascese de S. Inácio e pelos apelos à livre escolha do bem.

2. Qual a tese tomista?

O Criador determina a criatura (tomismo). A tese tomista é mais rígida, estritamente metafísica, baseando-se nos princípios firmes da ontologia: o Ser Subsistente e Perfeito jamais pode ser passivo ou jamais pode ser determinado, pois isto implica imperfeição.

3. Que é o molinismo cômputo?

A doutrina de Molina foi muito bem acolhida nos Países-Baixos pelos jesuítas, que, encabeçados por Leonardo Lessius (t 1623), combatiam o calvinismo, defensor de teses extremadas sobre a predestinação (Deus predestinaria algumas criaturas, de antemão, para a condenação definitiva). Todavia, o molinismo suscitou controvérsias dentro da própria Companhia de Jesus, pois foi tido como muito próximo ao semipelagianismo. Daí a posição molinista mitigada (congruista).

4. O tomismo assusta? Por quê?

S. Agostinho observa: Melhor confiar em Deus do que em nós. Ele nos ama irreversivelmente; somos suportes frágeis, inseguros e inconstantes. Mas então dir-se-á se Deus

intervém na minha liberdade para me fazer dizer sim, parece que já não sou livre... É este ponto que é preciso esclarecer bem. Vou lançar mão de quatro exemplos, em quatro planos diferentes.

3.12 GRAÇA SUFICIENTE E GRAÇA EFICIENTE

1. Exponha o princípio relativo à graça suficiente.

Isto equivale a dizer que Deus oferece ao homem uma graça que pode bastar para que se converta e realize autênticos atos salutares, mas que em determinados homens não se traduz em boas obras. A Igreja percebeu a necessidade de se exprimir dessa maneira por causa dos erros dos reformadores protestantes e dos jansenistas, para os quais a graça de Deus é sempre eficaz. Na verdade, há uma graça realmente suficiente porque pode levar a atos salvíficos, mas é meramente suficiente, porque de fato não leva a esses atos. Por conseguinte, foi explicitamente rejeitada a afirmação dos jansenistas: “A graça suficiente não é útil, mas é perniciosa ao nosso estado, de modo que com razão podemos dizer: Da graça suficiente livra-nos, Senhor” (DS 2306).

2. Que é a graça eficiente? É diversa da suficiente?

O pecado contra o Espírito Santo é precisamente a atitude de quem se fecha à graça de Deus e despreza o convite do Espírito Santo; cf. Mt 12,31 s. Isto quer dizer que nem todas as graças são tais que somente por circunstâncias a elas extrínsecas (ou por causa da aceitação dada pelo homem) são eficazes. A Escritura propõe expressões e acontecimentos que manifestam a existência de graças que são eficazes por si mesmas. Levem-se em conta textos já citados:

Fl 2,13: “Deus é quem opera em vós o querer e o agir”.

Rm 9,16: “Não depende daquele que quer nem daquele que corre, mas da misericórdia de Deus”.

2Cor 3,5: “Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos. Mas é de Deus que vem a nossa capacidade”.

1 Cor 3,7: “Aquele que planta nada é; aquele que rega, nada é; mas importante tão somente é Deus, que dá o crescimento”.

Ef2,10: “Somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus, para as boas obras que já antes Deus tinha preparado para que nelas andássemos”.

3. A graça extingue a liberdade do homem?

Graça e liberdade: Deus e o homem colaboram na obra da salvação: o modo como se dá o inegável fato da colaboração, é um mistério, pois se trata de conciliar a soberania de Deus com a liberdade do homem. Essa problemática é que ocupou Tomistas e Molinistas em árduos e prolongados debates. Tentando lançar um pouco de luz sobre a questão, deve-se notar que Deus não atua sobre algum setor apenas do agir humano, e a liberdade sobre o outro setor, mas qualquer ação humana é toda do homem e toda de Deus; todavia Deus age como Criador e o homem age como criatura, ou seja, cada qual em seu plano, sendo o plano de Deus mais elevado e mais abrangente. Por conseguinte, a causalidade que se atribui ao homem não diminui nem desmerece a causalidade que é própria de Deus.

4. Como colaboram a graça e a liberdade humana na realização de um ato humano bom?

Na exaltação da liberdade humana (a graça age somente por isso) provém da paixão de Deus (pati divina de Dionísio), não sofrida, mas experimentada e consentida por uma pobreza consciente do próprio nada, e que internamente se abre ao jorro da fonte infinita” (La grâce du Christ em Nouvelle Revue Théologique, 1947, p. 902).

3.13 PROPRIEDADES DO ESTADO DE GRAÇA

1. Pode alguém ter certeza absoluta de estar na graça de Deus?

São quatro as propriedades do estado de graça: ninguém pode estar certo de se achar na graça de Deus; a graça está em graus diversos nos diversos homens e mulheres; a graça pode ser intensificada em cada justo; a graça pode ser perdida. A primeira propriedade já foi abordada no Módulo 24. Foi definida pelo Concílio de Trento frente aos reformadores, que proclamavam a fé fiducial, donde jorraria a certeza do estado de graça e da salvação.

2. Existem sinais que dão certeza moral de estar alguém na graça, caminhando para a santidade?

A santidade se realiza em cada indivíduo segundo as suas características: masculinidade ou feminilidade, temperamento ativo ou contemplativo, talentos diversos, ambiente de vida, tipo de educação... Ela faz deste filho ou desta filha de Adão um(a) filho(a) de Deus configurado(a) a Cristo. Pode alguém chegar à certeza de que está realizando

a própria perfeição ou tendendo à santidade? A resposta é negativa; ninguém pode estar absolutamente certo de estar no caminho mais exato que leva à perfeição; dizia S. Paulo: “Não tenho consciência de algum pecado, mas nem por isto me dou por justificado” (1 Cor 4, 4).

3. Todos recebem o mesmo grau de graça? Por quê?

A santidade pode ser atingida em qualquer estado de vida para o qual Deus chama o cristão. Jamais poderão ser esquecidas as normas gerais válidas para todos os homens e mulheres: “Esta é a vontade de Deus: a vossa santificação” (1Ts 4, 3). Ou ainda: “Sede perfeitos como é perfeito vosso Pai, que está nos céus” (Mt 5, 48).

4. A santidade é vocação de privilegiados?

O cristão tem a obrigação não apenas de conservar a vida de filiação divina em si, mas também de a favorecer para que se desenvolva e chegue à santidade. Todos são chamados à perfeição ou à santidade desde o Batismo; cf. Const. Lumen gentium, cap. V. A santidade é o desabrochamento da justificação. A santidade não consiste em fazer coisas extraordinárias, mas em fazer as coisas ordinárias extraordinariamente bem. Em última análise, a santidade consiste em deixar que Jesus cresça em nós, de modo que tudo façamos com Ele e por Ele; ciente disto, escrevia São Paulo: “Vivo eu, mas não eu, é Cristo que vive em mim” (Gl 2, 20). A vida de Cristo no cristão se traduz por amor... amor a Deus e ao próximo, amor que é o vínculo da perfeição; cf. Mt 22, 40 e Cl 3, 14.

5. O pecado venial destrói a graça? Que efeitos produz?

O pecado venial pode enfraquecer a vida da graça? O pecado venial não destrói a vida da graça, mas suscita um estado de tibieza ou mornura espiritual (principalmente se é pecado venial consciente e deliberado), que facilita a queda em pecado grave. Dizem os teólogos que o pecado leve não diminui a vida na graça, mas impede sua irradiação. É como a lama atirada sobre o vidro de uma lanterna: não diminui a luz da lanterna, mas impede a sua irradiação e gera uma indiferença no cristão para com os bens mais elevados. Quem, após o pecado grave, se reconcilia com Deus, pode voltar ao seu nível de graça anterior? Tudo depende da intensidade do seu arrependimento. Pode voltar a Deus com tanto amor quanto tinha antes do pecado grave ou com mais amor ainda (a experiência do pecado provoca nojo antes não experimentado).

3.14 EM CRISTO JESUS

1. Que significa a expressão “em Cristo Jesus” para São Paulo?

A expressão "Nós em Cristo Jesus". ocorre 164 vezes no epistolário paulino, das quais 35 na epístola aos Efésios. Significa que, pelo Batismo, o cristão é feito participante da vida do próprio Cristo Ressuscitado mediante a ação do Espírito Santo, Espírito que é o grande artesão de nossa configuração a Cristo e inserção em Cristo: “Nós nos tornamos uma coisa só com Cristo por uma morte semelhante à sua. Mas, se morremos com Cristo, sabemos que também viveremos com Ele” (Rm 6,5.8).

2. Que relação tem essa expressão com a Igreja?

Cristo, desta maneira, exerce uma ação direta sobre toda a Igreja: “Estes tesouros de sua divina bondade, Ele os distribui aos membros do seu Corpo Místico não somente pelo fato de os implorar como Hóstia Eucarística na terra e glorificada no céu, mostrando suas chagas e elevando preces ao Eterno Pai, mas também porque escolhe, determina e distribui para cada um as graças peculiares, segundo a medida da doação de Deus (Ef 4,7)” (n.323).

3. Diga em poucas frases o que propõe a encíclica *Mystici Corporis*.

Ensina que entre o fiel cristão e Cristo existe especial tipo de união, diferente da união que existe entre as diversas partes de um corpo físico, pois cada um dos fiéis conserva sua personalidade própria.

4. Como entender a função da humanidade de Cristo na dispensação das graças?

A humanidade de Cristo, na aquisição e distribuição das graças, desenvolve tríplice função: Cristo, como Homem, como novo Adão morto e ressuscitado, nos mereceu a graça. O Pai nos concede todas as graças em vista dos méritos de Cristo.

Cristo nos infunde a graça mediante os sacramentos. Ele instituiu e que são como que o prolongamento da sua santíssima humanidade: a água, o pão, o vinho, o óleo, os gestos e as palavras sacramentais são sinais pelos quais passa a graça de Deus, como pelas mãos, a saliva, os gestos e as palavras de Cristo outrora passava a vida que Deus queria comunicar aos homens. É Ele quem batiza, quem consagra o pão e o vinho, quem absolve os pecadores.

5. O homem corre o risco de fracassar espiritualmente? Por quê?

A criatura pode fechar-se em si mesma, definhando em sua mesquinhez após recusar o Dom de Deus. Eis, porém, que a própria possibilidade de se perder, de certo modo, revela dignidade e perfeição: é a consequência da condição de ser livre e ser respeitado em sua liberdade, aceitando ou rejeitando entrar em comunhão com o Criador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, SANTO. *A Graça 1 e II*. Coleção Patrística 12 e 13. Ed. Paulus, São Paulo 1999.

ATENE, P. Grazia, *Predestinazione e Libero Arbitrio nell'Ortodossia Cattolica e nel Giansenismo*. Gênova 1931.

AUER-RATZINGER. *El Evangelio de Ia Gracia*. Herder, Barcelona 1975.

BERNARD, CHARLES ANDRÉ. *Introdução à Teologia Espiritual*, Coleção IDT13. Ed. Loyola, São Paulo 1999.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/ccc/index_po.htm Acesso em março de 2021.

CORTI, MARIO. *Viver em Graça*, Ed. Paulinas, Lisboa 1967.

FEINER-LOEHRER. *Mysterium Salutis IV/7*. Ed. Vozes, Petrópolis 1978.

FLICK, M.-ALSZEGHY, Z. *El Evangelio de Ia Gracia*. Salamanca 1967.

GOMES, C. FOLCH. *Riquezas da Mensagem Cristã*. Ed. Lumen Christi, Rio de Janeiro 1989.

GRINGS, DADEUS. *A Força de Deus na Fraqueza do Homem*. EST/ Sulina, Porto Alegre 1975.

JOURNET, CHARLES. *Reflexões sobre a Graça*. Ed. Aster, Lisboa 1962.

NICOLAS, J-H. *Les Profondeurs de Ia Grâce*. Ed. Beauchesne, Paris 1969.

RONDET, H. *La Gracia de Cristo*, Barcelona 1966.

RUIZ de Ia PENA. *O Dom de Deus*. Ed. Vozes, Petrópolis 1997.

SCHMAUS, MICHAEL. *A Fé da Igreja IV*. Ed. Vozes, Petrópolis 1978.